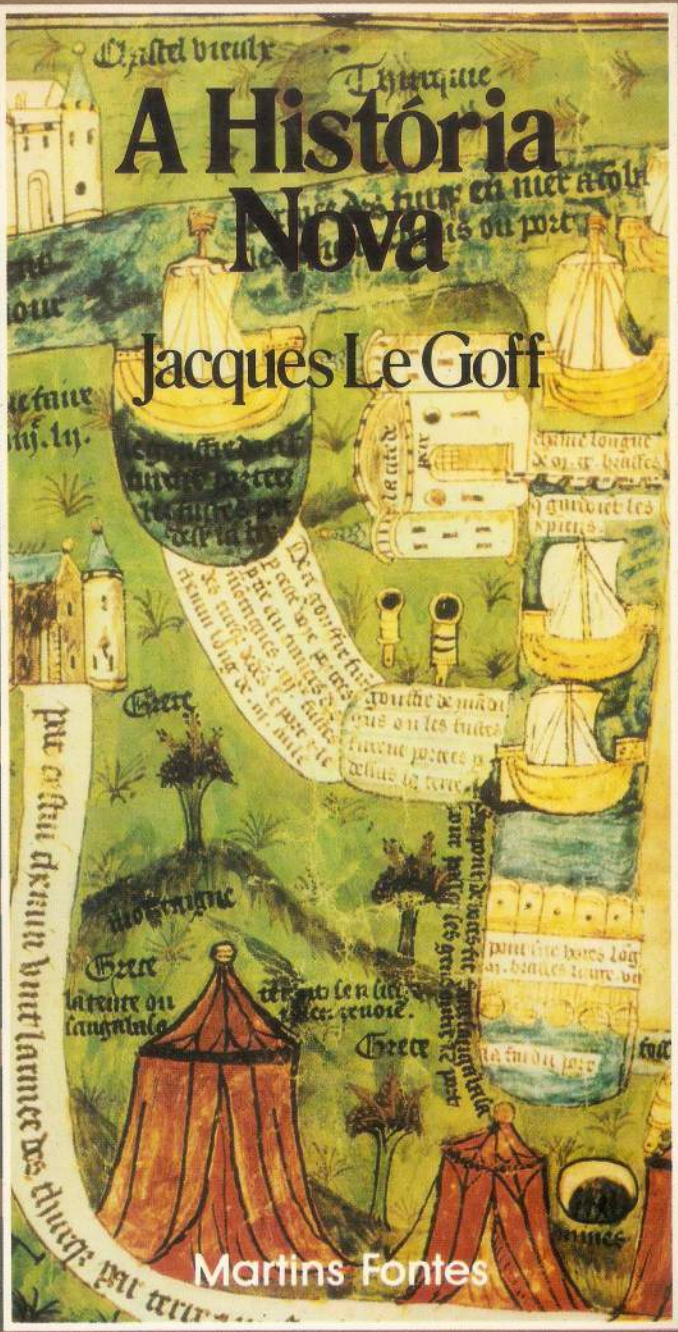


The background is a medieval manuscript illustration. It depicts a coastal scene with several yellow sailing ships on the water. On the left, there are castles and towers. In the foreground, there are red tents. The scene is filled with various text labels in a medieval script, such as 'Castel vireux', 'Tunisque', 'Grece', and 'latente ou sangniale'. The overall style is that of a historical map or a page from an old book.

A História Nova

Jacques Le Goff

Martins Fontes



COLEÇÃO O HOMEM E A HISTÓRIA

Braudel, F. — O Espaço e a História no Mediterrâneo
Braudel, F. — Os Homens e a Herança no Mediterrâneo
Duby, G. — A Europa na Idade Média
Wolff, P. — Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?
Ferro, M. — A História Vigiada
Finley, M. I. — Economia e Sociedade na Grécia Antiga
Duby, G. — A Sociedade Cavaleiresca
Finley, M. I. — Uso e Abuso da História
Braudel, F. — Gramática das Civilizações
Duby, G. — São Bernardo e a Arte Cisterciense
Le Goff, J. — A História Nova

Próximos lançamentos

Duby, G. — Senhores e Camponeses
Dalarun, J. — Amor e Celibato na Igreja Medieval

A História Nova

Jacques Le Goff

TRADUÇÃO
EDUARDO BRANDÃO

Martins Fontes

VIII / 90

Título original: LA NOUVELLE HISTOIRE

Copyright © RETZ CEPL, Paris, 1978

Copyright © Livraria Martins Fontes Editora para a presente tradução

1.ª edição brasileira: maio de 1990

Tradução: Eduardo Brandão

Preparação do original: Vanda Frias Pinto

Revisão tipográfica: Silvana Cobucci Leite
José A. Cardoso

Produção gráfica: Geraldo Alves

Composição: Ademilde L. da Silva
Oswaldo Voivodic

Capa — Projeto: Alexandre Martins Fontes

Realização: Cláudia Scatamacchia

Arte-final: Moacir K. Matsusaki

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A História nova / sob a direção de Jacques Le Goff ;
[tradução Eduardo Brandão]. — São Paulo : Martins
Fontes, 1990.

1. História — Metodologia 2. Historiografia I.
Le Goff, Jacques, 1924-

90-0938

000-907.2
-901.8

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Metodologia 901.8
2. Historiografia 907.2

Todos os direitos para o Brasil reservados à

LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.

Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677

01325 — São Paulo — SP — Brasil

Índice

Prefácio à nova edição 1

Uma ciência em marcha, uma ciência na infância —
apresentação da edição de 1978 15

JACQUES LE GOFF A HISTÓRIA NOVA

O lugar original da história 26
Nascimento da história nova: a “Escola dos Annales” 29
Os pais da história nova 37
Uma história francesa? 42
A história nova hoje 44
As tarefas da história nova 54

MICHEL VOVELLE A HISTÓRIA E A LONGA DURAÇÃO

A vitória do tempo longo: modificação do campo histórico 68
A explicação técnica: uma nova concepção das fontes 76
O tempo da longa duração 80
Uma nova dialética do tempo curto e do tempo longo 85
No fundo do problema: a concordância dos tempos 91

KRZYSZTOF POMIAN
A HISTÓRIA DAS ESTRUTURAS

Um exemplo: as estruturas do Lácio medieval	98
Conjuntura e estrutura	103
As características da história estrutural	114

ANDRÉ BURGUIÈRE
A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

História de um conceito	125
O procedimento da antropologia histórica	133
Perspectiva da antropologia histórica	148

PHILIPPE ARIÈS
A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

Nascimento e desenvolvimento da história das mentalidades	154
O conceito de mentalidade	163
O território do historiador	169
Por que uma história das mentalidades?	172

JEAN-MARIE PESEZ
HISTÓRIA DA CULTURA MATERIAL

O que é a cultura material?	180
Cultura material e história	181
Cultura material e história econômica e social	186
Cultura material e história das técnicas	189
A cultura material nos livros de história	192
Cultura material e arqueologia	202

JEAN LACOUTURE
A HISTÓRIA IMEDIATA

Os domínios da história imediata	216
A volta do acontecimento	231
Alguns modelos	236

GUY BOIS
MARXISMO E HISTÓRIA NOVA

Que marxismo?	242
Que história nova?	243
A influência do marxismo sobre a renovação metodológica	245
O marxismo diante da renovação metodológica	252
Em face dos novos campos históricos	255
Um desafio	257

JEAN-CLAUDE SCHMITT
A HISTÓRIA DOS MARGINAIS

Uma nova face da história	261
As margens do mundo	265
Um mundo paralelo	280
Valor e papel dos marginais	284

EVELYNE PATLAGEAN
A HISTÓRIA DO IMAGINÁRIO

As primeiras pesquisas	292
A antigüidade grega e romana	294
O estudo da Idade Média	297
A exploração da modernidade	300
Conclusão: três questões	309

Agradecimentos

Agradeço a Roger Chartier e Jacques Revel, sem os quais a primeira edição de *A história nova* não teria sido possível, bem como aos autores dos nove ensaios principais por terem concordado com esta nova edição.

Jacques Le Goff

JACQUES LE GOFF

Prefácio à nova edição

A obra que você vai ler é uma nova edição da parte fundamental da obra coletiva *La nouvelle histoire*, que publiquei há dez anos, em 1978, em colaboração com Roger Chartier e Jacques Revel¹.

Essa obra compreendia dez ensaios, nove dos quais sobre domínios ou conceitos-chave da nova história (*longa duração, estruturas, antropologia histórica, mentalidades, cultura material, marginais, imaginário*) ou orientações da pesquisa histórica em relação às quais a história nova precisou se definir (*história imediata, marxismo*). Escrevi um décimo ensaio apresentando a “história nova” e sua história. Esses dez ensaios formavam a estrutura da obra, que apresentava, além disso, 114 artigos mais curtos, de extensão desigual.

Esta nova edição compreende, quanto ao essencial, os dez ensaios em que se exprime fundamentalmente a problemática da obra, excluindo os artigos mais breves. Estes ensaios permitem, a meu ver, que se conheça e se aprecie o que foi, e o que ainda é, quanto a suas idéias principais, seus objetivos, seu território intelectual e científico, suas realizações, a história que foi chamada “nova”.

A bibliografia de cada ensaio foi atualizada. A meu texto sobre “A nova história” acrescentei algumas “Notas complementares”, que constituem uma precisão teórica e bibliográfica concernente a alguns dos aspectos mais importantes abordados neste texto.

Com a concordância de André Versaille, diretor das Éditions Complexe, a quem agradeço por ter acolhido esta obra em suas co-

leções, também reeditamos a “Apresentação” que eu havia escrito para o volume de 1978. Embora, de fato, também introduza os artigos mais curtos que não são reeditados aqui, ela dá uma visão do conjunto do empreendimento, visão necessária aos leitores desta nova obra para que eles pudessem apreender melhor a natureza desse empreendimento e situá-lo em sua perspectiva histórica, dez anos depois.

Não vou fazer, aqui, o balanço detalhado do que se tornou a nova história nesse período, do que ela é hoje e do que se pode conceber para ela amanhã.

Em primeiro lugar, quero deixar claro que não sou o líder de uma escola e que, mais ainda do que em 1978, falo aqui em meu próprio nome e não comprometo outro historiador além de mim. É verdade, porém, que meus vínculos com a revista *Annales E.S.C.* e com a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, a que devo uma parte importante da minha formação, fazem de mim uma testemunha engajada, embora eu me esforce, tanto hoje como em 1978, antes de mais nada em dar informações sobre a história nova.

Se não apresento esse balanço aqui, não é porque a situação da história nova não tenha evoluído. No decorrer dos dez últimos anos, a história caminhou depressa. Não só a história que se faz no mundo, que os homens vivem, como também a história que os historiadores fazem. Por outro lado, fala-se muito hoje em dia de crise da história em geral e de crise da escola dos *Annales* em particular.

No entanto, o exame dessa história recente da situação atual e das polêmicas que procuramos levantar merece um estudo e uma reflexão aprofundadas. Os *Annales*, por sua vez, iniciaram-na e vão convidar para ela não só seus leitores como também o meio científico dos historiadores em seu conjunto e em toda a sua diversidade. Será lançado um questionário e, em 1989, ano do sexagésimo aniversário da revista, nela serão publicadas as respostas dos historiadores. O comitê de direção dos *Annales* exprimir-se-á sobre o passado e o presente da “crise” e proporá sugestões para o futuro.

Se há crise no que diz respeito à história nova, podemos adiantar em todo caso que ela decorre, antes de mais nada, de dois fenômenos gerais.

O primeiro é seu próprio sucesso. É claro que, em muitos domínios, a história econômica e social, a história não eurocêntrica, a história das estruturas, a história da longa duração, a história dos marginais, a história do corpo e da sexualidade e, sobretudo, talvez, a história das mentalidades se impuseram. Porém, assim como a verdadeira história de uma invenção compreende a da sua difusão, a nova história continua com a extensão dos desbravamentos, a exploração em profundidade dos terrenos conquistados, o esboço

das comparações, o aprofundamento da diversidade, etc. Passar de uma época de pioneiros a uma época de produtores nada tem de desonroso nem de frustrante. O termo epígonos não é necessariamente pejorativo. Os epígonos fizeram o mundo helenístico tanto quanto Alexandre. É divertido ver que não raro os mesmos censores repreendem os historiadores dos *Annales* por não serem mais do que os epígonos dos grandes ancestrais fundadores e, ao mesmo tempo, por lhes serem infieis.

O segundo fenômeno que repercute sobre a situação da nova história é uma incontestável crise das ciências sociais e da própria noção de social. Vêm-se com nitidez algumas linhas de força dessa crise. A primeira é a crise do progresso, percebida desde antes da última guerra mundial por espíritos clarividentes, dentre os quais Georges Friedman, que publicou seu livro intitulado precisamente *La crise du progrès*, em 1936.

A segunda é o que se chamou, com excessiva precipitação, de “a morte das ideologias”. A crise do marxismo não afetou profundamente a nova história na medida em que a ortodoxia marxista permaneceu estranha à nova história, embora alguns dos principais historiadores da escola dos *Annales*, como Fernand Braudel, tenham visto Marx como um dos principais criadores de modelos para as ciências sociais em geral e para a história em particular. É possível, contudo, que a concepção de uma história total ou global tenha tido um aspecto ideológico que sofreu o contragolpe da crítica das ideologias.

Todavia, acho que a história viva e, em particular, a nova história, na medida em que constitui não um bloco, mas uma nebulosa cujo cerne histórico é a escola dos *Annales*, não cessaram e não devem cessar de ter como horizonte e ambição uma história que englobe o conjunto da evolução de uma sociedade segundo modelos globalizantes. Creio, aliás, que o que aconteceu e o que acontece nos melhores casos é que os historiadores dessa tendência conservaram o mesmo objetivo, mas procuram atingi-lo por outros meios, por exemplo a partir de estudos de casos colocados como modelos. Assiste-se, por exemplo, a uma regeneração, nessa perspectiva, de estudos de história local ou regional: *Montaillou, un village occitan* (Emmanuel Le Roy Ladurie), *Le Latium médiéval* (Pierre Toubert), *Le Mâconnais* (Georges Duby), *Caen* (Jean-Claude Perrot), *Les toscans du Quattrocento* (David Herlihy e Christiane Klapisch), *La Normandie orientale de la fin du Moyen Âge* (Guy Bois), etc.; ou a um desenvolvimento das histórias das representações (*Le chasseur noir*, de Pierre Vidal-Naquet; *Le Purgatoire*, de Jacques Le Goff; *La peur*,

de Jean Delumeau; *Le miasme et la jonquille*, de Alain Corbin; *L'écriture (La Scrittura)*, de Armando Petrucci, etc.)².

Também neste ponto os críticos costumam reprochar aos historiadores da nova história uma coisa e seu oposto, mais geralmente o fato de serem incapazes de sair do marasmo da tradição dos *Annales* e de renegá-la, trocando a história total por uma história “em migalhas”.

Essas críticas são hipertrofiadas pela amplificação da mídia. Enquanto com frequência a nova história é acusada de se entregar à moda, ela se vê mais de uma vez tragada, contra a sua vontade, pela agitação barulhenta mas superficial do microcosmo da mídia. A esse respeito, corre um mito: a nova história ter-se-ia apoderado da mídia e teria até obtido um quase monopólio da vulgarização histórica no livro, nas revistas, no rádio e na televisão. Essa lenda não resistiria a um estudo sério do mercado da história. As posições majoritárias no domínio da vulgarização histórica continuam sendo mantidas pela história tradicional e até mesmo arcaica. A nova história, que revelou por estudos eruditos e precisos a presença do poder onde a história tradicional sequer pensava em procurá-lo (no simbólico e no imaginário, por exemplo), vê-se quase condenada, eu diria, por sua problemática a ser transparente nesse domínio.

Claro, a maioria dos historiadores dessa tendência, que são militantes de certa idéia da história, procuram dar a conhecer sua visão da história e persuadir de seu interesse um meio mais vasto do que o dos especialistas, já que, precisamente, eles preconizam uma história total desvendável no conjunto da vida intelectual e social. Contudo, eles recusam em todos os planos o totalitarismo e o imperialismo. Formando um meio amplo e aberto, não tendo sequer formado, no passado, uma verdadeira “escola” (é um espírito, uma orientação, uma tendência), eles teriam grande dificuldade para se transformarem em *lobby*.

Para só falar de mim — já que estas linhas só comprometem a mim —, esforço-me em divulgar os trabalhos e as concepções da história nova³ e sou grato aos comunicadores de hoje por divulgá-los, criticando-os, é claro, eventualmente. Entretanto, peço-lhes para fazê-lo com conhecimento de causa, isto é, depois de terem lido esses trabalhos, e não em função da moda, em todo caso não do parisiense (aliás, o estudo das modas intelectuais, o que é mais sério, é um belo tema de história), mas da evolução da historiografia.

Uma primeira observação. Como já disse, a história das sociedades evolui — e isso é uma evidência. A maneira de pensar a história também. Por que a nova história, por sua vez, não deveria mudar? O imobilismo, o oposto da história, não é uma fidelidade, mas

sim uma impotência. Havendo boa fé, será fácil reconhecer as fidelidades profundas sob as mudanças de temas ou de enfoques.

Que me seja permitido, também, desejar que os orquestradores da crise da história, se forem do ofício, também sejam praticantes; se forem comunicadores, sejam conscienciosamente informados. Como dar importância a esses médicos improvisados que acorrem à cabeceira da história nova para declará-la doente, a esses prodigalizadores de lições que não produziram um só trabalho histórico, assentando a sua pedra no edifício que os historiadores de ofício, antigos ou novos, constroem pelo exercício de métodos que não se improvisam? Porque, se a história é em primeiro lugar o exercício permanente de certo olhar, de certo espírito crítico, de certo “fazer”, também é em parte cumulativa.

Alguns sem dúvida me repreenderão, mas, recusando uma filosofia da história, tampouco sou um grande apreciador do teórico. Acho em contrapartida que, sendo um ofício, a história deve forjar ferramentas, isto é, métodos, e submetê-los à reflexão e à discussão. Com muita frequência, os historiadores fazem, inconscientemente, sem saber, teoria ou ideologia em seu trabalho, e é preciso tomar consciência, ou fazer com que se tome consciência, desse latente teórico. Todavia, parece-me lamentável que alguns se erijam de início em juizes do método e, sem sequer terem uma formação em epistemologia — que também se aprende —, façam-se especialistas de metodologia histórica sem se terem iniciado no exercício erudito do ofício de historiador. A primeira edição de *La nouvelle histoire*, em 1978, suscitou muito interesse, por parte tanto dos historiadores quanto dos professores de história, afastados da pesquisa pelas obrigações profissionais, mas em geral dotados de um bom espírito crítico concernente à matéria de seu ensino, bem como por parte de um vasto público interessado pela história e suas renovações. Também suscitou críticas. Algumas me pareceram justas — como o espaço demasiado modesto reservado à história política ou à história contemporânea, ainda que estas coloquem problemas difíceis —, outras pareceram-me francamente parciais. Essa hostilidade em parte me alegrou, embora eu deplore que alguns tenham posto má fé e quase calúnia em certas críticas, porque ela provou que a nova história é viva, que continua a incomodar os funcionários da história e os mercadores de uma sopa histórica que, com um pouco mais de informação e de formação por parte de seus consumidores, seria reconhecida como insossa, azedada e pouco nutritiva. Ao contrário do que alguns, de boa ou má fé, pensam e às vezes dizem, e até escrevem, a nova história não venceu definitivamente. De certa forma é melhor assim, se for para manter aberto um deba-

te de idéias; mas também é lamentável, quando se vê que certas orientações da concepção da história, a meu ver essenciais, não penetraram de fato o território da história: a história-problema, a história aberta para as outras ciências sociais, a história que não se encerra na narrativa. O que está em jogo me parece demasiado importante para que eu me resigno a essa situação. Sim, Lucien Febvre continua tendo razão, os “combates pela história” prosseguem. Enfim, certas críticas tocaram-me. Algumas pessoas, de boa fé, encontraram em *La nouvelle histoire* um tom triunfalista, uma auto-suficiência e uma intolerância subjacentes, excessiva agressividade. Quanto a este último ponto, não acho que tenhamos ultrapassado os limites da necessária combatividade que acabo de lembrar. Se tivermos, lamento. Não era minha intenção, nem a de meus amigos. Para muitos, a simples expressão “nova história” seria desdenhosa, pois lançaria a “velha” história nas trevas exteriores. É indiscutível que há uma renovação da história no século XX, cujos atores não se reduzem nem a uma revista, nem a um grupúsculo, nem a historiadores de uma só nação, e muito devem a seus ancestrais, alguns ilustres e inesperados, a quem fiz questão de homenagear, outros mais obscuros, eruditos e historiadores de diversas tendências, sem espírito particularmente inovador, que, por sua parte, construíram aqueles métodos, aquelas técnicas, aquelas bases da história, aquelas publicações de textos, aqueles trabalhos, sem os quais não teria sido possível haver nova história, que ensinaram aos partidários da nova história o solfejo que lhes permitiu escrever sua música. Se é preciso chamar de novo o que é novo, o que posso fazer? De minha parte, não tenho o menor desprezo pelo que não o seria, mas que representaria, por outros caminhos, de outras formas, uma boa contribuição para a história. Conheço inclusive grandes historiadores que não são absolutamente novos. Muitas vezes, ouvi Fernand Braudel, que no entanto insistia na existência de uma história nova, dizer que, no fundo, só havia uma história válida, a “correta”.

Então, como travar ainda esse combate que acredito ser necessário e correto, se ele respeita as regras intelectuais e morais daquele combate que também deve ser justo, o combate de idéias?

Neste grande território da história que a nova história muito contribuiu para ampliar, sem perder de vista fronteiras que não devem ser barreiras, mas interfaces com as outras ciências sociais, fronteiras permeáveis, submetidas a fluxos e refluxos, onde se elabora a boa terra de uma interdisciplinaridade verdadeira, tomarei como exemplo aqueles objetos da história que dão lugar, hoje, às chamadas “voltas”: a volta do acontecimento, a mais espetacular; a volta da história-narrativa, a mais polêmica; a volta da biografia, apa-

rentemente a mais consensual; a volta da história política, a mais considerável.

Essas voltas são equívocos. Se cada uma delas pode ser aceita pela nova história e se os partidários da nova história não raro delas deram o exemplo, é porque cada um desses gêneros históricos (ou quase) volta com uma problemática profundamente renovada. Mas também é a volta, quase a desforra de historiadores tradicionais ou neotradicionais que parecem aqueles emigrados de após a Revolução Francesa, que não haviam “nada aprendido e nada esquecido”. São frentes da história em que é preciso ser vigilantes e em que é preciso rechaçar o ataque de historiadores, velhos ou jovens, simplesmente “reacionários”.

A volta do acontecimento é mais surpreendente por se colocar num terreno em que Lucien Febvre e Marc Bloch haviam sido particularmente militantes. A luta contra a história fatual*, superficial em todos os sentidos da palavra, que escapa à longa duração, sobretudo política e desvinculada das estruturas, havia sido o alvo número um dos primeiros *Annales*. Sua volta está ligada a transformações profundas que restauram seu direito de cidadania no território da história. A primeira, bem analisada por Pierre Nora, é a criação do acontecimento pela mídia, que lhe proporciona um estatuto privilegiado na história contemporânea. A segunda é a possibilidade, doravante, de fazer do acontecimento a ponta do *iceberg* e estudá-lo como cristalizador e revelador das estruturas. A obra-prima dessa nova história fatual parece-me ser *Le dimanche de Bouvines*, de Georges Duby. Jacques Revel acrescenta que “o acontecimento agora permite ler o imaginário de uma sociedade para a qual ele desempenha, ao mesmo tempo, o papel de memória e o de mito”. A volta da história-narrativa, que encontrou um campeão de alta qualidade em Laurence Stone, provocou sem dúvida a polêmica mais viva. Parece que houve um mal-entendido entre Stone e seus leitores. Em todo caso, a história-narrativa é, a meu ver, um cadáver que não se deve ressuscitar, porque seria preciso matá-lo outra vez. Essa história-narrativa dissimula, inclusive de si mesma, opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário, devem ser claramente enunciados. É preciso reduzir a história-narrativa a apenas um meio entre outros da pedagogia no ensino escolar e da divulgação. A esse respeito, gostaria de lembrar o grave erro de compreensão que levou certos funcionários animados pelas melhores intenções do mundo, principalmente na França e na Bélgica, na década

* Assim traduzimos *histoire événementielle*, sendo *événementielle* o adjetivo correspondente a *événement* (acontecimento), sem equivalente em português. (N.T.)

da de 70 e no início da de 80, a quererem introduzir nos programas escolares o que eles acreditavam ser a nova história. Essa história é, com frequência, o produto de uma pesquisa de ponta que não pode ser transferida ao ensino de imediato e tal como é. Seja como for, se é desejável que o espírito da nova história possa se encontrar no ensino e na divulgação, é preciso adaptá-lo a seus destinatários não-especializados e carentes de conhecimentos. Um mal-entendido particularmente surpreendente produziu-se no domínio da cronologia, onde a introdução das novas concepções do tempo e da duração em história levou, às vezes, a uma quase liquidação da cronologia, ao passo que esta continua sendo um conjunto de referências que sem dúvida deve ser enriquecido, flexibilizado, modernizado, mas que permanece fundamental para o próprio historiador, para os jovens e para o grande público.

A volta da biografia parece provocar menos contestações. No entanto, o mercado do livro histórico está inundado de biografias, muitas das quais permanecem superficiais, anedóticas, por vezes anacrônicas. A biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e seus papéis.

A volta mais importante é a da história política. Aqui também, embora a escola dos *Annales* tenha tido razão em combater uma história política superficial e fatual de visão curta, uma história da política no sentido politiquês do termo, é preciso construir uma história do político que seja uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário. Marc Bloch de *Rois thaumaturges* (1924) e Ernst Kantorowicz de *King's two bodies* (1957) foram os pioneiros dessa história política renovada para a qual propus a denominação de *antropologia política histórica*, que permite vinculá-la aos regimes e estruturas políticas similares estudadas pelos sociólogos e pelos etnólogos (ver Georges Balandier, *Anthropologie politique*, Paris, PUF, 1978 e o artigo "Anthropologie politique" em *La nouvelle histoire*, op. cit., pp. 62-64).

Que me seja permitido terminar com uma nota otimista — que não exclui a necessidade das autocríticas sem condescendência. Estamos diante de uma situação paradoxal, creio eu. Por um lado, fala-se de crise da história; crise há, mas creio que se trata sobretudo de uma crise das ciências sociais, e se a nova história nela está envolvida é provavelmente porque foi a que mais se comprometeu com essas ciências. Isso merece um exame atento, e não creio que a solução possa se encontrar num fechamento da história em si mesma.

É preciso redefinir o campo do social e renegociar as relações entre a história e as ciências sociais.

Por outro lado, nunca a pesquisa histórica — à primeira vista um pouco anárquica e um pouco dispersa — esteve tão viva quanto hoje. Para mim, é o que conta. Por outro lado, a demanda intelectual e social de história também me parece crescente. Os historiadores não podem esquivar-se dela. A nova história deve, mais do que nunca, justificar seu nome e, sem estardalhaço, com outros e às vezes contra eles, ir em frente.

Jacques Le Goff

Notas

1. Na coleção "Les Encyclopédies du Savoir Moderne", éditions Retz.
2. O título abreviado das obras citadas neste parágrafo não é o verdadeiro título que será encontrado nas bibliografias.
3. Permitam-me dizer que, animando (junto com Pierre Sipriot, Denis Richet, Roger Chartier e Philippe Levillain) há vinte anos um programa de rádio, *Les lundis de l'histoire*, na France Culture, não fiz dele uma tribuna da nova história, ainda que alguns livros que apresentei talvez não tivessem muita oportunidade em outro programa sobre a história.

Bibliografia

TRABALHOS RECENTES SOBRE OS "ANNALES" E A NOVA HISTÓRIA

- Aymard, M., "The 'Annales' and french historiography", in *The Journal of European Economic History*, 1, 1972, pp. 491-511.
- Braudel, F., *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel*, Châteauevallon. Journées Fernand Braudel, outubro de 1985, Paris, Arthaud-Flammarion, 1986.
- Braudel dans tous ses états. *La vie quotidienne des sciences sociales sous l'empire de l'histoire*, número especial de *Espaces Temps*, n° 34/35.
- Burguière, A., "Histoire d'une histoire: naissance des Annales", *Annales E.S.C.*, 1979.
- Burguière, A., "La notion de mentalités chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations", in *Revue de Synthèse*, n° 111-112.
- Carbonell, Ch. O. e Livet, G., *Au berceau des Annales* (Colóquio de Estrasburgo, 1979), Presses de l'Université de Toulouse, 1983.
- Coutau-Begarie, *Le phénomène "Nouvelle Histoire". Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica, 1983.

Dosse, F., *L'histoire en miettes. Des "Annales" à la "nouvelle histoire"*, Paris, La Découverte, 1987.

Iggers, G., "Die 'Annales' und ihre Kritiker. Probleme modernen französischer Sozialgeschichte", in *Historische Zeitschrift* CCXIX, pp. 578-608.

Jockel, S., *"Nouvelle histoire" und Literaturwissenschaft* (2 vol.), Rheinfelden, Schäuble Verlag, 1985.

Orsi, P. L., "La storia delle mentalità in Bloch e Febvre", in *Rivista di storia contemporanea*, 1983, pp. 370-395.

Rabb, T. K. e Rotbarg, R. I., *The new history, the 1980's and beyond*, Princeton University Press, 1982.

Revel, J., "Histoire et sciences sociales: le paradigme des Annales", in *Annales E.S.C.*, 1979.

Stoianovich, T., *French historical method. The Annales paradigm*, Ithaca-Londres, 1976.

TRABALHOS DECORRENTES DE NOVAS ORIENTAÇÕES DA HISTÓRIA PRÓXIMAS DA NOVA HISTÓRIA

Andreano, A., *La Nouvelle Histoire économique. Exposés de méthodologie*, Paris, Gallimard, 1977.

Archives orales, une autre histoire, número especial de *Annales E.S.C.*, 1, 1980.

Ariès, Ph., *Le temps de l'histoire*, Paris, Seuil, 1986.

Ariès, Ph. e Duby, G., org., *Histoire de la vie privée* (5 vol.), Paris, Le Seuil, 1985-87.

Burguière, A., org., *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF; notadamente os verbetes "Annales" (École des), por A. Burguière, "Anthropologie historique", por A. Burguière, "Biographique" (Histoire), por G. Chaussinand-Nogaret, "Fait historique", por O. Dumoulin, "Immédiate" (Histoire), por B. Paillard, "Intellectuelle" (Histoire), por R. Chartier, "Marxiste" (Histoire), por R. Paris, "Mémoire collective", por Ph. Joutard, "Politique" (Histoire), por P. Levéque, "Psychanalyse et Histoire", por E. Roudinesco, "Quantitative" (Histoire), por F. Mendels, "Rurale" (Histoire), por J. Goy, "Sociale" (Histoire), por Y. Lequin, "Temps présent", por J. P. Azema, "Théories de l'Histoire", por M. Crubellier, "Urbaine" (Histoire), por O. Zunz.

Chaunu, P., *Histoire, science sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, SEDES, 1974-1983.

Chaunu, P., "Histoire quantitative, histoire sérielle", *Cahiers des Annales*, n° 37, Paris, A. Colin, 1978.

Furet, F., *L'atelier de l'histoire*, Paris, Flammarion, 1982.

"Histoire sociale, sensibilités collectives et mentalités", *Mélanges Robert Mandrou*, Paris, PUF, 1985.

Iggers, G. G., *Neue Geschichtswissenschaft, Vom Historismus zur historischen Sozialwissenschaft*, Stuttgart, 1978.

Iggers, G. G., "Introduction: the transformation of historical studies in Historical Perspective", in Iggers, G. G. e Parker, H. T., org., *International Handbook of Historical Studies. Contemporary Research and Theory*, pp. 1-14, 1980.

Kula, W., *Reflexões sobre a história*, Varsóvia (em polonês); trad. espanhola: *Reflexiones sobre la Historia*, México, Ed. de Cultura Popular, 1984.

L'acte historique et son sujet, número especial de *Mi-Dit*, Cahiers méridionaux de psychanalyse, n° 10-11, 1985.

Le Goff, J., *Intervista sulla storia*, Bari, Laterza, 1982.

Mélanges René Van Santbergen, número especial de *Cahiers de Clio*, 1984.

Nitschke, A., *Historische Verhaltensforschung*, Stuttgart, Eugen Vemer, 1981.

Pomian, K., *L'ordre du temps*, Paris, Gallimard, 1984.

Thomson, P., *The voice of the past, oral history*, Oxford University Press, 1978.

Vilar, P., *Une histoire en construction. Approche marxiste et problématiques conjoncturelles*, Paris, Hautes Études, Gallimard, Le Seuil, 1982.

TRABALHOS QUE APRESENTAM A PAISAGEM GERAL DA HISTORIOGRAFIA RECENTE E ATUAL

Barraclough, G., *Tendances actuelles de l'histoire*, Paris, Flammarion, 1980.

Bourde, G. e Martin, H., *Les écoles historiques*, Paris, Seuil, 1983.

Carbonell, Ch. O., *L'historiographie*, Paris, PUF, 1981.

Croce, B., *La philosophie comme histoire de la liberté, contre le positivisme*. Textos escolhidos e apresentados por S. Romano, Paris, Le Seuil, 1983.

Gadoffre, G., org., *Certitudes et incertitudes de l'histoire*, Paris, PUF, 1987.

Glenisson, J., "L'historiographie française contemporaine: tendances et réalisations", in *Vingt-cinq ans de recherche historique en France (1940-1965)*, Paris, CNRS, pp. IX-LXIV, 1965.

Obra coletiva, *Les philosophies de l'histoire*, Ellipses, 1980.

Rossi, P., org., *La storia della storiografia oggi*, Milão, Il saggiatore, 1983.

Simmel, G., *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, prefácio de R. Boudon, Paris, PUF, 1984.

Sous l'histoire la mémoire, número especial de *Dialectiques*, nº 30, 1980.

Stone, L., *The Past and the Present*, Boston-Londres, Routledge e Kegan Paul, 1981.

Thuillier, G. e Tulard, J., *La méthode en histoire*, Paris, PUF, 1986.

Tilly, Ch., "The old new social history and the new old social history", in *Review*, VII, nº 2, pp. 363-406.

NOVAS REVISTAS E NOVAS ORIENTAÇÕES DA PESQUISA HISTÓRICA

(A data mencionada é a da publicação do primeiro número.)

Storia della Storiografia, Milão, Jaca Books, 1981.

History and Technology, An International Journal, Harwood Academic Publishers, 1983. — P. Redondi, org., *Science: The Renaissance of a History*. Proceedings of the International Conference Alexandre Koyré, Paris, Collège de France, 1986, nº especial de *History and Technology*, 1987, 1-4.

History and Anthropology, Harwood Academic Publishers, 1984.

Food and Foodways, Explorations in the history and culture of human nourishment, Harwood Academic Publishers, 1986.

Histoire et Mesure, Paris, Ed. du CNRS, 1986.

Revista renovada:

Revue de Synthèse (fundada em 1900 por Henri Berr), quarta série, nº 1-2, jan.-jun. 1986, número especial: *Questions d'histoire intellectuelle*.

Bibliografia sumária acerca das "voltas" (1988)

ACONTECIMENTO

P. Nora, "Le retour de l'événement", in *Faire de l'histoire*, t. I, 1974, pp. 210-230.

J. Revel, artigo "Événement", in J. Le Goff, R. Chartier, J. Revel, *La Nouvelle Histoire*, 1978, pp. 166-167.

G. Duby, *Le dimanche de Bouvines, 27 juillet 1214*, Paris, Gallimard, 1973.

HISTÓRIA-NARRATIVA

L. Stone, "The revival of narrative. Reflections on a new old history", in *Past and Present*, nº 85, 1979, pp. 3-24.

E. J. Hobsbawm, "The revival of the narrative: some comments", in *Past and Present*, nº 86, 1980, pp. 3-8.

HISTÓRIA BIOGRÁFICA

G. Duby, *Guillaume le Maréchal ou le meilleur chevalier du monde*, Paris, Fayard, 1984.

Problèmes et méthodes de la biographie (Atas do colóquio da Sorbonne, maio de 1985), Sources, Histoire au Présent, Publications de la Sorbonne, 1985.

G. Guénée, *Entre l'Église et l'État, quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 1987.

HISTÓRIA POLÍTICA

J. Le Goff, "Is politics still the backbone of History?", in *Daedalus*, inverno de 1971, pp. 1-19. Texto francês original: "L'histoire politique est-elle toujours l'épine dorsale de l'histoire?", in *L'imaginaire médiéval*, Paris, Gallimard, 1985, pp. 333-349.

J. Le Goff, Prefácio à nova edição dos *Rois thaumaturges*, de Marc Bloch, Paris, Gallimard, 1984.

F. Furet, *Penser la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1978.

R. Rémond, "Une nouvelle histoire politique", in *Des repères pour l'homme*, Paris, 1982, pp. 43-45.

P. Levêque, artigo "Politique" (Histoire), in A. Burguière, org., *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF, 1986, pp. 515-522.

R. E. Giesey, *Le roi ne meurt jamais* (trad. francesa atualizada), Paris, Arthaud-Flammarion, 1987.

Histoire de France, t. I: G. Duby, *Le Moyen Âge (987-1460)*; t. II: E. Le Roy Ladurie, *L'État royal (1460-1610)*, Paris, Hachette, 1987.

JACQUES LE GOFF

Uma ciência em marcha, uma ciência na infância

Apresentação da edição de 1978

O “dicionário” aqui apresentado é, em primeiro lugar, um instrumento de informação como se espera; no entanto, não procuramos proporcionar uma fotografia completa do estado atual da ciência histórica. Nosso objetivo é dar a conhecer a um vasto público as mais modernas orientações da história, cuja importância tornou-se tão grande, que há uma “história nova” e que, embora permanecendo uma ciência de vanguarda, ela arrasta visivelmente uma parte cada vez maior da produção histórica atrás de si, nos domínios da pesquisa, do ensino, da edição. Descrevemos seus problemas e suas incertezas ao mesmo tempo que suas conquistas, e indicamos os caminhos a serem seguidos. Esta obra é, ao mesmo tempo, informativa e engajada.

Para compreender a gênese do movimento que renova a história de algumas décadas para cá — e que se acelerou nos vinte últimos anos —, sugiro que o leitor leia o artigo “A história nova”, que escrevi para este “dicionário”. Ele compreenderá melhor, assim espero, a estrutura e o conteúdo dessa corrente histórica que subverte não só o domínio tradicional da história, mas também o das novas ciências humanas (ou sociais) e inclusive, sem dúvida, to-

do o campo do saber. Porque repensar os acontecimentos e as crises em função dos movimentos lentos e profundos da história, interessar-se menos pelas individualidades de primeiro plano do que pelos homens e pelos grupos sociais que constituem a grande maioria dos atores menos exibidos, porém mais efetivos, da história, preferir a história das realidades concretas — materiais e mentais — da vida cotidiana aos fatos que se apossam das manchetes efêmeras dos jornais, não é apenas obrigar o historiador — e seu leitor — a olhar para o sociólogo, o etnólogo, o economista, o psicólogo, etc., é também metamorfosear a memória coletiva dos homens e obrigar o conjunto das ciências e dos saberes a situar-se em outra duração, conforme outra concepção do mundo e de sua evolução.

Entre as conquistas que a história nova ainda precisa levar a cabo, há a da divulgação histórica. Esse empreendimento está bem encaminhado. Primeiro porque, sensíveis ao papel da história nas preocupações dos homens de hoje em dia, os historiadores da história nova se preocupam com fazê-la extravar o campo dos especialistas. O estrepitoso e surpreendente sucesso de "Montaillou, aldeia da Occitânia", de Emmanuel Le Roy Ladurie¹ é o sinal disso. Nada há de espantoso, porque a história nova é tão capaz quanto a antiga de ser comunicada pelos canais pertinentes da narrativa, do estilo, da ressurreição do passado. Por acaso a história do homem cotidiano também não é tão significativa e dramática quanto a dos grandes homens? Por acaso o padre de Montaillou não é tão interessante quanto Mazarin ou Talleyrand, e por acaso não se apreende melhor, através dele, a história profunda dos homens? A história das maneiras de se vestir, de comer, por acaso não é tão sedutora quanto a das batalhas, das conferências internacionais e das peripécias parlamentares ou eleitorais — escuma da história, como dizia Paul Valéry —, que só merece ser legada à memória coletiva na medida em que revela ou afeta as estruturas profundas das sociedades e de sua evolução? A história nova mostra que esses "grandes acontecimentos" são, em geral, apenas a nuvem — muitas vezes sangrenta — levantada pelos verdadeiros acontecimentos sobrevivendo antes deles, isto é, as mutações profundas da história. Não é a guerra de 1914-1918 que dá à luz o século XX, mas aquela efervescência anterior tão mal denominada "Belle Époque".

Os modernos meios de comunicação — a mídia, como se diz —, rádio ou televisão, até mesmo as histórias em quadrinhos, parecem abrir-se melhor a essa história nova (basta pensar na série de tevê "Mediterrâneo", realizada com o estímulo de Fernand Braudel) do que a imprensa de grande tiragem. As revistas de divulgação histórica, em que a pseudo-história dos "enigmas da história", as diva-

gações sobre a espionagem e a contra-espionagem (excelente tema no domínio da ficção) ou os escândalos da vida privada dos "grandes" convivem com a história tradicional das batalhas, da diplomacia (mas pode haver, começa a haver uma história nova do fenômeno militar e do fenômeno diplomático), não são sequer órgãos da história de ontem ou de anteontem, são objetos pré-históricos. Parece que essa situação está às vésperas de se modificar². A história nova, que não é sectária, mas cujo rótulo não poderia ser aplicado a qualquer produção histórica, principalmente a uma história tradicional malremendada sob pinceladas sociológicas, politicológicas, econômicas, psicológicas ou outras, deveria vencer aí uma etapa necessária e benéfica.

Em 1974, Pierre Nora e eu publicamos, com o título tomado de empréstimo a Lucien Febvre e Michel de Certeau, *Faire de l'histoire* (Fazer história), uma coletânea de ensaios redigidos por diversos historiadores, muitos dos quais também são autores de artigos deste "dicionário". *Faire de l'histoire*³ constituiu um conjunto de definições e de tomadas de posição que divulgaram melhor, parece-me, as realidades e os objetivos da história nova. Este "dicionário", cujo caráter é bem diferente de *Faire de l'histoire* e que é, em primeiro lugar, um instrumento de informação e de trabalho, mantém, contudo, relações de complementaridade com os três volumes publicados em 1974. Ele pretende ser, na mesma linha, uma nova ação, uma nova etapa para a defesa e a ilustração da história nova, que está se tornando um dos fenômenos importantes da vida científica e intelectual e da psicologia coletiva da segunda metade do século XX. Uma nova memória coletiva se instala na ciência histórica e no espírito das pessoas (*Histoire des gens* [História das pessoas] também foi, há pouco, uma inovadora série de programas de Pierre Dumayet, na televisão francesa).

As escolhas do dicionário

Os verbetes do dicionário correspondem às noções, às ferramentas, aos campos e aos métodos por intermédio dos quais principalmente a história nova se define. Nele o leitor encontrará tanto denominações tradicionais — mas em que a história nova opera a sua ação de mutação —, por exemplo: *arte, arqueologia, técnicas, ciências, história urbana, história rural*, etc., quanto noções que se tornaram tradicionais mas que são fundamentais na história nova, como *demografia histórica, história social, história econômica* e sua nebulosa, *conjuntura, estrutura, preço, crescimento, desenvolvimen-*

to, crise, etc., ou, enfim, conceitos mais diretamente ligados à história nova: *computador, aculturação, aparelhagem mental* [outillage mental], *corpo, sexo, mito, imagem*, etc.

Os verbetes biográficos são pouco numerosos, só tendo sido arrolados os historiadores ou estudiosos particularmente significativos para a história nova: *Heródoto*, pai da história, mas também da etno-história; os quatro grandes do século XIX, *Tocqueville, Michelet, Marx e Sombart*; os pais da história nova, os historiadores *Marc Bloch, Lucien Febvre, Henri Pirenne e Johan Huizinga*; os filósofos, sociólogos e antropólogos *Henri Berr, Émile Durkheim, Max Weber e Marcel Mauss*. Entre os desaparecidos de ontem, *Jean Meuvret*, que tanto fez progredir os métodos da história econômica, *Erwin Panofsky* e *Pierre Francastel*, que fizeram que a história da arte se decidisse pela história nova. Entre os vivos⁴, só arrolamos três: *Fernand Braudel*, pai da longa duração, *Ernest Labrousse*, pioneiro da história econômica e social moderna, *Georges Dumézil*, que, no campo da história das religiões, proporcionou aos historiadores o modelo ideológico do trifuncionalismo indo-europeu e abriu o caminho para o comparatismo. Poderíamos ter acrescentado *Claude Lévi-Strauss*, cujo estruturalismo mantém com a história relações ambíguas, mas que, conquanto tenha inspirado orientações nitidamente anti-históricas ou a-históricas, também legou aos historiadores do mito e dos textos um método de análise fecundo; Michel Foucault, enfim, cuja importância para a renovação da história ainda não foi apreciada em seu justo valor, tanto do ponto de vista da metodologia⁵, quanto de sua própria contribuição de historiador⁶.

Os artigos de fundo

Antes de apresentar os artigos de fundo que correspondem às orientações essenciais da história nova, gostaria de ressaltar um aspecto — a meu ver, importante — da situação atual dessa história. Os precursores, e na primeira linha os fundadores da revista e do movimento dos *Annales* — *Lucien Febvre* e *Marc Bloch* —, proclamaram a ambição de uma história “total” ou “global”. E a história nova conserva hoje essa proposta de uma ciência histórica que não mutila a vida das sociedades e que não eleve entre os diferentes pontos de vista sobre o devir dos homens as barreiras de subdisciplinas — história política, história diplomática, história militar, história econômica e, inclusive, a despeito de sua extensibilidade, história social ou história cultural. Entretanto, essa noção de história

“global” podia ser contaminada por subentendidos tradicionais e paralisadores: os de uma coerência e de uma continuidade que não correspondem às descontinuidades que o historiador encontra em seu ofício e que — para utilizar as felizes expressões de Michel Foucault — levavam a “esse uso ideológico da história pelo qual se tenta restituir ao homem tudo o que, há mais de um século, não cessou de lhe escapar (...)”. Da velha cidadela dessa história (...) os historiadores desertaram desde há muito e partiram para trabalhar em outro lugar”⁷. Michel Foucault conclui: “O tema e a possibilidade de uma *história global* começam a dissipar-se e vemos esboçar-se, bastante diferente, o delineamento do que poderia ser chamado de *história geral*.”⁸

Claro, não acredito que, se houver uma “fragmentação da história”, como crê Pierre Nora, esta seja reduzida a uma “história em migalhas”, tal como Georges Friedmann falou de “trabalho em migalhas”. As histórias plurais situam-se dentro de um domínio histórico cujo horizonte continua sendo o da globalidade. Esta não é mais buscada principalmente na síntese, mas em objetos globalizantes, por um lado, e, por outro, capazes de propiciar a realização de uma verdadeira interdisciplinaridade à margem. Quando Natan Wachtel propõe *A visão dos vencidos*⁹, não é uma história global das relações entre espanhóis e índios da América do Sul pós-colombiana que ele escreve, mas o enfoque dessas relações através de um estudo da mentalidade índia, que associa intimamente o ponto de vista do historiador com o do antropólogo. Quando Pierre Tournet explica *As estruturas do Lácio medieval*¹⁰, não é a história total do Lácio dos séculos X-XIII que ele faz, mas sim, através do fenômeno “globalizante” da constituição de aldeias senhoriais — o *incastellamento* —, um estudo que combina a ecologia, a demografia, a economia, a sociologia, no âmbito de um procedimento histórico que transgride as fronteiras das disciplinas. Embora a história global seja a meta, no essencial ela ainda está por ser feita. A realidade pioneira da pesquisa¹¹ histórica hoje é o Beauvaisis, Montaignou, a morte, o medo, a alfabetização dos franceses, etc., objetos de uma história-problema que força a história a sair de sua velha cidadela, para fazer minha a expressão de Michel Foucault.

Os artigos de fundo começam naturalmente pelos conceitos fundamentais de “longa duração” e de “estrutura”, em que Michel Vovelle e Krzysztof Pomian ressaltam o caráter geral dessas noções, que valem tanto para a história econômica e social como para a história das representações e das mentalidades no prolongamento da história antifactual dos *Annales* de 1929, e que permitem situar a história na problemática geral das ciências humanas, uma vez que a

longa duração da história não é a-crônica, fora do tempo, e que as estruturas identificadas pelos historiadores incluem, por sua natureza, a transformação e a mudança.

Nessa perspectiva do longo prazo, sabe-se que a história, nestes últimos anos, estreitou vínculos sobretudo com a antropologia e que um novo campo geral — se não uma nova ciência — se desenvolve no âmago da história nova: a “antropologia histórica”. André Burguière, “historiador novo” da demografia e da família, por um lado, etno-historiador de *Bretões de Plozével*¹², por outro, apresenta esse novo domínio.

Como que respondendo ao centenário apelo de Michelet em favor de uma história mais “espiritual”, por um lado, e mais “material”, por outro, duas direções tiveram um sucesso particular nessas perspectivas. Uma é a história conquistadora — mas ambígua — das “mentalidades”, e é o grande pioneiro do gênero, Philippe Ariès, que recorda aqui seu itinerário. A outra, em que arqueologia, etnologia e história se unem, é a história da “cultura material”, definida por Jean-Marie Pesez, um dos primeiros a deslocar o trabalho do arqueólogo-historiador dos lugares célebres para os lugares cotidianos, da cidade e do palácio para a aldeia e a casa, do objeto de arte para a ferramenta e o objeto comum.

A história do presente coloca para a história em geral e para a história nova em particular problemas importantes. Não foi um historiador de ofício, mas um grande jornalista, que afirmou que, nesse domínio, os melhores também são os verdadeiros historiadores do presente, percebendo principalmente a necessária reconsideração do acontecimento — um acontecimento, aliás, metamorfoseado pelos modernos meios de comunicação: Jean Lacouture fala aqui, com sua experiência e sua cultura, da “história imediata”, título que ele deu há alguns anos a uma coleção de obras que dirige¹³. Como o único debate teórico importante que a nova história suscitou foi o que se travou com os historiadores marxistas e entre os historiadores marxistas, convinha apresentar esse debate esclarecedor. Guy Bois, autor de uma tese recente¹⁴ que fez época — como exemplo, ainda que não como modelo de nova história marxista — e suscitou aprovações e reservas tanto de um lado como de outro, dá aqui sua visão do debate.

Enfim, pareceu-nos necessário fazer um balanço de dois domínios da história nova: um que, apesar de seu caráter à primeira vista particular, assumiu paradoxalmente — por se tratar dos “marginais” — uma importância capital no campo da história nova; o outro, ainda impreciso, mas que busca e repensa na história literária, na história da arte, na psicanálise, na psico-história, na antropoló-

gia cultural o que permita abrir à história nova uma nova frente pioneira prenhe de promessas: a história do “imaginário”.

Jean-Claude Schmitt, um dos jovens historiadores que melhor se impôs em sua análise das atitudes da cultura oficial ou dominante diante dos comportamentos anômicos (beguinas e beguinos para-heréticos da Idade Média¹⁵) e da cultura popular, fala aqui do lugar e da contribuição da história dos marginais.

Evelyne Patlagean, que, dada a sua familiaridade com a hagiografia bizantina, adquiriu uma grande perspicácia na exploração do imaginário, delinea os contornos e os esboços existentes desse novo campo, define sua posição na história vivida e suas perspectivas na história a ser estudada e escrita.

O leitor perceberá, enfim, que os autores deste “dicionário” não possuem denominador ideológico comum, embora todos eles partilhem — com outros, cada vez mais numerosos — a mesma preocupação de fazer a história avançar por novos caminhos. Com efeito, embora postule a necessidade de uma reflexão teórica, a história nova não depende de nenhuma ortodoxia ideológica. Ao contrário, ela afirma a fecundidade das múltiplas contribuições, a pluralidade dos sistemas de explicação para além da unidade da problemática¹⁶. Ela pretende ser uma história escrita por homens livres ou em busca de liberdade, a serviço dos homens em sociedade. Ela se inscreve também na longa duração — longe das modas ou das novidades efêmeras de circunstância. Gostaria de deixar, enfim, num tom de otimismo e modéstia, a última palavra a Marc Bloch: “A história não é apenas uma ciência em marcha. Também é uma ciência na infância.”

Jacques Le Goff

Notas

1. E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, un village occitan de 1294 à 1324* (Paris, Gallimard, 1975), 130.000 exemplares vendidos de novembro de 1975 a abril de 1978.

2. Desde maio de 1978 é editada uma excelente revista mensal de divulgação de alto nível, *L'Histoire* (publicada pelas Éditions le Seuil — La Recherche), que, sem ser propriamente um órgão de difusão da história nova, dá-lhe bastante espaço. Surgiram revistas do mesmo gênero, sobretudo em certos países europeus. Na França, no domínio da história religiosa entendida em sentido amplo, podemos assinalar *Notre Histoire*.

3. J. Le Goff e P. Nora, orgs., *Faire de l'histoire* (Paris, Gallimard, 1974).

4. Fernand Braudel faleceu em 1985; Georges Dumézil, em 1986.

5. M. Foucault, *Les mots et les choses, une archéologie des sciences humaines* (Paris, Gallimard, 1966) [Ed. bras: *As palavras e as coisas*, Martins Fontes]; *L'archéologie du savoir* (Paris, Gallimard, 1969). Michel Foucault morreu em 1984.

6. M. Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique* (Paris, Plon, 1961); *Naissance de la clinique, une archéologie du regard médical* (Paris, PUF, 1963); *Surveiller et punir, naissance de la prison* (Paris, Gallimard, 1975); *Histoire de la sexualité*, t. I, *La volonté de saber* (Paris, Gallimard, 1976).

7. M. Foucault, *L'archéologie du savoir* (Paris, Gallimard, 1969), p. 24.

8. *Ibid.*, p. 17.

9. Ver N. Wachtel, *La vision des vaincus* (Paris, Gallimard, 1971).

10. Ver P. Toubert, *Les structures du Latium médiéval* (Roma, École Française de Rome, 1973). R. Fossier (*Enfance de l'Europe, X^e-XII^e siècles*, 2 vol., Paris, PUF, 1982) propôs que se generalizasse a noção de *incastellamento* na noção de *encellulement* [encelamento, enclausuramento], que considera o feudalismo o internamento da sociedade em unidades, em celas, a mais característica das quais é a senhoria.

11. Ver P. Goubert, *Cent mille provinciaux au XVII^e siècle. Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730* (Paris, Flammarion, 1968); E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, un village occitan de 1294 à 1324* (op. cit.); P. Ariès, *L'homme devant la mort* (Paris, Le Seuil, 1977); J. Delumeau, *La peur aux XIV^e et XV^e siècles* (Paris, Fayard, 1978); F. Furet e J. Ozouf, *Lire et écrire. L'alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vol. (Paris, éd. Minuit, 1977); J. Delumeau, *Le péché et la peur — La culpabilisation en Occident — XIII^e-XVIII^e siècles* (Paris, Fayard, 1983).

12. A. Burguière, *Bretons de Plozévet* (Paris, Flammarion, 1975, nova ed., 1978). A. Burguière atualizou sua exposição no verbete "Anthropologie historique", em seu *Dictionnaire des Sciences Historiques*, 1986, pp. 52-60.

13. "L'histoire immédiate", coleção dirigida por J. Lacouture para Éditions du Seuil.

14. G. Bois, *Crise du féodalisme, économie rurale et démographique en Normandie orientale du début du XIV^e siècle au milieu du XVI^e siècle* (Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, éditions de l'E.H.E.S.S., 1976).

15. J.-C. Schmitt, *Mort d'une hérésie. L'Église et les clercs face aux béguines et aux béghards du Rhin supérieur du XIV^e au XV^e siècle* (Paris, Haia, Nova York, Mouton-E.H.E.S.S., 1978).

16. Não estou de acordo, por exemplo, com o que Michel Vovelle chama de "mutação brusca", que eu não observo na história e que, para mim, não se confunde com o acontecimento, o qual, ao contrário, permanece (ou volta) como interrogação colocada ao historiador.

Leituras

O leitor desejoso de completar seu conhecimento da história nova poderá consultar:

Trabalhos de natureza metodológica e teórica na perspectiva da história nova

F. Simiand, "Méthode historique et Science sociale", in *Revue de synthèse historique*, 1963, republicado em *Annales E.S.C.*, 1969, pp. 83-119.

H. Berr, *La synthèse en histoire* (Paris, 1911, nova ed., Albin Michel, 1953).

M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien* (Paris, A. Colin, 1^a ed., 1949).

L. Febvre, *Combats pour l'histoire* (Paris, A. Colin, 1953).

M. Foucault, *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines* (Paris, Gallimard, 1966).

F. Braudel, *Écrits sur l'histoire* (Paris, Flammarion, 1967).

G. Duby, *Des sociétés médiévales*, aula inaugural no Collège de France (4 de dezembro de 1970) [Paris, Gallimard, 1971].

F. Furet e J. Le Goff, "L'homme sauvage et l'homme quotidien", in *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*, Toulouse, Privat, 1973, pp. 227-244.

E. Le Roy Ladurie, *Le territoire de l'historien*, t. I (Paris, Gallimard, 1973), t. II (Paris, Gallimard, 1978).

J. Le Goff e P. Nora, *Faire de l'histoire*, 3 vol. (Paris, Gallimard, 1974).

Trabalhos que permitem situar a história nova no conjunto da produção histórica dos últimos cinquenta anos

Enquete da *Nouvelle Critique* dirigida por F. Hincker e A. Casanova: *Aujourd'hui l'histoire* (Paris, Éditions Sociales).

Ver também a obra coletiva *Ethnologie et histoire* (Paris, Éditions Sociales, 1975).

J. Ehrard e G. Palmade, *L'histoire* (Paris, A. Colin, 1964).

J. Glenisson, *Vingt-cinq ans de recherche historique en France (1940-1965)*, 2 vol. (Paris, 1965).

New Trends in History (Colóquio de Princeton, Estados Unidos, 1968).

M. Ballard, *New Movements in the Study and Teaching of History* (Londres, M. Temple Smith, 1970).

F. Gilbert e S. R. Graubard, *Historical Studies Today* (Nova York, W. W. Norton, 1972).

L. Allegra e A. Torre, *La nascita della storia sociale in Francia della Comune alle "Annales"* (Turim, Einaudi, 1977).

Deve-se consagrar um lugar à parte a duas obras não-conformistas bastante diferentes

J. Chesneaux, *Du passé faisons table rase?* (Paris, F. Maspero, 1976).

Nesse livro, o autor contesta a justo título a recusa da história, por parte de alguns, em nome de uma ideologia libertária que coloca o peso do passado entre os instrumentos do poder das classes dominantes. Ele sublinha a necessidade de colocar corretamente os problemas graças ao conhecimento do passado, mas convoca para uma prática revolucionária da história que arruína toda e qualquer visão científica desta, confunde história vivida e história pensada e estabelece entre os historiadores e os povos em luta relações na verdade ambíguas, pois a renúncia do historiador a

seu ofício pode levar à pior utilização ideológica da história. No entanto, ele tem o mérito de colocar o problema da relação entre a produção histórica e a sociedade em que é produzida.

P. Veyne, *Comment on écrit l'histoire. Essai d'épistémologie* (Paris, Le Seuil, 1971).

Livro incômodo, de uma cultura desalentadora, e que brilha de inteligência e fórmulas. Ele confere a seu autor um lugar à parte e atesta relações complexas com a história nova. Se a rejeição dos dogmatismos (sobretudo marxistas) e dos determinismos vulgares, e a defesa de uma história que absorva a sociologia e a antropologia vão no sentido de tendências profundas da história nova, em compensação a noção ambígua de intriga, a predileção pela explicação de tipo psicológico, o recurso privilegiado às noções e ao vocabulário filosóficos, uma fobia do econômico enquanto tal, evocam um discurso subjacente de tipo tradicional. Não obstante, esta obra impõe Paul Veyne como um dos raros historiadores epistemólogos.

Leitura suplementar (1988)

Paul Veyne precisou sua concepção da história, próxima dos *Annales* e da história-problema, mas orientada, como a de François Furet, para uma história conceitual em *L'inventaire des différences*, Paris, Le Seuil, 1976.

Nos últimos dez anos, o sociólogo alemão Norbert Elias, nascido em 1897, autor de uma obra editada em 1939 (*Über den Prozess der Zivilisation*) e traduzida para o francês apenas em 1973 (t. 1, *La civilisation des mœurs*, Calmann-Lévy) e em 1975 (t. 2, *La dynamique de l'Occident*, Calmann-Lévy) exerceu uma grande sedução sobre os historiadores franceses próximos da nova história. Ver R. Chartier, "Norbert Elias, interprète de l'histoire occidentale", em *Le Débat*, outubro de 1980, e A. Burguière, verbete "Elias", em *Dictionnaire des Sciences Historiques*, pp. 239-242.

Há uma dezena de anos, um grupo de jovens historiadores italianos lançou a concepção de uma "história com lupa", próxima da antropologia, como a nova história, e que se interessa mais particularmente pelos "temas da vida privada, do pessoal e do vivido, aqueles que o movimento feminista privilegia com tanta força" — o que não é uma coincidência, "já que as mulheres constituem, sem dúvida nenhuma, o grupo que pagou o tributo mais pesado pelo desenvolvimento da história dos homens", sendo um de seus temas favoritos o "excepcional normal". É a *microstória*, a *micro-história*. Minha citação foi extraída do artigo de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, "La micro-histoire", em *Le Débat*, 17, dezembro de 1981, pp. 113-136, tradução parcial do texto italiano publicado em *Quaderni Storici*, 40, janeiro-abril de 1979, pp. 181-190, jovem revista que explora, como os *Annales* e a nova história, novos caminhos da pesquisa histórica.

JACQUES LE GOFF

A história nova

Assiste-se, nos últimos vinte anos, a uma profunda renovação do domínio científico. Não só a maioria das ciências manifesta aquela aceleração da história, que se tornou comum constatar, como também a divisão do saber evolui rapidamente. A reflexão epistemológica — a própria moda do termo "epistemologia" é significativa — desenvolve-se em extensão e profundidade. Essa comoção atinge, em particular, um conjunto de ciências cujo reconhecimento como entidade científica já é uma novidade considerável: as ciências humanas, como se costuma dizer na França, conforme a terminologia universitária consagrada em 1957 (faculdades de letras e ciências humanas), ou as ciências sociais, segundo o uso anglo-saxão. Três fenômenos assinalam essa emergência de um novo campo do saber:

1. a afirmação de ciências, seja francamente novas, seja surgidas há várias décadas, mas que atravessam então o limiar da divulgação universitária: sociologia, demografia, antropologia (que substitui a etnologia), etologia, ecologia, semiologia, futurologia, etc.;
2. a renovação, seja em nível da problemática, seja em nível do ensino — ou dos dois — de ciências tradicionais, mutação essa que se manifesta, em geral, pela adjunção do epíteto "novo" ou "moderno": *lingüística moderna*, *new economic history*, sendo que o exemplo mais relevante, o da matemática moderna, situa-se fora do domínio das ciências humanas;

3. a interdisciplinaridade, que se traduz no surgimento de ciências compósitas que unem duas ciências num substantivo e num epíteto: história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica; ou criam um neologismo híbrido: psicolinguística, etno-história, etc. Essa interdisciplinaridade chegou a dar nascimento a ciências que transgridem as fronteiras entre ciências humanas e ciências da natureza ou biológicas: matemática social, psicofisiologia, etnopsiquiatria, sociobiologia, etc.

O LUGAR ORIGINAL DA HISTÓRIA

Nesse campo renovado, uma ciência ocupa uma posição original: a história. Há uma *história nova*, e um de seus pioneiros, Henri Berr, já empregava o termo em 1930¹. A história deve esse lugar original a duas características essenciais: sua renovação integral e o arraigamento de sua mutação em tradições antigas e sólidas. Muitas ciências modernizaram-se num setor particular de seu domínio, sem que por isso todo o seu campo fosse modificado. Assim, a geografia foi uma das primeiras ciências humanas a se renovar graças ao desenvolvimento da geografia humana. Depois de Vidal de la Blache, Jean Brunhes (1869-1930), Albert Demangeon (1872-1940) e Jules Sion (1878-1940) foram os promotores de uma geografia ciência humana, ciência dos homens, tal como a história nova se afirma desde seu início. A influência desses geógrafos sobre os mestres da história nova, Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel (cuja "direção de estudos" na VI seção da *École Pratique des Hautes Études* se intitulava, desde a sua criação em 1947, "história geográfica"), foi tal, que esse precedente precisava ser citado aqui. Lucien Febvre não cessou de ressaltar essa aliança entre a geografia humana e a história nova, por exemplo na nota necrológica consagrada a Jules Sion e a Albert Demangeon², onde lembra a frase de Jules Sion exigindo que o geógrafo "saiba o ofício de historiador" e afirmando que "ele precisa pensar como historiador tanto quanto como geógrafo", ou na comemoração de Marc Bloch, a propósito de quem declara: "... como muitos dentre nós, coetâneos seus ou mais velhos, ele sofrera fortemente a influência dessa geografia que um mestre poderoso e engenhoso..., Vidal de la Blache, acabava de promover a disciplina nutriz"³. Lucien Febvre que, em "A Terra e a evolução humana, introdução geográfica à história"⁴, abre à história nova a busca simultânea do espaço e do tempo, que um Maurice Lombard, por exemplo, introduzirá na história do mundo muçulmano⁵.

Dai a importância da cartografia para a história nova, grande produtora e consumidora de mapas, não de simples mapas de orientação ou de ilustração, mas de mapas de pesquisa e de explicação, justificados pelo desejo de longa duração inscrita no espaço, de quantificação (encarnada nas localizações) e de hipóteses explicativas sugeridas pelas correlações entre fenômenos nas áreas confundidas ou discordantes. Mas trata-se de um questionamento pela história de uma geografia despojada de todo e qualquer determinismo. Em "As características originais da história rural francesa"⁶, Marc Bloch sempre mostrou a história em ação na modelagem das paisagens e dos sistemas de cultura. O *bocage** não é produto do solo, mas criação dos homens.

Toda forma de história nova é uma tentativa de história total

Entretanto, a história não se contentou com abrir aqui e ali novos horizontes, novos setores para si. Claro, um Pierre Goubert abre para a história nova o campo da demografia histórica, o enfoque, desde o nascimento até a morte, de todos os indivíduos, de todas as famílias de uma região durante um século⁷, graças à investigação dos registros paroquiais. Claro, um Natan Wachtel, com "A visão dos vencidos"⁸, modelo e obra-prima da história nova, dilata essa história às dimensões sem fronteiras da etno-história. Contudo, a história nova não se contenta com esses avanços. Ela se afirma como história global, total, e reivindica a renovação de todo o campo da história. Aliás, de uma maneira ou de outra, as obras pioneiras num setor da história nova afirmam sua ambição para além de toda e qualquer especialização. Elas são — o "Beauvaisis" de Goubert e a "Vision des vaincus" de Wachtel constituem bons exemplos — livros de história total em que a totalidade de uma sociedade é estudada e apresentada. Desse ponto de vista, o "Montaillou, aldeia da Occitânia, de 1294 a 1324", de Emmanuel Le Roy Ladurie⁹, obra-prima da antropologia histórica, manifesta patentemente o desejo totalizador da história nova, que o termo de antropologia histórica, substituto dilatado da história, sem dúvida exprime melhor. Toda forma de história nova — ou que se faz passar por nova — e que se coloca sob a bandeira de uma etiqueta aparentemente parcial ou setorial, quer se trate da história sociológica de Paul

* Tipo de paisagem do Oeste da França, em que os campos de cultura e os prados são cercados por sebes ou arvoredos e as fazendas, dispersas. (N.T.)

Veyne¹⁰, quer da história psicanalítica de Alain Besançon¹¹, é, na verdade, uma tentativa de história total, hipótese global de explicação das sociedades grega e romana da Antiguidade, ou da Rússia do século XIX e mesmo do século XX.

Já a propósito do título dos “*Annales d’histoire économique et sociale*” [Anais de história econômica e social], fundados em 1929, Lucien Febvre deveria dizer que os dois epítetos, notadamente o de “*social*”, tinham sido escolhidos por Marc Bloch e por ele próprio em razão de seu caráter vago que englobava toda a história: “Sabemos muito bem que ‘social’, em particular, é um desses adjetivos a que se fizeram dizer muitas coisas no decorrer do tempo, a tal ponto que por fim já não quer dizer quase nada [...]. Concordávamos em pensar que, precisamente, uma palavra tão vaga quanto ‘social’ parecia ter sido criada e posta no mundo por um decreto nominativo da Providência histórica para servir de emblema a uma revista que pretendia não se rodear de muralhas... Não há história econômica e social. Há a história pura e simples em sua unidade. A história que é toda social, por definição.”¹²

A história nova ampliou o campo do documento histórico

A segunda originalidade da história nova está, de fato, em se basear numa longa e sólida tradição. A história nova nasceu em grande parte de uma revolta contra a história positivista do século XIX, tal como havia sido definida por algumas obras metodológicas por volta de 1900¹³. No entanto, uma parte das conquistas técnicas do método positivista na história permanece válida. Foi Marc Bloch quem escreveu, não sem algum exagero, a propósito de Don Mabillon, pai da história erudita que ia triunfar no século XIX com a École des chartes [Escola de paleografia], durante muito tempo um bastião, no século XX, da história tradicional: “Naquele ano — 1681, ano da publicação do ‘*De Re Diplomatica*’, na verdade uma grande data na história do espírito humano —, a crítica dos documentos de arquivos foi definitivamente fundada.”¹⁴ A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira

ordem¹⁵. Entretanto, os métodos de crítica desses documentos novos calcaram-se mais ou menos nos métodos aperfeiçoados pela erudição dos séculos XVII, XVIII e XIX. Recentemente, uma obra sobre *A história e seus métodos*, dirigida por um dos mestres formados pela École des chartes, Charles Samaran¹⁶, justapunha sem conflitos exposições sobre os métodos tradicionais da história e ensaios sobre algumas orientações novas da história¹⁷.

A história vive hoje uma “revolução documental” que mantém com a história nova relações ambíguas, de que tornarei a falar. Uma nova concepção do documento e da crítica que dele deve ser feita está apenas esboçada, como tentei fazer na “Enciclopedia Einaudi”¹⁸.

A história desfruta tanto dessa conquista metodológica como de sua base universitária. Melhor que as outras ciências humanas — entre as humanidades que não conseguem se renovar e as ciências novas que encontram dificilmente a sua identidade —, a história, cujos profissionais dispõem de uma bagagem sólida e de uma formação que, muito embora seja pouco penetrada pelo espírito da história nova e não favoreça o exercício da inteligência (por exemplo, o concurso para professor do secundário), proporciona uma base institucional firme e pode, apoiando-se em sua longa tradição, voltar-se para novos horizontes, tendo, se ousar dizer, sua retaguarda bem protegida.

Em sua célebre conferência de Manchester em 1961, o grande etnólogo inglês Evans-Pritchard pedia aos antropólogos que aprendessem com os historiadores, em particular por causa da experiência destes na crítica dos documentos e na percepção do tempo e da mudança¹⁹.

NASCIMENTO DA HISTÓRIA NOVA: A “ESCOLA DOS ANNALES”

Sobretudo, a história nova já tem uma tradição própria, a dos fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”. Quando Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram em Estrasburgo, em 1929, uma revista que retomava, modificado, um velho projeto de Lucien Febvre de uma revista internacional de história econômica que abortara, suas motivações eram de várias ordens.

Antes de tudo, tirar a história do marasmo da rotina, em primeiro lugar de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares, era o que Lucien Febvre chamava, em 1932, de “derrubar

as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão”²⁰.

Depois, o desejo de afirmar duas direções inovadoras, expressas pelos dois epítetos do título da revista: história “econômica” e “social”. Com o econômico, tratava-se de promover um domínio quase completamente abandonado pela história tradicional, em que ingleses e alemães haviam passado à frente dos franceses e cuja importância na vida das nações e dos povos se acentuava cada dia mais. Não é por acaso que os “*Annales*” nascem em 1929, o ano da grande crise. O historiador vivo que Lucien Febvre e Marc Bloch sem dúvida mais admiravam era Henri Pirenne, a quem Lucien Febvre pensara confiar a direção da revista internacional e a cuja memória Marc Bloch dedicara, em 1940, um projeto logo abandonado de “História da sociedade francesa no âmbito da civilização européia”. Assim agindo, é verdade, Marc Bloch movia-se tanto pelas circunstâncias quanto pela admiração que tinha por Pirenne. De fato, este havia composto na prisão, durante a guerra de 1914-1918, uma “História da Europa”²¹, enquanto, durante a *drôle de guerre*, Marc Bloch se entediava. Como não pensar em Fernand Braudel que ia elaborar, entre 1940 e 1944, num campo de prisioneiros alemão, “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”²²? Na revista alemã “*Vierteljahreschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*” (“Revista trimestral de história social e econômica”), os fundadores dos “*Annales*” encontravam não apenas o acento posto no econômico, como também no social, aquele social que os seduzira por seu caráter vago que permitia falar de tudo. Porque se tratava de saltar os muros, derrubar as divisões que separavam a história das ciências vizinhas, especialmente da sociologia. Sob a etiqueta de social, Lucien Febvre e Marc Bloch encontravam a inspiração sem fronteiras da *Revue de synthèse historique* e do diretor desta, seu amigo Henri Berr, que publicara em 1921 *A história tradicional e a síntese histórica*²³, bem como a perspectiva comparatista, admirando a maneira como Henri Pirenne dela falara, em sua comunicação sobre “O método comparativo em história”, apresentada na seção de abertura do V Congresso Internacional de Ciências Históricas, em 9 de abril de 1923. Como escreverá Marc Bloch em sua “Apoloogia da história ou Ofício de historiador”: “A única história verdadeira, que só pode ser feita por ajuda mútua, é a história universal.”²⁴

Uma luta contra a história política

De 1924 a 1939, qual foi o combate dos “*Annales*”²⁵?

Primeiro, a luta contra a história política, a pedra no sapato de Lucien Febvre e Marc Bloch, sobretudo sob sua forma diplomá-

tica, cujo modelo maçante era, para eles, o “Manual de política estrangeira”, de Émile Bourgeois (1892). Essa história política que é, por um lado, uma história-narrativa e, por outro, uma história de acontecimentos, uma história fátual, teatro de aparências que mascara o verdadeiro jogo da história, que se desenrola nos bastidores e nas estruturas ocultas em que é preciso ir detectá-lo, analisá-lo, explicá-lo. Em 1931, na “*Revue de synthèse*”, para a qual continua colaborando paralelamente aos “*Annales*”, Lucien Febvre, interrogando-se sob o título “História ou política?” sobre o valor de uma “História diplomática da Europa” recentemente publicada, recusa a busca dos “motivos reais, profundos e múltiplos” dos “grandes movimentos de massa” no humor, na psicologia e nos caprichos individuais dos “grandes” ou no “jogo contraditório de diplomacias rivais”. Os verdadeiros motivos, “há motivos geográficos; há motivos econômicos, sociais também, e intelectuais, religiosos e psicológicos”²⁶.

Quinze anos mais tarde, Lucien Febvre, retomando o mesmo combate, resenha nos “*Annales*” outra obra, “A paz armada (1871-1914)” e pesca esta frase: “Os partidários do materialismo histórico sempre procuram aumentar o papel dos fatores econômicos nos conflitos internacionais em detrimento dos fatores políticos e morais.” Ele comenta, com sua pugnacidade habitual: “Deus do céu! Que vem fazer aqui o ‘materialismo histórico’? (...) O mundo é mundo. Dizem-nos: antes da guerra de 1914, ele já não era exatamente o que se tornou de 1920 a 1940. Mas de 1871 a 1914 ele já não era o que fora de 1848 a 1870. Por quê? Por razões políticas? Ou morais? Absolutamente! Por razões econômicas. Isso salta aos olhos.”²⁷

No mesmo estudo, fazendo alusão ao livro póstumo de Marc Bloch, “A estranha derrota”, ele faz este diagnóstico: “A derrota da França foi, antes de mais nada, uma derrota da inteligência e do caráter.”

A posição e a ação dos “*Annales*”, com sua fecundidade e seus limites, pode ser apreendida nessas citações. Recusar a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator. E também, parece-me, a fraqueza de uma análise demasiado eclética, que pode se perder na “multiplicidade dos motivos”, que não distingue entre motivo e causa. O essencial, no entanto, é esse apelo a uma história profunda e total. Primeiro quebrar essa história pobre, solidificada, com a aparência enganadora de pseudo-história.

Uma crítica da noção de fato histórico

É também o momento em que os “*Annales*” fazem a crítica implacável da noção de fato histórico. Não há realidade histórica

acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Como todo homem de ciência, este, conforme a expressão de Marc Bloch, deve, “diante da imensa e confusa realidade”, fazer a “sua opção” — o que, evidentemente, não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado. Lucien Febvre, em sua aula inaugural no Collège de France (1933), dá um exemplo: “(...) porque onde pegáramos o fato em si, este pretensão átomo da história? O assassinato de Henrique IV por Ravaillac, um fato? Se o analisarmos, se o decompusermos em seus elementos, uns materiais, outros espirituais, resultado combinado de leis gerais, de circunstâncias particulares de tempo e lugar, enfim, de circunstâncias próprias a cada indivíduo, conhecidos ou ignorados, que representam um papel na tragédia, quão rápido veremos dividir-se, decompor-se, dissociar-se um complexo emaranhado... Algo dado? Não, algo criado pelo historiador, quantas vezes? Algo inventado e construído, com ajuda de hipóteses e conjeturas, por um trabalho delicado e apaixonante.”²⁸

Os Anais. Economias. Sociedades. Civilizações

Depois da Segunda Guerra Mundial, os “*Annales*” e os historiadores que gravitavam em torno deles continuam, depois reavivam e fazem a história nova progredir de novo. A revista, que precisou mudar várias vezes de nome por causa das condições da guerra e da ocupação alemã, tem a partir de 1946 um novo título, que assinala a ampliação de seus horizontes. É, desde então, “*Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*” [“*Anais. Economias. Sociedades. Civilizações*.”]. Primeiro, o plural: “os homens, não o Homem” — essa abstração, sempre repetiram Lucien Febvre e Marc Bloch. Depois, ao lado das economias e das sociedades que recordam os epítetos dos antigos “*Annales*”, o aparecimento do termo “civilizações”, cujo caráter amplo, unindo o material ao espiritual, Lucien Febvre e Marc Bloch (que morreu em 1944, fuzilado pelos alemães, mas continua presente em espírito) sempre apreciaram. E Marc Bloch em seu testamento metodológico, recordando Guizot, justifica de antemão esse emprego — no plural — de civilizações: “Reconhecemos que, numa sociedade, qualquer que seja, tudo se liga e se comanda mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e mais sutis da mentalidade.”²⁹

A escola dos “*Annales*” e a concepção de Toynbee

Permitam-me, a propósito de civilização, uma sumária precisão sobre o emprego deste termo pelos mestres dos “*Annales*”. A palavra lhes agrada, como acabamos de ver. Contudo, eles não dissimulam os perigos que ela contém. Fazem questão, em particular, de demarcá-la da concepção de Arnold Toynbee³⁰, que distingue desde o início da humanidade 21 civilizações, vê todas elas passarem por três fases sucessivas, de gênese, maturidade e declínio, de acordo com uma lei de “challenge and response”, capacidade de responder aos estímulos externos e internos. Vocabulário e pensamento vagos que assimilam abusivamente “sociedade” (nem todas, é claro, pois Toynbee conta 650 sociedades primitivas que não atingiram o nível de “civilização”) a “civilização”, emprego sem discernimento de um método comparativo grosseiro, baseado em inúmeros anacronismos, recursos a metáforas e a um pensamento “vitalista”, que data “de ontem, senão de anteontem”, arbitrariedade de uma divisão de civilizações “em número definido” e, por fim, duas críticas maiores: de um lado, uma história ilusionista, de prestidigitador, que faz as civilizações desfilar “como os quadros de um melodrama”; de outro, uma filosofia da história, não uma história científica.

Lucien Febvre conclui, um pouco malvadamente, que a história, de acordo com Toynbee, pode ser resumida pela fórmula do velho bibliotecário que responde a um xá agonizante que queria conhecer toda a história no último minuto da sua vida: “Meu príncipe”, diz-lhe o sábio ancião, “meu príncipe, os homens nascem, amam e morrem.”³¹

Se me estendi um pouco demoradamente sobre essa polêmica é porque ela me permite situar certas posições essenciais da história nova. Todos os historiadores que preconizam-na parecem-me estar de acordo, com mais ou menos nuances, com Lucien Febvre. A história à Toynbee, apesar de suas seduções, sua vista larga, seu desejo de totalidade, essa história confusa, feita — obrigatoriamente — de terceira mão em grande parte e que filosofa barato não é a nossa.

Uma história problemática, e não automática

Eis, pois, os “*Annales*” com um novo título, sob a direção única de Lucien Febvre.

Mais do que nunca, os “*Annales*” querem fazer entender. Colocar os problemas da história: “proporcionar uma História não automática, mas problemática.”³² E, mais do que nunca, os problemas

de uma história para o tempo presente, para nos permitir viver e compreender “num mundo em estado de instabilidade definitiva”. Onde, em primeiro lugar, nesta revista, que desde o início pretendeu ser internacional, mas que foi sobretudo ocidental, e inclusive européia, o desejo de se abrir mais amplamente, fora e contra qualquer eurocentrismo, para o mundo inteiro, em particular para o que vai ser chamado de terceiro mundo.

No limiar dessa nova fase, aparecem duas obras “programáticas” dos fundadores, que publicaram no início da guerra suas obras-primas: “A sociedade feudal”, de Marc Bloch³³, modelo de uma história-problema, sintética e comparatista sem extravagância, aberta para “as maneiras de ver e de pensar”, ultrapassando a história jurídica das instituições, no sentido de uma história social das classes e de uma história do poder e dos poderes: e “O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais”, em que Lucien Febvre³⁴ reencontra a história profunda “no âmago religioso do século XVI”, a longa duração das idéias, dos sentimentos e das crenças, e destrói o mito anacrônico de um Rabelais livre-pensador. De Marc Bloch, um livro póstumo, inacabado, não revisto, mas que vai divulgar a história nova fora da França, desde a sua tradução, rapidíssima, para o inglês (Manchester e Nova York, 1954), até as recentes traduções nas línguas dos países da Europa do Leste, especialmente em russo (Moscou, 1973): “Apologia da história ou Ofício de historiador”³⁵, que, segundo Lucien Febvre, não é nem “um método da história”, nem “considerações pseudofilosóficas sobre a história”, mas “uma revista crítica das más maneiras de pensar e praticar a história”. Recordarei dele apenas duas preocupações, bastante características da história nova.

De um lado, recusar o “ídolo das origens”, porque, de acordo com um provérbio árabe, “os homens se parecem mais com seu tempo do que com seus pais”. De outro, estar atento às relações entre presente e passado, isto é, “compreender o presente pelo passado”, mas também “compreender o passado pelo presente” — donde a necessidade de um método “prudentemente regressivo” (p. 15).

Combates por uma nova história

Alguns anos mais tarde, Lucien Febvre reunia uma parte importante de seus artigos metodológicos em “Combates pela história”³⁶. Encontram-se aí “profissões de fé iniciais”, de que forneci vários extratos significativos, os artigos de combate contra a história política e diplomática, a história-quadro, a história-manual, a história filo-

sófica e o que ele chama de história historicizante, à base de história fatual, passiva diante dos fatos, sem problemas, encerrada na ruminação dos textos, comparável ao que hoje se chama em política de “politique politicienne” [“política politiqueira”].

Em contrapartida, combate por uma “história dirigida” — expressão que talvez soe mal hoje em dia, mas que designa a história feita a partir de enquetes coletivas, “porvir da história” de que os “Annales” desde o início deram o exemplo, lançando enquetes sobre o cadastro, os planos parcelares, a técnica agrícola e suas repercussões sobre a história dos homens, as nobrezas. Caminho fecundo, que trilhou, a partir de 1948, o Centro de Pesquisas Históricas da VI seção da École Pratique des Hautes Études, apoiada — se nos limitarmos à França — pelo Centre National de la Recherche Scientifique, e que conquistou pouco a pouco, sobretudo depois de 1968, vários departamentos de história das universidades.

Depois, é o olhar para o vizinho, com a esperança de fazer que dialoguem os “irmãos que se ignoram”, levando quase sempre a decepções, certo fracasso da lingüística³⁷, a qual, não obstante, permite que os historiadores “descubram um canto do passado sem textos por uma indução limitada, talvez, mas forte, sólida, baseada numa experiência inatacável” (p. 163), a psicologia³⁸, aparentemente incapaz de entabular por si só o diálogo com os historiadores, que devem “proporcionar aos psicólogos uma psicologia histórica válida” (p. 219) e, depois, esse conjunto de horizontes fechados em si próprios pela falta de especialistas sem horizontes e sem problemas, que mantêm longe da fome dos historiadores da história nova campos essenciais: a literatura, a filosofia, a arte, as ciências.

A VI seção da École Pratique des Hautes Études

Entretanto, logo depois da guerra, o essencial no espaço dos “Annales” é, de um lado, a fundação da VI seção da École Pratique des Hautes Études, de outro, a renovação, em torno de Lucien Febvre, do grupo dirigente dos “Annales”. O primeiro acontecimento é a realização de um projeto de Victor Duruy, demasiado avançado em relação à realidade para ter aparecido antes. Quando fundou, fora da velha Sorbonne e mais ou menos contra seu ensino magistral, um ensino baseado na pesquisa, na prática erudita ou experimental, no sistema germânico do seminário, a ser ministrado no âmbito da École Pratique des Hautes Études (1868), ele previu uma VI seção, a das ciências econômicas e sociais, cuja criação Lucien Febvre arrancou dos governos da Libertação. O programa dessa VI seção —

interdisciplinar, aberto para o mundo inteiro, baseado na pesquisa e nas enquetes coletivas — é o dos “*Annales*” e nele a história³⁹ desempenha um papel de inspiração e liderança. Acontecimento capital para a história nova que, a partir de então, se transmite pelo ensino, pela pesquisa, pela discussão — ao lado das disciplinas irmãs — e desemboca numa instituição. Uma penetração mais profunda nas estruturas e nas práticas universitárias se chocará com numerosas resistências. Quando, de 1950 a 1955, Fernand Braudel preside o júri do exame de história do concurso para professor secundário, ele não pode impregná-lo de todo o espírito da história nova.

Rumo a uma outra história... com Fernand Braudel

Por outro lado, convocado por Lucien Febvre, Georges Friedmann — que vai se tornar o pai da sociologia nova na França, uma sociologia repleta de história e que situa o taylorismo na evolução do trabalho industrial — apreende o presente em sua densidade de tradição e mudança⁴⁰, em seus mitos ideológicos⁴¹, e dois jovens historiadores, Fernand Braudel e Charles Morazé, voltam a proporcionar aos “*Annales*” o impulso rumo a essa história em que passado e presente se iluminam mutuamente.

Logo Fernand Braudel proporciona à história nova sua obra-prima, “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”⁴². Lucien Febvre, que “descobriu” Fernand Braudel, assim apresenta a obra, num artigo de título significativo: “Rumo a uma nova história: ‘O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II’ (duas personagens de grandeza desigual, e não é o segundo que sobrepuja o primeiro, o que já é uma grande novidade) — ontem, a tese de Fernand Braudel nos trazia um plano totalmente novo e, em certo sentido, revolucionário. Decidido a recolocar os grandes projetos da política espanhola, no sentido mais amplo da palavra ‘política’, em seu contexto histórico e geográfico natural, ele estuda em primeiro lugar as forças permanentes que atuam sobre as vontades humanas, que pesam sobre elas sem que elas disso se apercebam, que as vergam nesta ou naquela direção; e é toda uma análise, nunca antes tentada, do que o Mediterrâneo — como o chamamos, com uma palavra negligentemente pronunciada — representa como força que conduz, canaliza, contraria também e freia, ou, ao contrário, exalta e acelera o jogo das forças humanas. Depois disso, numa segunda parte, ele arrola as forças particulares, mas animadas de certa constante, forças impessoais e coletivas, mas, desta vez, datadas e, por assim dizer, assinaladas como sendo estritamente aquelas que atuam no sécu-

lo XVI, na segunda metade do século XVI, isto é, no espaço de tempo que preenche a vida reinante de Filipe II da Espanha. Terceira parte: os acontecimentos. O fluxo tumultuoso, agitado e confuso dos fatos. Magnetizados com frequência pelas forças permanentes que o primeiro livro estuda, influenciados e dirigidos pelas forças estáveis que o segundo livro enumera. Mas o acaso age sobre elas, o acaso borda na talagarça dos encadeamentos suas variações mais brilhantes e mais imprevistas.”⁴³

Lucien Febvre morre em 1956. Fernand Braudel, secundado a princípio por Robert Mandrou, depois por Marc Ferro, torna-se o principal inspirador dos “*Annales*”. Em 1958, ele publica aí o artigo que vai marcar profundamente a etapa atual da história nova: “História e ciências sociais: a longa duração”⁴⁴. Em 1969, Fernand Braudel, Charles Morazé e Georges Friedmann confiam os *Annales* a uma nova equipe: André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel.

No entanto, antes de tentar definir a história nova hoje, convém recordar a longa e ilustre linhagem de que ela descende.

OS PAIS DA HISTÓRIA NOVA

De fato, além da “escola dos *Annales*”, a história nova pode reivindicar alguns dos maiores nomes da história desde o século XVIII.

Voltaire já definira o projeto da história nova

É Voltaire, escrevendo em suas “Novas considerações sobre a história” (1744): “Talvez aconteça em breve, na maneira de escrever a história, o que já aconteceu na física. As novas descobertas levaram à proscrição dos antigos sistemas. Vai-se querer conhecer o gênero humano naquele detalhe interessante que constitui, hoje, a base da filosofia natural (...). É bom que existam arquivos de tudo, para que se possa consultar, se necessário; e atualmente encaro todos os livros volumosos como dicionários. Contudo, depois de ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas, e o teor de algumas centenas de tratados, percebi que, no fundo, quase não estava mais instruído. Só aprendia acontecimentos. Não conheço os franceses e os sarracenos pela batalha de Charles Martel, do mesmo modo que não conheço os tártaros e os turcos pela vitória que Tamerlão logrou sobre Bajazet. Eu gostaria de saber quais eram as forças de um país antes de uma guerra, e se essa guerra aumentou-as ou diminuiu-as. A Espanha foi mais

rica antes da conquista do novo mundo do que hoje? Quantos habitantes tinha na época de Carlos V a mais do que sob Filipe II? Por que Amsterdam continha apenas vinte mil almas há duzentos anos? Por que conta hoje 240 mil habitantes? E como se sabe isso positivamente? Quantos habitantes a Inglaterra tem a mais do que na época de Henrique VIII? Seria verdade o que se diz nas 'Cartas persas', que faltam homens na terra e que ela está despovoada em comparação com o que era há dois mil anos? (...) Eis aí, já, um dos objetos da curiosidade de quem quer que queira ler a história como cidadão e filósofo. Ele não se limitará a esse conhecimento; procurará saber qual foi o vício radical e a virtude dominante de uma nação; por que ela foi poderosa ou fraca no mar; como e até que ponto ela se enriqueceu no último século: os registros das exportações podem informá-lo. Ele vai querer saber como as artes, as manufaturas se estabeleceram: seguirá a sua passagem e a sua volta de um país a outro. As mudanças nos costumes e nas leis serão, enfim, seu grande objeto. Saber-se-ia, assim, a história dos homens, em vez de saber-se uma pequena parte da história dos reis e das cortes. Em vão, leio os Annales da França: nossos historiadores se calam sobre todos esses detalhes. Nenhum teve como divisa: *Homo sum, humani nil a me alienum puto*.⁴⁵

História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, não apenas história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes. História das estruturas, não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro. História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva — ou dogmática. História total, enfim... Esse programa da história nova, que tem mais de dois séculos, vai ser retomado por Chateaubriand e Guizot, na primeira metade do século XIX.

Um verdadeiro manifesto em Chateaubriand

O prefácio dos "Estudos históricos" de Chateaubriand (1831) é um verdadeiro manifesto da história nova: "As sociedades antigas perecem; de suas ruínas surgem sociedades novas: leis, hábitos, usos, costumes, opiniões, princípios até, tudo é mudado. Uma grande revolução se realiza, uma grande revolução se prepara: a França deve recompor seus Anais, a fim de relacioná-los com os progressos da inteligência... Os analistas da Antiguidade não introduziam em suas narrativas o quadro dos diferentes ramos da administração: as ciências, as artes, a educação pública eram rejeitadas do domínio da história.

Clio caminhava com leveza, desembaraçada da pesada bagagem que hoje arrasta consigo. Com frequência, o historiador era apenas um viajante que contava o que vira. Agora, a história é uma enciclopédia; é preciso enfiar tudo nela, desde a astronomia até a química, desde a arte do financista até a do manufator, desde o conhecimento do pintor, do escultor e da arquitetura até o do economista, desde o estudo das leis eclesiásticas, civis e criminais até o das leis políticas. O historiador moderno deixa-se levar à narrativa de uma cena de hábitos e de paixões, a gabela⁴⁶ sobrevém de repente; outro imposto reclama; a guerra, a navegação, o comércio acorrem. Como as armas eram feitas então? De onde era tirada a madeira para as construções? Quanto custava a libra-peso de pimenta-do-reino? Tudo está perdido, se o autor não notou que o ano começava na Páscoa e que ele o datou de 1.º de janeiro⁴⁷. Como pretender que as pessoas confiem em sua palavra, se ele se enganou de página numa citação, ou se ele numerou mal a edição? A sociedade permanece desconhecida, se se ignorar a cor dos calções do rei e o preço do marco de prata⁴⁸. Esse historiador diz saber não só o que acontece em sua pátria, como também nas regiões vizinhas, e entre esses detalhes é preciso que uma idéia filosófica esteja presente em seu pensamento e lhe sirva de guia. Eis os inconvenientes da história moderna: são tamanhos, que talvez nos impeçam de termos um dia historiadores como Tucídides, Tito Lívio e Tácito, mas não podemos evitar esses inconvenientes e temos de submeter-nos a eles.⁴⁹

História global de novo, onde o econômico, o artístico, o antropológico ocupam o primeiro plano. História dos preços e da economia política (e não história política). História "filosófica", isto é, problemática e explicativa. História pronta, enfim, a renunciar ao prestígio do estilo, à concepção do historiador escritor e artista, se for preciso pagar esse preço pelo rigor científico... História nova que Chateaubriand chama de história "moderna", expressão que teria sem dúvida feito fortuna, se a divisão da história pelos humanistas do século XVI em histórias antiga, medieval e moderna, entronizada pelo uso universitário, não houvesse detido a sua carreira, por temor de equívoco. Todavia, a história "moderna" de Chateaubriand em 1831 já é nossa história nova.

Guizot e a civilização como objeto da história

Pouco tempo antes, em 1828, Guizot — na primeira lição do seu "Curso de história moderna: história da civilização na Europa, desde a queda do império romano até a Revolução Francesa" — atribuí-

ra como objeto central da história a civilização: “Desde há algum tempo, fala-se muito, e com razão, da necessidade de encerrar a história nos fatos, da necessidade de contar. Nada mais verdadeiro. No entanto, há muitos mais fatos a contar, e fatos bem diferentes do que talvez sejamos tentados a acreditar num primeiro momento: há fatos materiais, visíveis, como as batalhas, as guerras, os atos oficiais dos governos; há fatos morais, ocultos, que nem por isso são menos reais; há fatos individuais, que têm um nome próprio; há fatos gerais, sem nome, aos quais é impossível atribuir uma data precisa, que é impossível encerrar em limites rigorosos e que nem por isso deixam de ser fatos como os outros, fatos históricos que não se pode excluir da história sem mutilá-la... Não parece, de fato, senhores, que o fato da civilização seja o fato por excelência, o fato geral e definitivo em que todos os outros vêm dar, em que se resumem? Peguem todos os fatos de que se compõe a história de um povo, que acostumamos a considerar como os elementos da sua vida; peguem suas instituições, seu comércio, sua indústria, suas guerras, todos os detalhes de seu governo: quando queremos considerar esses fatos em seu conjunto, em sua ligação, quando queremos apreciá-los, julgá-los, o que perguntamos a eles? Perguntamos-lhes em que contribuíram para a civilização desse povo, que papel desempenharam nela, que importância tiveram, que influência exerceram... Qual é, pois, senhores, pergunto, qual é, antes de empreender a sua história e considerando-o unicamente em si mesmo, esse fato tão grave, tão amplo, tão precioso, que parece o resumo, a expressão da vida inteira dos povos?... Desde há muito e em muitos países, utiliza-se a palavra civilização: vinculam-se a ela idéias mais ou menos nítidas, mais ou menos amplas; mas, enfim, as pessoas utilizam-na e se entendem. É o sentido dessa palavra, seu sentido geral, humano, popular, que é preciso estudar.”⁵⁰

Claro, Guizot, homem de seu tempo, porta-voz dos “burgueses conquistadores” para usar a feliz expressão de Charles Morazé⁵¹, vê sobretudo na civilização a idéia de progresso (“A idéia do progresso, do desenvolvimento parece-me ser a idéia fundamental contida na palavra civilização”). Mas acreditaríamos já estar ouvindo Lucien Febvre apresentando na primeira Semana Internacional de Síntese, em 1930, seu célebre estudo “Civilização: evolução de uma palavra e de um grupo de idéias”, Lucien Febvre justificando em 1946 no novo subtítulo dos “Annales”: “Economias, Sociedades, Civilizações”⁵², “civilizações no plural”, como sublinhara Marc Bloch em “Apologia da história”.

Mas os dois principais precursores da história nova são, sem dúvida, Michelet e um economista francês, François Simiand.

Michelet, profeta da história nova

Profeta da história nova, Michelet não o é apenas em sua obra. Ele o foi explicitamente neste grande texto: o *Prefácio* de 1869 da *História da França*⁵³. “Ela tinha anais, não uma história. Homens eminentes haviam-na estudado sobretudo do ponto de vista político. Ninguém penetrara no infinito detalhe dos diversos desenvolvimentos de sua atividade (religiosa, econômica, artística, etc.). Ninguém ainda a havia abarcado com o olhar na unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Fui o primeiro a vê-la como uma alma e uma pessoa... Mais complicado ainda, mais assustador, era meu problema histórico colocado como *ressurreição da vida integral*, não em suas superfícies, mas em seus organismos internos e profundos... Em resumo, a história, tal como eu a via nesses homens eminentes (e vários admiráveis) que a representavam, ainda me parecia fraca em seus dois métodos: pouquíssimo material, levando em conta raças, não o solo, o clima, os alimentos, tantas circunstâncias físicas e fisiológicas. Pouquíssimo espiritual, falando das leis, dos atos políticos, não das idéias, dos hábitos, não do grande movimento progressista, interno, da alma nacional.” De novo a recusa de uma história essencialmente política e a aspiração a uma história total e profunda. Enfim e sobretudo, o apelo a duas orientações essenciais da história nova: uma história mais material, anunciadora da história da cultura material, que se interessa pelo clima⁵⁴, pelos alimentos⁵⁵, pelas circunstâncias físicas⁵⁶, e uma história mais espiritual⁵⁷. Uma história que seja a dos costumes — e com a evocação de Voltaire (“Ensaio sobre os costumes”) anunciam-se a história antropológica e a volta de nossa época ao belo conceito de “costumes”⁵⁸.

Simiand, um economista contra os “ídolos” dos historiadores

O nome de François Simiand pode surpreender aqui. Porque Simiand (1873-1935) não foi historiador, mas economista e sociólogo, e porque sua notoriedade discreta não tem a mesma amplitude que a celebridade dos historiadores que acabo de citar.

No entanto, Simiand possui vários títulos para apresentar como aval de seus vínculos com a história nova. Mais do que no economista que enriqueceu a teoria dos ciclos e preparou a problemática da “Revue de synthèse historique” e no inspirador dos “Annales”, penso aqui no autor do memorável artigo “Método histórico e ciência social”. Fazendo sua uma metáfora de Bacon, nele Simiand denunciava “três ídolos da tribo dos historiadores”:

1. "O 'ídolo político', isto é, o estudo dominante, ou pelo menos a preocupação perpétua com a história política, os fatos políticos, as guerras, etc., o que leva a dar a esses acontecimentos uma importância exagerada..."

2. "O 'ídolo individual', ou o hábito inveterado de conceber a história como uma história dos indivíduos, e não como um estudo dos fatos, hábito que ainda conduz comumente a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de um homem, e não em torno de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida..."

3. "O 'ídolo cronológico', isto é, o hábito de se perder em estudos de origem, em investigações de diversidades particulares, em vez de estudar e compreender primeiro o tipo normal, procurando-o e determinando-o na sociedade e na época em que ele se encontra..."⁵⁹

Destronar a história política foi o objetivo número um dos "Anais" e continua sendo uma preocupação de primeira ordem da história nova, ainda que, como direi adiante, uma nova história política, ou antes uma história de uma nova concepção do fato político, deva tomar seu lugar no domínio da história nova.

Desembaraçar-se da história dos grandes homens — essa empresa está bem encaminhada, ainda que, de um lado, essa história das aparências ilusórias continue a grassar na produção para e pseudo-histórica e que, de outro, a história nova deva reexaminar a questão dos grandes homens e dar um novo estatuto científico à biografia. Mais do que no "Lutero" de Lucien Febvre⁶⁰, deve-se pensar aqui no "Frederico II" de Ernst Kantorowicz⁶¹ e no "Luís XIV e vinte milhões de franceses" de Pierre Goubert⁶². Rever, enfim, os hábitos cronológicos dos historiadores é uma das grandes tarefas da história nova, que — tornarei a este ponto — só foi iniciada timidamente, por enquanto. Talvez mais do que no sentido dessa manipulação abstrata do tempo que François Simiand desejava, é no sentido da consideração da multiplicidade dos tempos históricos e da elaboração de regras precisas da longa duração que a história nova deve se orientar.

UMA HISTÓRIA FRANCESA?

A história nova parece ser, essencialmente, uma história francesa. E de fato é, em grande parte. Não há, que eu saiba, estudo aprofundado desse problema, apesar das interessantes observações de Luciano Allegra e Angelo Torre⁶³. No máximo podemos sugerir duas hipóteses, que, aliás, devem se completar e ser combina-

das. De um lado, a história desempenhou na França, desde o século XIX, se não desde o fim do século XVII, um papel dominador, federador e pioneiro no campo das ciências que iriam chamar-se humanas ou sociais. Vimos alguns dos grandes nomes que manifestaram seu papel e contribuíram para fortalecê-lo. Enquanto nos países anglo-saxões as ciências sociais modernas são antes oriundas da sociologia ou da antropologia, na França foi a história que desempenhou o papel-guia, como se pode ver, por exemplo, nas condições de fundação, no programa e no funcionamento da VI seção da École Pratique des Hautes Études a partir de 1947. Aliás, excetuando-se a Inglaterra, onde o desenvolvimento precoce da ciência econômica e da economia política e a influência americana contiveram parcialmente essa emergência da história, a França é o único dos grandes países modernos a ter uma tradição historiográfica antiga e contínua, ligada tanto aos centros do poder político e ideológico (monarquia, Igreja), quanto à evolução social (história nobiliárquica, história burguesa) e à formação precoce do sentimento nacional entre os séculos XII e XV. Uma série de estudos, dirigida por Bernard Guénée, mostrou recentemente essa vitalidade e importância da historiografia francesa desde a Idade Média⁶⁴.

Por outro lado, a tradição historiográfica na França protegeu-se mais ou menos contra duas influências que, aliás, na Alemanha, na Itália e especialmente nos países anglo-saxões, mais ou menos subjugaram-na, esterilizaram-na ou, em todo caso, desviaram-na dessa história do cotidiano e do concreto em que a história nova bebeu sua melhor inspiração. Quero falar da filosofia — mais particularmente, da filosofia da história — e do direito, inspirador de uma história jurídica, freqüentemente sem contato com o real, combinando-se com a erudição positivista para produzir, conforme a expressão de Marc Bloch, "esses camponeses que só lavram cartulários". A historiografia francesa não foi dominada por um Vico (qualquer que tenha sido o fascínio que este exerceu sobre Michelet), um Hegel, um Carlyle e, mais próximo de nós, um Spengler, um Croce ou um Toynbee. Esse distanciamento dos historiadores franceses em relação à filosofia da história provavelmente contribuiu para limitar a influência, sobre a história francesa profissional de um Taine, no século XIX, ou de um Raymond Aron, em nossos dias.

Isso, é claro, não deve levar a uma concepção ridiculamente nacionalista da história nova. Trata-se, antes de tudo, de uma história particularmente sensível às diferenças e que, onde pode se desenvolver — e se desenvolverá, como, aliás, já começamos a ver — o fará de acordo com seus próprios caminhos. Tampouco se deve esquecer o papel que alguns estrangeiros desempenharam na gênese

dessa história, um Pirenne ou um Huizinga, para não falar de Marx.

A história nova fora da França

Enfim e sobretudo, a história nova também se faz fora da França, e muitas vezes de uma maneira brilhante e pioneira. Em matéria de revistas, recordemos o papel de modelo representado pela "Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte"⁶⁵ no nascimento dos "Annales d'histoire économique et sociale". Hoje, a revista britânica "Past and Present" (desde 1952) representa a história nova ao mesmo título que os "Annales E.S.C.". E as anglo-americanas "Comparative Studies in Sociology and History" (desde 1957) contribuíram para essa renovação da história social em sentido amplo. Juntamente com a Inglaterra, a Itália parece abrir-se de modo particular à história nova, o que é atestado pela atividade de vários de seus editores. Citarei ao acaso (e há vários outros) a posição de primeiro plano que ocupam em etno-história a americana Natalie Zemon Davis e o italiano Carlo Ginzburg; a brilhante escola histórica polonesa produziu, por exemplo, um dos melhores e mais inovadores historiadores dos marginais, Bronislaw Geremek⁶⁶, e Witold Kula renovou os modelos marxistas na história econômica e social, tanto com um grosso tratado de história econômica, quanto, e talvez principalmente, com um novo modelo de feudalismo⁶⁷, que suscitou no Ocidente um vivo interesse, e com um livro pioneiro, "Das medidas e dos homens"⁶⁸, onde mostra como a história das lutas sociais muitas vezes travou-se em torno de instrumentos da vida cotidiana.

A HISTÓRIA NOVA HOJE

Em "Faire de l'histoire"⁶⁹, a história nova foi definida pelo aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história (o essencial dessas renovações será encontrado nos verbetes deste dicionário: por exemplo, demografia histórica, história religiosa, história social, etc.) e, principalmente talvez, pelo aparecimento no campo da história de novos objetos, em geral reservados, até então, à antropologia (o leitor encontrará aqui exemplos nos verbetes *Alimentação*, *Corpo*, *Gestos*, *Imagens*, *Livro*, *Mito*, *Sexo*). Eu a definirei, ao mesmo tempo, pelos novos desenvolvimentos das suas orientações nos últimos cinquenta anos e por perspectivas inéditas; e tratarei de indicar o que,

nessas opções, está em jogo diante de outras tendências ou inércias da historiografia.

A longa duração

A mais fecunda das perspectivas definidas pelos pioneiros da história nova foi a da longa duração. A história caminha mais ou menos depressa, porém as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo. Um sistema econômico e social só muda lentamente. Marx — que pelo conceito de modo de produção, pela teoria da passagem da escravidão ao feudalismo, depois ao capitalismo, designou como formações essenciais da história sistemas pluriseculares — compreendeu isso. Podemos defini-los de outras maneiras, escolher como medida da história os costumes ou as mentalidades, distinguir períodos de acordo com as técnicas, de acordo com as formas energéticas (predominância sucessiva do motor humano, do motor animal, do motor mecânico), de acordo com as atitudes diante de fenômenos e problemas fundamentais: o trabalho, por exemplo (quando se passa da idéia de trabalho desprezível à de trabalho progressista, de morte inteiramente amargada a morte parcialmente dominada?).

A história do curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças. Uma história política que se pauta pelas mudanças de reinados, de governos, não apreende a vida profunda: o aumento da estatura dos humanos, ligado às revoluções da alimentação e da medicina; a mudança das relações com o espaço, decorrente da revolução dos transportes; a subversão dos conhecimentos, provocada pelo aparecimento dos novos meios de comunicação de massa, a imprensa, o telégrafo, o telefone, o jornal, o rádio, a televisão, não dependem das mudanças políticas, dos acontecimentos que ainda hoje ocupam as manchetes dos jornais.

Portanto, é preciso estudar o que muda lentamente e o que se chama, desde há alguns decênios, de estruturas; mas também é necessário resistir a uma das tentações da história nova. Fixados na importância do que dura, alguns dos maiores historiadores de hoje em dia empregaram — sem se iludirem, forçando as palavras, para melhor explicar as coisas — expressões perigosas: "história quase imóvel" (Fernand Braudel) ou "história imóvel" (Emmanuel Le Roy Ladurie). Não, a história se move. A história nova deve, ao contrário, fazer com que a mudança seja melhor apreendida.

O homem selvagem e o homem cotidiano

A teoria fecunda da longa duração propiciou a aproximação entre a história e aquela ciência humana que estudava sociedades “quase imóveis” — a etnologia ou, como se diz mais naturalmente hoje, a antropologia. Daí o interesse crescente pelo nível dos costumes, do que Marcel Mauss chamava técnicas do corpo⁷⁰, das maneiras de se alimentar, de se vestir, de morar, etc. Foi o programa de estudo do homem selvagem e do homem cotidiano que François Furet e eu tentamos esboçar⁷¹. Daí a necessidade de desenvolver os métodos de uma história a partir de textos até então desprezados — textos literários ou de arquivos, que atestam humildes realidades cotidianas —, os “etnotextos”⁷².

Entretanto, a aproximação entre historiadores e antropólogos não se dá sem problemas. Nos últimos decênios, a antropologia desenvolveu-se sobretudo nos domínios extra-europeus e, no domínio das sociedades desenvolvidas, deixou o campo livre para o folclore — que reúne uma riqueza não raro mal ou pouco explorada —, reduzido a uma situação de etnologia do pobre. Com esse folclore, a história nova sente-se muitas vezes em pé de igualdade, enquanto a antropologia continua não dando muita importância a ele. Por outro lado, a história nova interessou-se sobretudo por uma etnologia das diferenças, enquanto a antropologia — e não só sob a influência do estruturalismo — voltou-se para o homem, abstração sempre pouco atraente para a história nova. O pensamento dos selvagens interessa mais aos historiadores do que o pensamento selvagem — apesar da importância da obra de Claude Lévi-Strauss para toda uma nova geração de historiadores dos mitos.

A história e as outras ciências humanas

Esse diálogo privilegiado da história com a antropologia não deve fazer esquecer os esforços da história nova para melhor entabular o diálogo com as outras ciências humanas. A escola francesa de sociologia de Durkheim exercera uma inegável influência sobre os “Annales”, quando do nascimento destes. A presença de Georges Friedmann e os vínculos de Fernand Braudel com Georges Gurvitch não bastaram para garantir o prosseguimento de um intercâmbio fecundo. A história nova não encontra com facilidade uma linguagem comum a uma sociologia que oscila entre um discurso dogmático filosófico e abstrato e métodos demasiado empíricos, procedendo por questionários por trás dos quais nem sempre se delinea

uma problemática sólida. De sua parte, os sociólogos sentem-se algo inquietos diante das pretensões expansionistas da história⁷³, acham-na demasiado conceitual e, com frequência, continuam a ver nela apenas um reservatório de exemplos e de experiências.

Com a economia, o diálogo não é mais fácil. Claro, o desenvolvimento da história econômica e sua presença sempre indispensável na história nova mantêm passarelas entre as duas ciências. Contudo, a tecnicidade crescente da economia e a tirania da economia matemática, a tendência dos economistas a se limitarem aos estudos de curto e médio prazo também conduzem, aqui, a uma distorção entre as orientações das duas ciências. No entanto, a colaboração, por exemplo, de um Serge-Christophe Kolm com os “Annales” atesta uma evolução nessas relações⁷⁴. A obra de um grande historiador da história nova, como Georges Duby — que, partindo de bases de história econômica e social, amplia esses horizontes pela integração dos sistemas de representação⁷⁵ — é de natureza a facilitar essa evolução.

A crise atual da geografia também acarretou um afrouxamento nas relações entre a história e a geografia, de que já vimos o papel essencial que representou no pensamento de Marc Bloch, de Lucien Febvre e de Fernand Braudel e nos “Annales” até um período recente. Porém, as premissas de um renascimento da geografia, a partir de uma nova problemática do espaço e de uma melhor integração da duração — portanto, da história — no estudo dos fenômenos espaciais permitem esperar uma renovação promissora das relações entre as duas ciências.

O degelo é menos nítido nos domínios da psicologia e da lingüística. O desenvolvimento da psicologia social, mais em contato com a sociologia do que com a história, e os progressos de uma psicologia científica, mais ligada às ciências naturais (ou biológicas) do que às ciências humanas, mantiveram ou agravaram as ignorâncias entre psicologia e história. A evolução da história da psicologia coletiva, no sentido do conceito de mentalidade, pouco interessante para os psicólogos, aumentou ainda mais as distâncias entre as duas ciências. A lingüística moderna — com suas orientações estruturalistas — tampouco se aproximou da história nova, apesar da atenção que os historiadores dedicam à obra de um Émile Benveniste, ou às pesquisas dos semiologistas e semióticos, que ocuparam um lugar de destaque na VI seção da École Pratique des Hautes Études, que se tornou, em 1975, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Restam três evoluções interessantes, mas de resultados ainda limitados.

A primeira, no próprio campo das ciências humanas, é o interesse pela psicanálise. Dele resultou, inclusive, o nascimento de uma história psicanalítica, mais desenvolvida talvez nos países anglosaxões do que na França, onde, no entanto, vias bem diferentes, caminhos sugestivos foram abertos por Michel de Certeau, de um lado, e Alain Besançon, de outro⁷⁶. Todavia a dificuldade, para a psicanálise, de passar cientificamente do individual ao coletivo, a desconfiança de muitos historiadores acerca do pensamento de Jung, apesar de mais apto a coincidir com as preocupações dos historiadores, de certos historiadores, em todo caso, como Alphonse Dupront⁷⁷ e Luigi Aurigemma⁷⁸, pararam um pouco essas pesquisas; provisoriamente, sem dúvida.

A segunda via é a do encontro da história com as ciências exatas, em particular com a matemática. Aqui também, uma nova ciência nasceu, a matemática social, mas a sua utilidade tem sido até hoje mais clara para a sociologia, a psicologia, a lingüística e a geografia, do que para a história.

A via mais promissora talvez seja a que tende a baixar, senão a derrubar as paredes entre as ciências humanas (em primeiro lugar, a história) e as ciências biológicas. O desejo da história nova de construir uma história do homem total, com seu corpo e sua fisiologia situados na duração social, a preocupação de alguns grandes biólogos com fazer da história de sua ciência um instrumento de pesquisa de uma maneira não externa, mas interna⁷⁹ e ampliar suas pesquisas às dimensões da ecologia humana fazendo intervir a história, a geografia, a antropologia, a sociologia, a demografia, juntamente com a biologia propriamente dita⁸⁰, deixam entrever grandes perspectivas⁸¹. O papel da história nova é determinante aí.

A história das mentalidades

Lucien Febvre e Marc Bloch, atraídos pela psicologia coletiva e pelos fenômenos espirituais na história, abriram os enfoques de uma história nova, a das mentalidades. No entanto, Lucien Febvre só explorou dois aspectos — aliás bastante importantes — desse novo domínio: a noção de aparelhagem mental e a de sensibilidade⁸². Lucien Febvre orientou Alberto Tenenti para o tema da sensibilidade diante da morte. “A vida e a morte através da arte do século XV”⁸³, do jovem historiador italiano, abre caminho para um tema que ia se revelar de extrema fecundidade e suscitar obras fundamentais: a de Michel Vovelle⁸⁴, a de Pierre Ariès⁸⁵, a de Pierre Chaunu⁸⁶.

Depois da morte de Lucien Febvre, vários historiadores, seguindo seus passos, esforçam-se em praticar e definir a nova história das mentalidades: Georges Duby⁸⁷, Robert Mandrou⁸⁸ e Jacques Le Goff⁸⁹. Philippe Ariès e Roger Chartier falam neste dicionário sobre a importância essencial desse domínio para a história nova recente. Eu me contentarei aqui em recordar que essa noção vaga, ambígua e, por vezes, inquietante de “mentalidade”, como muitos termos vagos, é uma das que mais agitaram, nestes últimos anos, o domínio da história e trouxeram, especialmente para a história econômica, um contrapeso desejado. As mentalidades deram oxigênio à história.

A história quantitativa e a revolução documental

O historiador economista trabalhou com números desde bem cedo e recorreu à estatística; todavia, de vinte anos para cá, quase todos os historiadores que se puseram a contar interessaram-se pelos computadores, e veio daí uma revolução: a história quantitativa. Emmanuel Le Roy Ladurie, forjando com humor uma fórmula conscientemente exagerada, declarou que, de agora em diante, ou o historiador será programador, ou não será historiador.

O desejo de se interessar por todos os homens

De fato, a revolução proveio da extensão da história quantitativa a tudo o que podia ser contado, especialmente à história demográfica e à história cultural. As famílias, os recrutas, a produção literária foram colocados em cartões perfurados e postos no computador. Em estudos fundamentais e inovadores, François Furet⁹⁰ e Pierre Chaunu, pioneiros da história nova — este último “inventor” da história serial⁹¹, que, à imagem das séries de preços da história econômica, constitui séries de tudo o que pode ser contado na duração — explicaram, de maneira excelente, os progressos excepcionais que a história quantitativa levou a história *tout court* a realizar, bem como os limites desse método. Marc Bloch já ressaltara os perigos da “superstição do número”. A história nova continua sendo, em grande parte, qualitativa, e sabe-se que a fecundidade da história quantitativa depende da qualidade do programa do historiador e que o essencial do trabalho histórico ainda está por fazer, depois que o computador fornece seus resultados. A prudência se impõe, tanto mais que a história quantitativa se situa no inte-

rior de uma verdadeira revolução documental, que Jean Glénisson descreveu perfeitamente e que não é desprovida de ambigüidades e perigos⁹². O documento básico, a unidade de informação é, de agora em diante, o dado, não o fato, e o corpus é o agrupamento de dados reclamado pelo computador. As melhores fontes são as que fornecem dados maciços, cujo modelo é o registro paroquial. A explosão documental é, em parte, resultado do desejo do historiador de se interessar, de agora em diante, por todos os homens. Contudo, o historiador novo não deve nem forçar o computador a contar o que não pode ser contado, seja em razão do estado da documentação, seja da natureza do fenômeno, nem negligenciar o que não é quantificável, nem deixar ao computador o cuidado de “fazer a história” e realizar o velho sonho do historiador positivista: assistir passivamente à produção “objetiva” da história pelos documentos.

História e tempo presente

Lucien Febvre e Marc Bloch eram fascinados pelo presente, por mais que um fosse setecentista e o outro medievalista. Marc Bloch concebia como uma audácia necessária estender o domínio da história “até o conhecimento do presente”, sendo considerável a parte reservada a artigos de história bastante contemporânea nos “*Annales d'histoire économique et sociale*”. Não obstante, os principais avanços da história nova produziram-se nos domínios da história medieval e da moderna. Decerto, há notáveis exceções, individuais ou coletivas. No domínio da história antiga — em que o peso da história tradicional, ligada às humanidades clássicas e à erudição igualmente tradicional, é grande, em que, apesar da arqueologia, o conhecimento do homem cotidiano é difícil de ser alcançado, em que, salvo ainda na arqueologia, a possibilidade de uma história quantitativa é fraca —, o grupo dos historiadores franceses do mito na civilização helênica antiga⁹³ atesta o formidável avanço da história nova. No domínio da história contemporânea, podemos citar especialmente as obras e as pesquisas exemplares de Maurice Agulhon⁹⁴, em que aparece o conceito novo de “sociabilidade”.

Entretanto — e a fraqueza desse período nos “*Annales E.S.C.*” recentes é um signo disso —, a penetração da história nova no setor da história contemporânea é limitadíssima. O prestígio da história fatural e da história política permanece grande nesse setor. A história do presente não raro é mais bem feita pelos sociólogos, os políticos, certos grandes jornalistas, do que por historiadores de ofí-

cio. Annie Kriegel, historiadora perspicaz e completa do fenômeno comunista, trocou a etiqueta de historiadora pela de socióloga. No entanto, como tentam com êxito Jacques Julliard, Pierre Nora e Jacques Ozouf, entre outros, a conquista da história contemporânea pela história nova é uma tarefa urgente. A possibilidade de uma história total salta aos olhos nesse campo; a “volta do acontecimento” analisada com tanta perspicácia por Pierre Nora, e a predominância das ideologias, alvo ideal para a história nova, fazem dela um terreno de pesquisas-modelo para o historiador novo.

Uma resposta a nossas interrogações

Há mais. A história nova tem o dever de responder a pelo menos algumas das grandes interrogações da nossa época. Desde 1946, Lucien Febvre afirmava: “Fazer a história, sim, na medida em que a história é capaz, e a única capaz, de nos permitir, num mundo em estado de instabilidade definitiva, viver com outros reflexos que não os do medo...”⁹⁵ Eu precisaria: “na medida em que a história nova é a mais capaz...” Porque em nosso mundo, onde muda a memória coletiva, onde o homem, o homem qualquer, diante da aceleração da história, quer escapar da angústia de tornar-se órfão do passado, sem raízes, onde os homens buscam apaixonadamente sua identidade, onde procura-se por toda parte inventariar e preservar os patrimônios, constituir bancos de dados, tanto para o passado como para o presente, onde o homem apavorado procura dominar uma história que parece lhe escapar, quem melhor do que a história nova pode lhe proporcionar informações e respostas? Essa história, que trata dele por inteiro, em sua duração secular, que o esclarece sobre as permanências e as mudanças, proporciona-lhe o equilíbrio entre os elementos materiais e espirituais, o econômico e o mental, propõe-lhe opções sem impô-las. Sempre coube à história desempenhar um grande papel social, no mais amplo sentido; e em nossa época, em que esse papel é mais que nunca necessário, a história nova, se lhes forem proporcionados os meios de pesquisas, de ensino (em todos os níveis escolares) e de difusão de que necessita, está em condições de desempenhá-lo.

História nova e marxismo

A renovação global da história, representada pela história nova, só encontrou problemas fundamentais diante do marxismo.

Não que se trate de uma incompatibilidade, mas as circunstâncias históricas nas quais se desenvolveu a história nova — num momento em que os historiadores que reivindicavam abertamente o marxismo praticavam, em geral, uma história que, embora combatendo as bases ideológicas da história positivista, se acomodava com seus métodos — devem trazer uma clarificação das relações entre história nova e marxismo. Pierre Vilar, autor aqui dos verbetes *Marx e Nação*, provou em suas obras⁹⁶ que é possível ser discípulo de Marx e de Lucien Febvre ao mesmo tempo. Guy Bois dá aqui seu ponto de vista de historiador marxista atual. Publicações recentes⁹⁷ permitem perceber a evolução dos historiadores marxistas a esse respeito. Eu me contentarei em evocar sumariamente os principais pontos de convergência e de possíveis desacordos entre o marxismo e a história nova.

O marxismo, uma teoria da longa duração

Marx, sob vários aspectos, é um dos mestres de uma história nova, problemática, interdisciplinar, ancorada na longa duração e com pretensões globais. A periodização (escravidão, feudalismo, capitalismo) de Marx e do marxismo, ainda que não seja aceita dessa forma, é uma teoria da longa duração. Se bem que as noções de infra-estrutura e de superestrutura pareçam incapazes de dar conta da complexidade das relações entre os diversos níveis de realidades históricas, elas decorrem de um apelo à noção de estrutura, que representa uma tendência essencial da história nova. A colocação, em primeiro plano, do papel das massas na história pode coincidir com o interesse da história pelo homem cotidiano, que também é um homem socialmente situado. Contudo, o primado grosseiro do econômico na explicação histórica, a tendência a situar nas superestruturas as mentalidades, cujo lugar, sem ser o de um nível fundamental de causalidade, é mais central na história nova e, sobretudo, a crença numa história linear, que se desenvolve segundo um só modo de evolução, enquanto a história nova insiste sobre as diferenças das experiências históricas e sobre a necessidade de uma multiplicidade de enfoques, todos esses problemas indicam que a história nova pode ser considerada pela história marxista oficial como um desafio. Cabe aos historiadores da história nova — marxistas e não-marxistas — aprofundar essa confrontação. É uma das tarefas da história, hoje...

As tradições da “escola dos Annales” e a nova geração de historiadores

É inútil, creio eu, repetir que a história nova foi forjada, em grande parte, pela equipe dos “Annales” e em torno da revista. Não que, ontem como hoje, eminentes historiadores — que não têm vínculos com os “Annales” e que, por vezes, não simpatizam com essa revista — não tenham um lugar de destaque na história nova. Penso, em particular, em Louis Chevalier, cuja obra “Classes laboriosas e classes perigosas, em Paris, na primeira metade do século XIX”⁹⁸ renovou, por aliança entre a história e a demografia, a história das estruturas sociais e a história social, de acordo com as perspectivas da história nova.

Mas é importante situar, ainda que rapidamente, a história nova — tal como ela se me apresenta hoje — em relação às grandes opções dos “Annales” de Lucien Febvre e Marc Bloch, a fim de medir melhor o caminho percorrido, como Lucien Febvre convidava os jovens historiadores no prefácio de “Combates pela história”⁹⁹.

A antropologia, uma interlocutora privilegiada

Batalhas importantes foram ganhas. A história econômica e social adquiriu direito de cidadania e tornou-se fundamental. O método das pesquisas e a prática da pesquisa histórica em equipe se desenvolvem. A abertura para as outras ciências humanas, apesar das dificuldades e das decepções, continua na ordem do dia. A necessidade de salvaguardar um olhar novo, de encontrar problemas, campos em que a pesquisa histórica esteja na ponta, é percebida por inúmeros historiadores. O objetivo de uma história total, que progride por problemas e seja realizada pela colaboração internacional, permanece como o objetivo a ser atingido.

Contudo, a história econômica e social, sob a forma em que os “Annales” do primeiro período a praticavam, não é mais a frente pioneira da história nova: a antropologia — de pouco peso no início dos “Annales”, ao contrário da economia, sociologia, geografia — tornou-se a interlocutora privilegiada. A fobia da história política não é mais um artigo de fé, porque a noção de política evoluiu e as problemáticas do poder impuseram-se à história nova¹⁰⁰. Do mesmo modo, como Pierre Nora mostrou, o acontecimento está sendo reabilitado, em novas bases¹⁰¹. A história das mentalida-

des e das representações, apenas esboçada na primeira fase dos “Anais”, tornou-se uma das principais linhas de força. A história quantitativa é uma novidade.

AS TAREFAS DA HISTÓRIA NOVA

Tal como se apresentam a mim, os desdobramentos prováveis e necessários da história nova de amanhã são em número de três.

A promoção de uma nova erudição

A história tradicional se impôs e legou uma herança sempre preciosa, graças a seus métodos e a suas técnicas. A história nova não fez a renovação dos problemas acompanhar-se de uma renovação paralela das técnicas de erudição. Essa tarefa deve compreender notadamente:

a) *Uma nova concepção do documento*, acompanhada de uma nova crítica desse documento. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade”. A crítica tradicional das falsificações (e Marc Bloch pouco foi além dela em sua “Apologia da história”) é muito insuficiente. É preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história? É preciso pesquisar, a partir da noção de *documento/monumento*, proposta por Michel Foucault em “A arqueologia do saber”¹⁰². Ao mesmo tempo, é preciso delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram.

b) *Um “retratamento” da noção de tempo*, matéria da história. Aqui, também, pesquisar quem tinha poder sobre o tempo, sua medida e sua utilização. Demolir a idéia de um tempo único, homogêneo e linear. Construir conceitos operacionais dos diversos tempos de uma sociedade histórica — com base no modelo da multiplicidade dos tempos sociais, definidos por M. Halbwachs e Georges Gurvitch¹⁰³. Constituir uma nova cronologia científica, que data os fenômenos históricos muito mais segundo a duração da sua eficácia

na história, do que segundo a data da sua produção. Isso vale tanto para fenômenos materiais, quanto espirituais. Como há uma cronologia das fontes de energia (motor humano, motor animal, vapor, eletricidade, petróleo, etc.), também há uma cronologia das crenças (o purgatório, na sociedade cristã, nasceu em fins do século XII e morreu praticamente com o concílio do Vaticano II).

c) *O aperfeiçoamento de métodos de comparatismo* pertinentes, que possibilitem comparar apenas o que é comparável. Por exemplo, a propósito do feudalismo, evitar uma definição demasiado ampla, que coloque sob um mesmo rótulo realidades demasiado distantes no tempo e no espaço e que não dependam de sistemas históricos comparáveis — os pretensos feudalismos africanos, no fundo, não têm muita coisa a ver com o feudalismo europeu dos séculos IX e X (ele próprio a ser diferenciado em várias fases) —, mas também não se contentar com uma concepção estreita que só julgaria comparáveis o feudalismo europeu e o feudalismo japonês.

O progresso no sentido de uma história total e o imaginário

Ele deve se realizar, antes de mais nada, pela consideração de *todos os documentos* legados pelas sociedades: o documento literário e o documento artístico¹⁰⁴, especialmente, devem ser integrados em sua explicação, sem que a especificidade desses documentos e dos desígnios humanos de que são produto seja desconhecida. Vale dizer que uma dimensão — essencial — que, em grande parte, ainda falta à história é a do *imaginário*, essa parte do sonho que, se deslindarmos bem suas relações complexas com as outras realidades históricas, nos introduz tão longe no âmago das sociedades. A esse respeito, deveria estabelecer-se uma melhor ligação, por exemplo, entre os historiadores e o Centre de Recherche sur l'Imaginaire [Centro de Pesquisas sobre o Imaginário] de Chambéry, em torno de Gilbert Durand, vindo da história literária e da lingüística.

Para tanto, o historiador deve escolher como tema de pesquisa o que Pierre Toubert e eu chamamos de estruturas globalizantes¹⁰⁵. E evocamos o fenômeno do “incastellamento”, forma original do habitat rural, constituída entre os séculos X e XIII¹⁰⁶, a noção de trabalho, a guerra¹⁰⁷ (cf. P. Contamine), o êxodo rural¹⁰⁸, a marginalidade¹⁰⁹, etc.

A preocupação com as idéias e as teorias

Inaugurando seus cursos no Collège de France em 1933, Lucien Febvre desejava que se pudesse dizer dele: “Teve a preocupação com

as idéias e as teorias; com as idéias, porque as ciências só avançam graças ao poder criativo e original do pensamento; com as teorias, porque sabemos perfeitamente, sem dúvida, que elas jamais abarcam a infinita complexidade dos fenômenos naturais; não obstante, elas são seus degraus sucessivos, que, em seu insaciável desejo de ampliar o horizonte do pensamento humano, a Ciência galga um após o outro...¹¹⁰

Até agora, a história nova tentou escapar de dois perigos: ser sistemática, de um lado, ser puramente empírica, de outro, à imagem da escola positivista (que acreditava ser objetiva porque sem teoria, e que, na maior parte dos casos, era sem idéias). Contudo, cumpre reconhecer que, apesar das declarações de Lucien Febvre, os historiadores da história nova, insistindo, a justo título, sobre a multiplicidade dos enfoques, nem por isso deixaram de lado o teórico. Este, longe de ser dogmático, é tão-só a explicação das teorias implícitas que, fatalmente, o historiador, como qualquer cientista, coloca na base de seu trabalho. Ele tem todo interesse em tomar consciência dessas teorias, bem como o dever de declará-las aos outros. Faço votos de que, especialmente, o historiador, ainda que se mantenha afastado dos sistemas rígidos de explicações históricas, reconheça a existência de sistemas históricos cuja estrutura e cujas transformações lhe incumbe analisar.

O futuro da história

Podemos, enfim, nos perguntar o que a história pode vir a se tornar depois de amanhã, se não amanhã. Marc Bloch, entre outros, colocou-se a questão: “Portanto, há apenas uma ciência dos homens no tempo, a qual necessita, sem cessar, unir o estudo dos mortos com o dos vivos. Como chamá-la? (...) O antigo nome de história parece-me o mais compreensível, o menos exclusivo; também o mais carregado das comoventes recordações de um esforço mais que secular.”¹¹¹

Sem bancar o profeta ou o adivinho, podemos aventar três hipóteses:

— ou a história, prosseguindo sua investida sobre as outras ciências humanas, absorve-as numa pan-história, ciência global do homem, dos homens no tempo;

— ou produz-se uma fusão entre as três ciências sociais mais próximas: história, antropologia e sociologia. A essa eventual nova ciência, Paul Veyne daria com prazer o nome de “história sociológica”; eu preferiria chamá-la de “antropologia histórica”;

— ou, deixando de ser sem fronteiras e de flertar com todas as outras ciências humanas, a história se entrenchearia num novo território, operando um novo “corte epistemológico”. Penso que um Michel Vovelle, tal como se exprime aqui (cf. pp. 300-301), iria buscá-la de bom grado no sentido de “uma nova dialética do tempo curto e do tempo longo”.

Em todo caso, o que se deve esperar é que a ciência histórica possa evitar melhor, de agora em diante, as tentações da filosofia da história, que renuncie às pretensões da *miaúscula* — a história com H — e se defina melhor em relação à história vivida dos homens. Os interessantes desdobramentos da *história da história* devem prosseguir e contribuir para tanto.

Jacques Le Goff

Notas

1. Henri Berr, in *Revue de synthèse historique*, t. 50, p. 19, em que o adjetivo “nova” refere-se ao movimento da New History, lançado em 1912 nos Estados Unidos, e sobretudo a H. E. Barnes, que publicou em 1919 *Psychology and History* e apresentou o movimento em *The New History and the Social Sciences* (1925).
2. L. Febvre, “Deux amis géographes”, in *Annales d'histoire sociale* (III, 1941), reeditado em *Combats pour l'histoire* (Paris, A. Colin, 1953).
3. L. Febvre, “Marc Bloch et Strasbourg”, in *Mémorial des années 1939-1945* (Strasbourg, Faculté des Lettres), reeditado em *Combats pour l'histoire* (op. cit.).
4. L. Febvre, *La terre et l'évolution humaine* (Paris, Albin Michel, 1922).
5. M. Lombard, *L'Islam dans sa première grandeur (VIII^e-XI^e siècles)* (Paris, Flammarion, 1971), primeira parte: “Les terrains de l'Islam, espaces et réseaux”.
6. M. Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (Paris, A. Colin, 1931).
7. P. Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730* (Paris, S.E.V.P.E.N., 1960), reeditado com o título *Cent mille provinciaux au XVII^e siècle* (Paris, Flammarion, 1968).
8. N. Wachtel, *La vision des vaincus* (Paris, Gallimard, 1971).
9. E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324* (Paris, Gallimard, 1975).
10. P. Veyne, *Le pain et le cirque, sociologie historique d'un pluralisme politique* (Paris, Le Seuil, 1976).
11. A. Besançon, *Le tsarévitch immolé* (Paris, Plon, 1967).
12. M. Bloch, “Vivre l'histoire”, conferência para os alunos da École Normale Supérieure em 1941, publicada em *Combats pour l'histoire* (Paris, Armand Colin, 1953), pp. 19-20.
13. Ver sobretudo as obras de C. Seignobos, *Méthode historique appliquée aux sciences sociales* (Paris, 1909), e de C. V. Langlois e C. Seignobos, *Introduction aux études historiques* (Paris, 1898).
14. M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien* (Paris, A. Colin, 1964), p. 36.

15. Sobre a história sem textos ou além dos textos, convém ler Lucien Febvre em sua aula inaugural no Collège de France em 1933 (*Combats pour l'histoire*, op. cit., pp. 3-17) e A. Leroi-Gourhan, "Les voies de l'histoire avant l'écriture", in *Faire de l'histoire*, organizado por J. Le Goff e P. Nora, t. I (Paris, Gallimard, 1974).
16. *L'histoire et ses méthodes* (Paris, Gallimard, 1961), sob a direção de C. Samaran.
17. Por exemplo, *Le temps historique*, por G. Beaujouan, *Histoire des mentalités*, por G. Duby, as contribuições de G. Sadoul sobre a fotografia e o cinema.
18. J. Le Goff, "Documento/Monumento", in *Enciclopedia Einaudi*, t. IV, 1978.
19. E. Evans-Pritchard, *Anthropology and History*, tradução francesa: "Anthropologie et histoire", in *Les anthropologues face à l'histoire* (Paris, PUF, 1974).
20. L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 343.
21. H. Pirenne, *Histoire de l'Europe* (Paris, Alcan, 1936).
22. F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris, A. Colin, 1976).
23. H. Berr, *L'histoire traditionnelle et la synthèse historique* (Paris, Alcan, 1921).
24. M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, op. cit.
25. A. Burguière e F. Furet dirigem uma enquete, apoiada num seminário da École des Hautes Études en Sciences Sociales, consagrada à história dos *Annales*.
26. L. Febvre, in *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 63.
27. L. Febvre, in *Combats pour l'histoire*, op. cit., pp. 68-69.
28. L. Febvre, in *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 7.
29. M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, op. cit., p. 96.
30. A. Toynbee, *A Study of History*, 12 vol., Londres, 1934-1961, tradução em francês de uma versão resumida dos 6 primeiros volumes por D. S. Somervell, *L'Histoire, un essai d'interprétation* (Paris, Gallimard, 1951), tradução francesa da versão resumida definitiva de A. Toynbee e J. Caplan (Londres, 1972), *L'histoire* (Paris-Bruxelas, Elsevier, 1978), com um prefácio amenizado de Raymond Aron.
31. Artigo publicado em 1936 na *Revue de métaphysique et morale* e reeditado em *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 42.
32. "Face au vent", manifesto dos "Annales nouvelles", in *Annales E.S.C.* (1946), reeditado em *Combats pour l'histoire*, op. cit., p. 42.
33. M. Bloch, *La société féodale* (Paris, Albin Michel, 1939).
34. L. Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais* (Paris, Albin Michel, 1942; 2^a ed. revista, 1947).
35. M. Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, op. cit.
36. L. Febvre, in *Combats pour l'histoire*, op. cit.
37. Trata-se essencialmente do de Antoine Meillet, *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes* (1^a ed., 1912) (Alabama, University of Alabama Press, 1964).
38. A de C. Blondel, *Introduction à la psychologie collective* (Paris, A. Colin, 1928) e a de H. Wallon, *Principes de psychologie appliquée* (Paris, A. Colin, 1930).
39. Com F. Braudel, L. Febvre, E. Labrousse, C. Morazé.
40. G. Friedmann, *La crise du progrès* (Paris, Gallimard, 1936).
41. G. Friedmann, *De la Sainte Russie à l'URSS* (Paris, Gallimard, 1938).
42. F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, op. cit.
43. L. Febvre, "Vers une autre histoire", in *Revue de métaphysique et de morale* (1949).

44. *Annales E.S.C.*, 1958, pp. 725-753.
45. "Sou homem e nada do que é humano me é estranho" (Terêncio, *Heautontimoroumenos*, I 1). O texto de Voltaire é citado por J. Ehrard e Guy P. Palmade, *L'Histoire* (Paris, A. Colin, 1964, pp. 161-163).
46. Imposto sobre o sal na França do Antigo Regime.
47. Na França, por exemplo, o ano começava na Páscoa até um edito de Carlos IX, que fixou em 1^o de janeiro o início do ano de 1564.
48. Unidade de peso para os metais preciosos na França antiga. O marco de Paris: 244,7529 gramas. A autoridade real fixava a cotação das moedas e a modificava quando necessário, atribuindo certo valor em moeda contábil (libras, soldos, denários) às moedas de ouro ou prata de determinado peso.
49. Citado por J. Ehrard e G.-P. Palmade, *L'Histoire*, op. cit., pp. 189-190.
50. Citado por J. Ehrard e G.-P. Palmade, *L'Histoire*, op. cit., pp. 203-207.
51. C. Morazé, *Les bourgeois conquérants* (Paris, A. Colin, 1957; reed. Bruxelles, Complexe, col. "Historique", 1985).
52. L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit., pp. 34-37.
53. Citado por J. Ehrard e G.-P. Palmade, *L'Histoire*, op. cit., pp. 261-265.
54. Ver E. Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil* (Paris, Flammarion, 1967).
55. J.-J. Hemardinquer, org., *Pour une histoire de l'alimentation* (Paris, Armand Colin, 1970); L. Stouff, *Ravitaillement et alimentation en Provence aux XIV^e e XV^e siècles* (Paris-Haia, Mouton, 1970); J.-P. Aron, *Essai sur la sensibilité alimentaire à Paris au XIX^e siècle* (Paris, A. Colin, 1967).
56. J. Revel e J.-P. Peter, "Le corps: l'homme malade et son histoire", in *Faire de l'histoire* (Paris, Gallimard, 1974), t. III; E. Le Roy Ladurie, *Le territoire de l'historien* (Paris, Gallimard, 1978), t. II.
57. J. Le Goff, "Les mentalités, une histoire ambiguë", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. III.
58. N. Elias, *Über den Prozess der Zivilisation* (1939), trad. franc., *La civilisation des moeurs* (Paris, Calmann-Lévy, 1974), t. I.
59. F. Simiand, "Méthode historique et science sociale", in *Revue de synthèse historique* (1903), republicado em *Annales* (1960).
60. L. Febvre, *Un destin: Martin Luther* (Paris, Rieder, 1928).
61. E. Kantorowicz, *Kaiser Friedrich der zweite* (2 vol., Berlim, 1927-1931).
62. P. Goubert, *Louis XIV et vingt millions de Français* (Paris, Fayard, 1966).
63. L. Allegra, A. Torre, *La nascita della storia sociale in Francia dalla Comune alle "Annales"* (Turim, Fondazione Luigi Einaudi, 1977).
64. B. Guénée (org.), *Le métier d'historien au Moyen Âge. Études sur l'historiographie médiévale* (Paris, publications de la Sorbonne, 1977).
65. *Revue trimestrielle d'histoire sociale et économique*, desde 1903.
66. B. Geremek, *Les marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles* (Paris, Flammarion, 1976).
67. W. Kula, *Théorie économique du système féodal. Pour un modèle de l'économie polonaise, XVI^e-XVII^e siècles*, trad. francesa (Paris-Haia, Mouton, 1970).
68. Em polonês, tradução francesa em preparação.
69. J. Nora, J. Le Goff, *Faire de l'histoire* (Paris, Gallimard, 1974).
70. M. Mauss, "Les techniques du corps", in *Journal de Psychologie*, 1936, reeditado em *Sociologie et anthropologie* (Paris, PUF, 1950), pp. 363-386.
71. F. Furet, "L'histoire et l'homme sauvage"; J. Le Goff, "L'historien et l'homme quotidien", in *L'historien entre l'ethnologue et le futurologue* (Paris-Haia, Mouton, 1972), pp. 213-237 e pp. 238-250, versão revista em *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*, t. II, *Méthodologie de l'histoire et des sciences humaines* (Toulouse, Privat, 1973), pp. 227-244.

72. Sob a direção de P. Joutard e M. Vovelle, um grupo se consagra à sua coleta e estudo na Universidade de Provença.
73. Ver, a propósito de um problema preciso, o da multiplicidade dos tempos sociais, a declaração característica de G. Gurvitch, *La multiplicité des temps sociaux* (Paris, CDU, 1958), p. 38.
74. Ver também J. Lhomme, *Économie et histoire* (Genebra, Droz, 1967).
75. Ver G. Duby, "Histoire sociale et idéologie des sociétés", in *Faire de l'histoire*, op. cit.
76. A. Besançon, *L'histoire psychanalytique. Une anthologie* (Paris-Haia, Mouton, 1974).
77. A. Dupront, "Problèmes et méthodes d'une histoire de la psychologie collective", in *Annales E.S.C.* (1961).
78. L. Aurigemma, *Le signe zodiacal du scorpion dans les traditions occidentales de l'Antiquité gréco-latine à la Renaissance* (Paris-Haia, Mouton, 1976).
79. F. Jacob, *La logique du vivant. Une histoire de l'hérédité* (Paris, Gallimard, 1970).
80. J. Ruffié, *De la biologie à la culture* (Paris, Flammarion, 1976).
81. Ver a obra coletiva publicada pelo Centro de Royaumont, *L'unité de l'homme: invariants biologiques et universaux culturels* (Paris, Le Seuil, 1974).
82. L. Febvre, "Comment reconstituer la vie affective d'autrefois", in *Annales d'histoire sociale*, III, 1941.
83. A. Tenenti, *La vie et la mort à travers l'art du XV^e siècle* (Paris, A. Colin, 1952).
84. M. Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation. Attitudes provençales devant la mort au siècle des Lumières* (Paris, Plon, 1973); *Mourir autrefois; attitudes collectives devant la mort, XVII^e-XVIII^e siècles* (Paris, Gallimard-Juliard, 1974).
85. P. Ariès, *L'homme devant la mort* (Paris, Le Seuil, 1977).
86. P. Chaunu, *La mort à Paris aux XVI^e, XVII^e et XVIII^e siècles* (Paris, Fayard, 1978).
87. G. Duby, "Histoire des mentalités", in *L'histoire et ses méthodes* (Paris, Gallimard, 1961).
88. R. Mandrou, "L'histoire des mentalités", in *Encyclopaedia Universalis*, vol. 8 (Paris, 1968).
89. J. Le Goff, "Les mentalités, une histoire ambiguë", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. III.
90. Ver F. Furet, "Le quantitatif en histoire", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. I.
91. Ver P. Chaunu, "Un nouveau champ pour l'histoire sérielle: le quantitatif au troisième niveau", in *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*, op. cit., t. II.
92. Ver J. Le Goff, verbete "Documento/Monumento", in *Enciclopedia Einaudi* (Turim, 1978), t. IV.
93. M. Détienné, N. Loraux, J.-P. Vernant, P. Vidal-Naquet.
94. M. Agulhon, *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence; Essai sur la sociabilité méridionale* (Paris, Fayard, 1968).
95. L. Febvre, *Combats pour l'Histoire*, op. cit., p. 41.
96. Especialmente em P. Vilar, *La Catalogne dans l'Espagne moderne, recherches sur les fondements économiques des structures nationales* (Paris, S.E.V.P.E.N., 1962), 3 vol.; edição resumida (Paris, Flammarion, 1977).
97. Em particular, a enquete de *La nouvelle critique*, dirigida por F. Hincker e A. Casanova, *Aujourd'hui l'Histoire* (Paris, Éditions Sociales, 1974); ver também a obra coletiva *Ethnologie et histoire* (Paris, Éditions Sociales, 1975).
98. L. Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris dans la première moitié du XIX^e siècle* (Paris, Plon, 1958).
99. L. Febvre, *Combats pour l'histoire*, op. cit.

100. J. Le Goff, "Is politics still the backbone of History?", in *Historical Studies Today*, ed. F. Gilbert e St. R. Groubard (Nova York, W.W. Norton and Co, 1972, pp. 335-337).
101. P. Nora, "Le retour de l'événement", in *Faire de l'histoire*, op. cit., t. I.
102. M. Foucault, *L'archéologie du savoir* (Paris, Gallimard, 1969).
103. M. Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire* (Paris, Alcan, 1925); G. Gurvitch, *La multiplicité des temps sociaux* (Paris, CDU, 1958); J. Le Goff, "Temps de l'Église et temps du marchand", in *Annales E.S.C.* (1960), reeditado em *Pour un autre Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1978).
104. Ver, em particular, G. Duby, *Saint Bernard et l'art cistercien* (Paris, Arts et Métiers graphiques, 1970) ou *Le temps des cathédrales* (Paris, Gallimard, 1976).
105. P. Toubert, J. Le Goff, "Une histoire totale du Moyen Âge est-elle possible?", in *Actes du centième congrès national des sociétés savantes* (Paris, Bibliothèque Nationale, 1975), t. I, 1977, pp. 37-38.
106. P. Toubert, *Les structures du Latium médiéval* (Roma, École Française de Rome, 1973).
107. P. Contamine, *Guerre, état et société à la fin du Moyen Âge. Études sur les armées des rois de France (1337-1494)* (Paris-Haia, Mouton, 1972).
108. W. Abel, *Die Wüstungen des Ausgehenden Mittelalters* (1943; 3^a ed., Stuttgart, G. F. Verlag, 1976).
109. B. Geremek, *Les marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles* (Paris, Flammarion, 1976).
110. L. Febvre, *Combats pour l'Histoire*, op. cit., p. 17.
111. M. Bloch, in *Combats pour l'Histoire*, op. cit., p. 15.

Notas complementares (1988)

A elaboração de novas concepções do espaço e do tempo, de suas relações com a história e de seu lugar na renovação da metodologia histórica é o tema de pesquisa do *Centro Internazionale A. Beltrame di Storia dello Spazio e del Tempo*, situado em Brugine, na província de Pádua, que publica um *Bollettino* desde 1983.

A cartografia estendida a um sistema de representação do espaço deu lugar a importantes trabalhos metodológicos e aplicados, que ajudaram a nova história a se exprimir graficamente no espaço. Essa renovação foi, sobretudo, obra de Jacques Bertin e seus alunos.

J. Bertin, *La graphique et le traitement graphique de l'information*, Paris, Flammarion, 1977.

S. Bonin, verbete "Graphique" in A. Burguière, org., *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF, 1986, pp. 306-311.

Um exemplo de realização no espírito dessa cartografia histórica nova:

G. Arbellot, B. Lepetit, J. Bertrand, *Atlas de la Révolution Française, 1. Routes et communications*, Paris, EHESS, 1987.

Para uma história total do tempo e dos tempos:

K. Pomian, *L'ordre du temps*, Paris, Gallimard, 1984.

Testemunha do arraigamento profundo, característico de uma linha tradicional da nova história na França, os três volumes póstumos (prelúdio a uma História

da França que, infelizmente, ficará inacabada) de Fernand Braudel (falecido em dezembro de 1985), *L'identité de la France*, t. I, *Espace et histoire*; t. II (2 vol.), *Les hommes et les choses*, foram publicados por Arthaud-Flammarion em 1986.

Sobre as relações entre a nova história e a literatura:

S. Jöckel, "*Nouvelle histoire*" und *Literaturwissenschaft* (2 vol.), Rheinfelden, Schäuble Verlag, 1985.

Sobre as relações entre a história e as ciências, além do artigo velho mas sempre essencial de

K. Pomian, "L'homme de la science et l'histoire de l'histoire", in *Annales E.S.C.* XXX, 1975, 5, pp. 935-952.

Recentemente:

P. Redondi, org., *Science: The Renaissance of a History* (Proceedings of the International Conference Alexandre Koyré, Paris, Collège de France, 1986), nº especial de *History and Technology*, 1987, 1-4.

Lucette Valensi e Bernard Lepetit vieram juntar-se a André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel na direção dos "Annales E.S.C."

Sobre o papel das concepções históricas de Guizot no conjunto de suas idéias e de sua ação ver:

Pierre Ronsavallon, *Le moment Guizot*, Paris, Gallimard, 1985.

Sobre Michelet e o papel da mulher na história:

Thérèse Moreau, *Le sang de l'histoire. Michelet, l'histoire et l'idée de la femme au XIX^e siècle*. Paris, Flammarion, 1982.

Entre os objetos que entraram na moda através da nova história, o corpo e a sexualidade deram lugar a inúmeros estudos de qualidade, entre os quais:

Alain Corbin, *Le miasme et la jonquille*, Paris, Auber, 1982.

Marie-Christine Pouchelle, *Corps et chirurgie à l'apogée du Moyen Âge*, Paris, Flammarion, 1983.

Aline Rousselle, *Porneia. De la maîtrise du corps à la privation sensorielle. II^e-IV^e s. de l'ère chrétienne*, Paris, PUF, 1983.

Odile Arnold, *Le corps et l'âme, la vie des religieuses au XIX^e siècle*, Paris, Le Seuil, 1984.

Georges Vigarello, *Le propre et le sale. L'Hygiène du corps depuis le Moyen Âge*, Paris, PUF, 1986.

Gilia Sissa, *Le corps virginal. La virginité féminine en Grèce ancienne*, Paris, Vrin, 1987.

No domínio da vulgarização, podemos assinalar os artigos publicados em dois números especiais da revista *L'Histoire*:

G. Duby, org., *L'amour et la sexualité*, 1984.

J. Le Goff e J. Ch. Sournia, orgs., *Les maladies ont une histoire*, 1985.

Uma concepção profundamente renovada da história das doenças inspirou o grande livro de Mirko D. Grmek, *Les maladies à l'aube de la civilisation occidentale. Recherches sur la réalité pathologique dans le monde grec préhistorique, archaïque et classique*, Paris, Payot, 1983.

A obra-prima de Ernst Kantorowicz foi traduzida em francês: *Frédéric II*, Paris, Gallimard, 1987.

Os estudos sobre a história dos *gestos* se multiplicam. Citarei o número especial *Gestures*, org. J. Cl. Schmitt, de *History and Anthropology*, vol. I, nº 1, nov. 1984.

Sobre as transformações das atitudes dos homens em relação à *imagem* como documento histórico ver:

R. Chartier, verbete "Image" em A. Burguière, *Dictionnaire des Sciences historiques*, op. cit., pp. 345-347;

Images et histoire, atas do colóquio Paris-Censier, maio de 1986, organizado por Sources, coleção "Histoire au Présent", Paris, Publisud, 1987.

A história das mentalidades, um dos êxitos da nova história, a partir de um conceito de que por vezes se abusou, foi bastante produtiva. De um ponto de vista metodológico, assinalemos alguns artigos publicados na coletânea em homenagem a um dos pioneiros da história das mentalidades, Robert Mandrou, desaparecido em 1985: *Histoire sociale, sensibilités collectives et mentalités. Mélanges Robert Mandrou*, Paris, PUF, 1985, especialmente o depoimento de Georges Duby, "La rencontre avec Robert Mandrou et l'élaboration de la notion d'histoire des mentalités" (pp. 33-35).

Michel Vovelle precisou como um historiador inspirado pelo marxismo e pela nova história podia ser um historiador das mentalidades, contanto que fizesse algumas distinções e fundamentasse solidamente a história das mentalidades na história social: *Idéologie et mentalités*, Paris, François Maspero, 1982, e *Iconographie et histoire des mentalités*, Paris, Ed. du CNRS, 1979.

Sobre a história dos *comportamentos*, ligada à história das mentalidades (A. Nitschke intitula a primeira parte de seu livro "Os modos de comportamento dependentes da mentalidade de um grupo"), ver:

A. Nitschke, *Historische Verhaltensforschung* ("A pesquisa sobre a história dos comportamentos"), Stuttgart, Ulmer, 1981.

Para a história dos marginais, cumpre acrescentar ao suplemento bibliográfico de Jean-Claude Schmitt o recente grande livro de Bronislaw Geremek, *La potence ou la pitié. L'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Gallimard, 1987.

B. Bacsko, *Lumières de l'utopie*, Paris, Payot, 1978 (com uma reflexão metodológica sobre "imaginário" e "utópico").

D. Dagron, *Constantinople imaginaire. Études sur le recueil des "Patria"*, Paris, PUF, 1984.

J. Le Goff, *L'imaginaire médiéval*, Paris, Gallimard, 1985 (com um prefácio metodológico sobre a noção de imaginário na linha do artigo de E. Patlagean reeditado aqui).

S. Gruzinski, *La colonisation de l'imaginaire. Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol XVI^e-XVIII^e siècles*, Paris, Gallimard, 1988.

Sobre a expansão da historiografia como *história da história*, que trata não só da obra dos historiadores propriamente ditos, como também do conjunto das manifestações da memória coletiva, pode-se consultar:

F. Hartog, *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*, Paris, Gallimard, 1980.

G. Galasso, *L'Italia come problema storiografico*, Turim, UTET, 1981.

C. Beaune, *Naissance de la nation France*, Paris, Gallimard, 1986.

O grande empreendimento, em via de conclusão, lançado e dirigido por Pierre Nora, *Les lieux de la mémoire*, t. I *La République*, Paris, Gallimard; t. II *La nation* (3 vol.), 1986; t. III *Les France* (a ser publicado), deverá ser marcante na historiografia francesa. Ele expressa a confluência das principais correntes da historiografia francesa contemporânea numa problemática inspirada pela nova história.

Os principais artigos de J. Le Goff, publicados na *Enciclopedia Einaudi* de 1977 a 1982, foram reunidos em J. Le Goff, *Storia e memoria*, Turim, Einaudi, 1986 (versão francesa original, *Histoire et mémoire*, no prelo, Paris, Gallimard, col. "Folio", 1988).

JACQUES LE GOFF

Nascido em 1924. Ex-aluno da École Normale Supérieure, *agrégé* de história, estudou em Paris, Praga, Oxford (Lincoln College) e Roma (membro da Escola Francesa).

Assistente na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Lille (1954-1959). Pesquisador do CNRS (1959-1960), professor-assistente, depois diretor de estudos na VI Seção da École Pratique des Hautes Études (desde 1962), que se tornou École des Hautes Études en Sciences Sociales, de que foi presidente (de 1972 a 1977). Membro do Comitê Nacional da Pesquisa Científica, membro do Comitê de Trabalhos Históricos, co-diretor de *Annales, Économies-Sociétés-Civilisations*.

MICHEL VOVELLE

A história e a longa duração

Quando, em 1958, Fernand Braudel escreveu seu célebre artigo sobre "A longa duração", o texto soava, na tradição dos *Annales*, como uma proclamação, até mesmo como uma profissão de fé. Os referentes históricos não eram nada numerosos e — embora o autor pudesse se basear em sua própria prática, "O Mediterrâneo na época de Filipe II"¹, demonstração exemplar da preocupação de continuidade no tempo e no espaço, embora se pudesse pensar no Marc Bloch das "Características originais da história rural francesa", ou em Ernest Labrousse, em "Esboço do movimento dos salários e dos preços no século XVIII"² — os exemplos marcantes eram raros, apesar da publicação já em curso de Pierre Chaunu sobre "Sevilha e o Atlântico entre 1504 e 1650"³. Só nos anos imediatamente seguintes deveriam aparecer as monografias ousadamente instaladas no tempo longo de um século ou mais — a que nos permitiremos associar o "Beauvaisis", de P. Goubert (1960) e a "Provença", de R. Baehrel ou de E. Baratier (1961) —, antes que os exemplos se multiplicassem depois, enquanto a própria noção de tempo longo se tornava cada vez mais gulosa, cobrindo em E. Le Roy Ladurie quatro séculos da vida social total dos *camponeses* do Languedoc (XIV-XVIII).

Não é ceder a uma facilidade partir do ensaio de F. Braudel para se perguntar — vinte anos depois — que fim levou o tempo longo, antecipação da década de 1960, triunfante, banalizada, às vezes hoje contestada (1978). É dizer pouco, recordar que Fernand

Braudel batia-se em duas frentes, interna e externa, da história; ele esgrimia em pelo menos três ou quatro. No campo histórico, ele se afirmava por referência a um ontem para nós quase distante, o da história historicizante ou fatual, a mesma que fora combatida pelos primeiros líderes da escola dos *Annales*, e estigmatizava o “acontecimento explosivo, a notícia ruidosa... cuja fumaça abusiva enche a consciência dos contemporâneos...”. Esse acontecimento, que se tornou para ele, em sua última metamorfose, o “tempo curto”, “a mais caprichosa e enganadora das durações”, dominara a história política dos últimos cem anos; todavia, os novos sucessos da história econômica, que Fernand Braudel registrava com uma satisfação mitigada, não significavam o fim do acontecimento: ele suspeitava estarem presentes no “recitativo da conjuntura, do ciclo, no meio-século de Kondratieff...”⁴, os perigos da aparição de um novo fatual, lugar de um “patetismo econômico de curta duração”, ou até um meio desviado para voltar a um “patético político de velhíssimo estilo”, de que o esboço de E. Labrousse, “Três crises, três revoluções”⁵, lhe parecia a ilustração. Essas referências ajudam a situar melhor o artigo de F. Braudel numa conjuntura historiográfica precisa e talvez seja lícito ver nele, retrospectivamente, como faz P. Vilar, um pouco de “implicância”. Contudo, a abertura apresentada ia bem além de um testemunho que hoje seria historicamente caduco: situando seu projeto também em referência às outras ciências humanas, Braudel faz então para a história uma opção voltada para o futuro. Se, de um lado, ele reserva a possibilidade de contatos fortalecidos com a antropologia e a etnografia, uma vez dissipados os mal-entendidos do momento, de outro ele é de uma severidade sem complacência com o tempo curto do sociólogo, e no programa que traça para a história vindoura, sob a bandeira da longa duração, várias noções-chave emergem, noções que vemos retornarem hoje como *leitmotivs*. A de estrutura, em primeiro lugar, então em via de se impor e de que Philippe Ariès já se fizera partidário em seu ensaio “O tempo da história”⁶; o de modelo, tomado de empréstimo à matemática qualitativa, já operacional em outras ciências humanas... Todas elas são meios, apresentados com um misto de audácia e de reserva, de apreender melhor o tempo ou os tempos próprios da história: não a quase atemporalidade dos mitos ou dos dados elementares de um comportamento humano, mas a duração “medianamente” longa de uma história social definida como inconsciente, no sentido em que Marx escreve que “os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem”. A história inconsciente, para ele, é precisamente aquela que se situa na longa duração, por trás da crosta dos acontecimentos demasiado legíveis e que é lícito

organizar em estruturas sucessivas, em que se correspondem os elementos complementares de um sistema. História socioeconômica, porém, mais do que a dos movimentos e das rupturas até então privilegiada, história das “civilizações econômicas” em sua constância, “camadas de história lenta” movendo-se na “semi-imobilidade” de um “tempo desacelerado”. Além disso, também — sobretudo, talvez — história cultural ou das mentalidades, definida como o campo privilegiado desses estudos no tempo longo, porque concebida como história das “inércias” e das “prisões de longa duração”. Nesse tema coincidirão F. Braudel e E. Labrousse; o Labrousse que abria em 1965 o colóquio de história social de Saint-Cloud conclamando os historiadores a investigarem o “terceiro nível”, a história das mentalidades, definida como história das “resistências à mudança”⁷.

Um instrumento que continua sendo excepcional

A esse misto de imprudências calculadas e de aberturas reservadas, a profissão de fé de Fernand Braudel deve, se não o fato de ter envelhecido, o de continuar sendo um instrumento excepcional para apreciar o caminho percorrido desde então. Equívocos foram dissipados, problemas decantados. A invasão estruturalista aconteceu, e a história não morreu com isso — sobretudo, sem premeditação e, na maior parte das vezes, sem concerto, os historiadores enveredaram maciçamente por vários caminhos que estavam abertos. A história de longa duração, tal como podemos descrever vinte anos depois seus trabalhos iniciais, não é infiel ao modelo que fora traçado, ainda que seu movimento a tenha levado com frequência a resultados imprevistos.

Alguns combates evocados então tornaram-se, para nós, coisa do passado; e, para não voltarmos a ele, podemos dizer que a morte de certa história historicizante é hoje um fato consumado. O “acontecimento” combatido por Braudel acaso desapareceu, por isso, do campo histórico? Sim e não... Sim, se se considerar a que ponto de descrédito, pelo menos para uma parte da historiografia francesa, um acontecimento maciço como a Revolução — o próprio tipo da “incongruência patética” — chegou hoje em dia. Não, sem dúvida, porque os acontecimentos têm sete fôlegos. E, para utilizarmos nós mesmos um argumento conjuntural e fatual, bastou uma pequena vaga, como a de maio de 1968, para provocar uma série de investidas para o tempo curto, e não simplesmente em resposta a uma moda do instante... Mas não é a única razão.

Se alguns temas parecem alinhados nas frentes de vinte anos atrás, também algumas antecipações de ontem talvez se tenham tornado coisa do passado. Foi parcialmente a partir da *geo-história* que F. Braudel, como outros líderes dos primeiros *Annales*, quis enraizar a volta ao tempo longo, o que refletia bem um tempo de intercâmbios fecundos entre história e geografia. Infelizmente, se a história vai bem, como dissemos de maneira algo peremptória, o mesmo não podemos dizer da geografia. Foi Pierre Chaunu — um dos mais qualificados para tanto — quem observou como os grandes arraigamentos em vastas personalidades étnicas ou geográficas — Mediterrâneo ou Atlântico — reduziram-se, desde então, às dimensões mais cômodas de uma monografia regional⁸. A *enquete* de longa duração não requer, imperativamente, colocações demasiado amplas no contexto: a rigor, o Mediterrâneo se estreita nas fronteiras de Montaillou, que só depõe em seu título em favor da “Occitânia” graças a uma dessas extrapolações que os editores tanto apreciam..., mas sem perder com isso seu valor demonstrativo. Definidas essas nuances, e algumas outras, não se poderia negar que, globalmente, a tendência anunciada foi seguida. E, num primeiro tempo puramente descritivo, podemos preludiar com um balanço de vitória do tempo longo.

A VITÓRIA DO TEMPO LONGO: MODIFICAÇÃO DO CAMPO HISTÓRICO

Essa vitória depende, sem dúvida, de várias causas essenciais, que tentarei sintetizar segundo duas direções: a modificação do campo histórico, primeiro, a dos métodos e técnicas de abordagem, em seguida, de resto dois elementos intimamente ligados.

Modificação do campo histórico? Lembro-me de uma conversa, há cerca de dez anos, em 1970, com Emmanuel Le Roy Ladurie, na época em que eu concluía a minha pesquisa sobre “Piedade barroca e descristianização na Provença no século XVIII”⁹: nós falávamos desse terceiro nível, a que chamo classicamente nível das superestruturas *ideológicas*, e do movimento que levou toda uma parte da escola dos historiadores sociais franceses, como dizíamos, “do porão ao sótão”, da economia às mentalidades; e E. Le Roy Ladurie afirmou que, de sua parte, ele se atinha “ao porão”... Será que ele se lembra, hoje, que Montaillou demonstrou com brio sua mestria do conjunto do edifício, do porão ao sótão, da estrutura de uma terra às formas mais complexas da mentalidade coletiva aldeã?

Do porão ao sótão

Do porão ao sótão: esse poderia ser o tema do rápido exame que poderíamos propor, na perspectiva precisa dos triunfos do tempo longo. O tempo das histórias que, para simplificar, chamaremos de “clássicas” modificou-se: a própria história política, em mais de um ponto, abandona a trama dos acontecimentos para formular os problemas que só se concebem na duração, essencialmente o do Estado, estrutura englobante que não se confunde com as realidades acadêmicas que a antiga história das instituições, catálogo petrificado em suas categorias, analisava. A mutação é mais sensível ainda numa história *religiosa*, que sofre cada vez mais a pressão — ou a solicitação — conjugada da sociologia religiosa e da história das mentalidades: não se escrevem mais teses com o título de “A Bula Unigenitus nas dioceses de...”, mas é na longuíssima duração plurissecular que hoje há interesse, por exemplo, pela religião *popular*, heranças animistas pré-cristãs que impregnam tão duradouramente a religiosidade, da Idade Média à era moderna, com formas de religião popular cristianizada que se impõem, do século XII e XIII até o triunfo da Reconquista católica na idade clássica. Depois de se ter acreditado num estado de “cristandade” na França, em vésperas da Revolução, indaga-se, com J. Delumeau (repetindo uma interrogação de G. Le Blas), sobre o ponto de saber se toda uma parte da França rural foi um dia verdadeiramente cristianizada em profundidade. Todas essas coisas só se podem perceber deixando-se deliberadamente boa folga no fio dos séculos.

O exemplo da história econômica

A história *econômica*, outrora “locomotiva” metodológica e que não perdeu a forças, é a que manifesta da maneira mais explícita a modificação mais profunda de uma óptica. Ela adquiriu seus títulos de nobreza como história do movimento e da conjuntura. A escola francesa, de F. Simiand a E. Labrousse, fez admitir como verdade, hoje banal, a interpenetração dos três tempos do economista: o tempo curto do *ciclo* decenal, com seu paroxismo convulsivo da crise — de um ano, ou até mesmo uma estação; o tempo médio do interciclo; o tempo longo, ainda que progressivamente encurtado da Idade Média aos dias de hoje, do movimento de longa duração secular — as tradicionais fases A e B de Simiand. Essa dialética dos tempos da história econômica encontrou sua perfeição e sua conclusão na história dos *preços*, tal como se constituiu a par-

tir das grandes séries exploradas — “mercuriais”¹⁰ dos preços dos grãos, ou das manufaturas —, primeiros grandes triunfos de uma história quantitativa que ainda não se distinguia da história serial. Se quisermos tentar resumir, com toda a inevitável caricatura que isso comporta, é fácil recordar as mudanças materializadas nos últimos vinte anos e que modificaram esse perfil. Certa econometria quantitativa, à moda da “New Economic History”, separou-se tendencialmente da história econômica para continuar com impulso próprio, prolongando, no muito contemporâneo, suas especulações sobre a conjuntura. No campo histórico, a história econômica, sem negar seus procedimentos estabelecidos, saiu do domínio da história dos preços, que valorizava a ruptura, o acidente conjuntural, a crise. Voltando-se, tanto quanto possível, para uma história da produção e dos crescimentos, ela trabalha forçosamente numa duração mais vasta, quando mais não fosse porque séries mais maciças, menos finas, não raro descontínuas, acentuam a transição de uma enquete que se pretendia quantitativa para uma história serial¹¹. Essa mudança não se fez sem dificuldade, nem sem algum ranger de dentes. E embora seja de bom tom, hoje em dia, evocar com certo sorriso os pacientes pesquisadores de ontem — que penaram para correlacionar curvas de fecundidade, defasadas de nove meses em relação aos nascimentos, com curvas do preço do grão referidas ao ano da colheita —, devemos recordar também à custa de que dificuldades e incompreensões as idéias mais novas, adiantadas com certa agressividade por R. Baehrel¹² — substituir a história dos preços pela dos crescimentos e da produção —, abriram seu caminho. O problema hoje está resolvido, as novidades digeridas e, com o recuo, as oposições se esfumam. Reteremos assim, como exemplares de um novo procedimento, os trabalhos que se inscrevem voluntariamente no tempo longuíssimo da respiração secular de uma terra que associa geografia histórica na tradição braudeliana a movimento dos homens e de suas implantações, assim como de suas relações sociais e de suas produções. Nesse domínio, os camponeses do Languedoc estudados por E. Le Roy Ladurie proporcionam uma demonstração de primeira ordem. Le Roy Ladurie remonta até o âmago da Idade Média, na virada do século XIV, numa província que permanece dominada pela economia agrícola: esse duplo arraigamento explica sem dúvida a emergência de um mundo “imóvel”, pelo menos grosseiramente, nos balanços da sua economia agrícola feitos para uma longuíssima duração. No entanto, a monografia pontual, exemplar, tal como voltou à moda sob a nova forma da abordagem total de um microcosmo aldeão, também se presta a tal demonstração. Dir-se-á de Montaillou, outra experimentação inova-

dora do mesmo autor — uma aldeia “occitânica” autopsiada em profundidade nas primeiras décadas do século XIV, a partir do documento privilegiado das visitas de um inquisidor —, que ele não pleiteia a causa do nosso santo, permanecendo um *flash* pontual no tempo; porém, pode-se pensar, nessa óptica, na “aldeia imóvel” que G. Bouchard descobriu na Sologne (mas que não é em absoluto uma curiosidade!) e dissecou no monolitismo de suas estruturas antigas na idade clássica¹³. Nessa economia, que E. Labrousse já nos ensinara a chamar de “velho estilo” e que perdura sem mudança notável até a primeira metade do século XVIII, compreende-se como pode nascer, afirmado de modo provocador por E. Le Roy Ladurie, o modelo de uma “história imóvel” em pelo menos quatro séculos (XIV-XVIII)¹⁴ — um modelo que, aliás, não se limita ao domínio econômico, mas associa os diferentes níveis de uma história totalizante numa estrutura global.

Do habitat à estatura dos homens: a história das lentíssimas evoluções

No entanto, antes de considerar esse aspecto que merecerá uma atenção particular, é preciso sem dúvida, nessa enquete, estar atento aos novos trabalhos iniciados na história material dos homens ou de suas condições de vida: à história econômica clássica se justapõe o interesse pelos aspectos estáveis da civilização material; assim, para não multiplicarmos os exemplos, a história do habitat, da moradia, seguida na Normandia ou em Paris por P. Chaunu e sua equipe em suas permanências no tempo longuíssimo¹⁵. Essa história não é a de uma inércia: os medievalistas, da Polônia à Inglaterra ou à Itália, ensinaram-nos a seguir as fases de longa duração de dominação e depreciação da terra, a respiração longa do habitat rural, tal como se inscreveu na arqueologia das aldeias abandonadas¹⁶.

Essa história das lentíssimas evoluções da civilização material pode se tornar história de uma humanidade, abordada em suas características biológicas e antropológicas. Aí também Le Roy Ladurie deu o exemplo em sua antropologia do recruta francês, formulada a partir dos dossiês do serviço de recrutamento no século XIX¹⁷. Mas procedimentos sofisticados (o estudo dos grupos sanguíneos em certos lugares privilegiados) prestam-se ao estabelecimento dessa história paradoxal, ao mesmo tempo humana e escapando à dominação voluntária da humanidade, pelo menos nessa primeira abordagem.

Não há por que deter-se nesse caminho: as histórias não-humanas — entendamos as de fatos físicos, de ordem biológica ou geológica — são uma das grandes conquistas de um período recente, ainda que se possam encontrar precedentes para ela, como a história das doenças, em seu aparecimento, sua regressão e sua eliminação, suas mutações, mas também suas relações no seio de um ecossistema, que é um desses ramos em via de constituição. Começou-se a contar a história dos sismos e, sobretudo, graças de novo a Le Roy Ladurie, a história do clima, tal como a resume desde o ano mil, a partir de traços tão diversos quanto a data do anúncio das vindimas, o avanço ou o recuo das geleiras ou os anéis das árvores, tornou-se uma disciplina integral: muito mais do que um anexo ou uma curiosidade marginal, ainda que não desvende verdadeiramente o segredo último dos movimentos de longa duração da prosperidade ou do declínio agrícola¹⁸. Com essa história, outro tempo se instala, e não é o tempo dos homens; não que estes não tenham nenhuma influência sobre essas condições físicas ou biológicas que têm de enfrentar: a partir da revolução de Pasteur, a eco-história das doenças fica em boa parte sob seu controle. Mas ritmos se delineiam, específicos, escapando no essencial ao tempo humano que contribuem, não obstante, a modelar.

Do movimento social às estruturas sociais

No domínio da história social, o estudo das estruturas, sistemas de longa duração, na própria leitura que deles fazem os historiadores, é uma das grandes conquistas das últimas décadas. Não que se trate de fazer uma escolha ou uma arbitragem na dialética essencial entre a abordagem das estruturas e o enfoque da dinâmica social, privilegiando uma ou outra direção. A história social atual começou como história do “movimento social” e singularmente operário, termo hoje algo envelhecido. De uma história do movimento operário nos séculos XIX e XX, que vai bem, passou-se, por um procedimento regressivo em que algumas obras pioneiras abriram o caminho¹⁹, à descoberta das revoltas — rebeliões camponesas, emoções, alguns dirão significativamente “furores” — das sociedades anteriores à revolução industrial. É nesse domínio, em que o investimento ideológico é mais evidente, que o choque entre várias leituras é mais vivo para a expressão do que, permitam-me chamar, luta das classes na sociedade pré-capitalista; prova disso é a controvérsia quanto à interpretação das revoltas populares da primeira metade do século XVII francês que opôs R. Mousnier a B.

Porchnev²⁰. É forte, para muitos, a tentação de fazer dessas explosões populares sem perspectivas uma quase constante no âmbito de uma sociedade no conjunto imóvel, em que elas decalariam e repercutiriam, no nível social, o ímpeto convulsivo da crise de velho estilo, mas sendo portadoras de uma ideologia forçosamente passadista, cuja continuidade, da França da Liga à da Revolução Francesa, quis-se ver²¹.

No caminho da história das mentalidades

Nessa leitura, o estudo da dinâmica social — pelo menos em nível das massas, por mais importante que seja em certos trabalhos (vejam, de novo, “Os camponeses do Languedoc”) — se eclipsa diante do das estruturas. É bem verdade que foram estruturas de longa duração as analisadas pelos historiadores que, a partir da década de 1960, seguiram o programa que fora apresentado em 1955 por Ernest Labrousse no congresso das ciências históricas, em Roma, sob o título “Novos caminhos em direção a uma história das burguesias ocidentais”. A história das estruturas sociais delas não foi “inventada”, já estava bastante viva no mundo rural, apoiada em toda uma sólida tradição, nascida na época heroica de Loutchisky, por volta de 1900, afirmada nos anos 30 pela tese de G. Le-febvre sobre “Os camponeses do Norte na época da Revolução Francesa”, correndo em seguida sem solução de continuidade de uma monografia a outra (de Roupnel²² a Saint-Jacob sobre a Borgonha), até as grandes sínteses modernas que renovaram o exercício de estilo (Pierre Goubert e Maurice Agulhon²³). Foi no domínio das sociedades urbanas, abandonadas até então, em parte por sua complexidade, que a revolução de Labrousse nos anos 60 se fez sentir com mais nitidez. Para evitar — um pouco injustamente — a multiplicação dos exemplos, pense-se na fileira de grandes retratos urbanos pintados durante um século ou mais, na fisionomia de Lyon evocada no século XVIII por M. Garden²⁴, como na de Amiens no século XVII devida a P. Deyon²⁵.

História das estruturas sociais, urbanas ou rurais: nova história da longa duração e, até uma data recente, permanências que desafiavam a mobilidade da história oficial; no entanto, parece-me, também, que uma das mutações recentes que contribuíram, de forma mais direta, para atrair a nova história social para o tempo longo foi, sem dúvida, o caminho que a levou, cada vez mais nitidamente, em direção à história das mentalidades.

As mentalidades, campo privilegiado da longa duração

Historiador das mentalidades, sou — assumindo minhas responsabilidades — daqueles para quem esse domínio, longe de se inscrever em contraponto da história social, é, afinal de contas, sua culminância: nível em que as pertinências se inscrevem em atitudes e em representações coletivas. Contudo, é verdade que esse terceiro nível bem pôde, com base em fortes presunções, ser considerado como o das “prisões de longa duração” (Braudel) ou “resistências”; e os historiadores se interrogaram sobre a “força de inércia” das estruturas mentais. A uma primeira abordagem, parece que essas aventuras só podem ser tratadas na amplitude das durações seculares em que elas se desenrolam, pelo menos para uma historiografia que parece ter esquecido que uma das obras-primas da pré-história do que se pode chamar de história das mentalidades *avant la lettre* foi “O grande medo”, de Georges Lefebvre, reconstituição quase policial de uma onda de pânico que perpassou a França rural e, por tabela, derrubou o antigo regime agrário em menos de três semanas. É verdade, porém, que tanto a história das culturas quanto a das atitudes coletivas empreenderam seus avanços mais notáveis no tempo longo da sociedade tradicional do Antigo Regime. Foi no corpus de longuíssima duração dos livrinhos azuis da Biblioteca de Troyes — republicados *ne varietur* durante séculos — que Robert Mandrou pôde individuar os traços da cultura popular na França de um século XVIII... bem amplo²⁶. A aventura dessa literatura de difusão se desenrola, com mudanças às vezes ínfimas, do alvorecer da idade moderna à sua liquidação em meados do século XIX. É verdade que nesse primeiro nível da história das mentalidades — o da história das culturas — não se poderia, por conseguinte, esquivar algumas questões prévias. A questão — simplificando — de um tempo desdobrado: o das culturas populares, domínio da inércia das tradições..., o das culturas “de elite”, como se diz, sede da inovação e das provocações... Cultura popular, cultura de elite: outra dialética maior, tema de interrogações atuais.

Sem dúvida, as coisas são menos simples do que se pôde acreditar. Para ilustrar as “prisões de longa duração” da mentalidade coletiva, F. Braudel há vinte anos se apoiava na notável demonstração que Lucien Febvre dera em sua “Religião de Rabelais: o problema da descrença no século XVI”, que lhe proporcionava a própria imagem de uma “estrutura” englobante, visão do mundo articulada em todos os níveis, meio de exorcizar as leituras anacrônicas da história positivista: não, respondia Lucien Febvre a Abel LeFranc, Rabelais não pôde ser o livre-pensador que vocês sonham,

num mundo em que a religião forma a trama da vida coletiva²⁷. Essa leitura totalizante (não ousou dizer totalitária) de uma estrutura mental poderia ser defendida ainda hoje, quando o ensaio de Lucien Febvre, justa compensação das coisas, também se mostra tão historicamente datado? Quem descobriu Rabelais, porta-voz de uma cultura popular ainda bem viva, através da obra de M. Bakhtin²⁸, como através dos ensaios de C. Ginzburg²⁹ ou de N. Davis³⁰, que apresentam um século XVI percorrido por tensões, conflitos, contradições, por uma troca dialética ainda viva, e de forma alguma em sentido único, entre cultura popular e cultura de elite, não pode aceitar sem reservas a estrutura empobrecedora de um Lucien Febvre, que só vira uma face das coisas.

A história das evoluções não apercebidas pelos homens

Se passarmos da história, do pensamento claro ou das culturas para os novos campos da história das mentalidades, que operam no domínio das atitudes, dos comportamentos e do que alguns chamam de “inconsciente coletivo” (Philippe Ariès), é incontestável que o tempo longo se impõe.

Nele não há tormentas, rupturas, nem mesmo, propriamente falando, acontecimentos no sentido tradicional, na história da família, do amor, do casal, das atitudes em relação à criança, da sociabilidade coletiva ou da morte, para citar, quase fora de ordem, os novos campos abertos. Philippe Ariès, um dos descobridores dessa história, tanto no que diz respeito à criança e à família, quanto à morte, afirma isso com vigor; ele se prende a essas evoluções secretas na longuíssima duração, também inconscientes porque não percebidas pelos homens que as vivem. A imagem que ele nos proporciona, especialmente em sua recente história da morte, é a imagem não de uma história “imóvel” (ainda que tenha reservado um lugar para uma história substrato, “acrônica”, que seria sem dúvida a das sociedades tradicionais...), mas a de amplos pedaços de história, sucessão de estruturas ou de modelos de comportamento, que, mais do que se sucederem, se sobrepõem e se encaixam como as telhas de um telhado: da morte “domesticada”, acrônica, que é tanto a de Ivan Illich quanto a do valente Roland, a uma primeira tomada de consciência do “escândalo” da morte individual, da Idade Média à idade clássica; à sua transferência sobre a morte do outro — o objeto amado — na idade romântica, enquanto se aguarda o tabu sobre a morte, na época contemporânea. Seria por grandes pedaços de história — em que as mutações insensíveis prevalecem em

muito sobre o que se vê (o macabro fim da Idade Média, um epifenômeno?) — que se faria a passagem de uma estrutura a outra³¹.

Para representar uma das tentativas mais sistemáticas e mais sedutoras da época atual, a reconstrução que Ariès propõe a partir das atitudes diante da morte ou da criança não é isolada: os historiadores da família, outro tema caro às enquetes atuais (mas a família, a criança ou a morte não são várias faces de uma mesma aventura?), também nos falam desse modelo de longa duração, desse *European Pattern*, que se teria instalado na Europa Ocidental no fim do século XVI para cobrir toda a idade clássica até o fim do século XVIII, caracterizado pela emergência da família nuclear, pelo casamento tardio, uma forma de malthusianismo espontâneo... antes de Malthus. Tal história tolera “revoluções”? A longa discussão sobre as origens da contracepção no século XVIII, ricocheteando sobre a noção controvertida daquela *Sexual Revolution* que E. Shorter situa então, leva a formular um problema que será necessário reexaminar.

Ficaria mal, para mim, guerrear contra essa história dos lentos movimentos da mentalidade coletiva: acaso não dei — modestamente — o exemplo, dedicando-me a seguir — a partir de uma fonte iconográfica privilegiada (os altares das almas do purgatório na França meridional) — às mutações da representação do além, desde a emergência das figurações do purgatório no século XIV a seu desaparecimento no início do século XX? O que é uma aventura que só pode ser encarada num lapso de longuíssima duração³². Hoje, esse exemplo de pesquisa está longe de ser isolado, mas talvez convide a nos interrogarmos sobre o triunfo atual do tempo longo, em outra perspectiva. Fizemos disso, até então, a consequência da extensão do campo da pesquisa e da prospecção de novos territórios, em que as normas tradicionais de medida do tempo histórico tornam-se inadequadas. Por ser fundamental, essa explicação não dispensa a necessidade de aprofundamento.

A EXPLICAÇÃO TÉCNICA: UMA NOVA CONCEPÇÃO DAS FONTES

Afinal, essa modificação do tempo, ou dos tempos da história, seria apenas o produto de uma mudança na própria noção de fonte histórica? Sem ser necessário lembrar que cada época se proporciona as fontes que satisfazem às suas necessidades, essa questão prévia não pode ser afastada sem exame. Em todo caso, depois de ter

varrido o campo das diferentes histórias, ela permite apreciar de maneira mais sintética em que nível se situa a mudança.

Poder-se-ia dizer, bancando o ingênuo, que a emergência da longa duração é fruto da descoberta e da experimentação de novas fontes e, ao mesmo tempo, a contrapartida das dificuldades encontradas na prospecção de domínios em que o silêncio dos documentos obriga a uma cronologia mais ampla: duas afirmações — uma otimista, a outra menos — que só são contraditórias em aparência.

É verdade que, no primeiro sentido, dispomos hoje de séries de longuíssima duração, que sequer teríamos imaginado há pouco. Por mais céticos que possamos nos tornar, ficamos admirados ao seguir, em P. Laslett, a curva contínua de mais de quatro séculos (de 1550 aos dias de hoje) da ilegitimidade na Inglaterra, um indicador das atitudes familiares que nada tem de anedótico³³. Pulando de um tema a outro, as curvas das variações climáticas, as curvas, que já se tornaram mais habituais, da demografia, bem como dos preços ou da produção, nos confrontam a partir de então com todo um leque de curvas relativas aos aspectos mais variados da aventura humana.

Na origem dessa evolução, inscreve-se sem dúvida a emergência das novas fontes do cotidiano, do banal, do que concerne à vida das massas anônimas em sua continuidade. As mercuriais dos preços do grão e as séries do registro civil antigo — batismos, casamentos, enterros — foram as primeiras exploradas e proporcionaram os princípios e como que a filosofia dessa história serial de hoje. Entretanto, o mergulho que elas autorizam no passado permanecia limitado por sujeições técnicas: salvo exceções apreciadas, o século XVI representava uma fronteira aquém da qual era quase impossível remontar na maioria dos domínios; o XVIII figurava outra, que introduzia por patamares à modernidade, entre esse primeiro terço a partir do qual os registros paroquiais se tornam geralmente confiáveis em todos os lugares, e o primeiro terço do século XIX, que assiste à generalização do procedimento estatístico nos domínios mais variados. A partir dessas fontes, ocorreu um esforço ao mesmo tempo de sofisticação e de banalização. As frentes pioneiras da história social descobriram novas séries de longuíssima duração. Assim, a valorização da fonte cartorial na profusão de suas contribuições — contratos, arrendamentos, testamentos, inventários... — parece-me ser um desses procedimentos que só parecem evidentes *a posteriori* e que mais concorreram para abolir as fronteiras tradicionais. Do século XI ao XII, ou pelo menos do século XIV, em que a prática social conhece sua primeira difusão, até o fim do século XVIII e, por que não, até a época contemporânea, o testamen-

to, por exemplo, proporciona um suporte homogêneo para o estudo dos comportamentos sociais e mentais diante da morte. Entre o historiador modernista e o medievalista, caiu uma barreira de incompreensão: eles têm a impressão, e mais que a impressão sem dúvida, de tratar um mesmo objeto.

O escrito não é mais o único documento histórico

Essa descoberta de novas fontes escritas, organizáveis em séries na longuíssima duração, fruto da valorização das massas adormecidas dos documentos anônimos, outrora insignificantes, é ao mesmo tempo essencial e limitada. Poderíamos dar vários exemplos disso: o documento fiscal permite suprir, por vezes, até plena Idade Média, a ausência do registro civil antigo (o censo de lares nos cadastros — vejam na Provença ou na Itália), do mesmo modo que os arquivos judiciais “banais” das jurisdições leigas ou eclesiásticas permitirão traçar regressivamente a longa curva da dialética entre repressão e contestação. No entanto, os limites existem e são bem conhecidos: a valorização geral do documento ontem considerado insignificante pára no momento em que não há mais documento escrito.

A continuidade é assegurada por essas fontes diferentes, cuja própria natureza impõe uma leitura mais ampla: a escrita perde seu privilégio, enquanto assumem importância a *arqueologia*, o documento iconográfico e até mesmo a *enquete oral*, no âmbito de uma *etnologia histórica*. Toda uma parte dos campos de pesquisa atuais, da civilização material aos diferentes domínios da cultura ou das mentalidades populares, inscrevem-se assim como uma tentativa obstinada para contornar o silêncio das fontes, a partir de meios que ontem teriam sido considerados indevidos. A arqueologia da casa ou do habitat introduz à civilização material; séries iconográficas introduzem à história das mentalidades. O inventário, depois a análise da mobília religiosa no interior do espaço sagrado da igreja ou, mais amplamente, da paróquia, constitui, assim, da Idade Média à época moderna e contemporânea, um suporte para a análise dos aspectos sucessivos da religião popular.

O inventário dos ex-votos, um documento rico de informações

Sem querer multiplicar os exemplos, escolhamos, se quiserem, o dos ex-votos, atualmente sendo inventariado em todo o espaço

francês... e alhures³⁴. Uma série de longa duração: no Sul da França, os mais antigos ex-votos figurados remontam ao século XVI..., os mais recentes são de hoje, onde a anônima placa votiva de mármore não suplantou a técnica tradicional. Eis uma fonte ao mesmo tempo rica e pobre. Ela é rica na multiplicidade de suas explorações virtuais — da história da civilização material ou do costume à da doença e da morte, à das atitudes familiares, à do sentimento religioso percebido através do milagre obtido, da graça recebida. Contudo, esse documento é pobre. Na maior parte dos casos, é difícil de se datar, a não ser por vastas camadas cronológicas, inscrevendo com inércia suas figurações na longuíssima duração das representações que mudam pouco. Tais fontes privilegiam a continuidade e inscrevem com atraso a inovação. Assim, também a iconografia popular reproduz com atraso ao longo da idade clássica... (ou até mesmo no século XIX) a silhueta estática do santo “em representação” dos retábulos medievais do século XV. Um tempo sem ruídos, silencioso, sem rupturas nem desprendimentos bruscos: tal é a impressão que mais de uma dessas séries nos deixam, e não apenas pela imprecisão ou porque lhes falta a nitidez que a transcrição escrita proporciona, mas como reflexo mais direto de evoluções lentas, que se inscrevem objetivamente num tempo desacelerado. A estabilidade dos objetos na civilização tradicional — a da casa ou da mobília — confirma em eco a que as representações da iconografia sugerem. O que é válido para o documento figurado é válido, *a fortiori*, para o oral. É um tempo bem particular que fazem ressurgir aqueles que, como Philippe Joutard³⁵, empreenderam a partir da *enquete direta*, à maneira dos etnólogos, restituir os elementos da *memória coletiva* num tema dado: em Joutard, o enfrentamento da *guerra dos camisards**. Memória empobrecedora, mas ao mesmo tempo criadora, que por vezes assimila numa mesma lembrança acontecimentos diversos, mas que também é capaz de enriquecer uma lembrança de estratificações sucessivas em contato com a cultura escrita. No entanto, a *enquete oral* pode pôr, assim, o historiador em contato com o tempo do folclorista ou do etnógrafo; e, embora já não se recuse a levar em conta esse tempo, como heterogêneo ao objeto da sua pesquisa, ele tem a preocupação de colocar o sinete da história nessa duração tão essencial à compreensão das civilizações tradicionais, datando da maneira mais precisa possível o que permanece numa atemporalidade irritante.

* Nome dado aos calvinistas de Cévennes, que se revoltaram após a revogação do edito de Nantes. (N.T.)

Após essas leituras do tempo, ditadas pela diversificação das fontes, fica-se com uma impressão ambígua. Mais ainda do que a dificuldade técnica de uma datação precisa da maior parte das massas que fizeram a história e de uma parte importante do que fez a vida delas, tem-se a impressão de se haver apreendido ritmos e como que respirações diferentes. Compreende-se melhor que uma parte da historiografia francesa, a partir de P. Chaunu e F. Braudel, tenha sentido a tentação de substituir à expressão de história quantitativa — demasiado “econômica”, sem dúvida — a noção mais acolhedora de história serial, que supõe a organização no tempo das imagens sucessivas fornecidas por um mesmo indicador, mas não obrigatoriamente mensuráveis em sua intensidade: séries das visões da família nos pedidos de dispensa de proclamas; das visões do milagre a partir dos ex-votos; do além, a partir dos retábulos do purgatório; dos *gestos* da recusa ou da repressão a partir dos processos judiciais — um ideal que, sem repelir a quantificação, se abre aos novos domínios da história das mentalidades, permitindo seguir a sua aventura na longa duração.

Através dessa jurisprudência nova, estaria se firmando uma nova leitura dos tempos da história?

O TEMPO DA LONGA DURAÇÃO

Será cômodo, para apreciar esse questionamento dos *tempos da história*, partir do contraste tradicional: o tempo curto do acontecimento de história-política-ou-batalha tradicional: 1610 ou 1815... Aqueles que, é evidente (mas será mesmo?), ninguém mais quer. Ele só concerne a uma pequena crosta superficial da história dos homens: a verdadeira história, como a verdadeira vida, está em outro lugar. Assim seja. No pobre encadeamento dos acontecimentos históricos com suas causalidades lineares, a história econômica teve o imenso mérito de superpor essa modulação em três níveis: tempo curto da crise, médio do interciclo, longo do movimento de longa duração. Ela é operacional em seu domínio. Todavia, a questão que Braudel sugeria há vinte anos — pode-se esperar transpor esse modelo de encaixe dos tempos aos outros domínios históricos, a começar pela história social? — não recebeu qualquer resposta nítida. Ou melhor, sim; pelo menos de fato: parece que, para os que praticam as histórias lentas, esse esquema, demasiado mecânico, tem pouca utilidade.

Os diferentes tempos da história são entrelaçados

Parece, portanto, que os historiadores tomaram o caminho de uma multiplicação dos tempos, aguardando esse “entrelaçamento” dos tempos históricos de que fala Althusser. Tempo da história econômica, tempo da história social, tempo da história das estruturas mentais: desigualmente rápidos... Quando E. Labrousse falava da história das resistências à mudança, a ser descoberta no domínio das mentalidades, ele supunha implicitamente esses ritmos diferentes, ao mesmo tempo que conservava um fluxo único cada vez mais silencioso, desde o influxo inicial, de ordem material ou infra-estrutural, até as estruturas sociais conservadoras, para terminar nas prisões de longa duração da mentalidade... Essa leitura, referência ainda demasiado explícita à dialética das infra e superestruturas, não está mais na moda no âmbito de uma historiografia dominante, em que se sorri à simples idéia de cair, como dizem nossos amigos americanos, no *vulgar marxism*. A rigor, será preferível voltar — sem nunca explicitá-lo — a uma leitura apenas menos simplista, a da dialética entre o tempo das massas populares — imóvel ou quase — e o das “elites”: agitado, mutável, criador; uma crosta sem dúvida superficial, mas uma bela crosta, a do pão que fermenta e da história que se move. Poderíamos dizer que boa parte da escola atual dos *Annales* na França reflete essa tensão ou, talvez, simplesmente, essa divisão dos papéis: para uns (F. Furet, D. Richet), a mobilidade do tempo das elites; para outros (E. Le Roy Ladurie), as imobilidades da história etnográfica.

Mas é pouco dizer que os tempos se multiplicaram: eles se sobrepõem, outro aspecto desse entrelaçamento de que falávamos. Ver Philippe Ariès: em sua “História da morte”, se estratificam num mesmo domínio durações diferentes, como dissemos, à semelhança de telhas de um telhado; o tempo imóvel, “acrônico”, da morte domada, acolhida pelas antigas sociedades não ficou para trás; ao contrário, e podemos vê-lo ressurgir ao acaso de uma experiência cotidiana. Entretanto, as outras atitudes historicamente arraigadas — tomada de consciência egoísta da “morte de mim”, ou sua sublimação na pessoa do objeto amado (morte de ti) —, enquanto não surge o moderno tabu dos mortos: tudo isso se sobrepõe segundo parâmetros geográficos, confessionais, sociais... individuais. Na mesma linha dessas leituras, delineia-se a idéia da independência dos tempos da história³⁶ “sinfônica”, em que esses diferentes ritmos enfim decifrados se mesclariam num todo coerente ou, ao contrário, se cho-

cariam em suas divergências: e, talvez, seria mesmo isso a “conjuntura”, reformulada em termos que, é óbvio, extrapolam o estreito limite econômico.

Um inconsciente coletivo autônomo motor da história?

Essa esperança ainda é regra geral para muitos de nossos historiadores atuais? Dirão que me sirvo de Philippe Ariès, de quem é limítrofe meu domínio de pesquisas e que merece, com certeza, esse interesse, pela novidade e pela representatividade de seus procedimentos. Com certeza, para ele uma história de longa duração, tão essencial quanto a das atitudes coletivas diante da morte, movimentasse numa real autonomia: em relação às pressões da demografia, às estruturas, assim como às representações sociais, e inclusive, mais curiosamente ainda, às formalizações ideológicas — religiosas ou filosóficas. É na autonomia de um “inconsciente coletivo”, movido por sua própria dialética interna, que Ariès segue os movimentos de longa duração, que proporcionam sua respiração própria ao fenômeno.

Philippe Ariès, caso extremo ou original? Não creio. Ele tem o grande mérito de exprimir claramente o que não raro permanece não formulado alhures. Contudo, não teríamos dificuldade de encontrar — como no domínio dos historiadores da família, tão explorado atualmente — uma leitura no fim das contas próxima. E a etnologia histórica, tanto como a história da civilização material, que penam para introduzir em sua duração uma respiração histórica final, são tentadas a tirar daí a conclusão da existência de um tempo longuíssimo, e sem dúvida específico...

Vê-se aonde isso tudo leva, e que resumiremos em dois temas, aliás ligados. A rigor, leva primeiro à história, dessa vez totalmente imóvel; em seguida, ao questionamento da noção de mudança e de mutação brusca na história, numa palavra, da idéia de revolução.

A primeira perspectiva (não diremos o primeiro perigo) não havia escapado a Fernand Braudel, que, é verdade, escrevia no momento em que a pressão conquistadora das ciências humanas se tornava mais forte — e podemos deixar aos cuidados de Pierre Vilar, que viveu essa etapa, a evocação, com um humor discretíssimo, desse debate interno. “Braudel queria deixar-se seduzir. Essas novidades vão no sentido dele, o sentido da resistência à mudança. Mas ele gosta de seu ofício. Tempo longo, o historiador admite. Se não houvesse mais tempo algum, só lhe restaria desaparecer...”³⁷. Salvo por um reflexo quase moral, para não dizer corporativo, teria Braudel

exorcizado definitivamente a idéia de um tempo imóvel, cuja expressão se encontra na sua pena? Não parece, à vista do partido que E. Le Roy Ladurie tira disso em seu brilhante discurso-programa de ingresso no Collège de France (1975), intitulado “A história imóvel”. Não pomos na boca do historiador do Languedoc mais ou algo diferente do que ele quis dizer: sua história não é definitivamente imobilizada. Há longos lapsos de imobilidade: do século XIV, talvez, ao início do século XVIII, por volta de 1720 sem dúvida; mas em seguida as coisas mudam, e os indicadores seguidos — domínio do solo, habitat, produção, demografia, aparelhagem material e mental — decolam e se mobilizam incontestavelmente. Depois, dentro da longuíssima quase estabilidade plurissecular, apenas oscilações, por vezes lentas, muitas vezes convulsivas, em torno da média: quer se trate do fluxo dos homens, quer das dimensões da família, quer das explosões das revoltas populares. Não obstante, embora Le Roy Ladurie adapte assim a noção braudeliana de “estrutura” — “sem dúvida uma montagem, uma arquitetura, porém mais ainda uma realidade que o tempo gasta mal e veicula bastante lentamente”, um compromisso que salva *in extremis* o movimento da história —, ele não é mais totalmente senhor de um jogo em que outros vão mais longe.

Haverá — já se perguntara Braudel a partir da reflexão etnográfica — invariantes históricos, traços elementares do comportamento que se perpetuam numa duração tão longa (ver, por exemplo, o tabu sobre o incesto), que se perdem numa atemporalidade real ou em origens tão remotas que é como se assim fosse? E arriscou, de forma provocadora, neologismos para exprimir esses dados: “gustemas”, “mitemas”... Os mitemas, temos a impressão de que existem e de que os encontramos quando nos deixamos conduzir por alguns de nossos antropólogos históricos, como Claude Gaignebet em seu ensaio sobre “O carnaval”³⁸: estrutura de inversão, móvel oculto das saturnais populares, da pré-história até nossos dias, reempregando ou redescobrimdo, a serviço do mesmo procedimento catártico, gestos, imagens e atitudes velhos como o mundo, ou pelo menos como essa antiga religião pré-cristã dos paganismos agrários. Algazarra, festa de loucos, Valentim e o ursinho, dançarinos ridículos dos “soufflaculs” levam-nos assim, numa farândola, até as origens... e além! Ver, teria dito Rabelais. Esses gestos e esses mitos em migalhas, veiculados pelos séculos até o discurso dos folcloristas — muitas vezes, porém, em que estado! —, proporão as chaves mais secretas dos comportamentos ou das estruturas formais esvaizadas de sentido e de conteúdo real? Deixemos os Panurgos modernos esforçarem-se para decifrar essas palavras ou esses gestos con-

gelados nos gelos antediluvianos da ilha sonante — e aproveitemo-nos disso eventualmente. Se ao cabo da viagem chegarem a ver, como Panurgo, “o buraco da Sibila”, melhor para eles!

A rejeição do acontecimento

O complemento e, sobretudo, o revés desse mergulho em busca das origens ou das constantes é, como anunciamos, o questionamento não apenas do acontecimento puro e simples, mas de toda mudança brusca, de toda “mutação” a quente (de um termo que Braudel contesta sem dúvida com razão). Dessas estruturas tão bem fechadas e arrumadas, já não se sabe direito como sair, e essa nova história corre o risco de ser tão estorvada pelo movimento quanto a outra o era pelas inércias. Admitindo-se que o tema “uma crise, uma revolução” remete a uma leitura mecanicista da causalidade histórica (mas essa leitura mecanicista não era a de um Labrousse, que observava com simulada ingenuidade que, embora haja crises decenais, não há revoluções decenais), tornou-se tentador, para uma historiografia que não distingue entre o marxismo “vulgar” e o marxismo puro e simples, desembaraçar-se definitivamente, junto com a água do banho, do incômodo bebê da Revolução.

Quando de um recente colóquio sobre as origens da Revolução Francesa³⁹, pudemos em certos momentos nos perguntar, a partir de certas intervenções, se ela de fato existiu. A Revolução? Um mito e, em sua leitura tradicional de corte maior da história moderna, quebrando em dois a existência nacional, uma “herança ideológica” (F. Furet). Conforme F. Furet, D. Richet e seus alunos (G. Chaussinand-Nogaret), que desenvolveram as novas leituras do fato revolucionário, a verdadeira Revolução das Luzes, a formação de uma “elite” homogênea que associava nobres e burgueses na empresa apenas iniciante da modernização, já está feita antes de 1789; e o próprio acontecimento apenas perturba as sadias perspectivas da história, tal como deveria ter sido pela intrusão incôgrua e passadista das massas populares, portadoras de uma ideologia superada. A vida da sociedade francesa é modificada por ela (um balão de oxigênio de mais de um século para o pequeno camponês francês...) e, por isso mesmo, o acontecimento ou a intrusão do tempo curto, se não for fútil, destoa na linha de uma história como deveria ter sido. Este é o sentido de uma leitura como a da “derrapagem” da Revolução Francesa, proposta por F. Furet e D. Richet, e que levantou polêmicas quinze anos atrás.

Não reavivemos as brasas: não faltam outros exemplos menos polêmicos e, por isso, menos suspeitos. Ver, para citar deliberadamente um exemplo de peso, um corte como a peste negra em 1348. Numa leitura tradicional, admitia-se que ela cortava a Idade Média em duas partes, ascendendo e depois declinando até pleno século XV. Finalmente, uma história que não é antiga e que foi metodologicamente de ponta valorizou o corte do acontecimento-traumatismo: Millard Meiss, analisando a pintura florentina e sienense em meados do século XIV, nela distinguia com finura os estigmas do traumatismo recebido na mentalidade coletiva⁴⁰. Desde então e sem entrar no detalhe, sabe-se que, afinal, a peste negra foi retrogradada. O verdadeiro momento de ruptura se situa antes (por vezes 1315, ou mesmo o fim do século XIII), não é a peste negra que debilita a demografia, mas a recorrência num breve intervalo das pestes ulteriores. Na Itália e, por vezes, inclusive em outros países, a recuperação demográfica é viva e a grande depressão do fim da Idade Média não existe... Porém, eis que, à força de precisões e de nuances, a peste negra não existe mais: ela é como que escamoteada por Philippe Ariès, que não admite essas rupturas bruscas num modelo de longuíssima duração e se vira como pode — a meu ver, antes mal do que bem (ver “Huizinga e os temas macabros”, depois “O homem diante da morte”⁴¹) — para assumir a incongruência do macabro com o declínio da Idade Média.

Não convirá, não digo redescobrir o acontecimento mas definir, em história, uma nova dialética do tempo curto e do tempo longo?

UMA NOVA DIALÉTICA DO TEMPO CURTO E DO TEMPO LONGO

É forçoso constatar que os caminhos da descoberta histórica já não passam hoje unicamente pelos caminhos do tempo longo, longe disso. Emerge paralelamente, com insistência, uma interrogação sobre a mudança em suas formas brutais ou graduais. Se se tentar, também nesse plano, seriar as etapas, será cômodo partir do novo papel que se vê mais de um autor atribuir ao acontecimento.

Quando M. Crubellier, em 1965, introduzia no colóquio de história social de Saint-Cloud uma apologia do acontecimento, era, poder-se-ia dizer forçando um pouco, um arrazoado em defesa de uma causa perdida⁴². Quando, dez anos mais tarde, Pierre Nora, na obra coletiva *Faire de l'histoire* anuncia a “volta do acontecimento”, é para registrar, como historiador do presente, a violência

e a pregnância do fato pontual, que se impõe sem discussão, sem dúvida hipertrofiado pela ênfase que a mídia dá a ele, mas perfeita ilustração do poderio da idéia-força que se transforma em realidade material quando penetra nas massas, segundo a célebre reflexão de Marx⁴³. A “reabilitação” de Pierre Nora, por mais convincente que seja, corre o risco de permanecer ambígua, em certa perspectiva. Considerada superficialmente, numa leitura estreita, poder-se-ia ver nela uma das variações sobre o velho tema da aceleração da história: numa época contemporânea — basta fixar seu ponto de partida —, a mobilidade, o vigor que se inscreve em acontecimentos; nos períodos anteriores, os longos lapsos de imobilidade ou de evolução lenta. Nesse nível, poderia operar-se um compromisso, tanto com o historiador da história imóvel (E. Le Roy Ladurie: a história começa a se mexer por volta de 1720, depois de quatro séculos de oscilações em torno de um nível quase constante), como com o etnólogo: para Vargnac, assim como para os folcloristas, a sociedade tradicional, quase monolítica, se desestrutura numa data recente: 1870 ou 1914-1918, datas de referência a partir das quais se afirma a decadência de um sistema antiqüíssimo.

Uma enquête no Oeste da França

Creio que é preciso ir além dessa etapa, que já é importante, porque pode-se constatar que, longe de o acontecimento ou, para evitar qualquer equívoco, de a mudança brusca ser um privilégio da época bastante contemporânea, toda uma série de pesquisas dos últimos vinte anos foram polarizadas pela dialética do tempo curto e do tempo longo, pelos jogos do acontecimento e da longa duração. Impõem-se alguns exemplos, que ilustram os diferentes procedimentos mediante os quais essa história problemática agiu, buscando muitas vezes numa enquête regressiva a resposta a suas indagações. Da estrutura ao acontecimento, passando pela longa duração: esta a tese de Paul Bois sobre os “Camponeses do Oeste”; do acontecimento à longa duração pelas vias da história regressiva: é o que se pode encontrar tanto no trabalho de M. Agulhon, quanto em minhas pesquisas, quer se trate da morte, quer se trate da festa... A obra de Paul Bois⁴⁴, publicada em 1960 e cuja importância metodológica tem se afirmado desde então, abre um caminho e dá uma demonstração quase exemplar. P. Bois parte, de maneira aparentemente bastante clássica, do quadro de um departamento do Oeste da França, a Sarthe, no fim do século XIX. A situação que lá encontra nada tem de inédito: ela reflete, a partir das idéias recebidas do célebre “Quadro do Oeste da

França”, de A. Siegfried⁴⁵, os traços do tempo curto do sociólogo que é, ao mesmo tempo, o tempo longuíssimo, isto é, aquelas realidades estruturais consideradas como heranças de longa duração, ou até mesmo como determinismos sem idade: o *bocage*, o habitat disperso, a dupla dominação da igreja e do castelo... A enquête demonstra bem depressa ao autor que essa história só é imóvel na aparência.

Existe uma fronteira, que corta em dois esse *campesinato* — “branco” ou *chouan** a Oeste, republicano a Leste. Nessa fronteira, os testes enumerados acima — o *bocage*, o padre, nosso amo... — não oferecem nenhuma explicação válida em campo: o autor busca-se na história, remontando até o episódio preciso em que se produziu a ruptura, isto é, até a época da Revolução Francesa; dois *campesinatos* diferentes em suas estruturas e, sobretudo, em seu dinamismo e em sua agressividade congelaram, então, duradouramente, suas opções coletivas. Sente-se, até mesmo a partir desse resumo demasiado breve, que essa experimentação exemplar é portadora de uma mensagem rica e ambígua: ela justifica, de um lado, a enquête de longa duração, o mergulho no passado mais que secular de onde são transmitidas as características de um comportamento que perdura, com uma real inércia, até os dias de hoje, enquanto as condições iniciais desapareceram. Um elemento de peso no dossiê da “inércia das estruturas mentais”. Todavia, inversamente, ou de maneira complementar, o *tempo* curto reassume toda a sua importância. É o tempo do traumatismo inicial, da ruptura propriamente revolucionária a partir da qual, por muito tempo, uns se tornaram *chouans*, os outros jacobinos, separados por uma fronteira que nossos mapas eleitorais atuais perenizam. Tempo curto ou tempo longo? Essa arbitragem, que não é um compromisso burguês, ao situar ambos em seu devido lugar, exorciza pelo menos uma das formas da longuíssima duração, a dos velhos determinismos atemporais, para privilegiar o que chamaremos, com P. Vilar, de tempo “mediamente longo”: uma expressão que não se pretende elegante, mas que talvez exprima aquela duração em que o historiador com certeza se sente melhor.

Do acontecimento à longa duração

Faltava, sem dúvida, a P. Bois dar a resposta a uma das interrogações que sua pesquisa coloca: a das próprias modalidades pelas

* Os *chouans* foram os participantes das insurreições realistas ocorridas no Oeste da França durante a Revolução. Os “brancos” (por oposição aos “azuis”) são os partidários do rei nessa mesma época. (N.T.)

quais se efetua a transmissão das atitudes, para não falar da mensagem. Lemos nele o ponto de chegada, remontamos ao ponto de partida; entre os dois situa-se outro problema, o trabalho da memória coletiva, consciente ou não. Philippe Joutard, empreendendo seguir, tanto nos vestígios da escrita quanto pela enquete oral direta hoje, as metamorfoses de uma lembrança arraigada (outro acontecimento traumatizante é a guerra dos *camisards* em Cévennes⁴⁶), aborda, por assim dizer, pelo outro extremo, uma problemática idêntica, invertendo os dados (ele sabe de onde parte) e os procedimentos de análise — mas isso equivale, afinal, a tentar aferir na duração o peso de um acontecimento que exprimiu uma mudança essencial. Paul Bois partia de uma *estrutura* e encontrava o acontecimento; sem que haja a menor contradição nisso, outros partem do acontecimento... para redescobrir uma estrutura. Maurice Agulhon, no conjunto muito bem articulado de suas pesquisas sobre a Provença oriental, partia aparentemente do fato pontual do levante provençal do Meio-Dia, em 1851, em defesa da República; ou, se preferirem, da emergência inesperada dessa província do Meio-Dia “vermelho”, em contraponto — doravante duradouramente — ao Meio-Dia “branco” da primeira metade do século XIX. Uma enquete sociológica aprofundada na sociedade dessas aldeias urbanizadas — de que só reteremos, para simplificar, um aspecto — leva-o a remontar das *chambrées* — sociedades secretas republicanas — às estruturas da sociabilidade que vai buscar sob o Antigo Regime, passando pelos clubes revolucionários da primeira República para descobrir, no século XVIII, a densidade das formas de associações masculinas, de que as confrarias de Penitentes são apenas a expressão mais espetacular. Entretanto, essa estrutura formal estável encobre, de fato, uma mobilidade real, já que o autor, em sua obra-prima, “Penitentes e franco-maçons”, demonstrou como, na segunda metade do século XVIII, as elites provençais haviam desertado as confrarias para se encontrarem nas lojas maçônicas, mais adaptadas às suas novas aspirações. A dialética do tempo curto e do tempo longo afirma-se, aqui, particularmente rica, e leva à redescoberta de uma evolução lenta, a partir de um mergulho regressivo na (mediamente) longa duração. O invariante, aqui, talvez seja esse vestígio de “sociabilidade”, a que o autor atribui ao mesmo tempo sua importância e seus limites de suporte formal da história que se move⁴⁷.

O procedimento que apliquei à análise do fenômeno de descris-tianização, da idade clássica à Revolução Francesa, não procede de outro desígnio. O fato pontual inicial é a mais espetacular explosão descris-tianizadora do ano II, analisada e cartografada em seus principais traços em todo o quarto sudeste da França: o próprio tipo de

acontecimento não só “patético”, como escandaloso, a tal ponto que toda uma historiografia quis ignorar essa imperfeição da história. Não encontrando mais, nos determinismos do tempo curto revolucionário — política geral, iniciativas locais dos representantes em missão ou dos clubes —, a explicação suficiente para um mapa contrastado e estruturado, é na duração de um século das Luzes bem amplo que segui, a partir de um indicador precioso e rico — milhares de testamentos provençais —, o apogeu, depois a desestruturação e, finalmente, a decadência do sistema da prática e da religiosidade “barroca” no Meio-Dia francês e peguei em flagrante essa mudança brusca que, por volta de 1750, afetou, a partir dos comportamentos diante da morte, a sensibilidade coletiva⁴⁸. O modelo experimentado na Provença se revela operacional; faltava-lhe apenas a confirmação de um confronto com outros sítios, o que foi feito com “A morte em Paris”, fruto das pesquisas de Pierre Chaunu e sua equipe⁴⁹. Depois, tomando o sistema das pompas barrocas em seu apogeu — por volta de 1680 —, seguimos apenas a sua curva descendente. A enquete parisiense vai mais longe, mostrando como esse sistema se instaura da segunda metade do século XVI a pleno século XVII. A noção de estrutura, como a manejam em campo os historiadores sociais e das mentalidades, perde toda rigidez e monolitismo, exprimindo um encontro de vestígios, que sem dúvida se organizam num sistema coerente, mas no âmbito de um equilíbrio sem cessar questionado e de uma respiração que é a da história.

A mutação em história existe?

Eu temeria parecer ceder a alguma condescendência, desenvolvendo, a partir de minhas pesquisas, outra ilustração desse procedimento dialético, que une o tempo curto ao tempo longo. Contudo, foi afinal uma curiosidade semelhante que levou à análise de “As metamorfoses da festa na Provença, de 1750 a 1820”⁵⁰, ou seja, para traduzir em termos claros, o encontro entre um sistema festivo estabelecido, popular, profuso e vivo, “folclórico” *avant la lettre*, e a festa revolucionária, nacional, cívica, que responde a uma codificação totalmente diversa. Houve entre ambos contaminação, coexistência ou rejeição mútua? O balanço é complexo: a festa revolucionária proporciona, em particular, localmente, uma oportunidade a uma herança festiva antiga e reprimida, a festa carnavalesca, que domina as grandes mascaradas do ano II. Minha conclusão não se opõe, longe disso, à de Mona Ozouf, em sua obra sobre “A festa revolucionária”⁵¹: as liturgias revolucionárias, na encruzilhada do passa-

do com o futuro, vêm a emergência e a experimentação de um novo sagrado, que dominará as formas de religiosidade cívica e patriótica do século XIX. A essa altura da argumentação, não se pode evitar a objeção que F. Braudel previra, com nuances, em seu artigo de referência: tudo bem quanto à mutação brusca, o acontecimento explosivo, mas será ele de fato criador? Não se contentará com sancionar e exprimir, se preciso em termos exacerbados, o balanço de uma evolução surda e de longa duração? Um ensaio como o de Mona Ozouf, sobre um ponto preciso, responde em parte à questão. Haverá, aparentemente, fenômeno mais incôgruo, “sem passado” e “sem futuro”, como o Ser Supremo da canção, do que a festa revolucionária? No entanto, ei-la portadora de futuro, expressão privilegiada e densa de todo um discurso ideológico. Para lá do acontecimento catalisador, ou simplesmente eco, haverá, a quente, uma criatividade do instante? Retorna até mim o eco, mais do que acadêmico, do debate que me opôs a A. Soboul quando apresentei os primeiros resultados da minha abordagem da descristianização do século XVIII, de longa duração. O historiador do jacobinismo objetou-me os exemplos de criatividade a quente da religiosidade revolucionária: santas patriotas, mártires da liberdade, litânias do coração de Marat..., manifestações que, mesmo sem futuro, valem mais do que simples curiosidades de um instante. Quem estava certo? Ninguém, é claro, estava errado.

Entretanto, para concluir provisoriamente sobre esse problema essencial da dialética do tempo curto e da longa duração, permitam-me evocar uma velha conhecida, antes de encerrar o capítulo de meus trabalhos familiares: a história da morte, excelente teste para essa história da longa duração, sendo a morte, diga-se sem demasiado humor ácido, um invariante ideal... Creio tocar numa das dificuldades fundamentais do problema quando me irrita (amigavelmente — que o autor me perdoe!) em descobrir em Philippe Ariès esses longos lapsos de evolução sem choques, sem incidentes; do mesmo modo que o macabro fim da Idade Média foi, afinal, escamoteado, não teremos direito ao arripio do barroco, entre 1580 e 1630, nem tampouco ao retorno das idéias negras e da poesia dos túmulos no crepúsculo das Luzes; quanto ao trágico e crucial momento do que chamamos por antífrase de Belle Époque, o autor escreveu um dia que o macabro torna-se, aí, uma curiosidade de alguns artistas belgas e alemães... Uma curiosidade, na época dos simbolistas e decadentes, de Huysmans, Munch, Ibsen, D'Annunzio ou Thomas Mann...! De minha parte, fico pasmo com a importância dessas grandes crises de sensibilidade coletiva, que não são simples curiosidades literárias e que vêm ritmar de maneira rude, paroxística, as etapas de uma história

das sensibilidades que nada tem de imóvel. A morte, aqui, não é mais do que um exemplo, ou do que um elemento num conjunto. Numa síntese recente (“The Prerevolutionary Sensibility”), coloquei a questão, aparentemente ingênua: o que sucedeu por volta de 1750? Questão bastante velha (dir-se-á que a história literária clássica a ela já respondeu desde há muito) e, no entanto, renovada por todas as abordagens recentes da história serial — ver esse conjunto de curvas de uma variedade delectável: ilegitimidade, concepções pré-nupciais, delinquência, fluxo do mercado editorial, pedidos de missas ou ordenações... Na França dos anos 1760, a visão do mundo modificou-se, e não só para as elites. Como no curso de acústica da nossa infância, delineia-se um ritmo, com nós e ventres, crises no sentido mais amplo do termo, e que não são o resultado da aceleração contemporânea da história, como tampouco são a espuma superficial de uma história no conjunto imóvel... É preciso redefinir, parece-me, essa dialética do tempo curto e do tempo longo: um exercício sem mais segredos para o historiador economista (ou demógrafo), mas que o pesquisador nos domínios da história social e das mentalidades deve encarar. Todavia, uma das razões do bloqueio — provisório, sem dúvida — não seria acaso a dificuldade, entre os diferentes domínios, de encontrar a concordância dos tempos?

NO FUNDO DO PROBLEMA: A CONCORDÂNCIA DOS TEMPOS

Para dizer a verdade, acredito que, em pouco tempo, o problema da dialética do tempo curto e do tempo longo parecerá ultrapassado e, sem dúvida, historicamente caduco. Caduco como certo voluntarismo jacobino, talvez, caduco com certeza como certo “revisionismo” bem do nosso tempo, que desejou exorcizar a imagem “velhota” (“herança ideológica”, segundo F. Furet) da Revolução: não haverá compromisso burguês, mas superação dialética. De resto, se esse diálogo deve aparecer dentro em breve como um exercício de estilo, é preciso convir, tendo em vista os exemplos que acabamos de tratar, que terá sido estimulante, permitindo promover todo um outro nível de interrogações.

Será muito mais difícil, parece-me, pôr-se de acordo quanto ao que intitulo um pouco facilmente a “concordância” dos tempos, isto é, se quiserem, segundo a expressão de Althusser, o “entrelaçamento dos tempos”. Sinto-me, como Pierre Vilar, atingido pela observação de Althusser, ao mesmo tempo formulada com bastante ligeireza e, quanto ao fundo, pertinente em relação aos atrasos da re-

flexão dos historiadores “empíricos”: “Os historiadores começam a colocar-se questões. No entanto, eles se contentam em constatar que há tempos longos, médios e curtos, e em notar as interferências destes como produto de seus encontros, não como produto do todo que os comanda: o modo de produção...”⁵²

A discrição dos historiadores, sem dúvida culpada, e singularmente dos que reivindicam o marxismo, decorre talvez do fato de que, na explosão atual em todos os sentidos da ciência histórica (“do porão ao sótão”), eles foram com frequência encerrados na prisão (de longa duração!) do que se chama um marxismo vulgar, onde uma dialética mecânica ligaria à infra-estrutura superestruturas ideológicas, que obedecem ao dedo e ao olho. Essa leitura, fácil de se refutar à medida que a descoberta dos novos campos torna mais complexos os tempos da história, é facilitada talvez pela apreensão, até uma data recente, dos historiadores marxistas por abordar esse “terceiro nível” da explicação histórica, reservado a especialistas mais “experimentados”. É apreciável, nessa conjuntura historiográfica, a clarividência do apelo de Ernest Labrousse em 1965, convidando os historiadores a abordarem esse estudo do terceiro nível, que estamos acostumados a chamar de “história das mentalidades”. Sem dúvida, nessa etapa em que, ainda só, ou quase, a tese de Paul Bois (“Camponeses do Oeste”) propunha a experimentação de uma apreensão global, desde as estruturas socioeconômicas até as atitudes coletivas, e de sua dialética no tempo, Labrousse acaso só podia definir essa relação como história das “resistências” ou das “inércias”, o que pode parecer, hoje, uma leitura bastante pobre dos intercâmbios que sucedem no âmbito do que podemos chamar, como Althusser, de “todo sobredeterminante” do modo de produção?

A longa duração assume a especificidade da história

Todavia, Pierre Vilar, também aí, nos lembra como Marx — menos dogmático do que nos é apresentado! — deixou os historiadores diante de suas responsabilidades, definindo (não é, diz ele estilisticamente, “o melhor Marx”) o modo de produção como “iluminação geral, éter particular que determina o peso específico de todas as formas de existência que resultam dele”, o que, deve-se admitir, deixa dentro desse “todo sobredeterminante” certa latitude, ao mesmo tempo que impõe um real dever de precisão e de invenção no reconhecimento dos vínculos complexos que unem hierarquicamente os diferentes níveis⁵³.

As tentações estão aí: para à historiografia que recusa o caderno de encargos do método marxista, embora quase não se busque mais a panacéia universal de outro fio condutor da história (nas minas do Peru ou nas manchas solares), a facilidade pode ser a de um tempo longo que se atolaria numa história imóvel, ou uma etnografia cada vez menos histórica, como pode ser a da multiplicidade (ou especificidade) dos tempos, em que cada história caminharia à sua guisa. Tentação inebriante: é a nau dos insensatos. Philippe Ariès faz mover-se sobre um colchão de ar a evolução das atitudes diante da morte em função de um dinamismo próprio de um “inconsciente coletivo” não melhor definido...

Tranqüilizem-se! Não desejo substituir a nau dos insensatos por um “Grande Internamento” desse pululamento num âmbito empobrecido. É por isso que acho que Pierre Chaunu (que ele me perdoe de tomá-lo como exemplo, de maneira tão paradoxal), ao sustentar a hipótese de uma evolução de longa duração das atitudes diante da morte como uma “derivada da expectativa de vida”, reduz, com certeza a uma dimensão em demasia puramente demográfica, um fenômeno mais complexo, que associa inércias e criações da imaginação. Contudo, a solução, para mim, nessa mistura dos tempos da história, das séries de longa duração que ora nos são oferecidas, é correlacionar, confrontar, hierarquizar... Dessa maneira, a longa duração, esse fruto objetivo do progresso metodológico, não será nem um engodo, nem uma máscara ou uma abdicação, mas sim um meio de afirmar uma consolidação fortalecida do tempo da história.

De resto, não há maiores motivos de pessimismo: desde o artigo de Fernand Braudel, dizíamos, a invasão estruturalista ocorreu, e a história não morreu por causa disso. Mais ainda: o medo de dependência em relação a outras ciências humanas, que aquele artigo refletia, cedeu lugar a uma real segurança. A consciência dessa “longa duração”, noção ainda mal dominada, mas que tentamos analisar em seus aspectos ambíguos, talvez não seja estranha reassunção do campo histórico em sua especificidade.

Michel Vovelle

Notas

1. F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris, A. Colin, 1976).
2. E. Labrousse, *Esquisse du mouvement des salaires et des prix au XVIII^e siècle* (Paris, Dalloz, 1932).
3. P. Chaunu, *Séville et l'Atlantique entre 1504 et 1650* (Paris, SEVPEN, 1956-1960).

4. Kondratieff, economista americano de origem russa, nascido em 1892, que publicou em 1925 uma obra, *Business Economics*, onde distinguia na economia dos países industrializados do século XIX ciclos de 15 a 50 anos. Ver G. Imbert, *Des mouvements de longue durée* (Aix-en-Provence, La pensée universitaire, 1959).
5. E. Labrousse, "1848-1830-1789. Comment naissent les révolutions", in *Actes du congrès historique du centenaire de la Révolution de 1848* (Paris, PUF, 1948).
6. P. Ariès, *Le temps de l'histoire* (Mônaco, Ed. du Rocher, 1954).
7. *L'histoire sociale. Sources et méthodes*, colóquio da E.N.S. de Saint-Cloud, 15-16 de maio de 1965 (Paris, PUF, 1967).
8. P. Chaunu, "L'histoire géographique", in *Revue de l'enseignement supérieur*, 1969, n.º 44-45, pp. 66-77.
9. M. Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle* (Paris, Le Seuil, 1978).
10. *Mercuriaux*: listas oficiais semanais dos preços correntes dos gêneros vendidos num mercado público.
11. Sobre esses mecanismos e essas técnicas da história econômica, consultar, além dos verbetes deste dicionário, M. Gillet, *Techniques de l'histoire économique*, 2 fasc. (Paris, C.D.U., 1962), e J. Bouvier, *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains (XIX^e-XX^e siècles)* (Paris, SEDES, 1969).
12. R. Bachrel, *Une croissance: la Basse Provence depuis la fin du XV^e siècle jusqu'à la veille de la Révolution* (Paris, SEVPEN, 1961).
13. G. Bouchard, *Le village immobile: Sennely en Sologne au XVIII^e siècle* (Paris, Plon, 1972).
14. E. Le Roy Ladurie, "L'histoire immobile", aula inaugural no Collège de France, 30 de novembro de 1973, in *Le territoire de l'historien*, t. II (Paris, Gallimard, 1978).
15. J.-P. Bardet, P. Chaunu, G. Désert, P. Gouhier e H. Neveux, *Le bâtiment. Enquête d'histoire économique (XVI^e-XIX^e siècles)* (Paris-Haia, Mouton, 1971).
16. *Villages désertés et histoire économique* (Paris, SEVPEN, 1965).
17. J.-P. Aron, P. Dumont, E. Le Roy Ladurie, *Anthropologie du conscrit français d'après les comptes numériques et sommaires du recrutement de l'armée (1829-1836)* (Paris-Haia, Mouton, 1972), e E. Le Roy Ladurie (com a colaboração de P. Dumont e M. Demonet), "Anthropologie de la jeunesse masculine en France (1819-1830)", in *Annales ESC*, 1976, republicado em *Le territoire de l'historien*, t. II (Paris, Gallimard, 1978).
18. E. Le Roy Ladurie, *L'histoire du climat depuis l'An Mil* (Paris, Flammarion, 1967).
19. E. Hobsbawm, "The Primitive Rebels" (Manchester, 1959), trad. fr., *Les primitifs de la révolte dans l'Europe moderne* (Paris, Fayard, 1966, com prefácio de J. Le Goff).
20. B. Porchnev, *Les soulèvements populaires en France au XVIII^e siècle* (ed. russa, 1948; trad. fr., Paris, SEVPEN, 1963, trad. resumida, 1972); R. Mousnier, *Fuereurs paysannes, les paysans dans les révoltes du XVII^e siècle (France, Russie, Chine)* (Paris, Calmann-Lévy, 1967).
21. F. Furet e D. Richet, *La révolution française*, 2 vol. (Paris, Hachette, 1965).
22. G. Roupnel, *La ville et la campagne au XVII^e siècle, Étude sur les populations du pays dijonnais* (1922; nova edição, Paris, A. Colin, 1955).
23. P. Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730* (Paris, SEVPEN, 1960, ed. resumida), *Cent mille provinciaux au XVII^e siècle* (Paris, Flammarion, 1968); M. Agulhon, *Vie sociale en Provence intérieure au lendemain de la Révolution* (Paris, Société des études robespierristes [depósito legal: Clavreuil], 1971).

24. M. Garden, *Lyon et les lyonnais au XVIII^e siècle* (Paris, Les Belles Lettres, 1970).
25. P. Deyon, *Amiens, capitale provinciale, étude sur la société urbaine au XVII^e siècle* (Paris-Haia, Mouton, 1967).
26. R. Mandrou, *De la culture populaire aux XVII^e et XVIII^e siècles: la Bibliothèque Bleue de Troyes* (Paris, Stock, 1964, nova ed., 1975).
27. L. Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais* (Paris, Albin Michel, 1962).
28. M. Bakhtin, *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire du Moyen Âge et sous la Renaissance* (trad. fr., Paris, Gallimard, 1970).
29. C. Ginzburg, *I benandanti, stregoneria e culti agrari in Cinquecento e Seicento* (Turim, 1966); *Il formaggio e i vermi, Il cosmo di un mugnaio* (Turim, 1976).
30. N. Z. Davis, *Society and Culture in Early Modern France* (Stanford, 1975).
31. P. Ariès, *L'homme devant la mort* (Paris, Le Seuil, 1977).
32. G. e M. Vovelle, *Vision de la mort et de l'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du purgatoire, XV^e-XX^e siècles* (Paris, A. Colin, 1970).
33. P. Laslett, *Un monde que nous avons perdu* (trad. fr., Paris, Flammarion, 1969).
34. Trabalhos e publicações em curso de Bernard Cousin.
35. P. Joutard, *La légende des camisards, une sensibilité au passé* (Paris, Gallimard, 1977).
36. Em seu artigo de referência, F. Braudel anunciava-a ao mesmo tempo que ainda sonhava com uma história.
37. P. Vilar, "Histoire marxiste, histoire en construction", in *Faire de l'histoire*, t. I, p. 195 (Paris, Gallimard).
38. C. Gaignebet e M. Florentin, *Le carnaval, essais de mythologie populaire* (Paris, Payot, 1974).
39. Esse colóquio foi realizado em Göttingen, em 1974.
40. M. Meiss, *Painting in Florence and Siena after the Black Death, Arts, Religion and Society in the Mid-Fourteenth Century* (Nova York, 1964).
41. P. Ariès, "Huizinga et les thèmes macabres", in *Johan Huizinga, 1877-1972* (Haia, Mouton, 1973, pp. 104-115); *L'homme devant la mort* (Paris, Le Seuil, 1977).
42. *L'histoire sociale, sources et méthodes*, op. cit., pp. 35 e s.
43. *Faire de l'histoire*, org. J. Le Goff e P. Nora (Paris, Gallimard, 1974), t. I, pp. 210-228.
44. P. Bois, *Paysans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire* (Paris, Haia, Mouton, 1970; ed. resumida, Paris, 1971).
45. A. Siegfried, *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la III^e République* (Paris, A. Colin, 1913).
46. P. Joutard, *La légende des camisards, une sensibilité au passé* (Paris, Gallimard, 1977).
47. M. Agulhon, *Vie sociale en Provence intérieure au lendemain de la Révolution* (Paris, Société des études robespierristes, 1971); *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence, essai sur la sociabilité méridionale* (Paris, Fayard, 1968).
48. M. Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle* (Paris, Le Seuil, 1978); *Religion et révolution, la déchristianisation de l'an II* (Paris, Hachette, 1976).
49. P. Chaunu, *La mort à Paris, XVI^e, XVII^e, XVIII^e siècles* (Paris, Fayard, 1978).
50. M. Vovelle, *Les métamorphoses de la fête en Provence de 1750 à 1820* (Paris, Flammarion, 1976).

51. M. Ozouf, *La fête révolutionnaire, 1789-1799* (Paris, Gallimard, 1976).

52. P. Vilar, *loc. cit.*, in *Faire de l'histoire, op. cit.*, I, p. 187.

53. P. Vilar, *loc. cit.*, in *Faire de l'histoire, op. cit.*, I, p. 203.

MICHEL VOVELLE

Nasceu em 1933. *Agrégé* de história. Professor titular da Cadeira de História da Revolução Francesa na Sorbonne (Paris I). Diretor do Instituto de História da Revolução. Especialista em história social e das mentalidades do século XVIII e da Revolução. Publicou inúmeros artigos e livros.

KRZYSZTOF POMIAN

A história das estruturas

Se fosse preciso atribuir ao estruturalismo uma data de nascimento, seria, sem contestação, o ano de 1916, quando os discípulos de Ferdinand de Saussure publicaram seu "Curso de lingüística geral". Foi na esteira desse livro que se desenvolveu, entre as duas guerras, a atividade dos Círculos Lingüísticos de Praga e de Copenhague, marcada pelos trabalhos de Trubetzkoy e de Jakobson, de um lado, e pelos de Hjelmslev, de outro. Depois, o estruturalismo penetra na história das religiões, com as pesquisas de Georges Dumézil, e na antropologia; devido à guerra, isso só é conhecido com atraso, após a publicação, em 1949, das "Estruturas elementares do parentesco", de Claude Lévy-Strauss. No entanto, os debates em torno dessa nova corrente e do papel que ela pretende representar só irrompem no fim da década de 50, após a publicação da "Antropologia estrutural", do mesmo autor (1958). Os estudiosos começam então a se interrogar sobre o sentido e os empregos do termo "estrutura", sobre as relações entre a abordagem estrutural e a abordagem genética¹, e também sobre a validade da história. O capítulo da "Antropologia estrutural", consagrado a essa última questão, equivale, de fato, a recusar à história o direito de se autodefinir enquanto ciência social. Em sua resposta, "História e ciências sociais. A longa duração", Fernand Braudel mostra que a história, longe de encerrar-se no estudo dos acontecimentos, não apenas é capaz de individuar as estruturas, como deve se interessar em primeiro lugar por essa tarefa. No decorrer dessa demonstração, também precisa o sen-

tido que os historiadores dão à própria palavra estrutura: “Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, montagem, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo gasta mal e veicula muito longamente. Certas estruturas, vivendo muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas atravancam a história, atrapalham, portanto comandam, seu desenrolar. Outras tendem a se pulverizar. Contudo, todas são, ao mesmo tempo, esteios e obstáculos. Obstáculos, elas se assinalam como limites (*evolventes*, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências praticamente não podem se libertar. Imaginem a dificuldade de romper certos contextos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo estas ou aquelas injunções espirituais: os marcos mentais também são prisões de longa duração.”²

UM EXEMPLO: AS ESTRUTURAS DO LÁCIO MEDIEVAL

Os debates de vinte anos atrás hoje parecem superados. A história estrutural não é mais, atualmente, objeto de votos ou postulados. Ela já não tem que demonstrar sua legitimidade. Ou antes, ela a demonstra cada vez que uma nova obra aparece, reivindicando e acrescentando algo importante à nossa compreensão do passado. É por isso que, se quisermos compreender a história estrutural, deveremos partir não de declarações de princípio mas das próprias obras. Escolheremos uma, recente: “As estruturas do Lácio medieval”³. Esse título, diga-se de passagem, seria inconcebível há trinta ou mesmo vinte anos. Ainda hoje ele surpreende, pois a palavra “estrutura” costuma ser seguida, nos títulos dos livros históricos, de um epíteto que limita a sua significação. Nesse caso, tal não acontece. O livro de Pierre Toubert anuncia-se, de saída, como o estudo de um conjunto de estruturas, numa região bem circunscrita: o Lácio medieval e a Sabina⁴, durante um período determinado, do século IX ao fim do século XII. Exemplo notável de história estrutural, tal como é praticada atualmente, ele nos permitirá mostrá-la em ação. Feito isso, será possível percorrer rapidamente o caminho que levou os historiadores a abandonarem os acontecimentos em favor das estruturas. Apresentaremos, em seguida, os problemas atuais da história estrutural e as orientações novas que vão provavelmente tornar-se dominantes num futuro.

“Não se poderia”, costumava dizer Marc Bloch, “buscar as origens de uma coisa que não se conheceria de início claramente.” No caso, não se poderia fazer a história da estrutura agrária do Lácio antes de haver descrito os seus componentes. Porque é ela que se acha no centro do livro de Pierre Toubert. Portanto, a examinaremos com mais atenção. Comparando as aldeias disseminadas no Lácio meridional e na Sabina, descobre-se, para lá das variações locais, certo número de constantes. O habitat, por toda parte, está concentrado em lugares altos e por toda parte as parcelas cultivadas são dispersas. Observa-se igualmente, por toda parte, uma organização concêntrica do espaço cultivado. Os mais próximos do habitat são os campos de policultura para a alimentação, seguidos, em certos casos, dos campos de cultura especializada, onde se alternam os cereais de inverno e as leguminosas complementares, assim como das plantações de cânhamo. Vêm, então, os trigais e, mais longe ainda, na fronteira entre o *cultum* e o *incultum*, as campinas naturais. Os vinhedos, eliminados dos setores mais próximos do habitat, estendem-se ao longo das antigas vias consulares, agarram-se às vertentes pedregosas, colonizam as baixas terras úmidas. A esses tipos de campos correspondem diferentes sistemas de cultura:

— intensiva, tratando-se dos campos de policultura alimentar, “domínio do instrumento manual e dos sistemas de cultura baseados na dupla acumulação do trabalho humano e dos adubos necessários à reconstituição dos solos, submetidos sem cessar a esgotantes rotações”;

— extensiva e praticando um pousio morto, de duração variável, no caso dos campos cerealíferos.

Considerando tal organização do *cultum*, é claro que cada exploração camponesa só pode ser composta de parcelas dispersas. E, não menos claro, é que a rede das vias de circulação deve ser bastante densa. Enfim, é claro que a “ocupação do solo e a distribuição dos campos postulavam um habitat rigorosamente concentrado”. Se um elemento desse conjunto muda, os outros perdem sua razão de ser. Trata-se inquestionavelmente de uma estrutura.

Um elemento invariante durante vários séculos

No entanto, para um historiador, uma estrutura não é apenas um conjunto coerente de elementos, no qual a transformação de um só deles acaba provocando a de todos os outros. De fato, tal conjunto só lhe interessa se ainda satisfizer a outras condições. Em particular, ele deve se manter durante um período plurissecular, deve ser um fe-

nômeno de longa duração. Assim, a estrutura agrária que Pierre Toubert descreve surge no século X e ainda subsiste muito mais tarde. Durante mais de meio milênio, ela constitui uma invariante, um contexto estável no interior do qual se desenrolam as atividades das populações camponesas. É a estabilidade desse contexto que confere a essas atividades um caráter monótono, repetitivo: ano após ano, cultivava-se da mesma maneira os mesmos campos, dispostos do mesmo modo. Os indivíduos morrem e as famílias também, contudo o conjunto composto pela casa na aldeia e pela exploração dividida em parcelas dispersas permanece pronto para acolher novos habitantes, a fim de lhes impor um modo de vida idêntico ao de seus predecessores. Não só a estrutura impõe um caráter repetitivo às atividades dos indivíduos e dos grupos, como também fixa limites ao crescimento demográfico e ao aumento da produção agrícola, isto é, às flutuações das conjunturas, introduzindo assim repetições em nível macroscópico. Ela tece, portanto, uma rede de injunções, cuja força é proporcional à rigidez. “Foi com as crises do século XIV que veio à plena luz a rigidez da estrutura agrária do Lácio. Mais ao norte, a distensão demográfica permitiu que as camadas dominantes promovessem novos modos sociais de exploração da terra, como a ‘mezzadria’ toscana, certa readaptação dos campos e dos sistemas de cultura, ou até mesmo uma reunião das parcelas em torno de um novo habitat secundário disperso. Nada disso ocorreu no Lácio, onde a população esparsa da Idade Média tardia não pôde afrouxar a camisa-de-força do habitat concentrado, nem modificar a estrutura da exploração camponesa. Essa reconversão não-realizada da economia aldeã, unida à marcante orientação dos capitais senhoriais e ‘burgueses’ no sentido do lucro pastoril, arraigou o Lácio, a partir do Renascimento, no subdesenvolvimento meridional.”

A descrição de uma estrutura desemboca, como se vê, numa história desta. Numa história que poderíamos chamar interna e que, devido à estabilidade da própria estrutura, se caracteriza por uma grande lentidão, por uma quase imobilidade. Todavia, não é a única história que encontramos no livro de Pierre Toubert. Nele também temos a história de várias outras estruturas, cuja evolução é mais rápida; cada uma delas, aliás, tem seu próprio ritmo, porque, em cada caso, são outros fatores que entram em jogo. Entretanto, o ponto de partida de todas essas histórias é o aparecimento da estrutura agrária que acaba de ser descrita e as modificações que ela provoca nas estruturas econômicas (de subsistência e de troca) e nas estruturas de organização (familiares, religiosas e públicas).

Um determinante das injunções psicológicas

No Lácio dos séculos XI e XII, todo centro permanente de habitat agrupado e fortificado é designado pelo termo de *castrum*, ou seu alótopo *castellum*. Daí o nome *incastellamento* dado ao processo de formação da estrutura agrária, que divide o espaço em células compostas, cada uma, de um *castrum* cercado pelos campos dispostos em zonas concêntricas. “Essa implantação do habitat *per castra*, que é o grande feito do século X, é, na realidade, não o sinal de um recuo, mas de um salto adiante”, viabilizado por um aumento populacional preexistente. O estudo do *incastellamento* leva em conta dois aspectos desse processo, que é, ao mesmo tempo, um crescimento — multiplicação do número dos *castra* — e uma mudança qualitativa — passagem de uma estrutura agrária a outra. De fato, o que prevaleceu até o século X era “uma ocupação do solo por centros dominiais com um lavor intercalar de *casae colonicae* dispersas”. Em outras palavras, a estrutura de antes do *incastellamento* se caracterizava por um habitat disperso e parcelas agrupadas em torno deste. Por isso, “o ‘incastellamento’ do século X aparece como uma ruptura profunda nas formas de povoação e na própria estrutura agrária”, como uma “verdadeira revolução”.

Um determinante da hierarquia social

O aparecimento da nova estrutura se dá, primeiro, como uma série de fundações de *castra*, cada uma das quais deve ser datada e situada no mapa, a fim de determinar os ritmos do crescimento e mostrar seus fracassos e seus êxitos. É uma seqüência de inovações que se repetem até o momento em que todo o espaço da região fica dividido em células castrenses. No entanto, também é a transformação concomitante das relações entre os camponeses e os senhores. Porque são estes últimos os promotores do *incastellamento* e os que saem ganhando com a operação. Não que, a partir de então, eles esmaguem a exploração camponesa com o peso de tributos. O quadro a esse respeito parece muito menos sombrio do que em outros lugares. Mas não podemos reduzir as relações entre os camponeses e os senhores a seus aspectos estritamente econômicos. “A aldeia, com seu território fechado, a estrutura rígida de seus campos de cultivo e seu habitat concentrado, proporcionou à classe senhorial uma base estável e bem adaptada ao exercício dos direitos lucrativos de origem pública e dos direitos paroquiais apropriados. As injunções econômicas vieram acrescentar-se também outras, que prenderam a socieda-

de rural nas malhas das sujeições familiares, religiosas e judiciárias", enquanto a circulação monetária, a presença das estradas e das cidades tornavam possível para alguns uma evasão ou uma promoção social. Contudo, embora os movimentos entre as aldeias fossem numerosos, "na escala da região (...), é a estabilidade global que chama a atenção do observador".

Não podemos seguir, aqui, Pierre Toubert nas análises, extremamente finas e minuciosas, a que ele submete as outras estruturas da sociedade do Lácio. Assim, vamos nos resignar a extrair da conclusão geral do livro o balanço desses aspectos do *incastellamento*, tratados nos capítulos sobre os quais silenciaremos: "No *castrum*, o peso das injunções sociais e psicológicas pareceu-nos, finalmente, mais pesado do que a parte das colheitas de seus meeiros de que se apropriava o senhor. Agrupados em aldeias fechadas, os camponeses conheceram então novas sujeições. Embora a família tenha permanecido conjugal em sua estrutura fundamental, o direito civil romano e o direito canônico associaram seus esforços para fazerem do mundo laico um *ordo conjugatorum* melhor construído. Por sua vez, a concentração dos homens nos habitats fortificados criou suas servidões: foi preciso contar com os vizinhos e a opinião comum. As situações de ilegitimidade foram pior aceitas pela consciência coletiva, enquanto a limitação da nupcialidade aumentava a massa dos solteiros fadados a uma existência mesquinha e marginal. Repitamos: o *castrum* assinalou o fim da vida pioneira. A compartimentação dos territórios aldeões, que ele acarretou, contribuiu para fazer da sociedade camponesa do Lácio um mundo dominado não só pelos senhores, mas também, do interior, pelos mais velhos e os casados. Essa construção social foi coroada, na primeira metade do século XI, pela vitória da igreja privada castrense e pela apropriação das justiças em proveito dos senhores castelões."⁵

A história de uma população tomada em seu conjunto

Esse rápido exame do livro de Pierre Toubert permite esboçar uma primeira resposta à questão relativa às características originais da história estrutural. É, em primeiro lugar, a história de uma população tomada em seu conjunto; falamos sobretudo de camponeses que, como quer que seja, constituíam a imensa maioria dessa população, mas o livro consagra bastante espaço aos senhores, aos habitantes das cidades, ao clero. Todas as categorias da sociedade laical estão presentes. E também todos os aspectos da vida cotidiana, na medida em que as fontes informam acerca deles: o trabalho, os

intercâmbios, a família, a religião, as relações de dominação sob as suas diversas formas. Em outras palavras, a vida cotidiana de uma sociedade é decomposta num conjunto de estruturas que, todas elas, se mantêm na longa duração, se bem que evoluam, cada uma delas, em um ritmo próprio. É a presença delas que impõe à vida cotidiana seu caráter regular, repetitivo, previsível. No entanto, é ela também que a encerra em limites de que, normalmente, é impossível libertar-se.

Porém, às vezes acontece que uma inovação, correspondente aos interesses de um grupo detentor do poder, logra propagar-se, subvertendo uma estrutura existente e colocando uma nova em seu lugar. Tal revolução, pois se trata de uma, repercute em todas as outras estruturas e nelas induz transformações mais ou menos profundas. Em certo sentido, todo o livro de Pierre Toubert faz a história de uma revolução desse tipo; num primeiro tempo, os senhores adquirem uma posição dominante graças ao *incastellamento*, perdendo em seguida uma parte importante dela após 1050, quando o Estado pontifical procede, no Lácio, a uma reconquista do poder. Talvez seja essa a característica mais inesperada da história, tal como a pratica Pierre Toubert: é uma história das estruturas, que é, ao mesmo tempo, história de uma revolução.

CONJUNTURA E ESTRUTURA

As transformações da prática dos historiadores, durante o último meio-século, tornaram-se possíveis por uma mudança do questionário que guia as pesquisas e por um deslocamento concomitante do olhar pousado nas fontes. O antigo questionário colocava em primeiro plano a questão: o que aconteceu durante este ou aquele período, neste ou naquele lugar? Tratava-se de constatar: o que aconteceu de novo, de inédito, de inesperado? E, em seguida, encontrar as causas pertinentes que, obviamente, também deveriam ser singulares, senão seriam incapazes de explicar o caráter singular de seus efeitos. Vê-se logo que tal questionário, de resto paupérrimo, orientava o olhar dos historiadores para os acontecimentos, extraordinários por sua própria definição, e que, por essa razão, se destacam nitidamente do fundo das ações rotineiras. Assim, dizia-se que as épocas felizes não têm história: nada nelas acontece, nada detém o olhar que desliza, sem registrar a presença dela, na monotonia de fatos repetitivos.

A busca da "verdadeira" história

Essa atitude era o vestígio de um elitismo, que persistia inclusive entre os que declaravam ter-se emancipado dele, sem que estes

se dessem conta dessa persistência: podiam manifestar seu desinteresse pelos reis e pelos grandes e sua convicção de que a verdadeira história é a do povo, mas não conseguiam libertar-se de uma imagem do povo-rei, cujos grandes feitos celebravam e que transformavam em herói de epopéia. Ela também provinha da confiança inconsciente na luz projetada sobre o passado pelas fontes narrativas de que os autores descreviam sobretudo os acontecimentos, atribuindo-lhes uma importância proporcional a seu caráter extraordinário. Decerto, o desenvolvimento da crítica tinha ensinado os historiadores a suspeitarem e, portanto, a controlarem as fontes narrativas, mas, apesar disso, eles permaneciam tributários delas, ainda que não adotassem seus relatos. A atitude dos historiadores assemelhava-se, assim, à dos colecionadores: ambos só acumulavam coisas raras e curiosas, deixando de lado tudo o que era banal, cotidiano, usual. Isso se mostra melhor onde o historiador, para ter acesso a um conhecimento do passado, se achava na obrigação de tornar-se colecionador — à espreita de tudo o que era belo, rico, insólito, a arqueologia desprezava os testemunhos da vida material do comum dos mortais.

Praticada dessa maneira, a história não podia ter qualquer vínculo com as ciências sociais, que, a partir da segunda metade do século XIX, ganhavam importância e prestígio: a sociologia, a economia, a geografia. Não obstante, ela reivindicava para si o estatuto de ciência, de que necessitava, quando mais não fosse para manter sua posição dentro da instituição universitária. A contradição entre a prática da história e as pretensões que ela ostentava era, por volta do fim do século, um lugar-comum. Uns tentaram resolvê-la abandonando pura e simplesmente toda e qualquer aspiração ao caráter científico e proclamando que Clio devia continuar sendo uma musa. Outros aplicavam-se a dar à história uma posição particular, que se considerava capaz de reconciliar o privilégio de que desfrutavam a seus olhos os acontecimentos singulares com certo caráter científico; segundo eles, a história era uma ciência idiográfica, isto é, tendo como objeto próprio o que não se repete; ela era, pois, uma ciência única em seu gênero, oposta a todas as outras — ciências nomotéticas que visam descobrir leis a partir de um estudo das repetições. Terceiros reclamavam uma história que fosse uma ciência social sem restrições e exigiam portanto a sua reconversão, submetendo a ataques violentos a prática do que chamavam “história fatual”.

Uma longa batalha epistemológica

A batalha durou muito tempo e não podemos recapitular aqui as suas peripécias. Apenas basta mencionar o inesquecível artigo de

François Simiand, “Método histórico e ciência social”⁶ (1903), cujo título já é todo um programa, e a criação, em 1929, dos “Anais de história econômica e social” por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os primeiros indícios de uma ruptura com a tradição, não só nos manifestos como na própria prática do ofício de historiador, são todavia visíveis na França bem antes dessa data. Foi em 1911 que Lucien Febvre defendeu, na Sorbonne, a sua tese “Filipe II e o Franche-Comté”; é lícito ver nela a primeira obra produzida pela nova história. Não que ela se desvie dos acontecimentos. Mas lhes confere uma nova significação: eles são os sintomas de uma diferenciação, que diríamos hoje pertencer à estrutura da sociedade do Franche-Comté do século XVI. “Rivalidade dos Rye, dos La Baume, dos Bonvalot e dos Perrenot pela posse do arcebispado; caso Quiclet; duelo sem trégua entre um Simon Renard e um Antoine Perrenot; turbulência de uma nobreza inquieta e agitada, aumentada ainda mais, no meio, na virada do século, pelas consequências de uma abdicação, de uma acesão e de um tratado de paz que introduzem em suas condições de existência uma perturbação, um incômodo novos; não nos pareceu que esses acontecimentos pudessem explicar-se apenas por circunstâncias de fato, incompatibilidades de humores individuais, considerações morais ou psicológicas. Acreditamos, ao contrário — e toda a história interna do condado desde um século antes dessa data parecia levar-nos a tal conclusão — que esses fatos políticos, essas rivalidades de pessoas encontravam num mal-estar social e num conflito econômico profundas razões de ser.”⁷ Vê-se que os acontecimentos interessam a Lucien Febvre não por causa da sua unicidade; ele se opõe claramente a tal enfoque, afastando todas as explicações que são complementos necessários deles. Os acontecimentos interessam a ele enquanto elementos de uma série, na medida em que desvendam variações conjunturais das relações entre duas classes sociais, cujo conflito permanece constante ao longo do período estudado. “Estruturas”, “conjunturas”; os termos que introduzimos aqui são, evidentemente, anacrônicos. Contudo, eles não parecem trair o pensamento de Lucien Febvre, que consagra a primeira parte de seu livro ao “meio geográfico”, para utilizar a linguagem da época, e às instituições políticas, reservando a segunda ao conflito entre a nobreza e a burguesia, como se estivesse consciente de que todos esses fenômenos prendem-se à longa duração, enquanto aqueles de que trata mais tarde situam-se num tempo curto. A oposição entre os dois está claramente presente, só faltam os vocábulos que teriam permitido designá-los.

O novo olhar da história

O novo questionário dos historiadores — que se elabora, ao mesmo tempo que se vai transformando — até hoje incita-os a se interessarem prioritariamente pelo que se repete, pelo que retorna de forma periódica, até mesmo pelo que permanece constante, ou quase, durante um longo intervalo temporal. Assim, o olhar se desloca do excepcional para o regular, do extraordinário para o cotidiano, de fatos singulares para os que aparecem em massa. Compreende-se facilmente que esse deslocamento do olhar tenha se manifestado num certo desinteresse, ainda que diferente conforme os casos, para com a história política — onde os acontecimentos se alinham um após o outro, como as contas de um rosário — e numa promoção da história econômica e social, sobretudo da história dos preços, que, entre as duas guerras, torna-se um domínio de ponta. Não que esta tenha sido, por sua natureza, aberta apenas à nova prática da história. Neste como em outros casos, tudo depende da opção que se faz em relação ao conjunto das fontes virtuais e, também, ao das técnicas disponíveis. Se se quiser praticar uma história dos preços que procure restabelecer os fatos particulares, deve-se optar pelos livros de contabilidade, que permitem conhecer as transações comerciais como de fato ocorreram, entre pessoas determinadas, em lugares bem definidos, em datas precisas; em suma, com tudo o que cada uma delas comportava de singular. Se, ao contrário, o historiador se pronunciar por uma história, não de fenômenos únicos, mas dos que se repetem, ele deverá optar pelas mercuriais⁸, as únicas que possibilitam encontrar, “após as verificações e as elaborações [...] médias representativas: representativas do conjunto das transações durante a totalidade do mês, durante a totalidade do ano. Através dos livros de contabilidade, às vezes só encontramos alguns episódios dessa história”⁹.

Nova história e novos documentos

Mesma coisa no que concerne às técnicas utilizadas para extrair das fontes as informações procuradas e interpretá-las. Grande defensor da utilização dos livros de contabilidade, Henri Hauser é, ao mesmo tempo, o que é lógico, crítico das suas médias, ainda que representativas; em outras palavras, ele contesta a validade do método estatístico aplicado aos dados que se referem ao Antigo Regime. “Nos tempos anteriores à generalização da civilização industrial, é o acidental, de lugar ou de tempo, que domina a vida econômica. O homem não vive de médias; ele vive do verdadeiro pão, vendido a de-

terminado preço para determinado peso, em determinado momento.”¹⁰ Ao contrário, vemos em Labrousse que a preferência que ele tem pelas mercuriais liga-se a uma justificação do emprego das estatísticas:

“(…) O historiador-economista fica surpreso com a frequência das repetições. Não é que só a repetição lhe interesse. Ao contrário de alguns economistas, ele não despreza o singular (...) No entanto, ao contrário de alguns historiadores, e dos mais eminentes, tampouco despreza o geral (...) Embora, felizmente, nada imponha tal opção, se fosse preciso escolher a qualquer preço nessa vasta província da história, onde quase tudo está por fazer, entre o regular e o fortuito, o essencial e o acidental, o repetido e o singular, digamos sem mérito: escolheríamos o repetido.” Porque, “na história econômica, ao contrário do que se observa em outras partes da história, tudo o que é importante é repetido”¹¹. É justamente por essa razão que a história econômica parece privilegiada pelo deslocamento do olhar do extraordinário para o cotidiano, de fatos individuais para fatos que aparecem em massa.

Labrousse e a história econômica

Assim, não é surpreendente que seja a história econômica que introduza o escalonamento de fenômenos que evoluem em ritmos diferentes e que rompa, assim, com o tempo nivelado e linear da história fatual. Labrousse, por exemplo, sempre distingue três tipos de movimentos: um movimento de longa duração; oscilações cíclicas; variações sazonais. No caso dos preços dos cereais, o movimento de longa duração é um movimento de alta, fenômeno internacional que, na França, começa entre 1732 e 1735 prolongando-se até 1817. O período que vai de 1726 a 1790 se subdivide, por sua vez, em “quatro períodos cíclicos ou intercíclicos. O primeiro, dos preços baixos por excelência, se delimita facilmente entre 1726 e 1741. O segundo, em que se afirma uma lenta progressão dos preços, é de igual duração: dezesseis anos; estende-se de 1742 a 1757. O terceiro é o mais violento e mais curto: após cinco ou seis anos de queda, a alta se acelera até a grande crise de 1770: o período só dura treze anos. Vem em seguida uma série de ciclos em que os preços se consolidam a um nível elevado, depois recomeçam a subir vivamente: o período compreende dezenove anos, de 1771 a 1789”¹².

A atualização dos mecanismos subjacentes

O primeiro livro de Labrousse é de 1932. Desde então, estava aberto o caminho para os historiadores enveredarem numa pesqui-

sa sobre os mecanismos subjacentes às flutuações conjunturais, a fim de elucidarem as causas que as provocam. A essas preocupações responde o modelo da crise econômica de tipo antigo, introduzido por Labrousse em seu segundo livro: “A crise da economia francesa no fim do Antigo Regime e no início da Revolução” (1943). Todavia, Labrousse não aplica seu modelo aos movimentos seculares. Aliás, na época, era impossível, pelo menos de uma maneira rigorosa, empregando os dados estatísticos. De fato, embora o movimento dos preços fosse bem conhecido desde o século XVI — ainda que os próprios dados e, sobretudo, sua interpretação fossem objeto de um debate — faltavam informações certas sobre as flutuações, na longa duração, da produção agrícola e da população, sem sequer falar da renda ou dos salários.

Entretanto, não se tratava apenas de informações. Era preciso, antes de mais nada, efetuar um novo avanço em nível dos pressupostos teóricos do trabalho de historiador; em outras palavras, em nível do questionário. Era preciso deslocar o olhar da conjuntura, isto é, das oscilações cíclicas, para as “trends” seculares, a fim de integrá-las, por sua vez, numa evolução ainda mais lenta. Em outras palavras ainda, era preciso chegar à convicção de que o historiador tem o direito e o dever de se interessar não apenas pelo que se move, como também pelo que permanece constante, ou quase, durante épocas que podem ser longuíssimas.

Braudel e a história global

Iniciado durante os anos 20, mas redigido durante a guerra, “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”, de Fernand Braudel (1949), mostra uma segunda maneira, diferente da de Labrousse, de traduzir, na prática de uma pesquisa histórica, o programa centrado no estudo das repetições. Dessa vez, não é o espírito de Simiand que patrocina a empresa; é o de Lucien Febvre. Porque a história braudeliana não é apenas uma história econômica e social, inteiramente organizada em torno das flutuações dos preços e das rendas, num país determinado, durante um período bem circunscrito. Econômica e social ela é, decerto, mas também é geográfica, demográfica, cultural, política, religiosa, militar... É por isso que as repetições que lhe interessam não são apenas as dos máximos e dos mínimos dessas ou daquelas curvas. Não obstante, elas são devidamente constatadas. Com Braudel, o estudo das repetições sai do campo em que parecia confinado. Ele deixa de ser um domínio particular que coexiste com uma história tradicional, voltada pa-

ra acontecimentos únicos. Ele invade tudo, ou quase tudo. Torna-se uma parte fundamental e indispensável de qualquer pesquisa histórica, desde que essa adote como objeto não uma pequena porção do espaço e um curto intervalo do tempo, mas vastas extensões e períodos longos.

O fato de começar por uma análise do meio geográfico é uma consequência direta do privilégio que Braudel concede a “histórias mil vezes repetidas”¹³. Porque o meio, para ele, é apenas um conjunto de problemas, de desafios que os homens têm de enfrentar e que, efetivamente, enfrentam, sem lograr, todavia, dar respostas definitivas, sem estabelecer equilíbrios estáveis. Daí as oscilações, as repetições, os ciclos. Problema da vida na montanha, onde os recursos, “embora variados e numerosos, sempre são pouco abundantes”, o que impele as bocas em excesso para as planícies. Mas, também, problema da vida nestas últimas, já que “nunca são conquistadas de uma vez por todas. Elas são ameaçadas, mal o esforço do homem relaxa, a voltar ao deserto e à barbárie. A malária os espreita, e também, outra ameaça, os rebanhos seminômades da transumância que, por sua vez, gostariam de se reinstalar à larga e que já é difícil, em períodos tranquilos, de manter afastados ou em seus justos limites”. Da junção desses dois problemas resulta um terceiro, o da coexistência entre a montanha e a planície. “Quem quiser compreender a vida mediterrânica, deverá pensá-la no contexto dessa oposição; só ela lhe proporcionará seu sentido histórico e humano.” A impossibilidade em que se está de superá-la, de uma vez por todas, traduz-se numa sucessão de fases que ritmam a história das relações entre as duas forças antagonistas e complementares, que delas fazem uma “história cíclica”.

Uma história arraigada no estudo do meio natural

O mesmo é válido para o mar. Porque ele não é uma superfície líquida, uniforme e indivisa. Não o é, em todo caso, para os que vivem no litoral e nas ilhas, que pescam e praticam o comércio, ou até mesmo o corso. Toda uma série de oposições definem os problemas que têm a resolver. Primeiro, os que resultam das diferenças múltiplas entre o mar interior e o mar alto e, portanto, entre duas tendências contrárias: entrincheirar-se na bacia vizinha; lançar-se em navegações longínquas. E também os que não são mais que a generalização da diferença precedente na escala do Mediterrâneo inteiro e que são consecutivos à divisão deste em dois conjuntos: o oriental e o ocidental. Esses dois conjuntos se comunicam, são ligados um ao ou-

tro, mas tendem, cada um, a fechar-se em si mesmos. Ora, “esses dois Mediterrâneos, comandados por amos inimigos, são física, econômica e culturalmente diferentes um do outro; cada um é uma zona de história”. Simplificando o pensamento de Braudel, podemos dizer que a vida do mar interior no século XVI é comandada por essa grande oposição entre Oriente e Ocidente. É ela que se traduz em conflitos armados e em correntes de trocas.

A unidade do mundo mediterrânico

Oposições na terra firme e no mar, mas também entre a primeira e o segundo. De fato, há uma concorrência entre as rotas terrestres e as rotas marítimas. E os problemas colocados pelas relações que as cidades mediterrânicas mantêm com suas parceiras disseminadas pelo continente europeu — até o Cáspio, a leste, e o Báltico, ao norte — não são os mesmos que devem resolver em suas relações internas. Em suma, existe uma oposição entre o Mediterrâneo e a Europa. No entanto, existe também outra oposição entre o Mediterrâneo e o deserto ou a estepe, entre os sedentários e os nômades. “São economias, mas também civilizações, sociedades, artes de vida que se enfrentam.” São oposições espaciais, de que só cito algumas amostras, que definem a unidade do Mediterrâneo tal como Braudel a vê: unidade física, unidade humana. Além disso, há também unidade climática, não menos contraditória do que as precedentes. “O clima do mar, com suas duas estações brutais e bem definidas, faz viver o corpo mediterrânico em duas fases bastante diferentes uma da outra, e que retornam cada ano, imutavelmente. Como se todos os mediterrânicos pegassem sucessivamente suas porções de inverno e suas porções de verão.” Enfim, queimando as etapas, chegamos à oposição que engloba todas as que são internas ao mundo mediterrânico, colocando-as, por assim dizer, de um mesmo lado, diante de dois mundos novos que surgem no decorrer do século XVI: o do Atlântico e o do oceano Índico.

Um mundo sem fronteiras

Vemos, agora, através desses exemplos, como Braudel procede nessa primeira parte, a mais original e mais forte de seu livro. Ele não se contenta em enumerar as oposições que descobre e os problemas que sua presença coloca. Ordena-as no seio de uma hierarquia que vai do local ao global, construindo assim uma estrutura arbori-

forme, uma série de bifurcações imbricadas umas nas outras. O mundo mediterrânico aparece assim como um conjunto de linhas de conflito, situadas em níveis diferentes e em torno das quais se cristalizam forças antagônicas e complementares, cada uma das quais procura estabelecer, em seu proveito, um equilíbrio duradouro. Daí lutas, mas também trocas, distanciamentos e aproximações; em suma, movimentos, ora cíclicos, quando nenhuma parte consegue se impor, ora lineares, quando uma das forças que se enfrentam consegue eliminar ou enfraquecer gravemente a outra.

Compreende-se então por que o mundo braudeliano não tem fronteiras bem definidas, nem no tempo, nem no espaço. Como poderia ter? No tempo, certos fenômenos se repetem desde épocas remotíssimas, e trata-se de mostrar essas repetições, destacar seu caráter constante, descobrir neles um elemento de estrutura. No espaço, os vínculos do Mediterrâneo com outras regiões, outros mundos se estendem ao infinito: até o Sudão, de onde extrai seu ouro, até o grande Norte e, a leste, até o Cáspio; e, por que não, até a Ásia Central, ou mesmo até a China. Em suma, as fronteiras espaciais e temporais são necessariamente vagas; não são elas que caracterizam o objeto que Braudel elege, ou antes, elas só o caracterizam na medida em que se contraem ou se dilatam em função da dinâmica que lhe é própria.

Ciclos recomeçados sem cessar

A descoberta de toda uma nova dimensão da história, da história estrutural, lentíssima, “quase imóvel”, “feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos recomeçados sem cessar”, é uma das maiores contribuições de “Mediterrâneo” ao pensamento e à prática históricas de nosso tempo. Entretanto, ela não constitui todo o conteúdo desse livro.

A segunda parte é consagrada à conjuntura, ou, mais exatamente, a conjunturas: econômica, cultural, política, social, militar. Vejamos com alguns exemplos como essas histórias, que se desenrolam num tempo mais curto e, também, mais rápido do que aquele de que acabamos de falar, se articulam sobre as transformações lentas das próprias estruturas. Seja a oposição entre o Mediterrâneo e o oceano Atlântico. No fim do século XV, ela é apenas virtual. Contudo, a partir do início do século seguinte, o Atlântico começa a adquirir lentamente a predominância. Esse conflito entre duas rotas e duas regiões que tentam, uma, conservar, outra, apoderar-se de uma fonte de riquezas, pode ser seguido através das vicissitudes do comércio das

especiarias, especialmente da pimenta-do-reino. Chega-se então à conclusão de que “é além de 1600 que cumpre encontrar as datas exatas da decadência definitiva do comércio do Extremo Oriente com o Mediterrâneo. O triunfo da rota oceânica, triunfo inevitável, está longe de ter sido imediato. A luta entre as duas rotas rivais durou mais de um século, com altos e baixos, tanto para uma como para a outra, com crises e renovamentos sucessivos”. É quase a mesma conclusão que emana de um estudo do comércio do trigo, que, a partir de 1590, será dominado pelas importações provenientes do Norte.

Tomemos outro exemplo, o da formação dos impérios propiciada pela ascensão econômica dos séculos XV e XVI. Dois deles rivalizam pela dominação do Mediterrâneo: o dos turcos e o dos espanhóis. Como não ver que eles se inscrevem, cada um, em estruturas preestabelecidas, apoiando-se o primeiro na parte oriental do Mediterrâneo, cuja bacia ocidental o segundo controla? Entretanto, ao mesmo tempo que esposam uma oposição existente há vários séculos, os dois impérios modificam-na, porque não são, nem um, nem outro, exclusivamente ligados ao mar interior. Os turcos também se orientam para o oceano Índico, os espanhóis para o Atlântico e para o Norte. De modo que o grande embate entre ambos, a batalha de Lepanto, parece ter sido para os espanhóis uma vitória sem futuro. Ela apenas restabeleceu um equilíbrio ameaçado, durante um tempo, pelo avanço turco.

O acontecimento, a conjuntura e a estrutura

Mencionando essa batalha, passamos à terceira parte do tríptico braudeliano: os acontecimentos. Só me deterei nela para mencionar uma crítica que se dirigiu várias vezes à parte do livro que lhe é consagrada, a saber, que ela não se integra bem às duas outras. Em certo sentido, essa crítica é justificada. Na medida em que é abordado em toda a sua unicidade, um acontecimento não dá ensejo a nenhuma explicação: ele sucedeu, e só se pode constatá-lo. A batalha de Lepanto, que se desenrolou no dia 7 de outubro de 1571, é, sob vários aspectos, um acontecimento único. Contudo, ao mesmo tempo, ela faz parte de uma série de batalhas entre os turcos e os espanhóis. E essa série explica-se muito bem pela permanência de certas injunções estruturais e pela presença de duas economias, duas sociedades, duas civilizações, duas políticas imperiais, enfim, que devem se entrecortar. É o que elas fazem várias vezes, e não o fazem em qualquer lugar, mas “na junção” de duas bacias do Mediterrâneo, “em sua fronteira aproximada”¹⁴. Os acontecimentos são en-

gendrados, portanto, pelas estruturas e pelas conjunturas. Eles são as rupturas de equilíbrio ou os restabelecimentos deste.

Estruturas, conjunturas, o fatual: a tripartição braudeliana do tempo da história não coincide, como se vê, com a de Labrousse. As variações sazonais pertencem à estrutura, porque sua repetição de ano a ano constitui uma das características duradouras das antigas economias, sociedades e civilizações. Os movimentos seculares e as oscilações cíclicas se situam, em contrapartida, do lado da conjuntura. Quanto ao fatual, uma harmonização dos ensinamentos de Braudel e de Labrousse leva a repeli-lo para a margem, ou até mesmo a não se interessar em absoluto por ele. De fato, o novo questionário dos historiadores, que indica as direções da pesquisa a partir dos anos 40, é organizado em torno da oposição entre estrutura e conjuntura.

A estrutura ou, antes, as estruturas — porque, na linguagem dos historiadores, essa palavra só existe no plural — são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que só evoluem de maneira quase imperceptível. A conjuntura são as flutuações de amplitudes diversas que se manifestam nesse contexto. Em outras palavras, a estrutura é definida implicitamente enquanto conjunto de injunções, de limites ou de barreiras, que impedem que as diferenças variáveis, cujas flutuações constituem a conjuntura, se elevem acima de certo teto. As mudanças de estrutura, que consistem em inovações que possibilitam transcender as antigas injunções, têm um caráter de transformações qualitativas, de rupturas de continuidade. O tempo das estruturas é lentíssimo, quase imóvel; a rigor, poderíamos dizer que, dentro de cada tipo de estrutura, ele é quase estacionário. Entretanto, quando se comparam as estruturas que se sucedem, vê-se que é nesse nível que se situam as transformações irreversíveis: as mutações que transformam um tipo de estrutura em outro.

O próprio livro de Braudel é um exemplo disso, exemplo que subverte os fundamentos teóricos da história e abre novas direções. Lucien Febvre logo o reconheceu: “Tentemos dizer, por alto, em que esse livro excelente — essa obra perfeita de historiador que domina a fundo seu belo ofício — é bem outra coisa, e bem mais ainda que uma obra-prima profissional. Uma revolução na maneira de conceber a História. Uma subversão de nossos velhos hábitos. Uma ‘mutação histórica’ de importância capital.”¹⁵ Nove anos depois do aparecimento de “O Mediterrâneo”, Fernand Braudel, no artigo já citado, reexaminava o problema das relações entre a história e as ciências sociais, cuja importância já vimos, e, fazendo dos fenômenos

de longa duração, isto é, das estruturas, o ponto central das pesquisas, rematava a justificação teórica da história estrutural.

AS CARACTERÍSTICAS DA HISTÓRIA ESTRUTURAL

Voltemos, agora, à prática histórica desses últimos trinta anos, de que, até aqui, só estudamos um único exemplo, para individuar seus traços distintivos e mostrar os problemas que coloca.

É uma história das populações totais

Ao contrário da história tradicional, inconscientemente elitista, mesmo para os que tentam estudar as “massas populares”, a história estrutural é uma história de populações. De populações e não de massas, porque não se trata absolutamente de excluir da história os que ocupam posições privilegiadas nas hierarquias do poder, do saber ou da riqueza. Trata-se somente de recolocá-los em seu devido lugar: o das pequenas minorias que aproveitam de condições excepcionais. O interesse da história estrutural pelas populações, por todos os habitantes de uma região ou de uma cidade, por todos os membros de uma sociedade — visível inclusive onde o título da obra, como os “Camponeses do Languedoc”, parece sugerir o contrário — leva a deslocar para o centro do campo explorado pelos historiadores os problemas da demografia, que, do ponto de vista tradicional, só tinham uma importância marginal. O vínculo entre a descoberta da longa duração e a promoção da demografia histórica é explicitado no livro pioneiro de Philippe Ariès: “As relações existentes entre duas épocas consecutivas não esgotam todas as aderências de cada uma dessas épocas ao conjunto da História. Às vezes elas esquematizam causalidades totalmente superficiais. Pode-se compreender o francês de hoje sem se referir aos vestígios deixados pela civilização greco-romana, sem remontar mais longe ainda até as antiquíssimas tradições agrárias da nossa terra? Marc Bloch indicou magistralmente, em seus trabalhos sobre a sociedade feudal, como a difusão desigual, a penetração desigual dos costumes feudais tinham delineado, desde a Idade Média, a geografia política e psicológica da Europa moderna. O nazismo alemão não pode ser apreendido em sua originalidade por uma simples evocação do século XIX: é preciso remontar muito mais longe. Mergulhamos em todo o passado, atravessamos todos os estágios desse passado, sem que seu distanciamento esgote o frescor de nossas solidariedades.”¹⁶

Essas frases foram escritas em 1946. Todavia, o desabrochar da demografia histórica é mais tardio e se produz sob a tríplice influência dos trabalhos de Louis Henry e do INED, que elaboraram as técnicas utilizadas em seguida pelos historiadores; de Labrousse, cujo modelo da crise econômica de tipo antigo incita a estudar as variações da população; e de Braudel, pelos motivos que acabamos de dar. A ênfase na população, tomada em seu conjunto e sob os mais diversos aspectos, se traduz na orientação das pesquisas e na própria forma das obras que publicam os resultados destas. Na maioria das vezes são trabalhos monográficos, que tratam de uma região ou de uma cidade durante um período longo, abraçando em geral vários séculos, no interior dos quais escolhe-se por vezes um intervalo mais restrito para estudá-lo em detalhe. Vimos um exemplo desse enfoque ao analisarmos o livro de Pierre Toubert; mas também poderíamos ilustrá-lo referindo-nos ao “Beauvais e o Beauvaisis de 1600 a 1730”, de Pierre Goubert, ao “Camponeses do Languedoc”, de Emmanuel Le Roy Ladurie, aos trabalhos de Maurice Garden e de Claude Perrot, consagrados respectivamente a Lyon e aos lioneses do século XVIII e a Caen na mesma época¹⁷; e trata-se apenas de alguns títulos, escolhidos ao acaso numa lista muito mais longa.

É a mesma ruptura com uma história elitista, prisioneira do tempo curto, que leva o historiador a descuidar dos fenômenos excepcionais ou que só dizem respeito a uma pequena minoria, e a interessar-se de preferência pelo que é banal, repetitivo, presente na vida cotidiana, ainda que não de todas as pessoas, pelo menos de frações numericamente consideráveis da população total. Daí o aparecimento de trabalhos que não são monografias de regiões ou de cidades, mas estudos que focalizam fenômenos históricos bastante gerais, a rigor universais, isto é, tal como se manifestam, de uma forma ou de outra, em toda sociedade humana, ainda que, por razões práticas, seja necessário apreendê-los num espaço delimitado e durante um período dado, mesmo que longo. Tal é o caso dos trabalhos de Jean Meuvret sobre o problema das substâncias, na França, no tempo de Luís XIV, de Jean-Noël Biraben sobre a história da peste, de Philippe Ariès sobre a sexualidade, de Jean Lebrun, Michel Vovelle e ainda Philippe Ariès sobre a morte, e de toda uma série de pesquisas em curso, que têm por objeto o meio ambiente e as modificações que nele se produzem em decorrência das atividades humanas. Também sobre isso só pudemos citar alguns exemplos.

É uma história psicológica

Na realidade, o estudo de todos esses novos objetos — novos no sentido em que antes atraíam apenas a curiosidade erudita, en-

quanto agora ocupam um lugar central — não é mais do que o estudo de uma população ou das populações, só que abordado, desta vez, sob um de seus aspectos. Assim, ele está diretamente ligado à demografia histórica, que, abrindo um caminho de acesso a dados quantitativos relativos à nupcialidade, à natalidade, à mortalidade, etc., permite não só descrever as estruturas demográficas dentro das quais evoluíam as populações antigas, como também penetrar até as maneiras como essas populações reagiam às suas condições e desvendar seus comportamentos mais secretos, mais íntimos. A demografia torna-se, assim, um instrumento indispensável de uma psicologia histórica. O vínculo entre as duas, atestado pelo próprio título do livro de Jean Lebrun, foi assinalado já faz trinta anos, por Philippe Ariès: “As variações da natalidade, da longevidade, da repartição das densidades, dos movimentos de população, tal como se sucederam nos tempos, se nos apresentaram como manifestações recenseáveis das mudanças mais profundas e mais secretas da mentalidade humana, da idéia que o homem tem de si mesmo. As estatísticas demográficas nos esclarecem sobre a maneira de viver dos homens, sobre a concepção que têm de si mesmos, de seu corpo, de sua existência familiar: *sua atitude diante da vida*.”¹⁸ Portanto, é através dessas estatísticas que conseguimos estudar as estruturas psíquicas, os contextos mentais que determinam os comportamentos individuais e pelos quais se interessa, por sua vez, toda uma antropologia histórica em gestação; suas pesquisas têm por objeto a organização do tempo e a maneira de viver e de pensar os costumes populares (por exemplo, a algazarra), as festas, os gestos, a memória coletiva, etc.

Quer assuma a forma de uma monografia regional, quer de um estudo daquilo que, por falta de um termo melhor, chamamos de fenômeno histórico geral, a história estrutural rompe o gabarito tradicional da classificação dos fatos em econômicos, sociais, políticos, culturais, etc. Tomemos, a título de exemplo, a maneira como os homens medem e vivem seu tempo, ritmam suas atividades, delimitam os períodos de trabalho e de descanso. Falando das inovações introduzidas nesse domínio no século XIV, Jacques Le Goff observa: “Os novos mecanismos, até Huygens, são frágeis, caprichosos, irregulares. O novo tempo tem inúmeras falhas e o relógio urbano pára com frequência. Mais do que uma ferramenta da vida cotidiana, ele ainda é uma maravilha, um ornamento, um brinquedo de que a cidade se orgulha. Ele pertence ao adorno urbano, antes ao prestígio do que à utilidade. Mais ainda, esse tempo novo, nascido sobretudo das necessidades de uma burguesia de *dadores de trabalho*, preocupados, diante da crise, com medir melhor o tempo de trabalho, que é o de seus ganhos, é logo açambarcado pelas forças superiores. Instrumento

de dominação, ele é, para os grandes senhores e os príncipes, objeto de diversão, mas também símbolo de poder. Pode ser mais ainda quando se torna — num contexto urbano, porém o de uma *capital* — símbolo eficaz de governo: em 1370, Carlos V ordena que todos os sinos de Paris sejam acertados pelo relógio do palácio real, que dá as horas e os quartos de hora. O novo tempo torna-se, assim, o tempo do Estado. O rei, leitor de Aristóteles, domesticou o tempo racionalizado. Apesar de todas as imperfeições e dos limites dessas mudanças, o abalo do contexto cronológico conhecido pelo século XIV também é um abalo mental, espiritual.”¹⁹

É uma história antropológica

Vê-se que a problemática do tempo não se deixa encerrar num domínio qualquer, definido de antemão, porque ela se situa no ponto de interseção do econômico com o político, do social com o mental. Enquanto objeto estudado pelos historiadores, o tempo é um fenômeno social total, para tomar de empréstimo um termo introduzido na antropologia por Marcel Mauss. Ele apresenta vários aspectos, que se articulam de maneiras diferentes conforme as sociedades e as épocas; são essas articulações e suas mudanças que se desvendam ao se fazer a sua história. A maioria dos fenômenos que hoje interessam aos historiadores poderia dar lugar a observações análogas. Em particular, a vida da população de uma região ou de uma cidade é estudada, quase sempre, como um fenômeno social total, embora os autores das monografias privilegiem determinados aspectos, ora por lhes interessarem mais, ora simplesmente por serem melhor ilustrados. Qualquer que seja o procedimento que escolha ou quaisquer que sejam também as profissões de fé ideológicas dos historiadores, a história estrutural repele de sua prática um determinismo unilateral e simplista, que começa por dividir a realidade estudada em setores, situando em seguida nesse ou naquele as causas que deveriam explicar, “em última instância”, as atividades dos indivíduos e a evolução das sociedades. Ela o substitui por um jogo de interações extremamente complexo, onde nenhum fator pode ser isolado enquanto variável independente, cuja evolução teria regido a de todos os demais.

Os dois enfoques que acabamos de descrever não parecem opostos, mas complementares. O primeiro, como vimos, consiste em examinar uma sociedade dada para individuar e analisar as suas estruturas; coloca-se em seguida a questão da sua formação ou a da sua deriva lenta a partir de um estado inicial; destacam-se as flutuações conjunturais que engendram; tenta-se mostrar as interações das estru-

ras, em que umas ora reforçam, ora enfraquecem as outras. O segundo concentra-se de preferência nos fenômenos que participam, ao mesmo tempo, de estruturas diferentes e de que se estudam diversos aspectos para explicitar o vínculo que os une. O primeiro prende-se sobretudo ao que é constante ou que só sofre mudanças menores através das oscilações encerradas dentro de certos limites; quando esses são superados é que se pode dizer que as estruturas mudam. O segundo compara os estados sucessivos de um mesmo fenômeno durante um período longuíssimo, que vai, por vezes, desde o seu aparecimento até a sua extinção (como é caso da peste na Europa), ou desde as épocas remotíssimas até hoje (podemos citar como exemplo a história da morte no Ocidente).

Essa complementaridade dos dois enfoques encontra a sua confirmação no fato de se conhecer vários trabalhos que conseguem combiná-los harmoniosamente. No entanto, eles apontam cada um para uma direção diferente. A rigor, o segundo se abre para um tempo longuíssimo, mais longo que o das estruturas. Em compensação, o primeiro dá novamente um significado ao estudo de um tempo curto e rápido, abordado todavia numa perspectiva diferente da que era própria da história fatual.

É uma história biológica

Alimentação, sexualidade, as atitudes em relação ao corpo, à morte, às doenças: interessando-se por tais fenômenos, os historiadores estudam, de fato, as reações dos homens a injunções naturais. A história começa, assim, a estabelecer vínculos com a biologia; pode-se prever, parece, que eles se tornarão cada vez maiores nos anos vindouros. Pois o que a biologia pode proporcionar à história são os resultados das pesquisas sobre essa fonte extraordinariamente rica e, até agora, desprezada pelos historiadores, devido à sua incompetência, que é o corpo humano²⁰. Assim, estudando os marcadores sanguíneos, a hematotipologia “pode identificar um indivíduo por seu hematótipo (conjunto dos fatores que possui); e uma população por uma série de frequências gênicas. Por essas marcações, torna-se possível conhecer a composição genética dos grupos humanos, seguir sua evolução, descobrir o sentido e a importância das trocas (e, portanto, da mestiçagem) entre grupos vizinhos, reconhecer as migrações, classificar as populações de acordo com sua ‘proximidade genética’.”²¹ Mediante certas condições, a hematotipologia permite, pois, prolongar a história em direção aos períodos sobre os quais só se dispõe, por enquanto, de informações demasiado fragmentárias, extraí-

das do estudo de restos ossos e das ferramentas. Ela permite, sobretudo, dar um sentido histórico a durações extremamente longas, descobrindo fatos de importância capital para a história, como, por exemplo, a autonomização do conjunto negróide, que teria ocorrido há cerca de 120.000 anos, e a separação entre mongolóides e caucassóides, que ter-se-ia produzido há cerca de 55.000 anos²². No entanto, pode-se esperar que a biologia e a antropologia física tragam muito mais à história. De fato, elas abrem a possibilidade de introduzir plenamente na história o corpo humano, assim como a geografia introduziu, em sua época, o meio natural. Uma verdadeira história biológica ainda permanece uma intenção. Porém, acumulam-se materiais que, um dia, talvez permitam fazê-la. A partir de trabalhos que já existem — os de André Leroi-Gourhan, de Jacques Ruffié, dos etnologistas, dos especialistas em biosociologia e também dos historiadores —, podemos supor que essa história se reportará a longuíssimas durações, a dezenas de milhares de anos, se se situar seu ponto de partida no momento em que a evolução cultural toma definitivamente o lugar da evolução biológica, ou até mesmo a milhões de anos, se se levar em conta a herança recebida pelo *Homo sapiens sapiens* de seus ancestrais.

Estrutura e revolução

De tudo o que foi dito, ressalta claramente um traço característico da história estrutural: ela diferencia os objetos que elege, em função de seu modo de ser no tempo, e lhes atribui uma importância tanto maior quanto mais longa for a sua duração. Contudo, por um paradoxo aparente, esse interesse pelas evoluções lentíssimas leva a dar uma nova significação a mudanças relativamente rápidas — rápidas, entenda-se, na medida em que se produzem num tempo muito mais curto do que o das estruturas. De fato, nunca se falou tanto de revoluções na história quanto a partir do momento em que os historiadores se desviaram do fatual. Tudo acontece como se essas duas palavras, “estrutura” e “revolução”, tivessem uma afinidade particular uma pela outra; como se o aparecimento da primeira devesse provocar, mais cedo ou mais tarde, o aparecimento da segunda, sem que o contrário fosse verdadeiro. Assim, depois de ter descrito a estrutura do habitat no Lácio entre os séculos IX e XII, Pierre Toubert pergunta-se como ela se formara e responde fazendo a história do *incastellamento*, que ele próprio qualifica de “revolução”. Do mesmo modo, um estudo das estruturas demográficas de tipo antigo leva a constatar que, no início do século XVIII, produzira-

se na França uma “revolução demográfica”. Fala-se também das revoluções agrícola, industrial, científica, sem esquecer as revoluções políticas; essa lista, que começa com a “revolução neolítica”, poderia ser facilmente ampliada.

Uma nova maneira de pensar o conceito “revolução”

O vínculo entre estrutura e revolução não é fortuito. De fato, toda revolução nada mais é que a subversão de uma estrutura e o advento de uma nova estrutura. Considerada nesse sentido, a palavra “revolução” perde sua aura ideológica. Ela não designa mais a transformação global da sociedade, uma espécie de renovação geral que relega toda a história precedente à insignificância, uma espécie de ano zero a partir do qual o mundo não é mais concebido como uma mutação, ainda que não-violenta e espetacular, pelo menos dramática; ela é, não raro, silenciosa e imperceptível para aqueles que a fazem; é o caso da revolução agrícola ou da revolução demográfica. Inclusive, nem sempre ela é rápida; às vezes, ela se estende por vários séculos. Assim, como mostram François Furet e Jacques Ozouf, uma estrutura cultural caracterizada pela alfabetização restrita foi substituída por outra, que é a da alfabetização generalizada, no decorrer de um processo que durou, na França, cerca de trezentos anos²³. Assim, mais uma vez, a passagem de um tempo ritmado por ciclos naturais, que era um tempo coletivo, para um tempo medido por instrumentos, que era um tempo individual, desenrolou-se durante um período longuíssimo. Ela começa no século XIV e termina quase sob nossos olhos, com a propagação do relógio no campo²⁴. Ora, em ambos os casos, trata-se de revoluções, porque são os próprios marcos das atividades dos homens que se transformam.

Seria errado, todavia, ver nessa entrada das revoluções na órbita da história estrutural uma espécie de desforra póstuma do fatual. É o contrário que se produz. O acontecimento, no sentido tradicional desse termo, é expulso pouco a pouco de seus últimos redutos. Uma revolução não é mais pensada como uma sequência de acontecimentos únicos. Ela é uma onda de inovações, que se propaga a partir de um ponto inicial, através das inumeráveis repetições: é uma a uma que as pessoas aprendem a ler e a escrever; é burgo após burgo e aldeia após aldeia que se vê o número de relógios multiplicar-se. E é justamente essa série de repetições que é interessante na perspectiva da história estrutural, não alguns fatos espetaculares, mas isolados, ainda que não únicos. Os problemas colocados pela presença de revoluções na história parecem, pois, ser bastante diferentes dos que

apaixonavam a geração de nossos avós. É, em primeiro lugar, o do ponto inicial, do lugar em que a inovação aparece, daquele ou daqueles que se arriscam a fazer alguma coisa que — na sociedade em questão, e até mesmo em todas as outras partes — jamais fora feita ainda. Não se trata de psicologia individual, ainda que os aspectos psicológicos sejam importantes. Trata-se de sociologia histórica: onde, numa determinada sociedade, uma inovação é possível? Que tipo de inovação é lícito e tem chance de se propagar nela? Quais são os primeiros grupos a aceitar a inovação e quais as razões que os levam a tanto? Como a inovação se propaga? Que resistências ela encontra e quais são as modificações que sofre em seu caminho?

Essas perguntas mostram claramente que, na medida em que quisermos estudar as revoluções, isto é, as inovações, devemos voltar-nos necessariamente para as “elites”; essa palavra figura entre aspas porque designa aqui as minorias inovadoras e não os grupos de privilegiados. Portanto, para as “elites”, e também para as atividades que, durante os últimos trinta anos, eram na verdade desprezadas pelos historiadores, porque se pretendia que dependessem do fatual. A importância de trabalhos como os de François Furet e Jacques Ozouf, já citados, reside especialmente no fato de que mostram como um fenômeno que, a princípio, só interessava a um grupo restrito, se amplia à escala da população inteira, penetra a própria textura da vida cotidiana e modifica todos os seus aspectos. É na mesma direção que se orientam as pesquisas de Henri-Jean Martin²⁵ e de vários outros sobre a história do livro. E é a mesma história das inovações que todos os que trabalham sobre os meios intelectuais estudam. Podemos citar, a título de exemplo, o livro de Daniel Roche consagrado às academias de província no século XVIII. É lícito supor que a redescoberta das revoluções pela história estrutural levará, mais cedo ou mais tarde, a uma renovação das pesquisas sobre as ciências, as técnicas, a literatura e a arte.

A nova tripartição da história

Estruturas, conjunturas, o fatual: nessa tripartição do tempo da história, o último termo é que era problemático. O tempo das estruturas é fácil de ser definido: é a longa duração, a quase imobilidade. O tempo das conjunturas não o é menos: são as oscilações cíclicas. Quanto ao fatual, seu estatuto era algo enigmático; herança da história tradicional, felizmente ele não era incômodo na prática, pois era possível desdenhá-lo. Hoje, é a própria maneira de conceber o tempo da história que está mudando. Ao lado da longa duração

e das flutuações cíclicas aparece, de fato, um tempo das inovações: um tempo irreversível e que, de local, acaba se tornando global, mas mudando de natureza à medida que se encarna em novas estruturas. Entre os fatos que, até agora, eram relegados ao fatual, uma parte vincula-se simplesmente à conjuntura: são todos os que se repetem, ainda que sem periodicidade, e que não modificam as estruturas de que procedem; por exemplo, as batalhas entre os turcos e os ocidentais do século XV ao XIX. Todavia, a maioria dos acontecimentos são inovações, ora fracassadas, ora fazendo parte de uma revolução que se inicia lentamente, terminando com a instalação de uma nova estrutura; por exemplo, os movimentos religiosos a partir do século XV, que desaguam na Reforma. Estruturas, conjunturas, revoluções: assim poderíamos apresentar a nova tripartição do tempo da história. É nesse contexto que se colocam os novos problemas, cuja solução vai dar muito trabalho aos historiadores nos anos vindouros.

Krzysztof Pomian

Notas

1. *Sens et usage du terme structure dans les sciences humaines et sociales* (Paris-Haia, Mouton, 1963); *Entretiens sur les notions de genèse et de structure* (Paris-Haia, Mouton, 1965).
2. F. Braudel, "Histoire et sciences sociales. La longue durée", in *Annales E.S.C.*, n° 4, outubro-dezembro de 1958, pp. 725-753, reeditado em *Écrits sur l'histoire* (Paris, Flammarion, 1969), pp. 41-83.
3. P. Toubert, *Les structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle* (Roma, École française de Rome, 1973), p. 199.
4. O Lácio é a região da Itália peninsular em torno de Roma. A Sabina, antigo país dos sabinos, constitui a parte leste do Lácio, compreendendo as primeiras cadeias dos Abruzos (agora chamada província de Rieti).
5. Todas as citações foram extraídas da obra de P. Toubert, *Les structures du Latium médiéval* (op. cit.).
6. F. Simiand, "Méthode historique et science sociale", em *Revue de synthèse historique* (1903), reeditado em *Annales E.S.C.* (1960).
7. L. Febvre, *Philippe II et la Franche-Comté. Étude d'histoire politique, religieuse et sociale* (Paris, Flammarion, 1912), reedição 1970, p. 243.
8. As mercúrias são as cotações oficiais dos gêneros vendidos num mercado público.
9. E. Labrousse, *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution* (Paris, PUF, 1943), pp. 12-13.
10. H. Hauser, *Recherches et documents sur l'histoire des prix en France de 1500 à 1800* (Paris, Picard, 1936), p. 72.
11. E. Labrousse, op. cit., pp. 170-171.
12. E. Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle* (Paris, Dalloz, 1932), p. 147.

13. F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris, A. Colin, 1949), p. 173.
14. As citações foram extraídas de F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (op. cit.).
15. L. Febvre, "La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II" (1950), reeditado em *Pour une histoire à part entière* (Paris, SEVPEN, 1962), p. 168.
16. P. Ariès, *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^e siècle*, 1948 (Paris, Le Seuil, 1971), p. 14.
17. P. Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730* (Paris, SEVPEN, 1960); E. Le Roy Ladurie, *Paysans du Languedoc* (Paris, SEVPEN, 1960); M. Garden, *Lyon et les lyonnais au XVIII^e siècle* (Paris, Les Belles Lettres, 1970); J.-C. Perrot, *Genèse d'une ville moderne. Caen au XVIII^e siècle* (Paris, Publications de L'EHESS, 1975).
18. P. Ariès, *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^e siècle* (op. cit.), p. 15.
19. J. Le Goff, "Le temps du travail dans la 'crise' au XIV^e siècle: du temps médiéval au temps moderne" (1963), reeditado em *Pour un autre Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1977), pp. 75-76.
20. Devo essa idéia a Ruggiero Romano.
21. J. Ruffié, *De la biologie à la culture* (Paris, Flammarion, 1976), p. 387.
22. *Ibid.*, p. 398.
23. F. Furet e J. Ozouf, *Lire et écrire. L'alphabetisation des français de Calvin à Jules Ferry* (Paris, Ed. du Minuit, 1977).
24. Cf. G. Thuillier, *Pour une histoire du quotidien au XIX^e siècle en Nivernais* (Paris-Haia, Mouton, 1977), pp. 205 e s.
25. Ver H. J. Martin, *Livres, pouvoirs et société à Paris au XVII^e siècle, 1598-1700* (Genebra, Droz, 1969).

KRZYSZTOF POMIAN

Nasceu em 1934. Estuda, depois ensina na Universidade de Varsóvia (Polônia). Desde 1973 vive na França. Diretor de pesquisas do CNRS. Entre seus trabalhos recentes, *Pologne: défi à l'impossible? De la révolte de Poznan à Solidarité*, Éditions Ouvrières, 1982; *L'ordre du temps*, Gallimard, 1984; *Collectionneurs, connaisseurs et curieux. Paris-Vebsie XVI^e-XVIII^e siècles*, Gallimard, 1987.

ANDRÉ BURGUIÈRE

A antropologia histórica

“Obrigado, pelos grandes acontecimentos que deve contar, a escutar tudo o que não se oferece a ele com certa importância, ele só admite na cena os reis, os ministros, os generais de exército e toda aquela classe de homens famosos cujos talentos ou erros, esforços ou intrigas produziram a infelicidade ou a prosperidade do Estado. No entanto, o burguês em sua cidade, o camponês em sua choupana, o gentil-homem em seu castelo, o francês, enfim, no meio de seus trabalhos, de seus prazeres, no seio de sua família e de seus filhos, eis o que não nos pode representar.” Não é Lucien Febvre quem se exprime assim sobre as insuficiências do historiador, mas Legrand d’Aussy, contemporâneo quase obscuro das Luzes, na advertência à sua “História da vida privada dos franceses” (3 vol.), que publica em 1782. Essas poucas linhas designam bastante bem o campo abandonado pela história fática, campo de que a pesquisa histórica tornou a se apoderar recentemente. De fato, assistimos, desde a constituição da escola dos *Annales*, não ao nascimento mas ao renascimento de uma história antropológica.

HISTÓRIA DE UM CONCEITO

A empresa de Legrand d’Aussy é significativa a esse respeito: de uma história social dos costumes dos franceses que tinha como projeto — essas poucas linhas provam —, ele só pôde levar a cabo

a primeira parte, uma “história da alimentação” (em três volumes), de resto bastante informada e bastante moderna; ela é, ao mesmo tempo, uma história dos produtos, das técnicas e dos comportamentos alimentares. O autor segue um plano temático, indicando com isso uma abordagem mais estrutural do que fatual. A história dos costumes não se exprime, para ele, através de um encadeamento de fenômenos pitorescos e de inovações, mas por uma mistura constante de comportamentos herdados (portanto de permanências) e de fenômenos de adaptação ou de invenção.

Os precursores

Na época de Legrand d'Aussy, esse tipo de tema já estava desaparecendo do campo histórico, ou, pelo menos, passando para um segundo plano. A partir do fim do século XVII, a erudição sábia, principalmente a dos beneditinos de Sain-Maur e dos *bolandistas*¹, abandona o comentário das fontes escritas e abraça a edição das fontes públicas. A administração real incentiva e facilita esse desenvolvimento de uma pesquisa científica sobre a história do Estado. Casamento duradouro: o Estado constitui fundos de arquivos públicos, que proporcionam aos historiadores os meios de uma pesquisa positiva (baseada nas fontes); os historiadores concentram sua atenção nos acontecimentos e nas engrenagens da vida pública. O movimento filosófico, enfim, em sua grande maioria, desenvolve uma concepção idealista e política da sociedade: o homem é um animal social cujas determinações são guiadas por uma necessidade de liberdade, de equidade e de racionalidade. A história das sociedades deve se limitar à história da vida pública (história política, história do Estado, história das diferentes instituições) e das formações culturais (*arte e literatura*), na medida em que o homem só adquire dimensão social na vida pública.

É a concepção que inspira tanto “O espírito das leis”, o “Discurso sobre a grandeza e a decadência dos romanos”, quanto “O século de Luís XIV”, os trabalhos da “Enciclopédia” ou, mais tarde, a obra de Mably² ou Condorcet³. Rousseau constitui um caso à parte. Embora o essencial de sua reflexão histórica — a que se exprime no “Contrato social” — se aplique ao universo político, ele considera a sociedade como uma produção, e uma produção infeliz da história, não como sua própria substância. Da mesma maneira que supõe uma história original, pré-social da humanidade, ele concebe a possibilidade de uma história antropológica. Porém,

como para Buffon, essa história antropológica só é identificável nos povos sem história, isto é, entre os selvagens.

Embora esses povos sem escrita e sem “monumentos” (a expressão designa, no século XVIII, tudo o que atesta um passado) tenham uma história e embora essa história possa dar um sentido à sua civilização, é em suas maneiras de se vestir e de se alimentar, na organização da sua vida familiar, nas relações entre sexos, em suas crenças e em suas cerimônias que se deve buscá-la. Entre eles, os costumes são portadores de história, porque substituem as instituições.

À sombra das Luzes, alguns viajantes, médicos eruditos ou administradores lançam, no fim do século XVIII, um olhar etnológico sobre as sociedades históricas, em particular sobre sua própria sociedade. Legrand d'Aussy pertence a esse meio. Essa corrente alcançará a sua plenitude, sob a Revolução e o Império, na empresa do Bureau de la Statistique (Departamento de Estatística), de Chaptal e de François de Neufchâteau, que tenta, entre outras coisas, realizar um inventário dos modos de vida da França. Atraindo-a para o estudo das sobrevivências e do esotérico, a Academia Celta irá lhe retirar qualquer oportunidade de influir na orientação da pesquisa histórica.

Nessa corrente, subproduto das Luzes, sobrevive, porém, uma antiquíssima tradição, ilustrada ainda no século XVIII por várias obras que se intitulavam “Quadro histórico” ou “História natural” de determinada província ou determinada nação, tradição segundo a qual definir a identidade de uma sociedade ou de uma região é reconstituir a história de seus costumes, de suas maneiras de viver.

Essa preocupação é tão antiga quanto o espírito histórico. Esqueceu-se sobremaneira que Heródoto, o pai da História, na “enquete” que empreendia “para que o tempo não venha a abolir os trabalhos dos homens”, sentia a necessidade de descrever em detalhe os costumes dos lídios, dos persas, dos massagetos ou dos egípcios para explicar o conflito entre os gregos e os bárbaros. O que o historiador retém do passado corresponde intimamente ao que ele quer compreender ou justificar na sociedade que o cerca. O estudo das formas da vida cotidiana fez parte do pensamento histórico enquanto esse teve como preocupação principal reconstituir o itinerário e os progressos da civilização. Tornou-se supérfluo a partir do momento em que os Estados-Nações, recentemente constituídos, recrutaram a memória coletiva a fim de justificar pelo passado sua dominação sobre determinado território e sua maneira de organizar a sociedade.

O positivismo e uma história do acontecimento

Na verdade, duas escolas históricas coexistem na França até o início da III República: uma, mais narrativa, próxima das elites dirigentes, do debate político, herdeira dos cronistas, atenta à reconstrução da gênese das instituições ou dos conflitos; a outra, mais analítica, herdeira da filosofia das Luzes, atenta à descrição dos costumes e dos comportamentos sociais. Se, em vésperas de 1914, a primeira escola praticamente condenou a outra a seguir as veredas obscuras do ensaísmo e do amadorismo, foi porque conseguiu muito melhor do que a sua concorrente dotar-se de um estatuto científico. O desenvolvimento das ciências sociais mais jovens, como a sociologia, incitava a história a redefinir sua identidade a partir de um território mais limitado, portanto a se confinar à esfera estatal e política. O ideal científico que dominava os meios intelectuais levava a adotar-se uma metodologia rigorosa nos moldes das ciências experimentais; ora, o elemento básico da realidade observável, o equivalente da célula para o biólogo ou do átomo para o físico, era para ela o fato histórico, isto é, o acontecimento que sobrevém na vida pública.

No entanto, essa orientação positivista não é completamente independente da pressão política que se exerce então sobre o saber histórico. O positivismo ambiente magnificava ainda mais o trabalho sobre as fontes, percebido como a confrontação necessária com os dados experimentais do saber histórico, porque o Estado fazia um grande esforço de coleta e organização dos acervos de arquivos públicos. Para obedecer aos critérios de cientificidade que se atribuiu, a pesquisa histórica tende a confundir a memória social com a memória do Estado. Todo fenômeno que não aparece na cena pública pode ser ignorado pelo historiador, não só por não corresponder a uma ação consciente e voluntária, mas por se supor que escape ao movimento histórico.

O caso Michelet no século XIX

Não se deveria simplificar excessivamente o itinerário historiográfico do século XIX e desdenhar, em particular, a inspiração romântica, subjacente às grandes empresas históricas e que culmina na obra de Michelet. Seu projeto de “ressurreição integral do passado” leva-o a descrever, para lá das formas e das peripécias do exercício do poder, as condições de existência dos obscuros. Quando ele mostra os efeitos de uma moda alimentar, como o consumo do ca-

fê, sobre a sensibilidade e o comportamento das elites na sociedade francesa do século XVIII, ou quando descreve a atmosfera trágica do século de Luís XIV, dominado pelas crises alimentares e pela miséria popular, é de um ponto de vista essencialmente etnológico que ele aborda e trata a realidade histórica.

Devemos nos surpreender pelo fato de ele ter sido rejeitado pela história positivista e, em compensação, reivindicado por Lucien Febvre como um mestre da história das sensibilidades e das mentalidades? A importância que ele atribui à sua instituição (as fontes só fornecem os sintomas de uma realidade a reconstruir) e a seu poder de empatia para penetrar nas maneiras de ver e de sentir de uma época — procedimento que será o do etnólogo — não pode deixar de desagradar a uma corrente que pretende fundar o saber histórico num tratamento objetivo e científico da realidade.

Todavia, é antes de mais nada por seu populismo quase místico, pelo papel essencial que ele atribui na história aos grandes movimentos coletivos parcialmente inconscientes e por sua tendência a subestimar a ação dos grandes e das instituições que Michelet tornou-se inaceitável à escola positivista e, em compensação, seduziu os fundadores dos *Annales*.

A escola dos “*Annales*”

Porque, sob a redução do campo histórico ao domínio da vida pública, se exprime, é claro, uma concepção redutora e centralizadora não só do devir histórico, como também da própria sociedade. Foi contra essa concepção que se constituiu a escola dos *Annales*. Do mesmo modo que os impressionistas tinham lançado a palavra de ordem de trocar os ateliês pelo ar livre e ir pintar a natureza “ao vivo”, os fundadores dos *Annales* incitaram os historiadores a saírem dos gabinetes ministeriais e das câmaras parlamentares para irem observar “ao vivo” os grupos sociais e as estruturas econômicas, em suma, para abordarem cada sociedade no sentido de sua maior profundidade.

Sua palavra de ordem foi mais bem recebida pelos historiadores dos períodos mais remotos. As reticências dos especialistas da história contemporânea não podem ser atribuídas, falando-se com propriedade, a um conservadorismo político: grande número deles (a começar por Seignobos⁴, o inimigo oficial dos *Annales*), exprimem idéias de esquerda e tendem, em sua prática de historiadores, a valorizar os movimentos revolucionários. Contudo, por trás delas, dissimula-se uma concepção hierárquica do devir histórico. en-

carnado necessariamente pelos dirigentes — homens de governo ou líderes revolucionários — e pelas instituições (o aparelho de Estado, o Parlamento, os partidos políticos, etc.). Tal concepção equivale a só conferir uma dimensão histórica ao que justifique, de perto ou de longe, os detentores do poder e sua visão da sociedade.

A posição dos *Annales* veicula, por seu lado, certo populismo: é preciso conceder direito de cidadania à história dos humildes, ao lado da história dos poderosos; o obscuro camponês que melhora a técnica do *essartage*⁵ no âmbito de um sistema de *gestos* herdados e de uma paisagem aparentemente imóvel é um agente histórico tão importante quanto um general que ganha uma batalha. No entanto, mais profundamente, ela se baseia numa concepção multidimensional da realidade social, tendo cada dimensão, ou antes, cada nível, vocação ao mesmo tempo para esboçar sua própria história e para encontrar um modo de articulação com os outros, a fim de construir o movimento de uma sociedade. Para os fundadores dos *Annales*, a história da vida cotidiana era apenas uma maneira de abordar a *história* econômica e social. Terá sido por simples desejo de modernizar seu emblema que hoje ela se rebatizou antropologia histórica? Se procurarmos defini-la por seu domínio, isto é, como o estudo do habitual por oposição ao excepcional ou ao fatual, corremos o risco de nos encontrarmos no mesmo ponto. Se esse estudo for concebido como a descrição do contexto de vida de uma época, voltaremos à mais tradicional história da vida cotidiana. Da imponente compilação de A. Franklin⁶ — “A vida privada de outrora. Costumes, modas e usos dos parisienses do século XII ao século XVIII”, publicada no fim do século passado — a certos volumes da muito mais recente coleção “História da vida cotidiana”, mantém-se o mesmo tipo de erudição sorridente e anódina que concebe as formas da vida cotidiana como o cenário da grande história, a que se faz através do choque das vontades dirigentes com as instituições.

O domínio da história antropológica

Se o estudo do habitual implica a análise dos grandes equilíbrios econômicos e sociais que formam a base das decisões ou dos conflitos políticos, ele nada mais é que a história econômica e social. Uma definição pelo tipo de fontes que esse setor da história utiliza não seria mais pertinente. A história da vida cotidiana não se torna antropológica, passando das fontes narrativas e externas às fontes *seriais*. Ela desemboca simplesmente na história economi-

ca e social. É o que desejam os fundadores dos *Annales* ao preconizar o recurso às mercuriais de *preços* ou aos pagamentos de dízimos para estudar as flutuações da produção agrícola, aos arquivos notariais para estabelecer o leque das fortunas e à evolução dos patrimônios familiares, aos registros paroquiais (ancestrais do registro civil moderno) para reconstituir o movimento *demográfico*. No entanto, na medida em que registram dados brutos, não implicando nenhum ponto de vista, nenhuma representação construída da realidade, essas fontes convidam o historiador a reconstituir conjuntos, por exemplo mediante um tratamento *estatístico*, que revelarão a tendência e a lógica de uma evolução.

Tal procedimento pode desembocar numa reflexão antropológica. Como o etnólogo — que utiliza a distância que percebe entre sua própria *cultura* e a de seu terreno de observação para se desembaraçar de suas próprias categorias e reconstituir o sistema lógico da sociedade que estuda — o historiador pode explorar o caráter parcelar, não construído, dessas fontes brutas, para encontrar, para lá da realidade manifesta, os mecanismos e a lógica que explicam determinada conjuntura — o que se chama uma época — ou determinada evolução. O mesmo procedimento pode ser aplicado às fontes qualitativas ou literárias, na medida em que leva o historiador a interessar-se sistematicamente pelo que os discursos dominantes de uma sociedade dissimulam ou desprezam. “Temo que as pessoas a quem eu confiava minhas intenções”, escreve Marc Bloch na introdução aos “Reis taumaturgos”, “tenham me considerado mais de uma vez como vítima de uma curiosidade esquisita e, no fim das contas, bastante fútil”... “This curious by-path⁷ of yours.” Assim um amigo inglês qualificava sua empresa. Embora “Os reis taumaturgos” continue sendo um livro exemplar para a antropologia histórica⁸, isso se deve, muito mais que ao problema estudado, à maneira como Marc Bloch abordou-o, à sua arte do “by-path”, atalho para alcançar diretamente um sistema de representação oculto.

O poder nunca está totalmente onde se anuncia

Nada mais clássico e mais repisado do que o estudo da instituição monárquica francesa e inglesa. No entanto, os especialistas, inclusive os que se interessaram pela teoria do absolutismo, pela realza de direito divino, deixaram de lado a seqüência cerimonial — em geral, no fim da sagração — durante a qual o soberano exercia um poder de cura: vestígios rituais a que os testemunhos mais tardios só atribuem um valor anedótico mais ou menos folclórico. Ora,

essa esquisitice, que até praticamente a idade industrial faz parte do cerimonial das monarquias francesa e inglesa, não só as distingue da maioria das outras monarquias européias, como revela a dimensão mágica da imagem da realeza, tal como sobrevive nas representações coletivas. “Em muitos pontos”, nota Marc Bloch, “todo esse folclore nos instrui mais do que qualquer tratado doutrinário.” Ao mesmo tempo, acha-se indicada a via que leva do estudo do folclore a uma verdadeira antropologia histórica. Abandonado por muito tempo aos amadores de pitoresco e de esoterismo, o folclore é portador de sentido para o historiador, precisamente por causa da sua marginalidade. Sua aparente insignificância no seio do jogo social é o indício de que um sentido importante lhe foi atribuído e nele se preserva. O próprio do poder é nunca estar exatamente onde se anuncia; é por isso que a história das instituições dá com frequência a impressão de acumular encontros não realizados. Seria absurdo, é claro, querer demonstrar que a função essencial do rei da França ou do rei da Inglaterra é a de ser feiticeiro-curandeiro. Contudo, a lembrança obstinada dessa função original ou mítica no cerimonial prova que ela continua a ter um sentido na época moderna: ela fundamenta — de maneira simbólica e, ao mesmo tempo, corporal — o caráter sagrado (portanto legítimo) do poder real, que as instituições e os juristas se contentam em afirmar.

Tudo se dá como se cada sociedade precisasse anular sua transparência para existir, cobrir seus rastros, tanto para si mesma como para o mundo exterior. O antropólogo está familiarizado, desde há muito, com esse princípio de opacidade que caracteriza toda realidade social. Ele sabe que é sempre preciso contornar o que uma sociedade declara de si mesma para compreendê-la. Os historiadores, ao contrário, têm maior dificuldade para se afastarem da mitologia oficial, por terem muitas vezes contribuído para construí-la e transmiti-la. Estudar a história de um ritual ligado à instituição monárquica, a história de uma técnica agrícola como a charrua ou a prática do pousio, seguir a evolução do consumo de carne ou do uso de determinada preparação culinária básica, procurar datar e explicar o aparecimento das práticas anticoncepcionais na França do Antigo Regime — qualquer um desses temas pode ser da alçada de outro setor da história, como a história das instituições, a história das técnicas, a história econômica ou a história demográfica. Portanto, a antropologia histórica não tem domínio próprio. Ela corresponde a um procedimento que sempre liga a evolução considerada à sua ressonância social e aos comportamentos que ela engendrou ou modificou.

O PROCEDIMENTO DA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

A velha obra de A. Franklin, “A vida privada outrora”, e o livro de Fernand Braudel, “Vida material e capitalismo”⁹, tratam dos mesmos temas: o habitat, o vestuário, a alimentação, etc., na França (no caso do primeiro), no mundo pré-industrial (no caso do segundo). A. Franklin nos propõe apenas uma espécie de repertório histórico da vida cotidiana, enquanto Fernand Braudel escreveu um livro de antropologia histórica. Ele não se contentou em enumerar os objetos que povoavam o universo cotidiano, mas mostrou como os grandes equilíbrios econômicos e os circuitos de trocas teciam e transformavam a trama da vida biológica e social; como os comportamentos integravam ao gosto, aos gestos repetidos, determinado produto alimentício importado recentemente de outro continente... ou de outra classe social, transformando a inovação em costume.

Para rejuvenescer a denominação antiga de “história dos costumes”, poderíamos definir a antropologia histórica como uma história dos hábitos: hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos, hábitos mentais. Porém, qual hábito não é mental? “Pode-se sem dúvida atribuir à história e à economia o estudo das relações de força”, escreve Marc Augé¹⁰ num ensaio sobre a etnologia do poder, “e à antropologia o das relações de poder.” Seria próprio da antropologia estudar os fenômenos através dos quais se designam uma sociedade e uma cultura; fenômenos não significantes — para utilizar a linguagem atual —, mas significados, isto é, digeridos e interiorizados pela sociedade.

Evitemos encerrar nossa definição. A antropologia histórica talvez corresponda muito mais a um momento do que a um setor da pesquisa histórica. Ela hoje atrai para si os novos métodos e as novas problemáticas, como foi o caso da história econômica e social nos anos 50. A revista dos *Annales*, se considerarmos a evolução de seu conteúdo nos últimos trinta anos, reflete com particular nitidez esse deslocamento teórico. Em vez de esboçar um quadro das recentes conquistas da antropologia histórica, que não poderia ser exaustivo, ainda que queiramos nos limitar aos trabalhos dos historiadores franceses, gostaríamos de indicar alguns pontos de concentração exemplares das pesquisas e do debate historiográfico.

História da alimentação

As primeiras enquetes publicadas com esse nome nos *Annales* no fim dos anos 50 e agrupadas recentemente por J.-J. Hémardin-

quer sob o título “Para uma história da alimentação”¹¹, tinham por objetivo essencial reconstituir uma história do consumo: as rações atribuídas às tripulações dos barcos, aos membros de determinada comunidade religiosa ou aos internos de um hospital, documentos que indicam ao mesmo tempo as quantidades e a natureza dos alimentos, enfim contratos de salário (como os que Emmanuel Le Roy Ladurie pôde estudar para o Languedoc¹²) que fixam a parte em espécie que o empregador se compromete a fornecer ao diarista ou ao operário na forma de ração alimentar, desenharam no longo prazo uma curva contrastada do consumo popular, reflexo indireto das flutuações econômicas e demográficas: aumento da ração de carne no século XV até o início do século XVI, a época do “homem raro” e da pastagem abundante, depois redução progressiva até o quase desaparecimento da parcela de carne no regime alimentar das classes populares do meado do século XVI ao meado do século XVIII. A pressão demográfica e a inelasticidade da produção agrícola acarretam um cultivo geral das terras, que estende ao extremo as terras semeadas e reduz os rebanhos. Queda brutal dos salários e da renda dos pequenos produtores e empobrecimento do regime alimentar da maioria andam juntos.

A alimentação, fenômeno cultural e econômico

Um mecanismo simples — quase demasiado simples — submete o regime alimentar às “tesouras malthusianas”, isto é, às variações inversas da carga demográfica e dos recursos disponíveis. No entanto, através de uma evolução diretamente comandada pela flutuação dos equilíbrios econômicos e sociais, aparecem resistências ou itinerários aberrantes. É o caso do curioso itinerário do milho, trazido da América desde as primeiras viagens e acolhido com reticência pelo consumidor espanhol. Ele faz uma breve aparição localizada na França, enquanto se expande largamente nos Bálcãs. É sob o nome de “trigo turco” que voltará à França um século depois para se inserir no sistema agrícola carente do Sudoeste e subtrair a população das fomes periódicas. Também é o caso da expansão da oliveira para o Norte no século XVI, colonizando o Languedoc e a Provença, proporcionando à alimentação popular um substituto apreciável para as gorduras animais que desertam da mesa do pobre. Paradoxo da cronologia e dos intercâmbios culturais: é no momento em que expulsam os marranos e os mouriscos, em que perseguem os “conversos”, que os espanhóis adotam amplamente como elemento básico da cozinha o azeite, que durante muito tempo foi o

próprio símbolo da cultura infiel. “Em suma”, escreve Marc Bloch num verbete da “Encyclopédie française”, “a história da alimentação é como um aparelho registrador em que se inscrevem, com atrasos devidos às resistências psicológicas, todas as vicissitudes da economia”¹³.

Mesmo quando sofre a pressão da penúria ou da fome, uma inovação alimentar não pode se arraigar se não corresponder aos critérios de gosto da região. Não foram as regiões da França em que o estado dos solos melhor se prestava as primeiras a acolherem a cultura da batata, por exemplo, mas aquelas (Limousin e Auvergne) em que esta podia servir de substituto ao alimento básico tradicional, isto é, à castanha. Daí a estranha permanência do gosto e as compartimentações regionais nos hábitos alimentares da França contemporânea, revelada pelo mapa das gorduras e dos elementos culinários básicos elaborado a partir de uma enquete de Lucien Febvre. Nessas preferências encontramos o vestígio de migrações vegetais, como a expansão da oliveira para o Norte, de sistemas agrícolas antigos, como a manutenção do uso da banha de porco em certas regiões do Oeste, que se tornaram de pastagem e produtoras de leite, ou de fronteiras culturais como a linha divisória entre o sul do Jura consumidor de óleo e o norte consumidor de manteiga.

Será que a segregação e a permanência dos hábitos alimentares, sua relativa insensibilidade às mutações do meio econômico se explicam apenas por um mecanismo de fidelidade às normas aprendidas? As preferências alimentares são um dos suportes principais da identidade cultural. Todavia, elas também são o produto da segregação social. O interesse dos trabalhos recentes sobre a história da alimentação, em particular os que se ligam à enquete sobre a vida material, lançada pelos *Annales*, está em só haver utilizado as fontes cujo contorno social era nítido: a introdução do café, do fumo ou dos destilados pouca significação tem para o historiador enquanto este não possui os meios de determinar o impacto ou o período social desses novos produtos.

A alimentação é um índice dominante do nível de vida

Não só os recursos alimentares disponíveis em determinado estágio da produção agrícola e das trocas se repartem de maneira tão desigual quanto os outros recursos, respeitando as divisões sociais, como também podemos afirmar que, até a primeira idade industrial, constituindo a alimentação um índice dominante do nível de vida, o gosto devia designar de forma ostentatória a desigualdade social,

seja pelo abuso (sinal de dominação), seja pela abstenção em relação a certos produtos (sinal de dependência). Assim, o gosto pelos molhos e pelos pratos com forte tempero, que até o século XVIII foi típico da gastronomia aristocrática. Assim, ao contrário, a importância da manteiga na vida camponesa bretã até o início do século XX, a qual era a fonte essencial e às vezes única de numerário para os pequenos camponeses, vendida em sua totalidade e banida de seu próprio consumo. O folclore, em particular através das lendas sobre as bruxas ladras de manteiga, atesta essa exclusão.

A segregação, mas também o enfrentamento social, se exprimem nos hábitos alimentares, como atesta a história do pão.

Na França do Antigo Regime, cada camada social consome um tipo de pão particular, a tal ponto que Olivier de Serres fazia esses diferentes tipos corresponderem às três ordens da sociedade. Maloin declara em 1766: "O pão preto foi deixado ao povo para que ele não adote hábitos de abundância." De fato, as classes populares consomem seja o "pão bis"*, seja o "pão de brode" à base de *méteil*¹⁴, que é ao mesmo tempo o mais preto e o mais nutritivo. As classes mais altas consomem seja o "pão de chapitre", branquíssimo, feito de farinha de frumento finamente peneirado (o equivalente do pão de forma atual), seja o "pão de Gonesse", bom pão de frumento (o equivalente do pão de consumo corrente atual).

A resposta provocadora e sem dúvida apócrifa de Maria Antonieta, "se não têm mais pão, que comam brioches", ilustra muito bem a simbólica social ligada ao consumo do pão, no Antigo Regime; além disso, tem um caráter profético, pois a Revolução decretou o brioche para todos. Mais exatamente, ela impôs normas estritas à composição do pão e orientou o povo das cidades para o consumo do pão branco; conquista social, regressão dietética, pois esse pão refinado, mas pobre em calorias, que representava para os ricos um alimento de acompanhamento, tornou-se o alimento básico do consumo popular nas grandes cidades. A batata seguiu um itinerário inverso: desprezada pela aristocracia até a Revolução Francesa, ela conheceu, no século XIX, conforme a expressão de Marc Bloch, uma verdadeira "ascensão social".

Através de várias obras consagradas à sensibilidade alimentar do século XIX, Jean-Paul Aron pôde mostrar como a arte da mesa torna-se, então, um lugar de investimento privilegiado da cultura burguesa¹⁵. Após ter adquirido seus títulos de nobreza nas mesas

* O pão *bis* era um pão de qualidade inferior, de cor acinzentada devido ao farelo que continha. (N.T.)

aristocráticas e sofrido a influência racionalizadora do gosto italiano, que impõe à sucessão dos pratos uma progressão marcada do salgado ao doce, a gastronomia se instala, sob a Revolução, nos restaurantes de luxo abertos pelos ex-chefes de cozinha das casas aristocráticas. Ela se torna, no século XIX, a ocasião de uma *sociabilidade* de homens em que a burguesia investe sua necessidade de prazer e de consumo ostentatório. Em face da indigência alimentar do proletariado urbano, ela afirma seu *status* pelo refinamento e pelo excesso. Na evolução dos comportamentos alimentares cruzam-se, portanto, a história econômica, a história social e a história dos sistemas culturais. A antropologia histórica tem por tarefa precisa expor esses cruzamentos.

Uma história do corpo

Até uma época recentíssima, a antropologia designava na França (é o sentido que ela tinha no século XVIII) o estudo das características físicas das diferentes populações e de sua evolução. Por contaminação do sentido anglo-saxão, ela engloba agora o domínio da etnologia. No entanto, por um espírito de contradição que lhes é próprio, foi no primeiro domínio da antropologia que os historiadores mais demoraram a ocupar lugar. Suas pesquisas eram freadas por uma interrogação prévia: o *corpo* é objeto de história? Será possível identificar, entre a evolução da espécie e o ciclo biológico, formas de mudança mais complexas, devidas tanto ao meio histórico como ao meio cultural?

Devem as transformações do aspecto físico das populações ser consideradas como uma forma da mudança social? As pesquisas feitas pelo doutor Sutter a partir das medidas dos candidatos à Escola Politécnica desde meados do século XIX, bem como aquelas recentemente publicadas por Emmanuel Le Roy Ladurie e um grupo de pesquisadores do Centre de Recherches Historiques, a partir dos dossiês antropomórficos dos recrutas, assinalaram um aumento regular da estatura média dos franceses de um século para cá¹⁶. Esse crescimento, obtido sobretudo pela regressão da quantidade de pessoas de baixa estatura, parece ligado ao progresso econômico e à melhoria das condições de vida: a estatura média dos homens é nitidamente maior a partir do século XIX, no Norte e no Leste da França, isto é, na França mais desenvolvida. Ela aumenta tanto com o nível social quanto com o nível de instrução.

O regime alimentar da primeira infância e da adolescência, mas também todos os elementos do modo de vida que um indivíduo co-

nheceu durante seus anos de crescimento — inclusive sua educação — podem ter inibido ou estimulado seu desenvolvimento físico. As correlações estatísticas confirmam facilmente uma evolução conjunta da estatura e do bem-estar, talvez demasiado facilmente. A atual orientação da biologia, que nega qualquer influência do meio sobre a transmissão dos caracteres hereditários, será compatível com as explicações do historiador, que torna o meio socioeconômico responsável por todas as mudanças no aspecto físico das populações?

Um vínculo entre a história das doenças e as crises socioeconômicas?

Os trabalhos recentes sobre a história das doenças e das epidemias convidam a desconfiar tanto das interpretações puramente biológicas, como das interpretações estritamente socioeconômicas. Assim, a propósito das grandes “mortalidades” da Europa pré-industrial, os historiadores-demógrafos (em particular Meuvret¹⁷, Goubert¹⁸ e Baehrel¹⁹, o último dos quais propõe, de resto, um ponto de vista bastante diferente) assinalaram uma relação íntima nessas crises entre o aumento dos preços dos grãos e o aumento brutal da mortalidade. O próprio calendário dessa mortalidade, que tem seus picos iniciais durante os últimos meses de entressafra (isto é, os dois ou três meses que precedem a nova colheita), sublinha a relação de causa e efeito entre o aumento dos preços consecutivo a uma má colheita, o rápido esgotamento dos estoques, que condena os mais pobres à fome nos últimos meses do “ano-colheita”, e o aumento da mortalidade. Estimulada pela fome, esta última prossegue por causa das epidemias que se abatem sobre uma população enfraquecida, como atestam ao mesmo tempo os inúmeros documentos (por exemplo, na correspondência dos intendentos), e a curva dos óbitos, que se alça para novos picos durante os meses de verão.

Portanto, os fenômenos epidêmicos, que parecem — pelo menos no caso do século XVII — integrar-se bastante bem ao ritmo cíclico das crises frumentárias, só amplificariam as catástrofes socioeconômicas. O meio microbiano só se tornaria agressivo e mortífero a partir do momento em que a população, debilitada pela subalimentação, não fosse mais capaz de resistir a ele. Claro, o “*primum movens*” dessas crises continua sendo um acaso climático, porém a responsabilidade histórica cabe à sociedade que, através das contradições e dos impasses de seu sistema econômico, tece seu próprio destino biológico.

Esse esquema pareceu tão tranquilizador para o antropocentrismo do historiador que se quis estendê-lo a todos os tipos de epidemias. Ora, embora seja verdade, por exemplo, que a peste deflagra em 1348 — como uma explosão nuclear — numa Europa em plena sobrecarga demográfica e, portanto, em situação de grande vulnerabilidade biológica; embora também seja verdade que a peste só deixou definitivamente a França (a última epidemia é a trágica peste de Marselha de 1720) depois de essa ter-se libertado das grandes fomes cíclicas (a última é a subsequente ao terrível inverno de 1709), quantas epidemias se espalharam sem a ajuda de uma má colheita? A propósito da França, podemos observar que no momento em que parece ter vencido a peste, ela continua a sofrer os assédios periódicos da varíola e da “*suetie*”^{*} ao longo de todo o século XVIII, e da cólera em pleno século XIX.

Uma história natural das doenças

M. D. Grmek propôs recentemente a hipótese de uma história autônoma, puramente biológica, das doenças infecciosas²⁰. Determinada doença que teria sido virulenta durante determinado período da história teria refluído em seguida não porque os homens tivessem conseguido vencê-la, mas porque outro bacilo teria tomado seu lugar. Os germes de todas as doenças possíveis não circulam permanentemente e desde sempre no conjunto do planeta. E. Le Roy Ladurie pôde mostrar que a unificação biológica do mundo é um fenômeno tardio, bastante posterior ao descobrimento da América²¹. Na realidade, nossas sociedades tiveram que enfrentar não todas as ameaças bacteriológicas ao mesmo tempo, mas grupos de doenças, sistemas nosológicos que evoluem de acordo com um mecanismo de incompatibilidade. Determinado novo bacilo só poderia se inserir no sistema expulsando a doença de que constitui o antídoto. Haveria, assim, incompatibilidade entre a lepra e a tuberculose, o que explicaria o fato de que o desenvolvimento da segunda na época contemporânea tenha coincidido, na Europa, com o desaparecimento da primeira. Uma oposição do mesmo tipo, segundo M. D. Grmek, poderia existir entre o bacilo da peste e o da pseudo-tuberculose.

Do mesmo modo que há uma história natural do clima, seria absurdo negar a possibilidade de uma história natural das epidemias.

^{*} Nome dado a várias doenças que se caracterizam por suores abundantes. (N.T.)

A grande peste de 1348, para retomar o mesmo exemplo, resulta, pelo menos, tanto de uma mudança na população dos ratos, quanto de uma mudança na população da Europa: a migração do rato preto (*rattus rattus*) proporcionava à peste um substrato que, somado à densidade da população humana, ia representar o papel de reservatório e de vetor permanentes. Não basta imergir os fenômenos num contexto socioeconômico para lhes conferir uma dimensão histórica. Embora pareça que eles obedecem a mecanismos físicos sobre os quais o controle social não tem nenhuma ascendência evidente, não há nenhuma razão para dissimular essa autonomia.

Entretanto, reconstituir a história de um fenômeno epidêmico também é analisar a maneira como a organização e as normas culturais de uma sociedade puderam digerir as injunções do meio natural e enfrentá-las; é ressaltar a problemática social e as formas de relação com o corpo que cada época expressa através de seus comportamentos biológicos. A tarefa específica da antropologia histórica nesse domínio é individuar, ao mesmo termo, os pontos e os mecanismos de articulação entre as injunções naturais e as normas socioculturais. Pôde-se observar, por exemplo, que as condutas histericas — no sentido psiquiátrico do termo, as que Charcot tratava ainda no começo do século em seu serviço no hospital da Salpêtrière — haviam sido eliminadas por nossas sociedades industriais, salvo em suas margens mais arcaicas e de uma forma ao mesmo tempo residual e fortemente ritualizada: é o caso dos “tarantistas” de Puglia, estudados pelo etnólogo italiano De Martino²².

Esse desaparecimento corresponde, sem dúvida, a uma transformação dos modos de expressão da afetividade e, em particular, da expressão corporal. Num sistema econômico que valoriza a organização, a poupança e o rendimento, os comportamentos são incitados a praticar uma maior disciplina ou, antes, uma melhor economia do corpo, a pesquisar o conformismo e a neutralidade para preservar a homogeneidade e a flexibilidade do tecido social. Em compensação, na França do Antigo Regime, instigada por um modelo religioso ascético e repressivo, ainda sobrevive, tanto nos camponeses como nas classes populares urbanas, o recurso a uma linguagem somática, à expressão pelo corpo das pulsões reprimidas quando se trata de resolver uma situação de angústia ou de conflito. Emmanuel Le Roy Ladurie analisou-a muito bem a propósito dos *camisards*, deixando-se guiar pelos primeiros escritos de Freud; um estudo do mesmo tipo poderia ser tentado para outros fenômenos de transe, como os “convulsionários” do cemitério de Saint-Médard, avatar do jansenismo popular parisiense.

Comportamento e organização da sociedade

Norbert Elias²³ propôs, num livro exemplar, uma hipótese geral sobre a evolução dos modelos de comportamentos e, em particular, das relações da civilização européia com o corpo²⁴. A partir do século XVI, um processo de civilização teria imposto — primeiro às classes dirigentes, depois, progressivamente, ao conjunto da sociedade, pelo canal dos modelos educativos (em particular, os inúmeros tratados de “civilidade pueril”) — uma atitude de pudor e de autodisciplina em face das funções fisiológicas e de desconfiança em face dos contatos físicos. A ocultação e o afastamento dos corpos seriam a tradução, nas condutas individuais, da pressão organizadora, logo modernizadora, que os Estados burocráticos recentemente constituídos exercem sobre a sociedade; a separação das classes etárias, a marginalização dos que não se enquadram nos padrões tidos como normais, o internamento dos pobres e dos loucos e o declínio das solidariedades locais pertencem ao mesmo movimento global, difuso e amplamente inconsciente, de remodelagem do corpo social.

Algumas pesquisas prolongam hoje, remontando no tempo (isto é, ao período medieval), essa história complexa da socialização do corpo: determinada forma de contato físico familiar, como a catção de piolhos, rito de sociabilidade difundido em todas as camadas sociais no século XIII (como se pode ver em Montaillou), estritamente popular no início do XVI, sobrevivência incôgrua e desprezada no meio camponês no século XVIII; ou, ao contrário, determinado gesto com o braço para exprimir a resignação ou o insulto, que figura com espantosa constância do século XIII ao século XX no repertório semiológico do corpo. A enquête empreendida por Jacques Le Goff sobre a história dos *gestos* deveria permitir individuar, através da evolução dos estilos de comportamento, técnicas de usos e de linguagem do corpo, os mecanismos de remanescência e de inflexão, de concorrência, de resistência ou de imitação que caracterizam a história social do corpo.

História dos comportamentos sexuais

Nenhum problema ilustra melhor a dificuldade de designar à antropologia histórica um domínio e objetos específicos do que a história dos comportamentos sexuais. Nenhuma outra pesquisa tem tanto a esperar quanto esse tipo de abordagem. Como inscrever a

sexualidade no campo do historiador? Como uma prática? As fontes demográficas ou judiciárias nos fornecem certo número de indicações a partir das quais podemos reconstituir a evolução das práticas sexuais: o registro sistemático dos nascimentos nos registros paroquiais da França, a partir do meado do século XVII, nos permite construir na escala de uma paróquia, de uma microrregião ou de uma cidade a curva dos nascimentos ilegítimos e das concepções pré-nupciais até o fim do Antigo Regime e seguir, assim, as flutuações da sexualidade extraconjugal. Precisão bastante relativa: J.-L. Flandrin²⁵ levantou a hipótese — para dizer a verdade, dificilmente verificável por testemunhos mais diretos do que as sutis distinções dos casuístas do século XVII — de que dois tipos de comportamentos sexuais teriam coexistido, inclusive nos tempos mais rigoristas do Antigo Regime: um comportamento conjugal, que observava a proibição das práticas anticoncepcionais, e um comportamento extraconjugal (seja antes, seja fora do casamento), que utilizava a contracepção. As distinções dos casuístas — como Sanchez, que atribuía maior gravidade ao pecado de Onã (isto é, às práticas anticoncepcionais) quando cometido no casamento — teriam incentivado implicitamente esse dimorfismo. Ainda que se deixe provisoriamente de lado a possibilidade de um comportamento próprio à sexualidade extraconjugal, é claro que o registro dos nascimentos ilegítimos jamais foi tão fidedigno quanto o dos nascimentos legítimos: abortos, infanticídios, mas sobretudo partos clandestinos e, nos casos de adultério, falsas paternidades dissimulam a cada época, qualquer que seja a vigilância da justiça ou da comunidade, uma parte importante desses nascimentos.

Pesquisas — como a que J. Depauw²⁶ realizou sobre a cidade de Nantes, com base nas declarações de gravidez — possibilitam uma abordagem mais precisa de um fenômeno e autorizam uma análise mais acurada. Embora se assista, na segunda metade do século XVIII, a um desenvolvimento da sexualidade extraconjugal, visível nos registros paroquiais por uma nítida elevação da taxa dos nascimentos ilegítimos, convém notar sobretudo as novas tendências dessa ilegitimidade, que traduzem um novo clima afetivo e moral: esses nascimentos são cada vez menos fruto de amores anclares ou de aventuras à margem do decoro social, que não tinham nenhuma chance de resultar em casamento. Eles correspondem cada vez mais a ligações entre parceiros de meios sociais compatíveis, ligações que poderiam ter sido seladas por um casamento.

Transformações dos comportamentos sexuais no fim do século XVIII

Não subestimemos o valor de nossas curvas demográficas. Embora os nascimentos ilegítimos só forneçam, em si, uma indicação

de tendência incerta, uma evolução paralela da taxa de ilegitimidade e da taxa das concepções pré-nupciais adquire um sentido evidente. Ora, quase todas as curvas derivadas das múltiplas monografias de paróquias rurais ou urbanas que possuímos agora sobre as diferentes regiões da França do Antigo Regime indicam com matizes, entre um *bocage* ou um litoral normando, por exemplo, mais permissivos, e uma Bacia parisiense mais conformista, porcentagens de nascimentos ilegítimos e de concepções pré-nupciais extremamente fracas na segunda metade do século XVII e no início do XVIII; em compensação, quase todas registram, a partir do meado do século XVIII uma progressão conjunta da ilegitimidade e das concepções pré-nupciais. É o indício de uma transformação incontestável dos comportamentos e da moral sexuais.

Como, porém, interpretar essa evolução? Acaso assistimos à emergência de uma nova ética sexual e de uma nova sensibilidade, ou a um simples relaxamento das injunções após a normalização ascética querida e realizada pela reforma católica? A inexistência ou, antes, o caráter lacunar dos registros paroquiais referentes ao século XVI e à primeira metade do XVII nos impede de prolongar as curvas remontando no tempo. Outras fontes pouco quantificáveis, como as fontes judiciárias (reais, religiosas ou municipais) ou os testemunhos, podem nos levar a apreender o clima moral e o estilo dos comportamentos. As pesquisas de J. Rossiaud²⁷ sobre a delinquência sexual nas cidades ribeirinhas do Ródano, em particular nos séculos XV e XVI, propõem a imagem de uma sociedade permissiva em face da sexualidade adolescente e masculina: a prostituição, difundidíssima, não só não é marcada pela infâmia, como se instala com frequência em estabelecimentos oficiais, locais privilegiados de sociabilidade masculina, administrados ou pelo menos controlados pelas autoridades municipais. Os estupros são frequentes e reprimidos com brandura.

Enfim, não se pode negligenciar o tom licencioso com que os textos da época se expressam sobre as coisas do amor. A bastardia é uma tara benigna e difundida. Tudo indica que reina certa liberdade de costumes no conjunto da sociedade. O fechamento progressivo dos bordéis na segunda metade do século XVI, o aparecimento de uma legislação mais repressiva para com os nascimentos ilegítimos são indícios, entre outros, de um endurecimento moral e de uma limitação forçada da sexualidade à vida conjugal. Na verdade, as práticas só têm sentido em relação ao código que supostamente as inspira. Mas em que medida eram elas dependentes da abundante literatura teológica, que tinha a função de definir a moral conjugal

e indicar, mais genericamente, quais eram as práticas sexuais permitidas e quais as proibidas?

Michel Foucault, num brilhantíssimo ensaio sobre a história da sexualidade, mostrou recentemente a que ponto a civilização ocidental encerrara e absorvera a sexualidade num discurso interminável²⁸. Entendamos com isso não apenas que ela sepultou as práticas sob uma infinidade de comentários religiosos, jurídicos, médicos, políticos, como também que fez da necessidade de falar delas — isto é, ao mesmo tempo de dissimular e confessar a sexualidade — uma forma de prazer, uma maneira de viver a sexualidade. O que não significa que todos os tipos de discurso sobre esse tema se inter-relacionem. Nada prova, por exemplo, que os debates entre teólogos casuístas e rigoristas no século XVII, ou inclusive os rudimentos de teologia do casamento que eram ensinados ao baixo clero, tenham tido um mínimo eco na massa da população não-letrada.

A contracepção é uma prática antiga

Seria ilusório querer explicar qualquer mudança nos comportamentos sexuais por uma modificação das mentalidades religiosas. Tomemos o exemplo do aparecimento dos comportamentos malthusianos: Philippe Ariès, em seu livro sobre a “História das populações francesas e sua atitude diante da vida”, foi o primeiro a ressaltar essa importante mutação dos comportamentos demográficos, que ele situava no fim do século XVIII²⁹. Como os primeiros estudos minuciosos sobre a evolução da fecundidade legítima indicam uma ruptura por volta da época da Revolução Francesa, alguns historiadores não hesitaram em fazer do “birth control” francês um produto da Revolução. A redução geral do sentimento religioso no fim do século XVIII teria levado os casais a se libertarem das proibições pronunciadas pela Igreja contra as práticas anticoncepcionais. A Revolução Francesa e, mais particularmente, o alistamento militar, ao arrancar os jovens do horizonte da sua paróquia, teriam contribuído amplamente para a difusão das técnicas anticoncepcionais não mágicas como o “coitus interruptus”, denunciado de forma especial pelos teólogos.

O desenvolvimento das pesquisas em demografia histórica nos obriga hoje a remontar muito antes no tempo à difusão das práticas anticoncepcionais. Elas aparecem na Bacia parisiense nas duas últimas décadas do século XVIII entre os camponeses, mas sem dúvida desde meados do mesmo século nas cidades. Louis Henry pensou poder mostrar que alguns setores das classes dirigentes tiveram, nesse

domínio, um papel pioneiro: assim, a aristocracia³⁰ (certas cartas de Madame de Sévigné a sua filha confirmam isso explicitamente) ou a burguesia genebrina limitam os nascimentos desde a segunda metade do século XVII³¹. Todavia, um estudo recente de A. Perrenoud³² acaba de mostrar, no que concerne a Genebra, que o fenômeno envolve, desde aquela época, o conjunto da sociedade. Enfim, as taxas de fecundidade legítima que se obtêm para algumas paróquias rurais do Sudoeste da França parecem indicar que era praticada na região, desde o século XVII, uma contracepção difusa.

Philippe Ariès avançara a idéia de que as proibições da Igreja teriam tornado a contracepção “impensável” por muito tempo. Interiorizando essas proibições, a população teria esquecido as técnicas rudimentares que eram conhecidas e praticadas na Antiguidade. O reaparecimento das práticas representaria, portanto, uma mutação cultural irreversível. Parece que essa hipótese deve ser questionada. Do fim da Idade Média ao início do século XVII, certo número de obras religiosas fazem alusão, para condená-las, à existência e inclusive à grande difusão dessas práticas. Portanto, não nos é mais vetado pensar, como certas curvas demográficas nos convidam (no caso da Itália, da Inglaterra, etc.), que a limitação dos nascimentos teria podido desaparecer provisoriamente no fim do século em certas regiões, sob o efeito da propaganda e da repressão religiosas, para ressurgir na segunda metade do século XVIII no momento em que a Igreja reduzia sua dominação.

Mas terá a própria Igreja representado um papel decisivo na mutação dos comportamentos? Um documento interessante, embora tardio — a carta que monsenhor Bouvier, bispo de Le Mans, envia em 1849 à Sacra Penitenciária a fim de que lhe seja precisada a posição da Igreja a respeito da limitação dos nascimentos — nos faz saber que, naquela diocese, em que a massa da população tornou-se malthusiana, os fiéis se declaram chocados e surpresos ao serem interrogados, em suas confissões, sobre suas práticas anticoncepcionais. Não foi a descristianização que favoreceu a difusão da contracepção, mas, ao contrário, a adoção de um comportamento malthusiano que, em muitos casos, criou um problema de consciência e afastou da Igreja algumas camadas da população.

As proibições religiosas pesam pouco sobre a difusão da contracepção

As inúmeras pesquisas feitas pelos demógrafos e sociólogos sobre a introdução do “birth control” em certas populações do Ter-

ceiro Mundo mostraram que as proibições religiosas contavam muito menos, nesse campo, do que a estrutura familiar ou do que as relações afetivas e a comunicação no seio do casal. A população negra cristianizada de Porto Rico, por exemplo, adotou o "birth control" com muito maior facilidade do que a população da Índia, cuja ideologia religiosa não impõe nenhuma proibição às práticas anticoncepcionais. No que diz respeito à Europa e, em particular, à França, os historiadores dedicaram-se de maneira excessiva a vincular o aparecimento da contracepção às atitudes religiosas e de maneira insuficiente às atitudes familiares. Antes desse malthusianismo em nível da sexualidade, instalou-se na sociedade do Antigo Regime um malthusianismo em nível da nupcialidade: é o casamento tardio, em particular para as moças, que desde o século XVI tende a limitar o tempo de fertilidade dos casais. O atraso dos casamentos (e a manutenção de um celibato considerável), o retorno à contracepção, a emergência de uma nova concepção da infância e de uma nova sensibilidade conjugal compõem um sistema cultural de transição, que a organização econômica (pelo espírito de poupança) e social (pela consolidação da família nuclear) promoveram e prolongaram ao mesmo tempo³³.

História da célula familiar

O interesse dedicado, de uns quinze anos para cá, à história da estrutura e da sensibilidade familiares traduz a mesma necessidade de analisar conjuntamente os comportamentos biológicos, as formações sociais e as representações mentais que os inspiram. O universo do parentesco, pólo privilegiado da antropologia histórica, constitui precisamente o nível de articulação da reprodução biológica e da reprodução social. Georges Duby³⁴, a propósito do Mâconnais durante a alta Idade Média, e Emmanuel Le Roy Landurrie³⁵, a propósito do Languedoc do século XV, mostraram recentemente como a decadência do Estado e a dissolução do tecido social haviam reativado e estreitado os laços de parentesco: constituição de poderosas linhagens na aristocracia do Mâconnais, agrupamento em famílias ampliadas, as "frérêches", e inclusive, às vezes, criação registrada em cartório de pseudofamílias no Languedoc. O laço familiar parece desempenhar — na França da Idade Média e, mais genericamente, na sociedade do Antigo Regime, cuja organização estatal já corroera bastante todas as formas de solidariedade locais ou infra-sociais — o papel de instância de recurso. Mal a depressão demográfica leva ao reagrupamento dos patrimônios e

mal o Estado deixa de oferecer uma proteção suficiente, a família retoma seus direitos, torna-se de novo bastilha, e o universo do parentesco absorve a vida social.

A permanência das estruturas do parentesco nas sociedades históricas

Instância de recurso ou organização subjacente? Em algumas páginas admiráveis de "A sociedade feudal", consagradas aos "laços de sangue", Marc Bloch mostrou como o sistema feudal fixara as relações sociais e a circulação do poder com base no modelo do laço carnal³⁶. Em Montaillou, no fim do século XIII, longe do aparelho do Estado e um pouco menos longe do aparelho religioso, os camponeses da Occitânia não podem conceber laço social que não seja legitimado e materializado por um laço carnal. Eles pertencem a uma casa que, de certa forma, é o corpo permanente da linhagem e aplicam-se, por casamento ou apadrinhamento, a estender esse clã familiar³⁷. As inúmeras pesquisas sobre a família, levadas a cabo hoje em dia após os livros pioneiros de Norbert Elias³⁸ e Philippe Ariès³⁹, revelam que, embora, na França, desde o século XVI, o Estado substitua progressivamente a família em todas as suas funções jurídicas e sociais, é através do grupo familiar que ele continua a agir, durante todo o Antigo Regime, sobre os comportamentos econômicos, afetivos, morais e religiosos.

Portanto, podemos nos perguntar a propósito da França do Antigo Regime se, por trás das instituições oficiais, certas "estruturas elementares do parentesco" não continuam a organizar a sociedade como o fazem nas "sociedades sem Estado". No que diz respeito aos casamentos, as únicas regras manifestas são as proibições canônicas: o estudo da literatura e das práticas jurídicas da Igreja a partir dos arquivos das oficialidades (o que Jean-Marie Gouesse⁴⁰ para a Normandia, eu mesmo⁴¹ para o centro da Bacia parisiense e outros empreendemos há alguns anos) revela um modo de classificação que guarda analogias com os que Claude Lévi-Strauss identificou em certas sociedades primitivas. A análise das formas de aliança, como efetuei, por exemplo, no caso de uma paróquia da região parisiense no século XVIII, onde se mantinha uma taxa de consanguinidade particularmente elevada, também mostra procedimentos de "encadeamentos de aliança", além das estratégias sociais que visam preservar o patrimônio, manter o nível ou mesmo melhorá-lo; os mesmos procedimentos que Martine Segalen⁴² e Françoise Zonabend⁴³, especialmente, descreveram a propósito de comunidades ru-

rais da França contemporânea. Depois de ter acreditado por muito tempo que, em nossas sociedades complexas, históricas, a organização social determinava a aliança, descobrimos hoje, a partir de monografias precisas, que alguns conceitos da antropologia estrutural relativos ao parentesco podem se aplicar ao problema.

PERSPECTIVAS DA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA

É no estudo do universo mental que a antropologia histórica prossegue hoje as pesquisas mais fecundas. O conceito de mentalidade introduzido por Lucien Febvre⁴⁴ na bagagem dos historiadores era suficientemente incerto e suficientemente aberto para digerir a contribuição das outras disciplinas. O perigo teria sido encerrá-lo, seja num âmbito puramente psicológico, logo anacrônico, seja numa história das idéias sempre pronta a deduzir os mecanismos mentais de uma época das doutrinas e das grandes construções intelectuais que produziu.

Também nesse ponto a antropologia conquistou a história por baixo, isto é, pelas expressões mais anódinas, menos formuladas, da vida cultural: as crenças populares, os ritos que impregnam a vida cotidiana ou se prendem à vida religiosa, as culturas minoritárias ou clandestinas, em suma o folclore. Comentando uma obra de André Varnaghe, que define o folclore como o conjunto das crenças coletivas sem doutrina, das práticas coletivas sem teoria, Lucien Febvre se indagava: “Será tão fácil assim traçar a fronteira entre o ‘deduzido’ e o ‘aceito tal qual’ sem deduções?” “Ela não questionará”, prossegue, “a própria gênese de nossas concepções científicas, as relações históricas do mágico com o matemático, a substituição progressiva pelas relações lógicas e quantitativas das influências qualitativas e irracionais?” Os comportamentos menos discutidos de uma sociedade — como os cuidados com o corpo, as maneiras de se vestir, a organização do trabalho e o calendário das atividades cotidianas — refletem um sistema de representação do mundo, que nos vincula em profundidade com as formulações intelectuais mais elaboradas, como o direito, as concepções religiosas, o pensamento filosófico ou científico.

Encontrar esse vínculo mediante um inventário das significações e uma descrição das categorias que organizam um discurso mítico, determinar a simbólica dos gestos, eis a que se aplicaram, relativamente à sociedade medieval, as pesquisas pioneiras de Jacques Le Goff sobre as representações do tempo⁴⁵, do trabalho⁴⁶ e sobre o folclore religioso⁴⁷, ou as análises de Georges Duby⁴⁸ sobre o sen-

tido do donativo e da despesa ostentatória na sociedade da alta Idade Média. O livro de Yves Castan, “Honestidade e relações sociais no Languedoc”⁴⁹, descreve, a partir dos arquivos judiciais, cujo interesse antropológico já não precisa ser demonstrado, a força da noção de honra como valor de troca e de comunicação na França meridional do século XVIII. As tentativas de análise estrutural feitas por J. Le Goff e E. Le Roy Ladurie a propósito do tema de Melusina⁵⁰, ou a propósito do guerreiro na floresta por J. Le Goff e P. Vidal-Naquet⁵¹, nos mostraram que era possível, através da análise dos sistemas de representação, não só ligar entre si os diferentes níveis de expressão de uma época e definir seu modelo, como também encontrar nessas “prisões da longa duração” o fio do tempo e a lenta mutação das categorias que inspiram o movimento da história.

Bem perto de nós, às portas da sociedade industrial, descobrimos um mundo estranho: a França do Antigo Regime. Sua estranheza para nós está no fato de que, em vez de explicar como ele ruuiu ou como preparava o futuro, hoje os historiadores tentam compreender como ele se manteve, se reproduziu e ainda sobrevive nos poros da sociedade atual. Os trabalhos de Maurice Agulhon⁵² sobre a inserção da cultura política na sociedade meridional representam, a esse respeito, o esforço mais consumado para antropologizar a análise política e descrever de outra forma que não em termos de acessão ou mutação espontânea a formação da França contemporânea. A política não é um simples estoque de idéias programáticas produzidas pelas “elites conscientes”, pelos partidos nascidos na crise revolucionária, e que teria se difundido progressivamente ao conjunto do corpo social por sua própria capacidade de convencer e mobilizar. Para impregnar a vida social, a política teve que tornar-se algo diverso de si mesma — seríamos tentados a dizer mais do que ela mesma: não só um projeto sobre a organização do poder, mas uma maneira de se comunicar com os outros e compreender o mundo. Ela teve de esposar as formas tradicionais do convívio e, em particular, essa “sociabilidade” em que se afirma, como M. Agulhon mostra, o particularismo cultural da França meridional. Da “arlesiana” à “baliza” dos desfiles, ele esboça uma análise dos “aspectos formais da vida e dos mecanismos políticos”.

Mona Ozouf⁵³ e Michel Vovelle⁵⁴, a propósito das festas revolucionárias, repetiram recentemente o mesmo procedimento e designaram as formas simbólicas e as práticas rituais em que o discurso ideológico teve de se alojar para produzir os comportamentos políticos da França atual. De modo mais amplo, a constituição, a partir da Revolução Francesa, de uma informação estatística regular

fornece aos historiadores o meio de descer lentamente até o tempo presente, seguindo as resistências e os deslocamentos de todos os componentes antropológicos da França. A enquete de François Furet e Jacques Ozouf⁵⁵ sobre "A alfabetização da França contemporânea" e a que realizam atualmente sobre "O fenômeno vermelhos e brancos", isto é, o sistema bipartidário que comanda a geografia eleitoral da França, visam ressaltar a remanescência de modelos culturais antigos, compartimentados (por regiões, classes sociais, etc.), sob a aparente homogeneidade de nossa unidade nacional. Elas tentam, antes de mais nada, indicar não a própria evolução em sua evidência linear, mas os mecanismos da evolução e as formas que a mudança deve esposar para ser aceita.

Pertencemos ao espírito do tempo. À força de observar o movimento da história, às vezes esquecemos que também fazemos parte dela. Há uma conjuntura do saber histórico, do mesmo modo que há uma história da conjuntura. Ciência pouco teorizada, aplicada em seu princípio à análise da mudança, a história, mais talvez do que as outras ciências sociais, está destinada a sofrer a mudança. Se a antropologia exerce, hoje, tal influência sobre os historiadores das sociedades européias, se eles são propensos a recusar qualquer concepção linear do desenvolvimento histórico, é porque os bloqueios e as fases de equilíbrio e até de regressão que identificaram na sociedade do Antigo Regime questionavam a noção de progresso; mas é também porque a noção de progresso e a mística do desenvolvimento são questionadas à nossa volta pela sociedade para a qual interrogamos o passado. Portanto, talvez a antropologia seja, para o historiador, um mal passageiro. Ela corresponde para nós à necessidade de encontrar as diferentes ramificações da mudança, fazer seu inventário, compreender seus mecanismos, afirmar sua pluralidade.

André Burguière

Notas

1. Membros de uma sociedade, na maioria jesuítas, que desde o século XVII trabalham na coletânea de vidas dos santos denominada *Acta sanctorum*.
2. Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785).
3. M. J. de Caritat, marquês de Condorcet (1743-1794).
4. Ch. Seignobos, historiador positivista, autor de obras metodológicas: *Méthode historique appliquée aux sciences sociales* (Paris, 1901), e em colaboração com C.-V. Langlois, *Introduction aux études historiques* (Paris, 1898).
5. *Essartage*, desbravamento. Emprega-se sobretudo a propósito dos grandes desbravamentos dos séculos XII e XIII.
6. A. Franklin, *La vie privée autrefois*, 12 vol. (1890).

7. *By-path*, caminho pouco freqüentado, pouco usual. (A frase inteira significa: "Esse seu curioso e inabitual caminho." N.T.)
8. M. Bloch, *Les rois thaumaturges* (Paris, A. Colin, 1961).
9. F. Braudel, *Vie matérielle et capitalisme* (Paris, A. Colin, 1967).
10. M. Augé, *Pouvoir de vie, pouvoir de mort* (Paris, Flammarion, 1977).
11. J.-J. Hémardinquer, "Pour une histoire de l'alimentation", in *Cahier des annales*, n° 28 (1970).
12. E. Le Roy Ladurie, *Paysans du Languedoc* (Paris, Flammarion, 1969).
13. M. Bloch, "L'alimentation de l'ancienne France", in *L'Encyclopédie française*.
14. *Méteil*: mistura de centeio e frumento.
15. J.-P. Aron, "Essai sur la sensibilité alimentaire à Paris au XIX^e siècle", in *Cahier des annales*, n° 25, e *Le mangeur du XIX^e siècle* (Paris, Denoël, 1974).
16. E. Le Roy Ladurie, J.-P. Aron et al.: *L'anthropologie du conscript français* (Paris-Haia, Mouton, 1972).
17. J. Meuvret, "Récoltes et populations", na revista *Population* (INED, 1946).
18. P. Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis* (Paris, SEVPEN, 1960), reeditado com o título *Cent mille provinciaux au XVII^e siècle* (Paris, Flammarion, 1968).
19. A. Baehrel, *Une croissance: la Basse-Provence rurale* (Paris, SEVPEN, 1961).
20. M. D. Grmek, "Préliminaires d'une étude historique des maladies", in *Annales E.S.C.* (1969).
21. E. Le Roy Ladurie, "L'unification microbienne du monde", in *Revue suisse d'histoire* (1973) e *Le territoire de l'historien*, vol. 2 (Paris, Gallimard, 1975).
22. E. de Martino, *La terre des remords* (Paris, Gallimard, 1966).
23. N. Elias, nascido em 1905, na Alemanha, ensinou na Inglaterra.
24. N. Elias, *La civilisation des mœurs* (Paris, Calmann-Lévy, 1974).
25. J.-L. Flandrin, "Contraception, mariage et relations amoureuses dans l'Occident chrétien", in *Annales E.S.C.* (1969).
26. J. Depauw, "Amour légitime et société à Nantes", in *Annales E.S.C.* (1972).
27. J. Rossiaud, "Prostitution, jeunesse et société dans les villes du Sud-Est au XV^e siècle", in *Annales E.S.C.* (1976).
28. M. Foucault, *La volonté de savoir* (Paris, Gallimard, 1976).
29. P. Ariès, *L'histoire des populations françaises* (Paris, Le Seuil, coleção "Point", 1948, 1971).
30. L. Henry e C. Lévy, "Ducs et pairs de France sous l'Ancien Régime", in *Population* (1960).
31. L. Henry, *Anciennes familles genevoises* (Paris, PUF, 1956).
32. A. Perrenoud, "Malthusianisme et protestantisme", in *Annales E.S.C.* (1974).
33. A. Burguière, "De Malthus à Weber: le mariage tardif et l'esprit d'entreprise", in *Annales E.S.C.* (1972).
34. G. Duby, *La société aux XI^e et XII^e dans la région mâconnaise* (Paris, A. Colin, 1954).
35. E. Le Roy Ladurie, *Paysans du Languedoc* (Paris, Flammarion, 1969).
36. M. Bloch, *La société féodale* (Paris, Albin Michel, 1939), segunda parte, livro I.
37. E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan* (Paris, Gallimard, 1975).
38. N. Elias, *La civilisation des mœurs* (Paris, Calmann-Lévy, 1974).
39. P. Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous la France d'Ancien Régime* (Paris, Plon, 1960; reedições, Le Seuil, 1973, 1975).
40. J. Gouesse, "Parenté, famille et mariage en Normandie aux XVII^e et XVIII^e siècles", in *Annales E.S.C.* (1972).

41. A. Burguière, "Endogamie et communauté villageoise; la pratique matrimoniale: Romainville au XVIII^e siècle", in *Quaderni storici* (1976).
42. M. Segalen, *Nuptialité et alliance: le choix du conjoint dans une commune de l'Eure* (Paris, Maisonneuve et Laisse, 1972).
43. F. Zonabend, "Parler famille", in *L'homme* (1970).
44. L. Febvre, "Folklore et folkloristes", in *Annales* (1939).
45. J. Le Goff, "Temps de l'Église et temps du marchand", in *Annales E.S.C.*, republicado em *Pour un autre Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1978).
46. J. Le Goff, "Temps du travail dans la crise du XIV^e siècle", in *Le Moyen Âge*. LXIX, 1963, republicado em *Pour un autre Moyen Âge* (op. cit.).
47. J. Le Goff, "Culture cléricale et traditions folkloriques dans la civilisation mérovingienne", in *Annales E.S.C.* (1967).
48. G. Duby, *Guerriers et paysans* (Paris, Gallimard, 1974).
49. Y. Castan, *Honnêteté et relations sociales en Languedoc* (Paris, Plon, 1975).
50. J. Le Goff e E. Le Roy Ladurie, "Mélusine maternelle et défricheuse", in *Annales E.S.C.* (1971).
51. J. Le Goff e P. Vidal-Naquet, "Lévi-Strauss en Brocéliande", in *Critique*, 1975, a propósito de Yvain, de Chrétien de Troyes.
52. Em particular em M. Agulhon, *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence* (Paris, Fayard, 1968), e em *La République au village* (Paris, Plon, 1970).
53. M. Ozouf, *La fête révolutionnaire* (Paris, Gallimard, 1976).
54. M. Vovelle, *Les métamorphoses de la fête en Provence* (Paris, Flammarion, 1976).
55. F. Furet e J. Ozouf, *Lire et écrire*, 2 vol. (Paris, Minuit, 1978).

ANDRÉ BURGUiÈRE

Nasceu em 1938. Diretor de estudos na EHESS. Membro do comitê de direção dos *Annales E.S.C.* Especialista em História da Família, co-dirigiu uma *Histoire de la famille*, 2 vol., Paris, A. Colin, 1986. Especialista também de História das Ciências Sociais, publicou um *Dictionnaire des sciences historiques*, Paris, PUF, 1986. Publicou, além disso, inúmeros artigos em diversas revistas francesas e estrangeiras.

PHILIPPE ARIÈS

A história das mentalidades

Lucien Febvre contava uma história que reproduzo aqui de memória, sem verificá-la a partir do texto, porque, tal como ela permaneceu em minha lembrança, deformada, simplificada, pouco importa, sempre me pareceu uma aplicação notável da difícil idéia de mentalidade... De madrugada, o rei Francisco I saiu da cama da sua amante para voltar incógnito a seu castelo. Passou, então, em frente de uma igreja bem no momento em que os sinos chamavam para o ofício. Emocionado, ele parou para assistir a missa e orar devotamente.

O homem atual, surpreso com a junção de um amor culpado com uma piedade sincera, pode escolher entre duas interpretações.

Primeira interpretação: o sino do santuário desperta no rei o arrependimento por seu pecado e ele reza para pedir perdão a Deus pelo erro que acaba de cometer. Ele não pode ser, sem hipocrisia, ao mesmo tempo o pecador da noite e o devoto da madrugada. Com o quê, ele age como o homem de hoje, pelo menos o homem dotado de alguma racionalidade, que não leu Dostoiévski ou que desconfia de Freud, o magistrado ou o jurado dos tribunais. Está convencido de que a coerência moral é natural e necessária. Os seres em que ela se desfaz são julgados anormais e excluídos da sociedade. Essa normalidade é um valor invariável; em certo nível de profundidade e de generalidade, a natureza humana não muda. Tal interpretação

seria a de um historiador clássico, tentado a reconhecer em todas as épocas e em todas as culturas — pelo menos civilizadas e, *a fortiori*, cristãs — a permanência dos mesmos sentimentos.

A outra interpretação é, ao contrário, a do historiador das mentalidades. O rei era tão espontânea e ingenuamente sincero em suas devoções quanto em seus amores, e ainda não sentia sua contradição. Ele entrava na igreja como entrava na cama da sua amante, com o mesmo ardor inocente. A autenticidade da sua prece não era alterada pelos relentos da alcova. A hora do arrependimento virá mais tarde.

Hoje, a quase simultaneidade de emoções contraditórias não é mais tolerada pela opinião comum. Apesar dos esforços para fazê-la ser admitida, através da psicologia do âmago humano, a opinião pública sempre acaba repugnando-a, inclusive quando parece levá-la em conta. Outrora, esse fenômeno parecia, ao contrário, bastante natural. Não se trata apenas de uma diferença entre um cristianismo sensível, supersticioso, e um cristianismo moralmente mais exigente, mais racional, mais coerente. A diferença vem de mais longe, e as reformas religiosas dos séculos XVI e XVII não são a sua causa, apesar de serem sem dúvida uma das manifestações.

Outro exemplo foi dado por Lucien Febvre, o da compatibilidade entre atitudes que se tornaram desde então incompatíveis. Margarida de Navarra, irmã de Francisco I, podia escrever sem escrúpulos exagerados, um após o outro, o *Heptaméron*, coletânea de contos licenciosos, e o *Espelho de uma alma pecadora*, coletânea de poemas espirituais. Nossos costumes também não tolerariam essa mistura ingênua e essa boa fé.

Certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e numa outra cultura. O fato de não podermos mais nos comportar hoje com a mesma boa-fé e a mesma naturalidade de nossos dois príncipes do século XVI, nas mesmas situações, indica precisamente que interveio entre elas e nós uma mudança de mentalidade. Não é que não tenhamos mais os mesmos valores, mas que os reflexos elementares não são mais os mesmos. Eis mais ou menos o que entendemos, a partir de Lucien Febvre, por “atitudes mentais”.

NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

Os pioneiros de outra história

Convinha introduzir aqui a idéia de mentalidade com o auxílio de exemplos tirados da obra de Lucien Febvre. De fato, a história

das mentalidades não é mais nova. Ela nasceu logo após a Primeira Guerra mundial num grupo de historiadores como os franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, o belga Henri Pirenne, geógrafos como A. Demangeon, sociólogos como L. Lévy-Bruhl, M. Halbwachs, etc., grupo esse que inspirou, a partir de 1929, os famosos *Annales d'histoire économique et sociale*. Costuma-se dizer a “escola dos Annales”. Todavia, embora fosse o mais bem organizado, o mais combativo, o grupo dos *Annales* não era o único. Cumpre acrescentar a ele personalidades independentes e solitárias, que tiveram o mesmo papel pioneiro: o célebre historiador holandês Huizinga, autores que permaneceram obscuros durante muito tempo, como o alemão Norbert Elias, cujos livros inovadores, publicados em 1939, foram levados de roldão na tempestade e que hoje são redescobertos¹, ou ainda autores um pouco marginais, quero dizer, cuja relação com a história das mentalidades não apareceu e não foi logo reconhecida, como Mario Praz, historiador da literatura maldita e de gênero mórbido, cuja obra principal, publicada em italiano nos anos 1920, foi traduzida em francês... em 1977 — notável ensaio que visa balizar as trocas entre a expressão literária e o imaginário coletivo².

Todos esses autores, quer pertencessem ao grupo dos *Annales*, quer lhe fossem estranhos ou marginais, reconheciam à história um domínio diverso daquele a que estivera limitada, o das atividades conscientes, voluntárias, orientadas para a decisão política, a propagação das idéias, a conduta dos homens e dos acontecimentos.

Para Huizinga, por exemplo, o domínio do imaginário, do sentimento, do jogo, da gratuidade, é tão importante quanto o da economia. Diz isso explicitamente em “O declínio da Idade Média”: “A história da civilização deve cuidar tanto dos sonhos de beleza e de ilusão romanesca, quanto dos números da população e dos impostos”, isto é, da história demográfica e econômica. “A própria ilusão em que viveram os contemporâneos tem o valor de uma verdade.” Frases a que responde, hoje, como um eco, cinquenta anos depois, Jacques Le Goff em seu prefácio a *Pour un autre Moyen Âge*³: “Introduzir alguns elementos sólidos no estudo do imaginário medieval.”

O ilustre Huizinga, o renomado M. Praz, Elias, este desconhecido, não conseguiram fazer escola, forçar o bloqueio da história tradicional. O pequeno grupo estrasburguês dos *Annales* conseguiu.

A primeira geração: em torno de L. Febvre e de M. Bloch

Na sua época, a dos pais fundadores, diremos, a história das mentalidades, como a definimos acima, na realidade não era mais do que um aspecto, uma faceta de uma história mais ampla, que

se chamava história social, ou ainda história econômica e social, e que já se pretendia total — só que a totalidade era obtida, então, na e pela economia. Essa história é que era oposta em bloco à história política, fatual. É sempre sob esse nome — “*social history*” — que ela é conhecida e praticada na Inglaterra e nos Estados Unidos. Portanto, havia então, de um lado, a história tradicional e, de outro, a história social, que compreendia ao mesmo tempo a história econômica e a história cultural, dita a partir de então das mentalidades.

A história tradicional interessava-se quase exclusivamente por indivíduos, pelas camadas superiores da sociedade, por suas elites (os reis, os estadistas, os grandes revolucionários) e pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas...) dominados por essas elites. A história social, ao contrário, interessava-se pela massa da sociedade, que permanecia distante dos poderes, por aqueles que lhes eram submetidos. Essa orientação, aliás, não era reservada à pesquisa do passado. Ela também suscitava ciências novas do presente, nascidas de um mesmo interesse pelo que era dominado, desprezado pelas sucessivas elites, e também anônimo, coletivo, mas em que tinha-se cada vez mais a tentação de reconhecer as forças reais. Em francês as chamamos de ciências humanas: sociologia, psicologia, etnologia, antropologia. Vieram acrescentar-se à sua irmã mais velha, a antiga economia. O inglês confunde todas elas sob o nome de “*social sciences*”. Na França, a separação entre a velha economia e as ciências humanas mais jovens corresponde aos dois compartimentos da história, a dos *Annales* dos anos 1930, que se intitulavam *Annales d'histoire économique et sociale*. Esses dois compartimentos eram decerto bem distintos, e vimos a propósito de Francisco I e de Margarida de Navarra quanto o fato psicológico de mentalidade era familiar a Lucien Febvre. Diríamos o mesmo de Marc Bloch e de seu estudo sobre os reis taumaturgos.

Todavia, nessa primeira geração dos *Annales*, o compartimento das mentalidades ainda não estava bem separado do da economia, ou do socioeconômico. Os dois juntos constituíam a história total, ou que se pensava ser total.

Compreendemos mal, hoje em dia, após uns cinquenta anos de história econômica, especializada e matemática, como ela podia estar, então, associada de maneira tão íntima à história psicológica. É que ambas eram igualmente a história dos humildes e do coletivo. Os fatos econômicos (preços, salários, impostos, crédito, mercado) repercutiam na vida cotidiana de todos (carestia, miséria ou enriquecimento, fome, epidemias, mortalidade). Descobre-se que eles

eram observáveis e que a *série* contínua de seus dados numéricos permitia uma leitura não anedótica da vida cotidiana. Eis por que um vínculo íntimo aproximava, então, a história econômica da história psicológica.

A história econômica foi, desde o início, favorecida porque era a primeira história científica coletiva. À história descontínua dos indivíduos, dos acontecimentos que eles provocavam, das instituições que controlavam, opunha-se uma história ao mesmo tempo coletiva e contínua, estabelecida sem hiato na longa duração, a de uma humanidade anônima, com a qual, porém, cada um de nós podia se identificar.

A segunda geração

Os pais fundadores teriam, hoje, quase cem anos. A geração que lhes sucedeu já passou dos sessenta. Ela fez sua escolha na herança. Nem sempre admitindo-o, ela preteriu grande parte do que, em M. Bloch e L. Febvre, extrapolava o social no que tange ao imaginário, à psicologia coletiva, ao cultural. Essa zona das mentalidades foi abandonada a diversos aventureiros (alguns um pouco suspeitos).

Após 1945, a história econômica foi privilegiada

Ao contrário, a história econômica foi privilegiada. Mas não qualquer história econômica. Os historiadores franceses preservaram, para o melhor e para o pior, algo do primeiro caráter da história econômica: uma história coletiva de ambição humanista, que possibilitava alcançar a vida das massas, a multidão dos pequenos, dos obscuros. Restou-lhes uma repugnância a tratar a economia como um domínio reservado, definível por modelos matemáticos, segundo a tendência que prevaleceu onde, como nos Estados Unidos, a história econômica pertence, nas universidades, ao “*Department of Economics*”, e não ao “*Department of History*”⁴.

A escolha dessa geração se explica pela formidável expansão da economia mundial — e francesa — depois da Segunda Guerra mundial. A França dos anos 1930 ainda vivia num ritmo lento, que deixara subsistir muitos costumes do fim do Antigo Regime. Com seu império colonial, ela constituía, além disso, um mundo completo e fechado que dava a ilusão de exotismo e universalidade, enquanto hoje ele nos parece uma província abrigada, onde as grandes va-

gas planetárias não penetravam. Após os abalos da guerra, a França foi aberta às correntes internacionais, subvertida pela prosperidade econômica, pelo aumento do consumo e das necessidades, por uma industrialização e uma urbanização maciças. A muralha da China dos anos 1930 caíra. Os jovens intelectuais ficaram, então, fascinados pelas forças socioeconômicas que se lhes apresentavam como motores daquela subversão inaudita, e os historiadores foram tentados, bem legitimamente, a transportar para o passado os interesses de seu presente e nele procurar as origens (ou os atrasos) do progresso técnico e econômico que os levava de roldão. Os fatos de mentalidade apareceram-lhes ao mesmo tempo menores, exagerando os aspectos arcaicos e retrógrados do passado, e difíceis de demonstrar, não científicos, pouco suscetíveis de um tratamento matemático.

Todavia, um dos avatares da história econômica, tal como era tradicionalmente concebida na França, devia reintroduzir os fenômenos de mentalidade na grande problemática. É a história demográfica.

A nova história demográfica

Um dos primeiros enfoques da história econômica foi, como veremos adiante, a monografia regional. Ora, os autores dessas monografias logo foram levados a consagrar uma parte considerável de suas pesquisas ao movimento das populações e a estudar detidamente as relações entre a população e os alimentos, a fome e as epidemias. Como escreve Jacques Dupaquier⁵, “a aventura começa em 1946 com a publicação, num dos primeiros números de *Population*, de um artigo do saudoso J. Meuvret intitulado ‘As crises alimentares e a demografia da França do Antigo Regime’”⁶. J. Meuvret é, de fato, uma testemunha exemplar dessa segunda geração dos *Annales*. Seu perfil pode ser considerado como um perfil tipo. Não é muito conhecido do grande público intelectual porque não publicou antes de morrer o grande livro que meditava e escrevia, o qual foi, por fim, editado postumamente; só publicara artigos densos e vivos que valem volumes. Por seus artigos e, sobretudo, por seus conselhos, exerceu grande influência sobre os historiadores mais jovens, franceses e estrangeiros, que hoje se tornaram mestres. Ora, uma dessas memórias, citadas acima por J. Dupaquier, a mais célebre delas, é consagrada às relações entre as fomes e as epidemias, entre a conjuntura econômica e a mortalidade. Além disso, J. Meuvret sempre teve a grande preocupação de não isolar os fenômenos socioeconômicos e demográficos do contexto cultural.

Durante o mesmo período, entre 1944 e 1956, um aluno de J. Meuvret, P. Goubert, preparava sua célebre tese, “Beauvais e o Beauvaisis de 1600 a 1730”⁷. O livro se apresentava como uma “contribuição à *história social* (grifo meu) da França do século XVII”, mas serviu em seguida de modelo de história demográfica. Teve uma numerosa posteridade e criou um gênero, uma das contribuições mais importantes dessa geração dos anos 1950 à historiografia.

Aliás, a história demográfica devia não só reanimar a parte da herança, gelada, dos pais fundadores, mas também subtrair a nova história das mentalidades do impressionismo anedótico da tradição literária, proporcionar-lhe uma base documentária estatística e, enfim, estimulá-la a uma ampla interpretação que se tornava indispensável.

A demografia revela as mentalidades

É uma aventura que vivi pessoalmente. Nos anos 1940, eu também fora atraído pela demografia, não por intermédio da economia, mas porque fiquei impressionado com a situação demográfica da França da primeira metade do século XX e por suas diferenças em relação à da França do Antigo Regime. Como interpretar uma mudança tão considerável e que não teve a mesma cronologia na Inglaterra, por exemplo? Evidentemente, desde o início da minha pesquisa, ao contrário dos historiadores da economia, eu me interessava menos pela demografia propriamente dita, por seus mecanismos, ou ainda por seus efeitos políticos e sociais, do que pelas atitudes psicológicas secretas que ela revelava a quem sabia ler suas estatísticas. Eu partia, é claro, dos dados geográficos, mas tinha pressa de abandoná-los para passar — demasiado cedo, talvez — às realidades que eles ocultavam. Dessas realidades das atitudes diante da vida, da idade, da doença, da morte, os homens de outrora não gostavam de falar e, na maior parte dos casos, sequer estavam conscientes delas. Séries numéricas na longa duração revelaram modelos de comportamento de outro modo inacessíveis e clandestinos. Assim, as mentalidades surgiam ao cabo de uma análise das estatísticas demográficas.

Essa experiência nada tem de original: ela foi partilhada por quase todos os historiadores demógrafos dessa geração. Não lhes era possível permanecer nos limites estatísticos da reconstituição de uma população antiga. Questões capitais surgiam por trás de suas pesquisas, requerendo explicações psicológicas e antropológicas ou-

trora reservadas a médicos, moralistas, juristas, ou que pareciam pertencer ao domínio do não-escrito em que os historiadores ainda nunca haviam tido a idéia de penetrar, talvez por acreditarem que os fenômenos medidos pela demografia fossem demasiado próximos da natureza e da biologia. E é verdade que, nas primeiras abordagens, estudou-se sobretudo a adaptação da população aos alimentos, ao estado da economia. Logo se percebeu, porém, que essa adaptação não era automática nem imediata, que entre o comportamento demográfico e o nível dos recursos havia como que um sistema óptico que modificava a imagem real: o sistema das mentalidades. A história das mentalidades renascia, assim, pela segunda vez graças à demografia histórica.

Uma terceira geração?

No curso dos anos 1960, o reaparecimento das mentalidades subverte inteiramente a historiografia francesa. Os sumários das grandes revistas, inclusive as mais conservadoras, mudam, assim como os temas de mestrado e doutorado. Observa-se, então e na década de 70, um declínio dos temas socioeconômicos, um desinteresse relativo em relação aos temas demográficos da década precedente e, em compensação, a invasão de temas outrora desconhecidos ou raríssimos. Em 1973, a Sociedade de Demografia Histórica consagrou um número especial da sua revista a "Crianças e sociedade". Em 1972, os *Annales* publicaram um número especial de 433 páginas sobre a família, que, aliás, se estendeu ao número seguinte com três artigos importantes. Quantos artigos sobre a morte, a sexualidade, a criminalidade ou a delinquência, a sociabilidade, os grupos etários, as algazaras, a piedade popular? O Minutier Central⁸ era outrora freqüentado por alguns historiadores de arte ou do funcionalismo público, que lá procuravam elementos de biografias, ou então por historiadores socioeconômicos (repartição das fortunas). Agora, os testamentos, em particular, tornaram-se uma fonte para o estudo das mentalidades religiosas, com M. Vovelle, P. Chaunu e seus alunos. Essa enorme e recentíssima mudança da historiografia parece-me ter escapado a um observador no entanto tão atento e sensível, como L. Stone. Este, num estudo recente⁹, fala dos *Annales* como um bloco que não teria se movido desde os pais fundadores, apenas notando a erosão do tempo e uma lassidão devida à repetição. Não, os *Annales* são hoje bem diferentes do que foram e, aliás, só agora é que se pode falar de uma história das mentalidades como um fenômeno significativo da nossa cultura contem-

porânea. Essa história exorbita do pequeno círculo dos especialistas, penetra na mídia, vende-se, por vezes bem, no público mais amplo que conquistou. Chamam-na vulgarmente "nova história". A que isso se deve?

A história e as outras ciências humanas

O leitor informado já deve ter-se surpreendido com que, nessa gênese, eu tenha reservado tão pouco espaço à influência das ciências humanas. No entanto, tem-se o costume de considerá-la determinante, para melhor no início e, talvez, agora, para pior, se interpretado bem o artigo de L. Stone citado acima. Claro, a sociologia e a etnologia agiram sobre L. Febvre e, mais ainda talvez, sobre o Marc Bloch dos "Reis taumaturgos", mas sobretudo na medida em que essas leituras enriqueciam sua cultura geral, ampliavam seus horizontes de pensamento e excitavam sua curiosidade. De fato, os historiadores, como, em geral, os intelectuais do fim do século XIX, continuavam convencidos da superioridade radical de nossas civilizações oriundas da Antiguidade greco-romana e do cristianismo, do absurdo que haveria em compará-las com as culturas primitivas. A leitura dos etnólogos, pelo menos, fez esse preconceito vir abaixo. Todavia, na França, sua influência não foi tão determinante sobre o trabalho do historiador quanto nas universidades americanas, onde o historiador "social" não se aventura sem consultar as outras ciências sociais, a fim de nelas escolher um modelo adequado a seu corpus documentário.

Mudando de nome em 1946, os *Annales* quiseram tornar-se uma revista de ciências sociais, inclusive de história, em que os maestros seriam os historiadores¹⁰. No entanto, os *Annales* anunciaram sua ampliação no mesmo instante em que se tornavam, de fato, econômicos, como foi dito acima. Claro, não se deve esquecer que a economia parecia, então, ser a chave da história — a de hoje e, por que não, a de ontem. A história pretendeu ser o denominador comum a todas as ciências sociais ou humanas, mobilizadas no novo projeto dos *Annales*. De fato, salvo justamente no domínio econômico, em que os grandes pensadores de outrora e os teóricos de hoje de pronto inspiraram os historiadores e logo foram assimilados por eles, houve, nos anos 1950, muito mais justaposição de artigos de diversas procedências do que verdadeiro intercâmbio entre as disciplinas.

As poucas interferências que então podiam ser identificadas com as ciências humanas não explicam a amplitude da atual mudança

da historiografia na França. Essa mudança corresponde, na realidade, à chegada de novas gerações. Uma espécie de equador separa hoje os velhos dos novos: a linha dos cinquenta anos de idade, que, no entanto, algumas sentinelas avançadas precederam em alguns anos.

O fim das Luzes?

Do mesmo modo que as outras atividades intelectuais, a história não escapa das grandes influências culturais que varrem o mundo ocidental. Os jovens que tinham de 20 a 35 anos no fim da década de 1960 começaram a ver o mundo com olhos que já não eram os dos mais velhos. Sua atitude em relação ao progresso econômico, a seu caráter benéfico, mudou. Ora, os historiadores das gerações precedentes tendiam a buscar e ressaltar no passado os indícios que preparavam ou anunciavam a modernidade. Esta era considerada como o objetivo ou o resultado de uma evolução: o progresso das Luzes.

Ora, talvez estejamos assistindo hoje, neste último terço do século XX, ao fim das Luzes, pelo menos ao fim da crença na irreversibilidade e no caráter benéfico absoluto do progresso científico e técnico. Não, é claro, ao fim do progresso, mas ao fim da religião do progresso, da crença no progresso. Talvez seja apenas uma reação efêmera a uma industrialização demasiado rápida e demasiado brutal. Não obstante, a crítica ao progresso tornou-se um tema significativo das opiniões de hoje, em particular na juventude: ela passou de uma direita reacionária, que aliás a abandonara, a uma esquerda, ou antes a um esquerdismo de contornos maldefinidos, confuso, mas vigoroso. Acredito (é uma hipótese) que existe uma relação entre a nova reticência dos anos 1960 em relação ao desenvolvimento, ao progresso, à modernidade, e a paixão trazida pelos jovens historiadores ao estudo das sociedades pré-industriais e de sua mentalidade. Estes não atribuem mais à história um sentido, isto é, uma direção. Não querem mais fazer das sociedades antigas etapas de uma evolução programada, a ponto de desconfiar da diacronia e da pesquisa sistemática das influências sofridas ou exercidas. A cultura que estudam é, então, quase tirada fora da história e apreciada da maneira como os etnólogos estruturalistas consideram a sociedade que escolheram.

Coisa curiosa, enquanto os historiadores são tentados pela sincronia, as ciências humanas, ao contrário, a abandonam com mais frequência e procuram situar-se no tempo longo. É por isso que as

margens entre a história e as outras ciências humanas começam a se atenuar, acontecimento mais recente do que se podia imaginar, após cinquenta anos de uma interdisciplinaridade proclamada, porém nunca vivida.

Um exemplo notável dessa feliz indecisão das fronteiras precisa ser dado, o de Michel Foucault, um de nossos melhores historiadores; no entanto, ele é filósofo, e foi da filosofia à história sem passar pelo purgatório da psicologia ou de outras ciências humanas, refúgios (provisórios) dos filósofos da sua geração. Ele teria podido, como outros metafísicos ou especialistas de ciências humanas, situar suas pesquisas na sincronia ou na acronia e construir um sistema conceitual fora do tempo, ou numa duração feita sob medida, estranha à experiência do dia-a-dia. Ao contrário, ele quis que sua obra fosse uma história, a história dos poderes modernos no momento em que eles se mesclam aos saberes, desde o fim do século XVII, quando penetram na sociedade como o sangue irriga o corpo. O empirismo dos historiadores permitiu que esse filósofo, que na verdade continuou sendo filósofo, escapasse da univocidade dos sistemas (e, quem sabe, das filosofias?) e apreendesse a extraordinária diversidade das estratégias humanas, o sentido profundo dessa irreduzível diversidade. Nascido filósofo, para permanecer filósofo ele se tornou historiador, pelo movimento de seu pensamento, por motivos bastante diferentes dos que hoje asseguram a popularidade da história das mentalidades.

Começamos, então, a adivinhar que o homem de hoje pede a determinada história o que sempre pediu à metafísica e somente ontem às ciências humanas: uma história que assuma os temas da reflexão filosófica, mas situando-os na duração e no obstinado recomeçar das empresas humanas.

O CONCEITO DE MENTALIDADE

De modo geral, não obstante as sedução recentes da sincronia e a desconfiança em relação à "unidimensão" (Edgar Morin), a história das mentalidades deixa transparecer uma constante preocupação de compreender melhor a passagem à modernidade. Eis alguns exemplos.

O exemplo do imposto

O primeiro é tirado da obra recente de um dos mestres do gênero: G. Duby. Este procura saber que sentido tinham para seus con-

temporâneos tributos ou trocas que hoje situaríamos no domínio da economia¹¹. O título do capítulo é significativo: “As atitudes mentais”. Trata-se do que chamaríamos imposto. Ele o compara ao donativo, como é analisado por Marcel Mauss e pelos sociólogos nas sociedades “primitivas”. Esses donativos eram “ofertados” ao soberano, que todos consideravam ser o intercessor natural entre o conjunto do povo e as forças do além; eles garantiam a todos a prosperidade, prometiam um solo fecundo, chuvas abundantes, o fim das pestes. Assim era na alta Idade Média. Contudo, no século XII, transformando-se, o sistema ainda continuará bastante diferente das economias de mercado modernas e contemporâneas: “Aos homens desse tempo, de fato, como a seus ancestrais mais remotos... as realidades econômicas parecem acessórias. São epifenômenos. As verdadeiras estruturas são espirituais, da ordem da sobrenatureza.” De fato, será estabelecido um vasto e complicado sistema de trocas entre o além e o aquém da morte, que resultará, pelo canal do testamento, numa redistribuição das fortunas, capaz de chegar até à sua aniquilação que desconcerta o homem de hoje, o qual não pode compreendê-lo sem reconstituir o conjunto coerente de uma mentalidade, cortando as amarras com a sua. O gosto pelos gastos inúteis e insensatos era comum aos ricos e aos pobres. Nos dias festivos, estes dissipavam selvagememente seus ganhos irrisórios e as munificências dos grandes: “Naquele mundo tão pobre”, diz G. Duby, “os mais humildes trabalhadores não ignoravam as festas, cuja finalidade é fazer renascer periodicamente a fraternidade, pela destruição coletiva, breve e alegre das riquezas no seio de uma privação universal, é forçar a benevolência das forças invisíveis.”

O exemplo do tempo

Para que nascessem a economia moderna, a nossa, e suas condições — a preocupação com a poupança, a vontade de adiar para o futuro um gozo agora moderado, o investimento das rendas, a acumulação capitalista e, enfim, a divisão do trabalho —, foi preciso que, antes da tecnologia e das forças de produção, mudasse primeiro a atitude mental diante da riqueza e do gozo.

Assim, a Idade Média é perpassada por mudanças de mentalidade. J. Le Goff analisa outra dessas mudanças num ensaio brilhante, “Tempo da Igreja e tempo dos comerciantes”¹². O tempo da Igreja era bem dividido pelos sinos, que chamavam monges e cônegos ao ofício de coro, para o canto das “Horas”. Ainda era um tempo desigual, segundo nossos usos: o tempo do dia era dividido

à maneira romana, em períodos de cerca de três horas; o da noite, repartido entre a prece e o repouso, era recortado pelas vésperas do fim da tarde, as matinas do meio da noite e as laudes da aurora.

Já eram, contudo, horas fixas que impunham certa regularidade à jornada de trabalho dos camponeses, embora esta se estendesse sem muita precisão do nascer ao pôr-do-sol. O tempo do monge e o do camponês se harmonizavam, embora ainda não coincidissem totalmente. As coisas mudaram com o que J. Le Goff chama de “tempo dos comerciantes”, que também era o “tempo do trabalho”. Um tempo que devia tomar emprestado da Igreja o sino, o sino do trabalho (*Werkglocken*), um sino que “eles [os operários de Amiens] penduraram no campanário”, um sino que “pudessem tocar... quando fossem, nos dias úteis, a seus trabalhos pela manhã, quando deveriam ir comer e quando deveriam voltar a seus trabalhos após comer...”

Ora, aconteceu então algo de surpreendente e de apaixonante. Nada é mais conservador e tenaz do que a medida do tempo. Assim, o tempo do operário foi calcado, primeiro, sobre o da Igreja, isto é, sobre as horas do ofício divino. Este começava com a prece da manhã, por volta das seis, e terminava com as nonas, por volta das três da tarde. A jornada estava, então, concluída. Era, em Roma, o tempo do Fórum ou das Termas. Em suma, a “jornada contínua”. Entretanto, no século XIII, aconteceu, de um lado, que esse tempo não satisfizesse mais às necessidades, nem dos comerciantes empregadores, nem dos operários, e, de outro lado, que ainda não se imaginava possível a invenção de outro tempo melhor adaptado (o tempo imposto mais tarde, pouco a pouco, pelo relógio mecânico). Então, o tempo da Igreja foi sorrateiramente manipulado a fim de ser subordinado, por uma espécie de compromisso, ao tempo dos trabalhadores. “Notamos”, escreve J. Le Goff, “que do século X ao fim do século XIII um elemento da cronologia diurna evolui: a nona, que a princípio situava-se por volta de nossas atuais duas da tarde, se adianta lentamente para se fixar por volta de meio-dia” (donde o meio-dia inglês, *noon*). “A nona”, prossegue J. Le Goff, “é a pausa do trabalhador no canteiro de trabalho urbano submetido ao tempo clerical dos sinos. É aqui que podemos imaginar uma pressão... que resulta, pelo deslocamento da nona, na criação de uma importante subdivisão do tempo do trabalho: a meia-jornada, que aliás vai se afirmar no século XIV.” Eis, pois, o aparecimento do nosso tempo moderno, dividido em duas meias-jornadas, a manhã e a tarde, separadas pela refeição do meio-dia, intocável durante muito tempo. Exemplo insignificante apenas na aparência, pois tudo o que concerne às repetições banais da existência torna-se traço es-

sencial de mentalidade. Exemplo característico do que chamamos mentalidade e que aparece melhor no momento em que essa mentalidade muda, como acontece na segunda metade da Idade Média.

O exemplo do Espírito Maligno

Foi a propósito da bruxaria que Lucien Febvre, num artigo dos *Annales* de 1948, exprimiu com mais força seu sentimento de historiador em face da diferença das mentalidades: "Em sua estrutura profunda, a mentalidade dos homens mais esclarecidos do fim do século XVI e do início do XVII [os magistrados] tem que haver diferido, e radicalmente, da mentalidade dos homens mais esclarecidos de nosso tempo." Um tipo de oposição bem nítida que, de minha parte, sempre aceito, mas que, pelo menos tenho essa impressão, irritaria hoje os historiadores mais jovens das mentalidades. Estes tenderiam muito mais a substituir a macromudança da passagem à modernidade por micromudanças mais complexas e mais contraditórias, mais estendidas no tempo e onde, aliás, a passagem à modernidade, que se tornou um pouco suspeita, teria certa possibilidade de se diluir.

Em todo caso, a "análise de psicologia histórica" de R. Mandrou¹³ foi e continua sendo, em sua sóbria elegância, um modelo clássico do estudo das mentalidades (palavra que, aliás, se economiza muitíssimo, preferindo-se a ela a de "estrutura mental", quando não se pode evitá-la).

Eis o problema, como Mandrou o colocou: "No início do século XVII, os processos por bruxaria ainda proporcionam os grandes momentos do aparelho judiciário laico...; essa enorme instituição, povoada de gente instruída na medida do possível (mas ainda não "esclarecida"), processa sem hesitação (salvo raras exceções) os sequazes de Satã, os cúmplices de uma perversão horripilante que põem em perigo a salvação dos homens... No fim do século, todos os Paramentos renunciaram a esse gênero de acusação, só conhecendo... os pastores envenenadores, os escroques que abusam da credulidade pública e as falsas devotas. Como uma jurisprudência solidamente estabelecida sobre séculos de prática contínua vê-se questionada, discutida e finalmente abandonada em algumas décadas? A questão vai ser colocada... É todo o *universo mental* [grifo meu] dos juizes (e dos acusados) que é questionado, pois os crimes cotidianos de Satã e de seus cúmplices atestam a presença diabólica no mundo... Através desses processos, é toda a sua concepção dos poderes sobre a natureza e sobre os outros homens, exercidos pelo ho-

mem, Deus e Satanás, que se acha envolvida e que, por fim, se vê contestada. [...] Numa palavra, o abandono dos processos por crime de bruxaria representa o deslocamento de uma estrutura mental que foi parte integrante dessa divisão do mundo *durante séculos* [grifo meu]."

Ao cabo da análise dessa longa mutação de um século, cuja cronologia e cujas etapas, mas não o sentido maciço, podem ser discutidas, vemos surgir o que chamamos de modernidade: "[...] não só o progresso científico, a verdade das ciências com que o século XVIII se encantou; não apenas os debates de idéias a que cada grande filósofo dá sua contribuição... como também *tomadas de consciência* [grifo meu] mais amplas, que questionam os modos de pensar e de sentir as *estruturas mentais* [grifo meu] inveteradas, constituídas pelas visões do mundo herdadas de um passado remoto e reconhecidas por certos grupos, ou até mesmo por toda a sociedade global." A "mutação essencial" é a seguinte: "Deus e Satanás deixam de intervir cotidianamente no curso natural das coisas e na vida ordinária dos homens." Analisando-se melhor, isso não é válido para Deus, como comprovam as "Preces secretas dos franceses de hoje", do padre Serge Bonnet¹⁴, mas é verdadeiro para o Espírito Maligno e para o Mal em geral, que começam então sua retirada, uma retirada continuada hoje pela abolição do mal físico, da doença, do sofrimento e, em última instância, da morte.

O exemplo da contracepção

Meu último exemplo será tirado da história *demográfica*. Ele mostra como o historiador começou interpretando dados econômicos e demográficos de maneira diferente da dos economistas ou dos demógrafos, antes de se aventurar em continentes totalmente novos. Ele ilustra a passagem da história propriamente demográfica à história das mentalidades, de que falei acima. O exemplo é a história da contracepção.

Sabe-se que as sociedades tradicionais conheceram até o século XVIII um regime demográfico com altos e baixos, em que se sucediam períodos de forte mortalidade, devidos às epidemias, à fome, e outros de rápida recuperação, devidos à constância de altas taxas de natalidade.

Havia mecanismos reguladores, como a idade tardia do *casamento*, a esterilidade das mulheres durante o aleitamento, etc... Não obstante, o número de gravidezes era elevado e ameaçava a saúde

e a vida das mães, o que era sabido, e podia ser tentador reduzi-lo de outra maneira que não o aborto, a continência ou o infanticídio.

Ora, parece que os esposos nunca tentaram agir seriamente sobre o ato sexual para conter o efeito reprodutor. Sem dúvida, algumas técnicas eram conhecidas: são descritas nos penitenciais, nos manuais de confessores, nos tratados de moral. O fato é que elas não foram utilizadas. E, de repente (ou quase!), no fim do século XVIII e no início do século XIX, pelo menos na França, essas técnicas se difundem a ponto de modificarem o movimento geral da população, a pirâmide etária: sua chegada e sua difusão podem ser claramente lidas nas estatísticas demográficas. Como se passou do antigo ao novo regime? Foram dadas duas respostas.

Uns (sou destes) sustentaram uma mudança das mentalidades. Ainda que vagamente conhecida, a dicotomia do ato sexual exigia uma capacidade de previsão e um controle de si que não eram "pensáveis" na antiga sociedade, mas que assim se tornaram no século XIX. Outros, ao contrário, exploraram as condenações dos autores religiosos para sustentar que as práticas contraceptivas eram mais familiares do que se queria admitir e que essas práticas não se estenderam mais porque a vigilância eficaz dos costumes pela Igreja, o medo das sanções, a ausência de publicidade se opunham à sua difusão. Esta começou quando as barreiras eclesiásticas cederam, quando a mobilidade geográfica e a secularização dos costumes libertaram as consciências e as línguas.

No primeiro caso, são realçadas as mentalidades. No segundo, há uma inclinação para outras causas de mudança, menos específicas, comuns a outros fenômenos políticos, religiosos e socioeconômicos.

Os historiadores que quiseram mostrar a permanência da contracepção — mesmo quando era pouco utilizada — citam autores eclesiásticos. Na realidade, seus textos são ambíguos. Eles denunciam práticas antinaturais, mas estas, que um leitor de "Playboy" ou do "Kama-sutra" reconheceria como posições clássicas da *Ars erotica*, apresentam-se aos historiadores demógrafos como métodos anticoncepcionais. Sem dúvida, o erotismo é bastante estéril, salvo casual exceção, mas devemos admitir que a esterilidade não era o objetivo por ele procurado. Vemos nascer então dessa discussão de origem demográfica, uma história da sexualidade que se encontra hoje em seus estágios iniciais. Sem dúvida, ela não existiria como a vemos hoje J.-L. Flandrin, L. Stone e M. Foucault sem seu ancestral demográfico.

O TERRITÓRIO DO HISTORIADOR

Esses exemplos mostram como a introdução do conceito de "mentalidade" provoca — ou implica — uma extraordinária dilatação do "território do historiador", segundo a expressão de P. Nora e E. Le Roy Ladurie. De fato, desde o fim da década de 1960, esse território estendeu-se a tudo o que é perceptível pelo observador social, sem exceção. Ampliação da história além de suas antigas margens e, ao mesmo tempo, retorno a seu antigo domínio, que se imaginava bem explorado: o historiador relê hoje os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um novo olhar e outro gabarito. Os temas freqüentados pelos primeiros foram os que eram preparados pela história econômica e demográfica: a vida do trabalho, a família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura. As publicações sobre esses temas, inimagináveis há mais de cinquenta anos, constituem hoje um conjunto coerente e uma vasta biblioteca. É o primeiro domínio conquistado pela história das mentalidades.

Outros temas menos freqüentados suscitam pesquisas: as variações somáticas (estatura, pigmentação, cor dos olhos, modo de caminhar, etc.), a alimentação (caráter essencial da cultura), a saúde e as doenças, a peste do dr. Biraben, as doenças das mulheres de E. Shorter, as delinquências (a uma sociedade dada corresponde uma relação particular com a justiça) com Nicole Castan, a sociabilidade tradicional — ou a do século XIX, que talvez seja uma das conquistas mais ricas da nova história — com E. Le Roy Ladurie, Yves Castan, M. Agulhon, etc. O historiador busca as chaves das estratégias comunitárias, dos sistemas de valor, das organizações coletivas, isto é, de todas as condutas que constituem uma cultura rural ou urbana, popular ou elitista. Notemos, de passagem, a atual importância dos dados meridionais numa historiografia que de certo modo privilegiara a França do Norte e do Leste, isto é, a França do *oil** e da escrita. Continuemos nossa enumeração incompleta com a festa, prolongamento e auge da sociabilidade (M. Vovelle, Y.-M. Bercé), pela sobrevivência popular e pela metamorfose em mitos dos acontecimentos da história recente (*camisards*, ex-combatentes), e terminemos provisoriamente pela religião popular, que conquistou um lugar capital na historiografia, tema de inúmeros colóquios e publicações na França (J. Delumeau), na Inglaterra (K. Thomas), na Itália (C. Ginzburg) e nos Estados Unidos (N. Z. Davis).

* Nome dado, por oposição à língua *d'oc*, ao conjunto dos dialetos falados outrora na metade norte da França. (N.T.)

Uma história mais sensível às diferenças regionais do que às diferenças sociais

Na maior parte dos casos, os temas que acabo de enumerar foram estudados num espaço geográfico bem delimitado, isto é, no âmbito de uma história regional. A nova história das mentalidades foi bastante atenta às diferenças regionais, tanto quanto às diferenças sociais. Esse caráter é comum às três gerações dos *Annales* e deve-se à longa influência sobre os historiadores franceses da obra dos grandes geógrafos da primeira metade do século XX, reunidos sob o nome de “escola de Vidal de la Blache”, seu fundador. Este último foi o autor da introdução geográfica da monumental “História da França”, dirigida por E. Lavissee.

Esses geógrafos que hoje teriam cem anos ou mais foram, de fato, precursores da nova história dos *Annales*. Um deles, A. Demangeon, colaborou com L. Febvre num livro sobre o Reno.

As teses de geografia sobre as grandes regiões, como a Flândres, de R. Blanchard, a Picardia, de A. Demangeon, foram os primeiros modelos de uma história regional cultural. Antes, a história regional era uma divisão regional da história nacional política. Ela era constituída pelos acontecimentos que se tinham produzido na região, pelas instituições políticas e religiosas da região, pela vida dos grandes homens nela nascidos. Esses geógrafos utilizaram, ao mesmo tempo, o estudo da paisagem contemporânea e dos documentos dos arquivos antigos, a fim de individuar as “características originais” de uma região, para falar como Marc Bloch, características que proporcionavam a ela sua unidade. O geógrafo, homem do presente, o qual se propõe compreender, era levado, assim, a se voltar para o passado dos historiadores do acontecimento, seus colegas, mas um passado não político que estes haviam desdenhado e que iria se tornar, desde então, o passado favorito dos futuros historiadores. Demangeon publicou um guia dos depósitos de arquivos para uso do geógrafo. Por conseguinte, a geografia humana teve uma grande influência sobre os historiadores dos anos 1930-1940.

Ocorreu em seguida um curioso fenômeno de transferência. A partir de 1940-1950, a história regional passou da geografia humana à história econômica, social, e mais geralmente cultural e antropológica. Acho que a geografia sofreu com essa transferência, que a empobreceu. A história, por sua vez, ganhou muito. A região, ligada à história pela geografia humana, serviu de contexto necessário para uma pesquisa inovadora durante as três gerações dos *Annales*: o Franche-Comté de L. Febvre, as “Características originais” de M. Bloch, o “Mediterrâneo” de F. Braudel, o “Beauvaisis” de

P. Goubert, as grandes teses de história departamental, o “Languedoc” de E. Le Roy Ladurie e de Y. Castan, as grandes monografias regionais sobre as revoltas camponesas do século XVII, etc. Pretende-se agora chegar a uma história total de uma região assimilada a uma cultura ou a uma subcultura. Essa nova abordagem levou, na França, a uma coleção de história das províncias, “O universo da França”, dirigida por P. Wolff¹⁵. Essa coleção quer ser a história das culturas regionais. Ela recolhe a produção já considerável de uma historiografia inovadora.

Compreender as diferenças

Esses poucos exemplos — e poderíamos acrescentar outros — têm em comum a percepção de uma diferença entre duas mentalidades, uma, que se supõe conhecida e que é, de fato, pelo menos ingenuamente conhecida, que serve de “testemunha” e à qual o historiador se refere; a outra, enigmática, discutível, *terra incognita* que o historiador se propõe descobrir. Nesse caso, porém, descobrir é primeiro compreender uma diferença. Sabemos perfeitamente que é rara hoje em dia a compreensão entre os homens de duas culturas contemporâneas em nossos países, onde os choques raciais, por serem abafados, mascarados, nem por isso são menos frequentes. A compreensão também é difícil entre duas culturas distantes no tempo. Ela pode nascer do reconhecimento, na mentalidade estrangeira, de pontos de semelhança com a nossa, a nossa atual, que, por sua vez, é ingenuamente conhecida: as permanências. Também pode nascer da constatação de diferenças irreduzíveis. A diferença torna-se então a condição da particularidade, e da inteligência da particularidade: ela separa essa cultura da nossa e assegura-lhe uma originalidade. Portanto, é primeiro em relação à nossa mentalidade contemporânea que uma cultura se apresenta como diferente para nós.

Claro, em geral, a estratégia se complica, e um passado de referência, um passado-origem, toma em seguida o lugar do nosso presente para determinar as características específicas de outro passado, o passado a conhecer. Temos, então, uma sequência deste gênero: presente, 1º passado-origem, 2º passado a conhecer, havendo em seguida um retorno dialético do 1º e do 2º passado ao presente¹⁶. Nossa mentalidade contemporânea, que podemos chamar de modernidade, acha-se, pois, sempre na origem da curiosidade historiadora e da percepção das diferenças. Sem a consciência da modernidade, não haveria mais diferenças e, então, não haveria mais

história, e até as não-diferenças, isto é, as permanências, não seriam percebidas.

POR QUE UMA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES?

A história das mentalidades é, portanto, muito mais a história das mentalidades de outrora, das mentalidades não atuais. O fascínio que essa história parece exercer hoje em dia, e desde há não muito tempo, talvez se explique por um grave acidente da nossa mentalidade atual. O homem das épocas clássicas, das Luzes, do progresso industrial, isto é, o homem ocidental do século XVIII ao início do XX estava certo da permanência e da superioridade da sua cultura. Ele não aceitava a idéia de que esta nem sempre existira, muito embora períodos de decadência pudessem interromper a sua continuidade. Ela reemergia com os renascimentos. A historiografia positivista do século XIX e do início do século XX admitia desigualdades tecnológicas, econômicas, "atrasos" devidos à falta de conhecimentos, decadências, mas não diferenças em nível da percepção e da sensibilidade.

Essas crenças se debilitaram. O homem de hoje já não está tão convencido nem da superioridade da modernidade (já observamos isso), nem da superioridade da cultura que parece ter preparado a modernidade... desde a época da invenção da escrita. Ele vê culturas diferentes e igualmente interessantes onde o historiador clássico reconhecia uma civilização e barbáries. Portanto, este último sentia-se tentado pelas semelhanças com um modelo universal. Hoje, ao contrário, a pesquisa das diferenças prevalece sobre a das semelhanças. É por isso que a transformação da historiografia de origem medieval e modernista, que descrevemos nas páginas precedentes, marcou passo, durante algum tempo, no limiar da história contemporânea: esta era, de fato, uma reflexão do homem sobre o tempo em que ele vivia, um tempo de demasiada similitude e insuficiente diferença. Ora, a espessura dessa fatia de história diminui: o momento em que o passado aparece como diferente do meu tempo torna-se cada vez mais próximo — formidável desforra da historicidade! Vemos, pois, diante de nós massas inteiras do que ainda ontem acreditávamos ser nossa história de hoje se destacarem e mergulharem no oceano das diferenças, onde vão ter com todas as sociedades tradicionais. Consequentemente, elas dependem agora dos métodos de diferenciação psicológica e etnológica da história das mentalidades — e esta contribui, por sua vez, para apressar sua conversão em passado. Um exemplo desse trabalho de sapa da história contemporânea

neha pelos enfoques da história das mentalidades é proporcionado pela obra de M. Agulhon, que fez do século XIX uma civilização singular, que se tornou, talvez, graças às suas análises, tão estranha à nossa quanto a do Antigo Regime, com suas formas próprias de sociabilidade, como o café, o círculo¹⁷...

De sua parte, R. Girardet ilustra bem esse vaivém da história entre duas épocas próximas e que, no entanto, se separam. Ele mostrou como, no século XIX, o nacionalismo militar francês passara da esquerda à direita, como, outra vez, no século XX, a preocupação com particularidades étnicas passara da direita colonialista e "indigenista" de Lyautey ou de Delavignette à esquerda revolucionária e antiocidental de Fanon¹⁸. A análise dessas transferências de idéias e de sensibilidade permite subtrair do presente fatias do passado e adelgaçar o presente a ponto de torná-lo transparente.

Assim, o passado, o tempo de diferença, se aproxima de nós, tornando-se cada vez mais difícil ignorá-lo, do mesmo modo que não nos é mais possível ignorar a arte negra, a arte índia ou a arte pré-colombiana: ela nos queima os dedos. As diferenças de todas as idades nos assediam, contudo nossa percepção ingênua, imediata, continua sempre sendo de nosso próprio presente, único ponto de ancoragem no tempo. A recente aproximação entre presente e passado não será a verdadeira razão da história das mentalidades?

A adoção do presente como referência constante pôde, apesar do sentido das diferenças e da recusa da desigualdade das culturas, fazer a história inclinar-se para a concepção demasiado simples de uma formidável e longa aculturação que, desde a segunda metade da Idade Média, teria substituído progressivamente, mas sem parar, as culturas tradicionais pela nossa modernidade: chegava-se a privilegiar a modernidade como a história clássica privilegiara a "civilização ocidental".

Há várias maneiras de escapar a essa tentação. Uma consiste em pulverizar os modelos de mentalidade, isto é, em recusar a realidade de modelos coerentes e maciços e substituí-los por uma constelação de microelementos pouco consistentes, mantidos juntos algum tempo pela conjunção de causas numerosas e independentes (políticas, religiosas, econômicas), sem que uma delas prevaleça verdadeiramente, e que se resolvem umas nas outras, numa mudança perpétua. É um pouco a maneira de L. Stone, e parece-me que essa abordagem torna-se mais freqüente.

Outra estratégia consiste em evitar os problemas de origem e de influência, que durante muito tempo fizeram dos historiadores uma espécie de geneticistas ou de sistematistas (em particular, na história das artes). Nesse caso, cede-se à pressão da sincronia, como

disse acima. O historiador isola um bloco de passado, do mesmo modo que um etnólogo escolhe uma sociedade selvagem, e estuda-o, evitando na medida do possível os problemas de origem e de posteridade. É a etno-história, cujo exemplo clássico, ainda bastante sensível à mudança, é o “Montaillou”, de E. Le Roy Ladurie. A relação com a modernidade por vezes parece ausente aí; mas estará de fato ausente ou não estará sempre subentendida pelo historiador, mesmo que inconscientemente?

Um apelo do inconsciente coletivo?

Podemos nos perguntar se as pesquisas mais recentes no domínio da religião popular ou da alfabetização não fazem surgir uma noção capaz de reduzir as dificuldades colocadas pela relação entre presente e passado. Essa noção aparece a propósito das interferências dos dois elementos culturais fundamentais que não cessaram de coexistir em nossas sociedades desde a invenção da escrita. Segundo a forte expressão de F. Furet e de J. Ozouf, nossas culturas são “mestiças”, ao mesmo tempo orais e escritas, e o ritmo da sua história talvez se deva aos movimentos recíprocos do oral e do escrito, às alternâncias que os historiadores chamavam ontem de “decadências” e “renascimentos”, regressões e progressos. A história das mentalidades segue as confluências e as divergências dessas correntes. Ela nos faz descobrir, então, o que subsiste das antigas oralidades reprimidas, de modo oculto, não consciente, seja sob a forma de sobrevivências camufladas, seja sob a forma de vazios, de enormes lacunas, em nossa cultura hodierna, em que triunfam as racionalidades da escrita.

O sucesso da psicanálise durante a primeira metade do século XX se explica sem dúvida pela resposta que ela dava a angústias individuais. O interesse que hoje se tem pela história das mentalidades parece-me um fenômeno do mesmo gênero, em que o inconsciente coletivo, beneficiado pelas culturas orais e reprimido pelas culturas escritas, substituiria o inconsciente individual de Freud ou se superporia a ele.

Mas o que é o inconsciente coletivo? Sem dúvida seria melhor dizer não-consciente coletivo. Coletivo: comum a toda uma sociedade em determinado momento. Não-consciente: mal percebido, ou totalmente despercebido pelos contemporâneos, porque, é óbvio, faz parte dos dados imutáveis da natureza, idéias recebidas ou idéias no ar, lugares-comuns, códigos de conveniência e de moral, conformismos ou proibições, expressões admitidas, impostas ou excluídas

dos sentimentos e dos fantasmas. Os historiadores falam de “estrutura mental”, de “visão do mundo”, para designar os traços coerentes e rigorosos de uma totalidade psíquica que se impõe aos contemporâneos sem que eles saibam. Talvez os homens de hoje sintam a necessidade de trazer para a superfície da consciência os sentimentos de outrora, enterrados numa memória coletiva profunda. Pesquisa subterrânea das sabedorias anônimas: não sabedoria ou verdade atemporal, mas sabedorias empíricas que regem as relações familiares entre as coletividades humanas e cada indivíduo, a natureza, a vida, a morte, Deus e o além.

Philippe Ariès

Notas

1. N. Elias, nascido em Breslau em 1897, fugiu da Alemanha nazista em 1930. Ele morou na França antes de se instalar na Grã-Bretanha, onde ensinou na universidade de Leicester. Ver N. Elias, *La civilisation des mœurs* (Paris, Calmann-Lévy, 1977).
2. Cumprir notar quanto esse movimento foi pouco parisiense e, em primeiro lugar, “lotaríngio” [da Lorena — N.T.]. Sua conversão parisiense foi tardia e logo seguida, aliás, de uma mudança de rumo, após a Segunda Guerra Mundial.
3. J. Le Goff, *Pour un autre Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1978).
4. Sobre as relações entre os *Annales* e a economia, ver R. Forster, “Achievements of the Annals School”, in *The Journal of Economic History* (XXXVIII, nº 1, março de 1978, pp. 58-76).
5. J. Dupaquier, *Introduction à la démographie historique* (Paris, Tournai, Montréal, éd. Gamma).
6. *Population* é a revista do Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), fundada por A. Sauvy, que publicou então grandes artigos históricos destinados a marcarmos época. O artigo de J. Meuvret, “Les crises de subsistances et la démographie de la France d’Ancien Régime”, in *Population* (1946), foi reeditado em “Études d’histoire économique”, in *Annales* 32 (1971).
7. P. Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l’histoire sociale de la France du XVII^e siècle* (Paris, SEVPEN, 1960); edição resumida: *Cent mille provinciaux du XVII^e siècle* (Paris, Flammarion, 1968).
8. Le Minutier Central é, em Paris, nos Arquivos Nacionais (*Hôtel de Rohan*), o depósito dos arquivos dos tabeliães de Paris.
9. L. Stone, in *The Feature of History*, sob a direção de C. F. Delzell (Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1977).
10. Depois de ter mudado várias vezes de título durante a guerra, em 1946 os *Annales* adotam o título de *Annales. Économie — Société — Civilisation* (os *Annales E.S.C.*).
11. G. Duby, *Guerriers et paysans* (Paris, Gallimard, 1973).
12. J. Le Goff, “Temps de l’Église et temps des marchands”, in *Pour un autre Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1978).
13. R. Mandrou, *Magistrats et sorciers en France au XVII^e siècle* (Paris, Plon, 1968).

14. Padre S. Bonnet, *Prières secrètes des Français d'aujourd'hui* (Paris, éd. du Cerf, 1976).

15. "L'univers de la France", coleção dirigida por P. Wolff (Toulouse, Privat).

16. Eis um exemplo de ricochete na longa duração. Leio num artigo de P. Veyne sobre "O amor em Roma" que a sociedade romana recorria com freqüência à adoção, conjuntamente com a filiação natural. O fato me interessa por si mesmo, mas logo me faz pensar na atitude bem diferente das sociedades medievais e modernas que eram obsedadas pelo temor de que viessem a faltar herdeiros, mas onde a adoção não era praticada. Enfim, minha reflexão salta até nossa época contemporânea, em que a adoção proporciona aos pais uma liberdade de escolha e se torna mais freqüente, mas onde ela ainda encontra obstáculos ao mesmo tempo psicológicos e jurídicos.

17. M. Agulhon, *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence* (Paris, Fayard, 1968); *Le cercle dans la France bourgeoise* (Paris, A. Colin, 1977).

18. R. Girardet, *L'idée coloniale en France, 1871-1962* (Paris, La Table Ronde, 1972).

PHILIPPE ARIÈS

1914-1984. Continuou suas pesquisas de história à margem de uma carreira não universitária. Tendo partido da história demográfica (história das populações francesas e de suas atitudes diante da vida — 1948), interessou-se pelos fenômenos intermediários entre o biológico e o mental (família, morte) e por suas conseqüências culturais (a educação, o tempo histórico, a religião popular). Eleito em 1978 diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

JEAN-MARIE PESEZ

História da cultura material

Em 1919, em plena guerra civil portanto, Lênin assina o decreto que institui a Academia de História da Cultura Material da URSS. Nesse acontecimento está inscrito o essencial dos fatos e das conotações que concernem à noção de cultura material: sua emergência tardia, sua evidente colusão com o materialismo histórico e a importância que lhe atribuem os marxistas, seu aparecimento num país socialista, suas relações privilegiadas com a história. Se acrescentarmos que a nova Academia assumia as atribuições da Comissão Arqueológica do regime czarista, designando assim o método arqueológico como a melhor via de acesso à história da cultura material, terminaremos de delinear os contornos da noção e da pesquisa que a reivindica.

A certidão de nascimento que o decreto de Lênin constitui registra uma data relativamente tardia. Não devemos nos surpreender com isso: ela se explica pela necessidade de uma longa maturação epistemológica no âmbito dessa extraordinária renovação do pensamento científico que caracteriza a segunda metade do século XIX. Sem dúvida, nenhuma das novas idéias é estranha a essa emergência e, menos que quaisquer outras, o positivismo e o cientismo que impregnam então as correntes de pensamento inovadoras. No entanto, foi preciso, sobretudo, que se rompessem os marcos demasiado estreitos, os das belas-letas, em que o humanismo encerrara o estudo do homem; foi preciso instaurarem-se as ciências humanas,

a sociologia e logo a etnologia, sem esquecer aquela história natural do homem que Darwin propõe. A obra decisiva de Darwin, "On the Origin of Species", é de 1859; naquela data, Comte já propusera o termo de "sociologia", e "A sociedade arcaica" de Morgan é de 1877.

O desenvolvimento das ciências humanas, no fim do século XIX, não se concebe fora da corrente evolucionista. À mesma corrente também pertence uma nova arqueologia, cujo desenvolvimento está para muitos na tomada de consciência da cultura material; uma arqueologia que leva em conta, em primeiro lugar, os aspectos materiais das civilizações e neles baseia a própria definição das culturas e sua evolução: a arqueologia pré-histórica. O "homem antediluviano" de Boucher de Perthes é de 1860.

Foi preciso, enfim, para que a cultura material se desprendesse da noção de cultura ou de civilização, delinear-se um modelo de evolução das sociedades humanas que recorresse às infra-estruturas, ser proposta uma teoria da história apoiada numa análise materialista que introduzisse em seus esquemas fatos concretos e mensuráveis: o materialismo histórico. O primeiro volume do "Capital" é de 1867.

"O capital" não emprega o termo "cultura material". Todavia, encontra-se sem dificuldade na obra de Marx um convite à construção de uma história das condições materiais da evolução das sociedades. Marx deseja uma história crítica da tecnologia, porque ele não dissocia o estudo dos meios de trabalho do homem no processo de produção do estudo da própria produção. E as relações que o homem mantém com a natureza pertencem à análise marxista, do mesmo modo que as relações do homem com o homem. Assim, em suas pesquisas para verificar a análise marxista aplicando-a às diversas situações do passado, os historiadores marxistas deviam necessariamente encontrar a cultura material, colocando-a em evidência. O fato de ela ter em parte escapado dos marxistas, ou pelo menos ter exorbitado amplamente da historiografia marxista, em nada diminui a dívida contraída com o materialismo histórico.

Resta também dessa herança o fato de que a cultura material ainda é essencialmente ligada à história. Embora a nova noção deva algo a todas as ciências humanas, foi no âmbito da história — e, neste, não será separada da arqueologia — que ela encontrou seu terreno predileto. Tudo acontece como se só nele ela fosse uma ferramenta conceitual útil e eficiente. É lícito espantar-se com isso, pois ela não deveria parecer menos útil em etnologia. Aliás, seria excessivo afirmar que a etnologia a ignora. Seu domínio é amplamente abordado pela antropologia cultural anglo-saxã e o próprio

termo faz sua aparição em etnologia, por exemplo, no Centro de Etnologia Francesa.

Tampouco podemos ignorar as pesquisas tecnológicas de André Leroi-Gourhan, cuja obra se revela capital na construção de uma história da cultura material. Contudo, é sem dúvida significativo que André Leroi-Gourhan seja um etnólogo-pré-historiador. E o fato é que a etnologia, sobretudo na França, a partir de Marcel Mauss e, mais ainda, sob a influência do estruturalismo, enveredou pelo estudo dos fenômenos superestruturais e privilegiou os simbolismos e as representações mentais, a magia, o donativo, os mitos e o parentesco. A cultura material se acha relegada ao nível dos trabalhos preparatórios, puramente analíticos e descritivos da etnografia. Às vezes, aliás, salvo exceções, ela não entra muito mais nas sínteses do historiador; mas este não está habituado (ainda não está?) a separar a elaboração de suas teses da análise dos materiais que a ela concorrem, nem a dissociar os esquemas explicativos das realidades vividas, em que se exprime a cultura material.

A cultura material está ligada à história e à arqueologia

Entretanto, mais ainda que dos historiadores, o novo domínio é um campo dos arqueólogos. Atestam isso os Institutos de História da Cultura Material da URSS e da Polônia, em que, sem estarem sós, os arqueólogos são mais numerosos e impulsionam a pesquisa. A princípio, o vínculo de filiação era evidente, como vimos com o decreto de Lênin. No Ocidente, embora os historiadores contribuam para a construção da nova disciplina praticando-a, o debate a que ela dá lugar é dominado pelos arqueólogos, como é o caso na Itália com Andrea Carandini, Diego Moreno e Massimo Quaini¹. E o primeiro editorial da revista *Archeologia medievale* fazia da cultura material o tema principal, destinado a reunir os trabalhos dos arqueólogos medievalistas. Na França, embora ainda não haja cátedras universitárias atribuídas à história da cultura material, as primeiras direções de estudos que reivindicaram esse título na *École Pratique des Hautes Études* foram as dos arqueólogos. Sua atividade no novo campo de pesquisas se explica sem dificuldade pelas suas fontes: são fontes materiais aquelas através das quais os arqueólogos abordam as sociedades do passado, de maneira que, nas reconstituições que propõem, os aspectos materiais das civilizações prevalecem naturalmente. Todavia, deve-se recordar que, durante muito tempo, a arqueologia buscou essencialmente, nos vestígios concretos, as manifestações das representações mentais sob to-

dos os seus aspectos religiosos e artísticos. Portanto, a arqueologia não chegou de uma só vez à cultura material: foi-lhe necessário o exemplo da pré-história e o impacto da renovação das ciências humanas.

O QUE É A CULTURA MATERIAL?

Se se tratar de definir a cultura material, nos voltaremos, pois, para aqueles que mais utilizam a noção e a expressão: os historiadores e os arqueólogos. Perceberemos, então, que eles não a definem², ou pelo menos não dão uma definição nominal, que dê conta brevemente e de maneira adequada da significação da expressão. Eles se limitam a empregar a noção como se os termos pelos quais é designada bastassem para defini-la, sem outra explicitação. Naturalmente, os debates que se efetuaram na Polónia ou na Itália em torno da cultura material decorrem de um esforço de definição, mas vê-se que, no fim, eles levam sobretudo a circunscrever o campo da pesquisa e a precisar o projeto proposto ao estudo da vida material.

No entanto, não é seguro que a idéia de cultura material seja óbvia. Os arqueólogos acusaram-na de realizar um corte arbitrário no todo de uma civilização. Mas esta é uma má acusação: ninguém pensa em negar o contínuo sociocultural. Trata-se simplesmente de aperfeiçoar uma ferramenta intelectual; é um procedimento constante do espírito delimitar campos separados para melhor apreender o real. A noção de cultura material não tem valor em si; só o tem se se revelar útil.

Cultura ou civilização material?

Sem querer propor uma definição que se pretenderia decisiva e universal, podemos observar o que supõe a materialidade associada à cultura. A cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura. No entanto, não é todo o conteúdo da resposta que se acha envolvido pela cultura material. A materialidade supõe que, no momento em que a cultura se exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão. Isso designa não apenas o domínio das representações mentais, do direito, do pensamento religioso e filosófico, da língua e das artes, mas também as estruturas socioeconômicas,

as relações sociais e as relações de produção, em suma a relação entre os homens. A cultura material faz parte das infra-estruturas, mas não as recobre; ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo aliás o próprio homem, em seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura.

Talvez seja necessário ainda evocar uma questão que não deixará de ser colocada: *cultura* ou *civilização* material? Parece ser possível discutir indefinidamente sobre as nuances que separam os dois termos, acerca dos quais não se tem certeza de que se refiram sempre a conceitos diferentes. Pode-se estimar que *civilização* é mais globalizante, que a palavra faz referência a um sistema de valores que opõe os civilizados aos bárbaros e aos primitivos, e que, por esses motivos, pode-se preferir *cultura*, que se coloca com mais facilidade no plural e que não implica hierarquia. Pode-se também sustentar que, em francês, na linguagem corrente, “cultura” e “material” são algo antitéticos. Contudo, cumpre admitir principalmente que o alemão e o esloveno dizem *cultura* onde o francês diria *civilização* e que a expressão em causa nos vem do Leste: cultura material parece consagrada pelo uso e a origem da noção. Enfim, antropólogos e pré-historiadores empregam de melhor grado cultura quando se trata de designar o conjunto dos objetos que caracterizam uma sociedade. Afinal, é bem possível que tudo isso seja um falso problema, na medida em que, como parece ser o caso, se dá o mesmo sentido a ambas as expressões e o mesmo conteúdo a civilização material e a cultura material³.

CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA

Seria injusto e falso escrever que a história pretendeu, por muito tempo, ignorar a cultura material. Desde o século XIX, não vestimos mais (ou nem sempre) os heróis de Corneille, nem os de Shakespeare, à maneira de nossos contemporâneos. Portanto, alguma coisa aconteceu, uma tomada de consciência de que, evidentemente, a história é responsável. E é de novo uma tomada de consciência, mais aguda, da cultura material que nos leva a deplorar o abuso da túnica antiga nos filmes hollywoodianos: temos a sensação de que não basta um pedaço de véu para fazer de uma estrela americana uma contemporânea de César.

Um capítulo desprezado da história

Porém, embora a história não tenha ignorado a cultura material, durante muito tempo só teve por ela um interesse limitado.

Lembre-mo-nos do ensino que recebemos na escola ou no liceu. Nos cursos e em nossos livros, as eras pré-históricas definiam-se excepcionalmente por seus instrumentos de pedra, depois de bronze e de ferro. Depois delas, vinham os impérios e os reinos, que forneciam os títulos dos capítulos. Entretanto, encontrávamos em nossos manuais algumas páginas consagradas à vida cotidiana, em que era dado algum destaque à cultura material. A essas páginas devemos o fato de termos alguma noção das técnicas agrícolas dos egípcios, do barco de guerra de Salamina ou da toga do cidadão romano. Contudo, essas páginas eram mais numerosas nos manuais consagrados à Antiguidade, o que, sem dúvida, não é casual. No caso da Antiguidade, o historiador trata de tempos tão remotos, que os aborda um pouco do modo como o etnógrafo aborda os povos exóticos — tanto pelo vestuário, pela alimentação, pelas técnicas, como pelas crenças e pelos costumes. Ocorre também que, em grande parte, essas civilizações antigas só nos são acessíveis através da arqueologia; e a arqueologia, por sua própria natureza, informa mais sobre os aspectos materiais da vida do que sobre os acontecimentos ou as mentalidades.

Fora dos capítulos consagrados aos tempos mais remotos, nossos livros de história se limitavam a saudar, meio de passagem, o moinho de água e a coalheira para os cavalos de tiro, o leme de cadaste e a invenção de Gutenberg, os esmaltes de Palissy, o café de Madame de Sévigné, o tabaco de Nicot e o tubérculo de Parmentier, até a máquina a vapor que puxava todo um trem de progressos técnicos. Em suma, o fatual da história material dos homens, um fatual em parte lendário. Bernard Palissy, pelo que parece, dominava as técnicas de sua publicidade pessoal muito melhor do que as da cerâmica esmaltada. Sabe-se que Parmentier não introduziu a batata na França: ele apenas procurou tirar da batata uma farinha panificável, sem sucesso, aliás.

Um estudo abandonado aos eruditos de província

Com um tempo de atraso, como sempre, a história ensinada refletia a que se construía nas universidades e nos meios eruditos: a história de Lavis, de Seignobos, das coleções Glotz ou Halphen e Sagnac, a história que erguia o edifício fatual. A cultura material era relegada, então, à prateleira das curiosidades do bazar histórico: era abandonada aos eruditos de província e aos amadores sem ambição. Não obstante, ela caminhava nesses andares de baixo da ciência. O arqueólogo medievalista sabe que tem pouco a esperar

dos manuais e das teses redigidas na primeira metade deste século, inclusive das que são consagradas à arqueologia medieval — pensamos, aqui, em Camille Enlart. Ele sabe que, nas revistas das sociedades científicas, ele pode, em compensação, encontrar estudos nada desprezíveis — os únicos que foram consagrados à cerâmica medieval figuram nesse tipo de publicação.

Entretanto, não devemos esquecer alguns estudiosos de outra envergadura. Quase todos pertencem às gerações anteriores à grande esterilização da história pelos universitários e são, em geral, pesquisadores que permaneceram bem próximos das fontes, com frequência alunos ou até mesmo professores da École des Chartes: Jules Quicherat, historiador do vestuário (1875), Léopold Delisle, historiador da agricultura (1851), Victor Gay, autor de um precioso glossário arqueológico da Idade Média, e ainda Douët d'Arcq, Jules Finot e os Prost. Mas, sem dúvida, seria preciso pôr em primeiro plano Michelet, demasiado preocupado com a condição humana para esquecer a vida material, e Viollet-le-Duc, cujo "Dicionário do móvel francês" foi tratado com demasiado desdém.

A escola dos Annales

Entre as duas guerras, fora da escola dos *Annales* praticamente só podemos assinalar alguns raros pesquisadores originais, como os comandantes Quenedey e Lefebvre des Noettes⁴. Mas tudo começou a mudar com a escola dos *Annales*: ela abriu amplamente o domínio do historiador, em particular introduzindo nele a cultura material. Com Marc Bloch, temos a descoberta da paisagem rural e, portanto, das massas camponesas que a modelaram, temos a atenção dispensada às técnicas medievais, ao moinho de água, ao estribo, ao arado⁵. Lucien Febvre, embora tenha sido, antes de mais nada, um historiador das mentalidades, também prestou muita atenção aos progressos de todas as ciências humanas, e seu interesse pela etnologia e a geografia fez que levasse em conta a cultura material. Com "A terra e a evolução humana", ele se revela o iniciador de uma história ligada ao solo, ao meio, ao meio ambiente dos homens, história que foi magnificamente realizada pela tese de Fernand Braudel, "O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II"⁶.

Fernand Braudel, à frente da VI seção da École Pratique des Hautes Études, lançou ou suscitou as enquetes entrevistas por Marc Bloch ou Lucien Febvre (vida material e comportamentos biológicos; história da alimentação; arqueologia da aldeia desertada). An-

tes de mais nada, ele é o autor da primeira grande síntese sobre a história da cultura material, "Civilização material e capitalismo"⁷. Portanto, é a essa obra que perguntaremos o que é a cultura material e o que pode ser a sua história.

As massas silenciosas são colocadas em primeiro plano

O arqueólogo italiano Andrea Carandini censurou Fernand Braudel por não definir a noção que é o objeto do seu livro, ou defini-la apenas por metáforas ou imagens literárias. É verdade, se bem que mais de uma fórmula devida à pluma do historiador francês valha uma definição, de tão certa, com uma felicidade de expressão sem igual. Mas devemos nos deter de imediato no título, que associa cultura material a capitalismo. É necessário compreender que, para o autor, o estudo da cultura material é, pelo menos no período considerado (séculos XV a XVIII), indissociável do estudo do capitalismo. Poderia ser possível até que lhe fosse subordinado. "A grande obra de Fernand Braudel", escreveu Jacques Le Goff, "não deixou o novo domínio invadir o campo da história sem subordiná-lo a um fenômeno propriamente histórico, o capitalismo."⁸ De fato, para Fernand Braudel, a vida material é como que o andar térreo de uma construção cujo andar de cima é constituído pelo econômico. Tem-se aí como que uma minoração da história da cultura material sobre a qual o historiador pode se interrogar. No entanto, é preciso admitir que a vida material só fez um ingresso ainda bastante tímido na história, no momento em que a histórica econômica prepondera, após ter empurrado a narrativa fática a fim de tomar seu lugar, o primeiro. A história da cultura material continua procurando se encontrar; ela ainda não soube forjar seus conceitos, nem desenvolver todas as suas implicações.

Assim, Fernand Braudel afirma, através de seu livro, a dignidade do estudo da vida material, proclama majoritária a história das massas e inverte os esquemas habituais, colocando "*prioritariamente* essas próprias massas em primeiro plano", abrindo primeiramente suas páginas "aos gestos repetidos, às histórias silenciosas e como que esquecidas dos homens, a realidades de longa duração, cujo peso foi imenso e o barulho apenas perceptível".

Dessas premissas reteremos que a história da cultura material é a da maioria e que vida material e vida econômica são, ao mesmo tempo, intimamente ligadas e nitidamente distintas. Para Fernand Braudel, a vida majoritária é constituída pelos objetos, as ferramentas, os gestos do homem comum; só essa vida lhes diz respeito na

cotidianidade; ela absorve seus pensamentos e seus atos. Por outro lado, ela estabelece as condições da vida econômica, "o possível e o impossível".

Os temas: pão, moradia, vestuário...

O número ainda abre o livro de Fernand Braudel: o número dos homens. "A vida material são os homens e as coisas, as coisas e os homens." Portanto, também os homens, o que implica pertencer a demografia histórica à história da cultura material. Contudo, depois da guerra, a demografia histórica desenvolveu-se tão amplamente que constituiu uma ciência autônoma. Contudo, é verdade que teríamos dificuldade para dissociar os dois domínios: o corpo, com as "técnicas do corpo", com as doenças e as práticas médicas, não pode escapar da cultura material. Pelo menos, há intercâmbios constantes com a demografia histórica: a história da cultura material utiliza os dados desta e também lhe fornece dados.

Com o "pão de cada dia", temos uma verdadeira conquista da história da cultura material. Sem dúvida, faz muito que os períodos de penúria alimentar retêm a atenção do historiador; pouco menos tempo do que o preço e o comércio alimentam os estudos dos economistas. Todavia, o pão de cada dia é, para Fernand Braudel, algo bem diferente: os regimes calóricos, a mesa e seu bem-viver, os cardápios, o supérfluo e o ordinário. E não se trata apenas do pão e do vinho, mas da importância da carne e do peixe, das fortunas do chá e do café, do domínio do vinho e do domínio da cerveja, das conquistas do álcool e do tabaco. E Fernand Braudel desejou, muito mais do que uma história do pão e do vinho, uma história "das associações alimentares da maneira como os geógrafos falam de associações vegetais".

Muito mais do que a história das técnicas

Em "Civilização material e capitalismo", a habitação e o vestuário ocupam um lugar duas vezes menor que o da alimentação. Foi nesse ponto que as pesquisas progrediram mais lentamente, em função de uma documentação freqüentemente anedótica, freqüentemente consagrada ao excepcional. Sem as contribuições recentes e ainda limitadas da arqueologia, nada se saberia da moradia do camponês medieval, que o miniaturista tinha manifesta repugnância em representar; ou viveríamos de idéias preconcebidas que queriam de-

la fazer um casebre, na melhor das hipóteses uma “choupana”, na pior um “barraco” isolado e miserável! Importância, pois, da pesquisa arqueológica para a história da cultura material. Contudo, moradia e vestuário são colocados pelo autor sob o signo do supérfluo e do ordinário. Aqui, o que ele retém é a diferença entre a casa do camponês e a residência burguesa, entre civilizações ricas e civilizações pobres. À dimensão histórica, cronológica, da cultura material soma-se pois uma dimensão social e uma dimensão espacial.

Enfim — e mais tardiamente do que se esperaria —, vem a difusão das técnicas. Difusão, e não invenção: aqui, também, o que conta é a quantidade e a duração, não a exceção, não o acontecimento. Mas, quem sabe, poderíamos pensar que a história da cultura material se confundia com a história das técnicas. Embora Fernand Braudel diga que “tudo é técnica”, ele também escreve: “a técnica nunca está só.” A vida material é um complexo que não se reduz à técnica, a não ser que se amplie desmedidamente o conceito desta.

Uma ausente em “Civilização material e capitalismo”: a terra. A terra, que é o grande recurso dos homens, eles próprios postos à parte, e que seu trabalho modifica sem cessar. No entanto, pode-se ter certeza de que Fernand Braudel não a esqueceu involuntariamente: a terra e o mar estão no centro da sua tese, “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”. Os países mediterrânicos talvez proporcionem o exemplo mais notável da marca que o homem pode imprimir na paisagem. Os gregos e os romanos não reconheceriam mais aquela orla de escarpas nuas de onde a floresta desapareceu, nem esses pomares e jardins onde crescem plantas desconhecidas da Antiguidade e que, no entanto, nos parecem tão mediterrânicos: os citros, os tomates, os pessegueiros, a figueira-da-barbaria...

Talvez Fernand Braudel não tenha dado da cultura material uma definição irrepreensível. Fez melhor que isso: ele a fez brotar das hesitações da história e, em face da esterilidade das teorias, plantou-a, rude e complexa, viva.

CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

Foi na Europa socialista que a noção de cultura material se aclimatou há mais tempo; e foi desses países que a recebemos em boa parte. Contudo, neles a história da cultura material não foi aceita sem levantar problemas teóricos. Na Polônia, a criação do Instituto de História da Cultura Material propiciou um importante deba-

te, cujo teor ou os ecos encontramos a partir de 1953 nos *Kwartalnik Historii Kultury Materialnej*. Não é muito difícil apreender a dificuldade com que se chocou a escola histórica marxista: ela consiste em situar a cultura material em relação ao fato socioeconômico.

A história global, aquela a que tende a escola dos *Annales*, não teria nenhuma razão de se colocar o mesmo problema. Os marxistas a designam, não sem desdém, como história empírica e, se bem lhe concedam o mérito de ter aperfeiçoado instrumentos metodológicos superiores, recusam-lhe qualquer conteúdo teórico. Tratando-se da cultura material, eles reconhecem que a escola dos *Annales* tirou-a do nada em que a mantivera a história política, mas sentem-se tentados a acusá-la de superestimá-la. O objeto do debate é, pois, que a história não supervalorize a cultura material depois de tê-la subestimado. Não obstante, note-se que a história global só lhe atribui, por enquanto, uma posição não marginal, mas subordinada, e subordinada à história econômica: foi o que se leu através do livro de Fernand Braudel. Quais podem ser as razões de tal opção no âmbito de uma concepção da história que se diz empírica? Talvez o fato de que a história da cultura material ainda esteja no estágio da coleta de materiais, sem se prestar facilmente à teorização. Por enquanto, a história econômica e social parece ser a única em condições de estruturar o passado. Todavia, a preeminência concedida ao fato socioeconômico só se justifica, ainda que seja implícita, por referência a um pensamento para o qual a matéria é organizada de acordo com uma teoria: o materialismo histórico.

E se os marxistas hesitam quanto à importância a atribuir à cultura material, fazem-no precisamente em função do materialismo histórico. Neles o debate exprime ao mesmo tempo atração e desconfiança em relação ao novo domínio da pesquisa. Ambas se explicam. A cultura material situa-se manifestamente nas infra-estruturas: as inércias materiais não podem ser indiferentes ao materialismo histórico, que busca nas infra-estruturas os motores da evolução histórica. Contudo, atribuir à história da cultura material um estatuto independente comporta um risco, o de emprestar aos fatos que estuda um peso igual ao do fenômeno social; ou, o que seria ainda mais grave, admitir que possa haver fatos históricos que não sejam sociais e explicar os fenômenos sociais por fenômenos extra-sociais.

As condições materiais não são causas

Entretanto, os historiadores marxistas acreditaram que era possível estudar a cultura material sem, com isso, introduzir uma me-

dição entre o fato social e o fato histórico, sem com isso produzir uma explicação baseada, por exemplo, no desenvolvimento da matéria e da energia. Isso consiste em levar em conta as condições materiais em que se desenvolvem as relações sociais e nelas ver os meios da produção sem lhes atribuir um valor de causalidade. Digamos, como Fernand Braudel, que se trata de pesar o *possível* e o *impossível*; não é designar o *por que*, nem o *como*.

Para Aleksander Gieysztor, o novo domínio é constituído pelos “meios de produção, ao mesmo tempo que pelos meios de trabalho, os objetos manufaturados, as forças produtivas e os produtos materiais utilizados pelos homens”. Em suma, como se vê, tudo o que relaciona com a produção, salvo a produção. Aleksander Gieysztor também toma emprestado de Henri Dunajewski uma análise que tem a vantagem de reduzir a quatro os elementos da cultura material:

1. os meios de trabalho (o homem, as ferramentas);
2. o objeto do trabalho (as riquezas materiais, as matérias-primas);
3. a experiência do homem no processo de produção (as técnicas);
4. a utilização dos produtos materiais (o consumo).

A análise de Jerzy Kulczyński tem o mérito de ser ainda mais simples e rigorosa, pondo em relevo três componentes que são a natureza, o homem e os produtos, mas, é claro, em sua relação com a produção. Para Kulczyński, o objeto da história da cultura material são:

1. os meios de produção tirados da *natureza*, bem como as condições *naturais* de vida e as modificações infligidas pelo homem ao meio *natural*;
2. as forças de produção, isto é, os instrumentos de trabalho, os meios *humanos* da produção e o próprio *homem* com sua experiência e a organização técnica do *homem* no trabalho;
3. os *produtos* materiais obtidos desses meios e por essas forças, ou seja, os instrumentos de produção e os produtos destinados ao consumo.

Tais análises situam com clareza a posição que a cultura material deve ocupar na construção histórica. Elas sublinham o interesse que seu estudo apresenta para o historiador marxista. Seria de esperar ver, depois disso, a cultura material intervir em todo esquema do processo histórico inspirado no marxismo. Constatase que tal não acontece. Salvo sob o aspecto de algumas técnicas — abordadas, aliás, do ponto de vista econômico — e sob seu aspecto demográfico, ela não desempenha praticamente nenhum papel na

“Teoria econômica do sistema feudal”⁹ de Witold Kula (que, contudo, tanto fez pelo desenvolvimento da história da cultura material), nem tampouco no modelo do modo de produção feudal proposto por “A crise do feudalismo”, de Guy Bois¹⁰. Decerto não se negará aos historiadores marxistas o fato de terem desbravado extensamente o novo campo de pesquisas, mas tudo acontece como se este permanecesse um pouco externo a seu projeto. Fica entendido de antemão que é nas relações sociais que se deve buscar a significação dos fatos materiais. Fica estabelecido desde o início que o fato socioeconômico explica os traços da cultura material, e não o inverso. A partir daí esse domínio carece de atrativos para quem só vê na história a elaboração de uma teoria da evolução das sociedades.

CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA DAS TÉCNICAS

As técnicas de ação do homem sobre a matéria, indissociáveis do trabalho, pertencem aparentemente ao domínio da cultura material. Contudo, parece ser possível discernir a esse respeito duas atitudes radicalmente opostas, uma das quais consiste em excluir a história das técnicas e a outra em reduzir a história da cultura material à das técnicas. De fato, nenhuma dessas duas propostas é claramente formulada por ninguém, porém são mais ou menos implícitas em certos posicionamentos.

Primeira atitude: rejeita-se a história das técnicas

A primeira, a da rejeição, é bastante bem representada pela desconfiança de certos historiadores marxistas em relação à tecnologia. Nada muito surpreendente nessa desconfiança, que se assemelha às críticas dirigidas a uma história da cultura material que aspirasse à autonomia. Não controlada, a tecnologia pode vir constantemente a derrapar e a atribuir às técnicas um papel determinante, causal, no processo histórico.

As sociedades feudais se fazem acompanhar de certa tecnologia, a das armas e, mais ainda, a da cavalaria pesada, apoiada no desenvolvimento do cultivo da aveia e na adoção da ferradura e do estribo. O cavalo garante à aristocracia militar uma superioridade decisiva, ao mesmo tempo que implica uma educação adequada e que desenvolve atitudes psicológicas particulares. Sobre tudo, para sua manutenção e a do cavaleiro dedicado ao exercício, ao esporte equestre, à caça e ao torneio, ele supõe a posse de grandes bens,

que forneçam vastos excedentes. Com que então o cavalo faz o cavaleiro? Talvez, mas fará o feudal? Admitir a coisa assim, dessa forma caricatural, equivaleria sem dúvida a omitir várias outras condições, especialmente econômicas, inerentes ao feudalismo. Todavia, a tentação existe, e o passo que separa a técnica do social foi dado por certos historiadores, especializados na tecnologia do passado.

Porém, sem tomar partido, é bastante fácil aplacar as inquietações. Mais uma vez, a história da cultura material estuda condições, no sentido de “contexto material”; ela não designa necessariamente as causas. Sequer é certo que ela seja “possibilista”. Que uma revolução econômica só seja possível quando as técnicas necessárias estão aperfeiçoadas e prontas para serem aplicadas é devesas evidente. Mas o desenvolvimento técnico não obedece apenas a leis internas, que ligariam o progresso ao progresso; ele responde sobretudo a solicitações que lhe são externas, que provêm da economia, cujas necessidades manifestam.

Talvez exista outro motivo para a reação de rejeição que a história das técnicas às vezes provoca. Podemos nos perguntar se não há nisso como que uma confissão de impotência, se a técnica não assusta o historiador devido à alta especialização que requer. Para um intelectual, não é fácil penetrar o mundo dos artesãos e dos mecânicos, mesmo quando se trata da era pré-industrial. Os arqueólogos conhecem bem essa dificuldade, que encontram inclusive quando se dedicam a um ofício tão simples (em aparência) quanto o de oleiro: a unanimidade está longe de reinar sobre as técnicas que puderam produzir esta ou aquela característica de um vaso, especialmente sua cor ou o aspecto da massa. Também se escreveram muitas bobagens sobre os pincéis, as cores e os procedimentos dos artistas magdalenianos, que criaram as obras-primas da pintura rupestre*. Como então o historiador poderia abraçar domínios tão variados quanto os da construção, do têxtil, da agricultura, da navegação, da forja, da ourivesaria...? A pergunta merece ser feita. Seria demasiado fácil e desinteressante zombar da nossa capacidade. É indubitável que o trabalho mais encarniçado não nos levaria a vencer o obstáculo. A façanha de André Leroi-Gourhan, em “Evolução e técnicas”¹¹, parece difícil de ser renovada. Ainda assim — e precisá-lo em nada diminui seu mérito —, o grande pré-historiador limitou-se às técnicas relativamente elementares das civilizações di-

* O *magdaleniano* (de *Madeleine*, nome de um importante abrigo pré-histórico em Tursac, na Dordonha) é o último período do paleolítico, a que pertencem entre outros os célebres afrescos de Altamira. (N.T.)

tas tradicionais. E a história não se detém no limiar da revolução industrial.

Mas a resposta é bastante clara: o que supera as capacidades de um só se torna possível fazer a muitos. É um problema de especialização e trabalho em equipe. Contudo, por causa das suas dificuldades, a história das técnicas não deve ser abandonada aos técnicos, como a história da filosofia o foi aos filósofos e a história das ciências aos cientistas. Se viesse a ser, a história não se reconheceria mais num discurso em que ela se reduziria a uma seca cronologia.

Segunda atitude: a cultura material se reduz à história das técnicas

A outra atitude consistiria em proclamar, como Fernand Braudel — mas com as nuances e os remorsos que se sabe —, que “tudo é técnica”. O que não é sustentável, a menos que se amplie desmedidamente a noção de técnica. As técnicas não são mais que um aspecto do elemento humano na cultura material: a experiência do homem no trabalho. São um componente; não é toda a cultura material. E talvez seja pena, porque isso nos priva de um meio cômodo para definir as culturas materiais, caracterizando-as por seu nível técnico. A obra de André Leroi-Gourhan seria, então, um guia precioso e o padrão necessário para nossas medidas. Tanto por seu título “Evolução e técnicas (O homem e a matéria; meio e técnicas)”, como por seu conteúdo, em que todo o campo da cultura material se acha incluído, até o consumo, ela evoca vigorosamente a atitude que consiste em assimilar o novo domínio ao das técnicas, ainda que tal não seja explicitamente o propósito do autor. Sem dúvida, é normal que um antropólogo familiarizado com o desenvolvimento dos instrumentos, no decorrer dos tempos pré-históricos, seja fortemente sensível ao progresso técnico e nele veja o signo (quem sabe o motor?) da evolução cultural. É necessário admitir que é precisamente nesse domínio, o das técnicas, que a noção de progresso é mais aceitável. O pré-historiador também sabe que, desde o *homo sapiens*, o homem biológico não evoluiu de maneira sensível ou que sua evolução é tão lenta que escapa à observação. A capacidade craniana é, hoje em dia, a mesma do homem de Cro-Magnon. A própria longevidade (mas não a expectativa de vida) não é maior em nossos dias do que era na idade da pedra. Só o instrumental do homem progrediu e, necessariamente, seu desenvolvimento acarretou o de toda a cultura material. Por conseguinte, a noção de nível técnico nos in-

teressa: embora ela não baste para caracterizar um conjunto mais vasto que exorbita em muito das técnicas, pelo menos ela deve intervir na definição das culturas materiais.

André Leroi-Gourhan soube destacar as relações que se estabelecem entre as técnicas: “Quase não se notou que quem possui o fuso também tem o movimento circular alternativo, e quem possui a roda de fiar tem o moinho e o torno do oleiro.” Com esse tipo de associações estamos no caminho das estruturas que a história da cultura material deveria individuar para introduzir uma coerência nos fatos que estuda. E essas relações fundam as definições dos níveis técnicos além dos quais André Leroi-Gourhan percebe estágios da evolução, estágios caracterizados pelo domínio de certo número de técnicas reveladoras: o primeiro estágio (o mais recente) é ligado à indústria; o segundo, à associação das três técnicas principais (agricultura, pecuária, metalurgia); o terceiro, à posse de apenas uma dessas técnicas, etc. Sem dúvida, podemos questionar os critérios utilizados, mas não se pode ignorar o enorme trabalho de pioneirismo que a obra de André Leroi-Gourhan representa. Merece algo melhor do que o silêncio que os historiadores fizeram em torno dela. Sem dúvida, eles não estavam preparados para recebê-la. O tempo não estava maduro para uma história da cultura material.

A CULTURA MATERIAL NOS LIVROS DE HISTÓRIA

Uma síntese, embora limitada a alguns séculos, como a que o belo livro de Fernand Braudel propõe, baseia-se necessariamente em numerosos trabalhos de detalhe. Ela supõe um desenvolvimento suficiente da pesquisa e seu rápido avanço, pois se trata de um domínio relativamente novo.

Uma bibliografia dispersa: pesquisas frutuossas

A bibliografia da história da cultura material já conta alguns livros que abordam, cada um deles, um seu setor particular: “História do clima desde o ano mil”, “Os homens e a peste”, “Atlas das plantas alimentícias”, “O comedor no século XIX”, “A casa na história”, “O vestuário, imagem do homem”, sem falar das obras consagradas à história das técnicas, são alguns dos títulos mais sugestivos e mais recentes¹². Entretanto, também devemos levar em conta as obras de objetivo mais geral, que tratam da vida material em um ou vários de seus capítulos. É o caso das histórias da civili-

zação: “A civilização do Ocidente medieval”, de Jacques Le Goff, proporciona um vastíssimo e fortemente estruturado panorama da cultura material da Idade Média “clássica” (séculos XI-XIII)¹³. A história rural que, a partir de Marc Bloch, multiplicou suas empresas, tampouco deixa de abordar a cultura material por intermédio das terras agricultadas, das plantas cultivadas, do instrumental e das técnicas agrícolas, mas pode-se estimar que ela ainda se consagra essencialmente a evidenciar as relações sociais¹⁴. Em compensação, é preciso dar uma ênfase particular às obras publicadas com o nome de “A vida cotidiana”, título de uma coleção já antiga, mas que continua a dar provas de grande vitalidade. A noção de vida cotidiana é das mais vagas, o bastante, em todo caso, para autorizar os autores a injetarem em seu plano uma grande parte do saber histórico, sendo, afinal, o acontecimento o único ausente. Ao mesmo tempo, essas obras desfrutam amplamente da evolução de uma pesquisa que deixou de privilegiar o acontecimento e que se abriu à cultura material. Com o tempo, o produto também melhorou singularmente: ele repudiou a anedota e não se nutre mais apenas nas fontes literárias. Pode-se medir o caminho percorrido comparando-se o recente livro de Philippe Contamine¹⁵ com “A vida cotidiana na época de Joana d’Arc”.

Os conhecimentos adquiridos já são numerosos

Sustentada pela corrente ecologista, uma acolhida calorosa é reservada hoje a obras apaixonantes e truculentas, publicadas às vezes na mesma coleção e que reproduzem com felicidade a vida camponesa inclusive em seus aspectos materiais¹⁶. Trata-se ainda de história, ou não é, ao invés disso, etnografia (até mesmo “auto-etnografia”)? Pouco importa, pois, para tratar da vida material, o historiador deve fazer-se etnógrafo; e o “Montaillou” de Emmanuel Le Roy Ladurie aí está para firmar a coerência e a validade de uma etnografia do passado¹⁷.

Livros, capítulos de livros, sobretudo artigos: estes últimos são numerosos nos *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, agrupados sob a rubrica “Vida material e comportamentos biológicos”, ou em números especiais consagrados a “História biológica e sociedade” (nov.-dez. 1969), “História e urbanização” (jul.-ago. 1970), “História do consumo” (mar.-jun. de 1975), “Antropologia da França” (jul.-ago. 1976), “O clima e a história” (mar.-abr. 1977), ou ainda nos *Cahiers des Annales*¹⁸. Esses estudos, por mais numerosos que já sejam, talvez não componham uma história da cultura

material, que ainda precisa ser escrita, que ainda é descontínua no tempo e no espaço, que ainda nem sequer conquistou sua autonomia: os autores em questão por vezes só tratam dela indiretamente, e alguns talvez tenham a sensação de serem alistados à força sob um pavilhão estrangeiro! No entanto, através de uma bibliografia dispersa, já percebemos pesquisas bem encaminhadas, hipóteses frutuosas e certo capital de resultados¹⁹.

Uma história da terra

Os diversos setores da pesquisa não caminham ao mesmo passo. A história da terra não é a mais bem servida, apesar da sua anterioridade e apesar da tradição universitária que, na França, associa a geografia à história. Pode ser até que a tomada de consciência, já antiga, da influência do meio natural tenha levado a escola francesa de geografia humana a uma espécie de impasse: o fatalismo geográfico, um determinismo primário, que os dados da história e da etnografia hoje condenam. Nem hoje, nem ontem, a casa²⁰, por seus materiais e sua forma, esteve em estreita dependência das condições climáticas ou dos recursos locais. Na Inglaterra medieval, construiu-se por muito tempo com madeira nas regiões em que a pedra abundava, antes de se empenhar em edificar casas de pedra em zonas desprovidas de pedreiras. A casa não é sequer um ato natural e universal, pois povos que habitam regiões de clima frio, e até mesmo rigoroso, como as zonas da Terra do Fogo, ou os aborígenes da Tasmânia, contentam-se com pára-ventos.

A antiga reverência da história para com a geografia também revelou-se estéril. Na maior parte dos casos, ela produziu apenas capítulos preliminares que, no máximo, definiam o contexto topográfico de um estudo histórico em que a influência do meio não mais se fazia sentir em seguida. Contra essa "concepção limitada das relações entre o homem e o meio", que encerra a intervenção humana nos limites de um possibilismo estreito, faz-se hoje apelo a uma dinâmica do espaço. A noção de "meio natural", que se tornou praticamente um mito, substitui-se a idéia de um ecossistema lentamente criado e modificado pelo homem: o espaço rural, em que agiram, numa sucessão de equilíbrios provisórios e sempre instáveis, múltiplos determinismos, tanto sociotécnicos quanto naturais²¹.

Paradoxalmente, essa intenção se harmoniza bem com uma história da Terra, independente de qualquer finalidade humana: a história do clima escrita por Emmanuel Le Roy Ladurie visa estabelecer os fatos sem prejudicar a sua influência sobre a história dos

homens. A partir das datas das vindimas, dos movimentos glaciais e de outros dados indiretos contidos em nossos arquivos, ela pôs em evidência a "pequena idade glacial" dos séculos XVII e XVIII, anunciada pela deterioração climática do fim da Idade Média, sucessiva a um aquecimento que se estendeu do meio do século XII ao fim do século XIII.

Da demografia à biologia

A história do homem físico, por sua vez, progrediu a passos de gigante, pelo menos quando se trata da quantidade de homens, do nascimento e da morte: é o domínio da demografia histórica, que já se encontra na hora das sínteses em escala mundial, que conquistou sua autonomia científica e que, por temor de ser tachado de imperialista, ninguém ousaria anexar pura e simplesmente à cultura material. Entretanto, pode-se fazer caso de uma antropologia histórica que se interessa pela aparência física, pelos comportamentos biológicos e pelas doenças?

A história se apóia em técnicas médicas

A história das doenças²² não é uma conquista recente. Em todos os tempos, ela atraiu os médicos que, no entanto, deram-lhe um aspecto por muito tempo anedótico. Hoje, baseada em documentos quantitativos e apoiada na estatística, ela nos mostra a lepra presente desde a alta Idade Média, recuando depois no fim da Idade Média para subsistir até ontem em alguns bolsões residuais. Ela nos lembra que a tuberculose já causava estragos nos tempos romanos e nos ensina que a sífilis sem dúvida existia em estado endêmico no continente eurasiático, bem antes da descoberta da América. Ela tratou das carências, das doenças da subnutrição, dos males físicos das classes pobres e das sociedades urbanas. Sobretudo, ela pôs em evidência a amplitude, os ritmos, os caminhos do fenômeno "peste" na Idade Média (no século VI, depois a partir de 1348) e nos Tempos Modernos. Hoje, é dificilmente concebível que a história fatusal pôde durante tanto tempo e com tanta soberba ignorar um acontecimento da dimensão da grande pandemia de 1348 que, com suas repetições quase decenais, em menos de um século reduziu a população do Ocidente numa proporção que se situa entre a terça parte e a metade.

A antropologia histórica, novamente sob o impulso de Emmanuel Le Roy Ladurie²³, que partiu de uma análise fatorial dos

arquivos do exército, também esboça um curioso mapa da França no início do século XIX, em que, de acordo com uma linha que vai de Saint-Malo a Genebra, uma França de olhos e cabelos claros e grandes estaturas se opõe a uma França de olhos e cabelos escuros e pequenas estaturas. No entanto, a França de outrora era mais “clara” que a de hoje, e os olhos escuros tendem a prevalecer. Também há, no século XIX, uma França das cáries (Normandia, Bacia parisiense), uma França do bócio (as regiões montanhosas), uma França da tinea (o Vale do Sena, o Norte e o Sudoeste), da escrófula (o Oise e o Cantal), da tísica... Associando-se à história, a hematologia também chega a resultados surpreendentes que põem em dúvida o pretenso povoamento do Sudoeste da Europa pela raça de Cro-Magnon e fazem dos bascos os melhores representantes da herança biológica dos povos do neolítico.

As variações da alimentação

A história da alimentação também progride, apesar da resistência das fontes, não raro limitadas a meios bastante particulares: pensionistas de colégios, população hospitalizada, racioneiros da marinha ou do exército. Todavia, colóquios reúnem com cada vez maior frequência historiadores, arqueólogos e nutricionistas, conduzem a pesquisa ao caminho desse estudo dos regimes alimentares que Fernand Braudel desejou. Uma história do pão ou do vinho²⁴ — que, aliás, teve a sua utilidade — tende a ser substituída por uma história dos equilíbrios calóricos e nutritivos, também uma história do gosto, com todas as suas conotações sociais, econômicas e psicológicas. Alguns fatos começam a se impor: um Ocidente medieval e moderno, antes de mais nada consumidor de trigos (que precisamos escrever no plural, já que esse termo designava grande número de cereais, tanto a aveia, a cevada e a espelta, como o frumento), que vê pouco a pouco eclipsar-se a cevada, desaparecer o painço, impor-se o centeio, mas que nada ganha com isso no plano nutricional; ele sofre permanentemente de uma insuficiência de proteínas animais, malcompensada pelo consumo de peixe, de laticínios e de leguminosas, “esta carne do pobre” (M. Aymard). O vinho, preferível como quer que seja a uma água incerta, se apresenta como um complemento energético: seu consumo, que aumenta nos Tempos Modernos, proporciona calorias baratas. Os trabalhos de Louis Stouff²⁵ e de alguns outros pesquisadores confirmaram, porém, um máximo de alimentação baseada em carne no fim da Idade Média: o consumo de carne de uma cidade como Carpentras é, então, su-

perior ao que será até mesmo no século XIX, o que também é válido para outras cidades e regiões, como a Sicília. Trata-se, é verdade, de uma carne de qualidade muita vez duvidosa, mas é notável o contraste com a monotonia dos cardápios da idade clássica e do século das Luzes, em que a carne só faz raras aparições, até, por vezes, desaparecer totalmente, como foi o caso entre os camponeses sicilianos. Estamos longe, aqui, da narrativa anedótica, ou da simples oposição, fundada mas sumária, entre o fasto da mesa aristocrática e a magra ração do pobre. Também é digno de interesse notar, com Fernand Braudel, a grande transformação do gosto que marca o século XVIII: o recuo das especiarias, que se tornaram menos necessárias para conservar e temperar as carnes, e o advento dos pratos doces. E também constatar que é preciso todo o século XIX para que os novos hábitos alimentares ganhem o campo francês.

O domínio privilegiado da arqueologia

A casa proporciona um terreno de encontro para os historiadores, os geógrafos e os etnólogos. Contudo, o historiador é o que menos está à vontade, amarrado por uma documentação limitada às construções de prestígio ou aos dados econômicos: o castelo ou a residência burguesa lhe são mais acessíveis do que a morada camponesa, estereotipada pelo pintor ou pelo miniaturista, quando não é radicalmente ignorada. Quanto à Idade Média, com maior razão ainda quanto à Antiguidade, a intervenção do arqueólogo é essencial; e as coisas pouco mudam com os Tempos Modernos, em que, mais que documentos, esperam-se as informações de uma espécie de arqueologia “monumental”, baseada no estudo das casas antigas ainda existentes. A documentação escrita por vezes mal registra, mediante unidades de medida imprecisas como a “*travée*” ou o “*chas*”, as dimensões das casas, evoca a organização do trabalho dos operários da construção ou detalha a distribuição da moradia comum numa cidade como a Paris da Idade Média²⁶. Portanto, é em boa parte a partir dos dados arqueológicos que se pode esboçar, seguindo Simone Roux ou Pierre Chaunu²⁷, os grandes traços de uma evolução da construção no Ocidente: a Idade Média é o tempo da madeira, o que não deve dissimular o legado de monumentos de pedra que nos deixaram os séculos medievais. Urbana ou rural, a casa representada com mais frequência é de madeira. Entretanto, há uma grande distância entre o abrigo semi-escavado da alta Idade Média, feito de traves, galhos e taipa e a casa urbana dos séculos XIV-XV, construída com “madeiros curtos”, obra-prima de car-

pintaria que reúne várias camadas de pequenos elementos indeformáveis e solidamente presos uns aos outros. É sem dúvida na arte do carpinteiro que se encontra o melhor da herança medieval no domínio da construção. A casa pesada, de pedra, símbolo de bem-estar social e elemento essencial do capital, ganha terreno em seguida: isso começa desde o fim da Idade Média, mas sua preponderância se afirma no século XVIII, ainda que não tenha podido conquistar todas as províncias, nem vencer todas as pobrezaas.

De madeira, depois de pedra, a casa camponesa desenvolve um projeto que se inscreve nos vestígios arqueológicos, depois nos testemunhos etnográficos. Na Alemanha, o cômodo único das origens, como numa divisão celular, agrega a si um quarto que vai assumir uma importância cada vez maior e dotar-se de uma estufa, enquanto o grande cômodo em que se vive se subdivide mais, para dar lugar a um vestíbulo e separar a cozinha da sala de refeições. Na Europa Central e danubiana, a moradia escavada como que projetou para fora outro cômodo a que, em seguida, se une por intermédio de um vestíbulo-cozinha, chegando à tripartição clássica da casa camponesa.

Quanto à casa e à mobília, também é preciso fontes escritas

Além da casa, há a aldeia ou a cidade e, dentro dela, a mobília. Nessas duas perspectivas, o concurso das fontes arqueológicas e dos documentos escritos é indispensável. Os inventários após os falecimentos são insubstituíveis quando se trata da mobília de madeira, reduzida a bem pouca coisa na casa camponesa até os Tempos Modernos: uma mesa, simples tampo apoiado em cavaletes; o baú-banco, móvel de usos múltiplos, ao mesmo tempo assento e armário, ou a arca; e uma cama. Sobre a aldeia ou a cidade, a bibliografia histórica é imensa, mas são bem raros os estudos que põem em evidência a topografia urbana ou aldeã²⁸, os equipamentos coletivos; como também são raros os trabalhos sobre os caminhos e os transportes, com exceção, talvez, da grande navegação marítima, melhor servida pelos documentos das cidades mercantis dos mares do Norte ou do Mediterrâneo.

O vestuário: uma informação riquíssima

A história do vestuário fornece um bom exemplo das dificuldades encontradas, em geral, pelo estudo da cultura material: disparidade das fontes de informação conforme os meios, choque de

influências e de solicitações de todas as ordens, que dão lugar a interpretações apressadas, o pulular dos fatos em que é difícil perceber as linhas mestras. As fontes são, aqui, essencialmente iconográficas: elas abundam. A própria pré-história não carece delas: as gravuras rupestres oferecem ao menos algumas representações humanas. Todavia, embora o vestuário do homem comum não esteja ausente da iconografia, ao contrário do que acontece com a casa, a abundância da informação sobre o vestuário dos meios aristocráticos pode vir a desviar o propósito do historiador para o que é mais excepcional, para os fatos de moda, por exemplo. O vestuário é o ponto de junção de influências extremamente variadas que provêm das técnicas do têxtil (mais do que das técnicas da costura), das estruturas sociais, das trocas e, portanto, da economia, de injunções materiais, impostas pela função, por exemplo (a roupa do operário ou do soldado), das diferenças sexuais que se quer ou não afirmar, das atitudes psicológicas, das ideologias e da política (indumentária revolucionária, por exemplo). O perigo, aqui, é ir depressa demais no trabalho e designar, sem mais espera, um fator responsável pela evolução e pela mudança. A imprevisível mobilidade dos fatos proíbe, é claro, ceder-se a um funcionalismo por tudo desmentido. Até aqui o fato social foi privilegiado, e é certo que o vestuário é um signo social, porém isso explica a mudança apenas numa só dimensão.

Uma multidão de questões: é preciso temperar as respostas

A moda é um fenômeno eminentemente social; mas nos explicarão por que ela não é um fenômeno de todos os tempos e de todos os lugares? Garantem-nos que ela nasce no século XIV no Ocidente, o que não deixa de nos lembrar a ousada afirmação que faz o amor aparecer no século XII. Assim seja. Admitamos o fato. Mas por que, então, somente nessa data? E por que foi preciso esperar o século XVIII para que as modas da cidade chegassem ao campo, em que, aliás, elas se petrificaram nas indumentárias regionais?

Enfim, a história do vestuário é feita de um grande número de pequenos fatos, nos quais é bastante difícil perceber o essencial. Será a distinção entre a roupa larga e a roupa justa? No Ocidente, a primeira caracteriza as civilizações da Antiguidade clássica e a segunda triunfou por volta do século XVI. Todavia, entre essas duas fases, o vestuário associou durante muito tempo os dois tipos de roupas. Será a distinção entre roupa longa e roupa curta? Sempre limitando-nos ao Ocidente, a segunda teria substituído a primeira

no século XIV (também). Na verdade, e não é menos importante, trata-se muito mais do aparecimento de um vestuário que valoriza no homem as formas do corpo e afirma a diferença entre ele e a mulher. Também é possível interessar-se pela distinção que se efetuou progressivamente entre a roupa externa e a roupa de baixo, esta última nascida, talvez, da antiga maneira de se vestir, de um *bliaud* ou uma *cotte e braies*²⁹. Pode-se ainda insistir sobre a uniformização, no século XIX, do vestuário masculino do burguês, um vestuário que mascarava as formas do corpo e vestia os homens com as cores mais escuras e tristes. O aparecimento do colete com barbatanas no século XVI tampouco é um acontecimento menor: durante séculos ele vai proporcionar às mulheres uma silhueta artificial. Mas serão fatos essenciais estes? Não haverá outros? E como decidir, senão retendo os fatos que possuam certa duração e certa universalidade, a “conjuntura longa” na falta da “longa duração”?

Evolução das técnicas

De todos os capítulos de uma história da cultura material, o das técnicas é, desde já, o mais substancial³⁰. É verdade também que ele se acha difuso em todos os outros capítulos, porém conhecemos melhor as técnicas agrícolas do que a alimentação a ela ligada e as técnicas têxteis melhor que o vestuário. É verdade que a história das técnicas pode apoiar-se em vários centros, como o Centro de Pesquisas de História das Ciências e das Técnicas (Centre Alexandre Koyré), o Centro de Documentação de História das Técnicas, o Centro de Pesquisas da História da Siderurgia. Em museus também, como o de Artes e Ofícios (Musée des Arts et Métiers), o Palais de la Découverte, o Museu do Ferro e inúmeros museus especializados no interior, como os de Rouen e de Avignon, consagrados às ferragens, sem falar do mais moderno de nossos museus nacionais, o Museu das Artes e Tradições Populares, em que toda a cultura material se acha envolvida, numa perspectiva ainda insuficientemente histórica, é verdade.

Foram publicadas obras com pretensões enciclopédicas³¹, bem como estudos de dimensões mais limitadas — como o excelente livrinho de Lynn White Junior³² que, na esteira de Marc Bloch, põe em relevo as mutações que o estribo, o moinho de água, a charrua e a roda de fiar impuseram à Idade Média ocidental — e outros, que insistem sobre as relações entre técnica e sociedade³³.

Portanto, foi acumulada uma massa de dados, que, contudo, ainda se organiza com dificuldades. Em particular, onde situar os

grandes marcos fundamentais da história das técnicas? Sem dúvida, eles não são representados pelas invenções, *stricto sensu*. Se aplicarmos aqui o esquema braudeliano dos três tempos da história³⁴, a invenção é, no máximo, da ordem do acontecimento. Necessária à mudança, ela não basta para provocá-la. Ela pode dormir por muitíssimo tempo antes de produzir um efeito qualquer. Importa muito pouco que o moinho de água fosse conhecido na Antiguidade se não tinha, então, um uso regular. Também há invenções que fracassam e devem ser refeitas: os galo-romanos haviam esboçado uma colheitadeira mal adaptada às necessidades da economia rural e que logo foi esquecida. A invenção ou chega na hora, ou espera a sua hora.

Hesita-se em falar de revoluções técnicas

No entanto, entre os movimentos de amplitude variada que agitam o mundo das técnicas, alguns foram considerados mutações maiores, pois que foram chamados de revoluções. O reconhecimento desses grandes momentos de aceleração é ainda mais importante por terem todas as probabilidades de arrastar consigo toda a cultura material. Todavia, vistos mais de perto, têm tendência a se diluir. Os pré-historiadores perderam sua bela segurança ao tratarem da “revolução neolítica”: domesticação das plantas, domesticação dos animais, sedenterização e olaria não aparecem mais como necessariamente associadas. Também não se sabe mais que papel representam as técnicas na revolução agrícola da Idade Média: ela é situada nos séculos XI e XII, quando os progressos decisivos — o arado, a ferradura, o estribo, a coalheira e a rotação trienal —, introduzidos desde os tempos carolíngios, cumulam seus efeitos. E o tear a pedal, a roda de fiar, o relógio mecânico, a arma de fogo, que aparecem entre o fim do século XII e o fim do século XIV, serão de menor consequência para a vida material do Ocidente medieval? Quanto à “nova revolução agrícola”, não obstante o desenvolvimento das culturas forrageiras, a rotação quadrienal, a melhoria das raças animais, hoje hesita-se em datá-la e até mesmo em reconhecê-la. A “revolução industrial” é mais evidente, porém igualmente difusa nas décadas dos séculos XVIII e XIX.

Em suma, só resta a certeza de um progresso. Um progresso, contudo, que só é evidente globalmente, para a humanidade tomada em seu conjunto. E o peso das sociedades ocidentais nesse conjunto é considerável. Ele talvez mascare evoluções diferentes, culturas imóveis e até regressões. A própria noção de progresso não

é universal. Algumas sociedades a ignoraram ou a recusaram. Fechando-se a toda e qualquer influência externa, o Japão cultivou com isso, durante séculos, o imobilismo. O caso da China é ainda mais perturbador: depois de ter inventado tudo desde o início da nossa era, em seguida viveu à sombra desses conhecimentos, sem inovar, até ontem. Portanto, intervém aqui outra dimensão, espacial, da cultura material, raramente levada em conta pelos historiadores das técnicas — com exceção de André Leroi-Gourhan —, e aparece a pertinência da noção de “área cultural”³⁵, tão útil em história quanto em etnologia, tão necessária no domínio material quanto no das superestruturas.

CULTURA MATERIAL E ARQUEOLOGIA

Sem dúvida não é por acaso que os arqueólogos dominam, por sua problemática e seus trabalhos, os institutos de história da cultura material da União Soviética ou da Polónia. Na Polónia, o Instituto teve como primeiro diretor Kazimierz Majewski, um especialista em *arqueologia* clássica e agrupa quatro tipos de pesquisadores: arqueólogos da Polónia pré-histórica e medieval, arqueólogos do Mediterrâneo, etnógrafos e historiadores da economia³⁶. A associação dos arqueólogos, dos historiadores e dos etnógrafos responde à necessidade de somar e confrontar três tipos de fontes para escrever a história do passado material. Todavia, tanto as responsabilidades que assumem — o Instituto continua sendo dirigido por um arqueólogo, Witold Hensel —, quanto as publicações que produzem, tudo mostra que os arqueólogos estão em primeiro plano.

Vindos de outros horizontes, os arqueólogos, no início, levaram para a definição do novo domínio preocupações particulares. Interrogaram-se muito sobre as relações entre a cultura material e a *arte*, não sem sentir alguma dificuldade em esvaziar esta da sua problemática. Tendo definido a cultura material como a ciência dos *artefatos* (objetos fabricados), eles se perguntaram que espaço reservar para os objetos de arte e os *realia* (objetos do culto) que, por sua formação, estavam acostumados a levar em consideração primeiro. Essa dificuldade domina a reflexão teórica de Jan Gasiórowski, cujos trabalhos, antes ou imediatamente depois da guerra, muito contribuíram para fundar a ciência nova que ele chamava de “*ergologia*”. Gasiórowski definia a cultura material como o “conjunto dos grupos de atividades humanas que correspondem a uma finalidade consciente e possuem um caráter utilitário realizado em objetos materiais”. Tal definição pareceria dever afastar tudo o que

se relaciona com a arte ou o cultural. No entanto, ela intervém num estudo consagrado à relação entre a arte e a cultura material. Simples problema de fronteira entre duas pesquisas? Talvez, mas que não se deixa solucionar tão facilmente assim. As obras de arte têm um suporte material e são produzidas, às vezes, com o auxílio de ferramentas e técnicas que não são radicalmente diferentes das utilizadas pelas outras atividades humanas. Até mesmo os objetos utilitários têm uma potencialidade estética que prende os etnólogos quando eles falam de arte popular. Devia-se recordar isso antes de sublinhar que os objetos materiais constituem a articulação entre um tema de pesquisas, a cultura material e um método, o método arqueológico.

De fato, parece que, de um lado, a arqueologia seja a via de aproximação privilegiada para o estudo da cultura material do passado e que, de outro, esse estudo seja o melhor objetivo que se possa atribuir à pesquisa arqueológica.

O escrito e o objeto

Ligado à história, o estudo da cultura material logo chocaria numa barreira intransponível, se se limitasse à exploração das fontes propriamente históricas: os documentos escritos. As fontes escritas se rarefazem bem depressa — na escala do passado — à medida que remontamos no tempo, até desaparecerem totalmente. Só permanecem, então, os vestígios materiais, os mesmos que podem dar informações acerca da cultura material e que também são documentos da arqueologia. Cumpre acrescentar que essa barreira do escrito é mais baixa para a vida material do que para qualquer outro domínio da história. Na época em que a escrita é rara, em que ela é o privilégio da minoria, em que sua raridade a valoriza a ponto de conferir-lhe um caráter quase sagrado, os fatos que ela registra não são aqueles de que se nutre a história da cultura material. O letrado evita se atardar no que consideraria um falatório inócuo: descrever o que seu leitor conhece perfeitamente por estar presenciando, o que é familiar a todos por ser cotidiano. E que há de mais familiar, de mais cotidiano, do que aqueles gestos, aqueles objetos, aqueles usos que constituem a cultura material? E se, por acaso, o letrado é levado a mencionar alguns desses objetos, o faz com uma palavra, uma palavra que fornece ao historiador menos informações do que questões. Quando o redator do políptico de Irminon, no século IX, quando Suger, no século XII, escrevem “carruca”, que instrumento designam assim? Acaso pensam no mesmo? Trata-se

sem dúvida de um instrumento aratório provido de um eixo dianteiro com rodas; mas poderá tratar-se de um arado de rodas ou uma verdadeira charrua provida de uma relha e de uma aiveca? Ainda se discute a esse respeito. Cogite-se também no barco viquingue: ele não está ausente dos documentos escritos. Ele anima as metáforas dos poemas escaldos que o chamam de “longa viga marítima” ou “esqui dos quebra-mares”. É objeto de freqüentes menções nas sagas. Entretanto, esses documentos apenas exaltam suas qualidades, do mesmo modo que os documentos iconográficos só evocam uma silhueta. Tudo o que se sabe da construção naval entre os escandinavos deve-se às sepulturas de embarcação ou aos barcos naufragados nos fiordes, à arqueologia portanto.

Por outro lado, se a cultura material se exprime em e por objetos, a arqueologia tem a ver com ela. A arqueologia também pode ser definida como a ciência dos objetos. Contanto, é claro, que o termo objeto seja entendido de maneira bastante ampla para englobar as construções e a terra revolvida; contanto, também, que se afaste o objeto isolado ou as coleções arbitrárias. A arqueologia desvenda vestígios relacionados a outros elementos, associações de fatos, os mesmos que a cultura material estrutura. Além disso, através dos objetos é do homem que ela trata. “As coisas e os homens” também poderia ser o programa da arqueologia.

Claro, não há uma adequação total entre cultura material e arqueologia. Um vaso não é apenas uma técnica e uma função utilitária. Ele também corresponde — por sua forma, eventualmente por sua decoração — a escolhas que não são mais de ordem infra-estrutural; ademais, ele pode ter uma significação social e pode ser testemunha de um sistema de relações econômicas. Não há qualquer razão para que a análise da arqueologia recuse esses desdobramentos. No entanto, é um fato que, revelando vestígios concretos, a arqueologia fica mais à vontade no domínio material. Só aí ela obtém alguma segurança. Só aí ela atinge algumas evidências. Fora da cultura material, a parte da interpretação aumenta e, com ela, a relatividade dos resultados.

Nova perspectiva entre os pré-historiadores

Desde o início, desde Boucher de Perthes, o estudo das sociedades pré-históricas e de sua evolução baseou-se na análise dos móveis e das técnicas. Faz pouco tempo, porém, que os pré-historiadores fazem uso do termo de “cultura material”³⁷ e, se bem que definam as culturas pelo *material*, não faz tanto tempo assim que

elevam suas ambições até a reconstituição de conjuntos culturais de certa amplitude. Até então só era levado em conta um pequeno número de elementos técnicos considerados significantes e representativos de uma cultura: instrumental lítico, depois cerâmica, depois armas de metal. E esses móveis, longamente analisados por eruditas tipologias, desempenhavam o papel de marcos cronológicos, de testemunhos das migrações humanas e das evoluções técnicas, numa perspectiva essencialmente estratigráfica e vertical. Em lugar dessa, começa-se a preferir uma perspectiva “horizontal”, e acrescenta-se hoje à visão do historiador a do etnólogo. À jazida arqueológica, conceito vago que evoca uma ocupação humana maldefinida, substitui-se o habitat. Em Pincevent³⁸, a equipe de André Leroi-Gourhan dedica-se a reconstituir o espaço habitado e sua organização, construção, lares, áreas de trabalho, áreas de repouso, zonas de circulação, e à reconstituição das atividades domésticas e industriais e de alimentação. Aí, como em Terra Amata ou na gruta do Hortus (Henry de Lumley), toda a vida material de um grupo humano, numa etapa da sua perpétua migração, renasce da microanálise dos vestígios relacionados, não só dos instrumentos, mas também dos resíduos de fabricação e dos restos de refeições, dos testemunhos mais fugazes das atividades e dos deslocamentos.

A cultura material, subproduto das manifestações artísticas na arqueologia clássica?

A arqueologia clássica não podia ignorar totalmente a cultura material, porém só a abordou ao acaso de empresas dotadas de uma finalidade totalmente diferente, e a própria noção permaneceu amplamente estranha a suas preocupações. A arte, inclusive em suas formas mais degradadas — basta pensar na decoração estereotipada da cerâmica sigilada —, as crenças, representadas pelos monumentos do culto e os testemunhos dos ritos funerários, a organização política sob suas manifestações materiais, o urbanismo e a malha viária, foram e continuam sendo os objetivos essenciais de uma pesquisa que, ao contrário da arqueologia pré-histórica, define as civilizações por seus aspectos superestruturais. Só mais tardiamente a economia veio juntar-se aos outros temas, por intermédio das técnicas e dos testemunhos das trocas. Se, apesar de tudo, a vida material não está ausente dos trabalhos da arqueologia clássica, é porque constitui uma parte relativamente importante dos temas da arte antiga — basta pensar nas pinturas dos túmulos etruscos ou nas cenas figuradas nos vasos antigos. É também porque não se podiam

estudar os monumentos e as obras de arte sem se interessar pelas técnicas que os produziram. Enfim, é porque mesmo os objetos estéticos, como os vasos, podem ter uma função utilitária.

Mas que singular idéia da vida material da Antiguidade teríamos através dos museus de arqueologia que colocam lado a lado os testemunhos do luxo aristocrático e os produtos de uma arte industrial, verdadeiro kitsch valorizado apenas pela arqueologia! Uma idéia falsa também porque o modo de vida das massas antigas está ausente ou só faz, ao acaso das figurações artísticas, uma tímida aparição que a esmagadora preponderância das classes dominantes logo leva a esquecer.

O exemplo da arqueologia eslava

A arqueologia medieval também não deixou de infligir uma distorção semelhante à civilização que estuda, dirigindo-se primeiro aos vestígios mais prestigiosos. Ainda atesta isso o grande número de livros e de museus consagrados à civilização medieval, em que as catedrais e os castelos, os marfins e os esmaltes, bem como o ouro das miniaturas e dos cibórios ocupam todo o espaço. No entanto, é sem dúvida na arqueologia medieval que encontraríamos as orientações mais afirmadas e as empresas mais numerosas no sentido da cultura material. Como explicar isso? Provavelmente por uma atenção mais acentuada para com as pesquisas históricas de parte dos praticantes de escavações, muitos deles provenientes da história. Pelo exemplo eslavo também, embora não seja o único a influir: os medievalistas, ao tomarem emprestado dos historiadores os métodos mais finos, também tomaram emprestada boa parte da problemática deles.

Em todo caso, a arqueologia eslava convenceu por seus sucessos. Seria exagero afirmar que a busca do espetacular e certas preocupações nacionalistas não tiveram parte alguma em suas empresas. Mas, enfim, os objetivos atribuídos a programas inspirados pelo marxismo não foram perdidos de vista. Fortemente organizada e dotada de meios poderosos, a arqueologia eslava pesquisou, com menor frequência do que os monumentos, sítios de aldeias e de cidades, sobretudo de *cidades*³⁹: bairros inteiros foram trazidos à luz, com as ruas, as modestas moradias dos habitantes dos subúrbios e as tendas dos artesãos, como aquela oficina de sapateiro de Novgorod que continha milhares de pedaços de couro, vários calçados e a bacia em que as peles eram peladas com cal viva, ou como o "estúdio" de Kiev, casa de um ourives, abandonada no momento

da tomada da cidade pelos mongóis em 1240 e em que a panela ainda estava no fogão com a colher de pau enfiada na papa de farinha. Várias Pompéias pois, mas interrogadas cientificamente de acordo com uma investigação sistemática baseada nos métodos de análise mais modernos e nos trabalhos de laboratório, como os que em Poznan são consagrados à paleobotânica, ou em Lodz ao estudo dos tecidos antigos.

E as condições particulares de conservação, proporcionadas com frequência pelos solos úmidos dos países eslavos, possibilitaram a reconstituição de uma verdadeira civilização da madeira, de que são feitos não só os utensílios domésticos e as armas, como também as casas construídas com vigas empilhadas, as ruas, edificadas com cercas de ripas ou tábuas, as muralhas com mais de dez metros de altura, em que se empilham anteparos de pranchões ou poderosos caixões cheios de terra. A arqueologia também reconstituiu a evolução das técnicas, da metalurgia que explora precocemente as jazidas de ferro das turfeiras, da agricultura que utiliza instrumentos aratórios de relha revestida de ferro desde o início da nossa era e que conheceria o emprego generalizado da charrua desde os séculos V e VI. Os resultados, impressionantes por sua quantidade e sua novidade, já estão sintetizados e acessíveis no livro de Witold Hensel sobre a cultura material dos eslavos⁴⁰ ou através das publicações dos congressos de arqueologia eslava de Varsóvia (1965) e Berlim (1967).

Da arqueologia medieval à arqueologia industrial

No Ocidente, a arqueologia urbana nem sempre se limita à escavação dos monumentos religiosos. Nos sítios dos grandes portos dos mares do Norte (Birka, Skiringsal, Hedeby, Dorstad), ou ainda em Winchester e York, ela desencava as moradias, os testemunhos das atividades comerciais e artesanais e os vestígios da organização do espaço. Entretanto, é sobretudo a arqueologia da aldeia que beneficia a história da cultura material: como esquecer que os *camponezes* constituíam a imensa maioria das populações medievais? A arqueologia da aldeia — da qual não se pode separar uma arqueologia agrícola que estuda os campos fósseis — já existe desde há algum tempo na Alemanha, onde começou com a escavação dos habitats da alta Idade Média, em que são vizinhas estreitas habitações cavadas no solo e grandes e compridas casas de madeira e taipa. No entanto, ela se desenvolveu depois da guerra, voltando-se também para aldeias do fim da Idade Média, que revelam casas construídas mais solidamente, às vezes de pedra, ou até de alvenaria, em alguns

casos dotadas de um andar, e que anunciam a casa tradicional descrita pela etnografia⁴¹. Na Inglaterra, a pesquisa foi favorecida pela amplitude do movimento das *enclosures** que esvaziou de seus habitantes várias aldeias e fossilizou seus vestígios sob a relva dos pastos de carneiros: foi escavada mais de uma centena de sítios aldeões que permitem reconstituir a evolução dos habitats e relacionar os tipos e as dimensões das casas aos níveis sociais⁴². As técnicas, o instrumental agrícola e o equipamento doméstico são um pouco menos bem contemplados pelas publicações, tidas geralmente como preliminares, e aguardam pesquisas mais pacientes, porém já iniciadas.

Nos países latinos, a arqueologia medieval não foi acolhida sem reticências por meios estudiosos, que nem sempre querem admitir que uma documentação essencialmente dominial e fiscal, a serviço dos interesses das classes dominantes, não baste para escrever a história material das massas rurais ou urbanas⁴³. Os países anglosaxões, em que o respeito pelas tradições se alia ao gosto pelas iniciativas provocadoras, viram surgir e desenvolver-se rapidamente uma arqueologia pós-medieval e uma arqueologia industrial. A insuficiência das fontes escritas não vale apenas para a Idade Média. Constata-se inclusive que, muito embora a casa camponesa do fim da Idade Média, pelo menos em algumas regiões, seja relativamente bem conhecida graças às escavações de aldeias, não se sabe como ela evolui em seguida. A casa dita tradicional é, em parte, um engodo; em todo caso, a tradição jamais aparece, nem antiga, nem imutável.

Na América do Norte, pode-se creditar à arqueologia pós-medieval a escavação dos primeiros estabelecimentos da colonização, em que o modo de vida importado da Europa se acha modificado pelas condições diferentes e pelas injunções do novo meio. A arqueologia industrial⁴⁴, que não recorre à escavação, propõe-se conservar e estudar os vestígios das manufaturas da primeira era industrial, ou oficinas mais recentes: a história das técnicas e das condições de trabalho só pode se enriquecer com o testemunho concreto deixado pelas instalações e pelos equipamentos do capitalismo industrial. Na França, onde há muito que fazer nesse domínio e onde a indústria deixou vastos conjuntos monumentais, como as salinas de Arc-et-Senans ou a cidade manufatureira de Villeneuve, perto de Clermont-l'Hérault, a realização do ecomuseu de Creusot obedece à mesma inspiração⁴⁵.

* Técnica empregada pelos grandes proprietários ingleses do século XVIII, que consistia em cercar suas terras, pondo fim ao *openfield* (campo aberto). (N.T.)

Projeto de uma história da cultura material

Apesar da quantidade de trabalhos que, deliberadamente ou não, lhe são consagrados, apesar desse segundo fôlego que a arqueologia lhe deu, a história da cultura material permanece uma pesquisa jovem, de estatuto maldefinido e que não termina de nascer. Ela ainda não aperfeiçoou seus procedimentos e ainda se revela incapaz de síntese. No livro de Witold Hensel sobre a cultura material dos eslavos, completíssimo, porém falta um capítulo, precisamente o que seria consagrado a definir a cultura material dos povos da alta Idade Média: imagina-se que ela seja outra coisa que a adição dos elementos que a compõem. Ainda se continua no plano descritivo, na coleta de fatos. Para ser verdadeiramente científica, a história da cultura material deveria, sem dúvida, chegar a certo nível de abstração, deveria ser capaz de individuar as coerências que estruturam uma cultura.

No entanto, ela já realizou alguns progressos nesse caminho, como atestam o livro de Fernand Braudel ou o de Jacques Le Goff, que individua algumas linhas de força na vida material do Ocidente medieval: um progresso técnico mais quantitativo do que qualitativo, em que a energia animal e a energia hidráulica vêm aliviar a energia humana, que, não obstante, permanece fundamental; a posse das cinco "cadeias cinemáticas" (nível técnico) — parafuso, roda, excêntrico, lingüeta, polia — a que a Idade Média acrescenta a manivela; um mundo da madeira em que, ao mesmo tempo, o trabalho da pedra e do ferro se acham valorizados, mas que destrói suas reservas com os desbravamentos; uma agricultura que permanece em parte nômade (pousio, desbravamentos temporários) e que nada acrescentou ao capital das plantas alimentares; um universo da fome, em que a humanidade permanece totalmente vulnerável em face das catástrofes naturais e das epidemias... Todavia Jacques Le Goff não propõe esses traços dominantes da cultura material sem relacioná-los a atitudes mentais (o horror às novidades), a fenômenos demográficos, a estruturas socioeconômicas. Seus ritmos, a história da cultura material ainda dificilmente encontra em si mesma. A multidão dos pequenos fatos que a constituem precisa, para se organizar, tomar emprestado alhures os elementos capazes de estruturá-los.

Não parece que a história da cultura material tenha de fato construído seu projeto. Carandini lembra que, para Marx, os vestígios dos meios de trabalho — portanto, aproximadamente, a cultura material — têm a mesma importância para o estudo das formações sociais desaparecidas do que os vestígios osteológicos apresentam pa-

ra o conhecimento da organização das espécies animais extintas. Eis uma bela missão: descobrir, através da cultura material, as relações sociais e os modos de produção das sociedades do passado.

Contudo, a comparação com os procedimentos da paleontologia parece mais sedutora do que pertinente. Aparentemente, a cultura material ainda não encontrou seu Cuvier. Ainda que os arqueólogos dos países socialistas tenham se esforçado por corresponder à expectativa marxista, seu subsídio para a história da origem dos Estados parece mais evidente do que sua contribuição para a história da organização social. Não podemos nos impedir de achar demasiado forçadas as relações às vezes estabelecidas entre o feudalismo e determinada descoberta concreta, como o fato de que as vastas muralhas dos *grods* poloneses eram elevadas de uma só vez por uma mão-de-obra numerosa repartida em equipes; ou como o empobrecimento qualitativo dos vestígios alimentares em determinado bairro de Gdansk, interpretado como a prova da sujeição dos habitantes a uma aristocracia. Quanto ao mais, a análise não iria muito longe; seu coroamento, o feudalismo, estava sem dúvida pressuposto.

Outros, como vimos, atribuíam de bom grado à história da cultura material uma missão ainda mais elevada: não mais testemunhar a mudança socioeconômica, mas explicá-la — é o caso da escola antropológica americana. Porém, interpretar nesse sentido as relações entre o fato técnico e o fato econômico ou social é, antes de mais nada, um problema de ideologia. A interpretação inversa é igualmente admissível.

A cultura material coloca o homem novamente no primeiro plano

Então, a história da cultura material está condenada a ser apenas uma “retórica da curiosidade”? Talvez, mas nem por isso se mostrará menos necessária, porque apresenta o interesse de reintroduzir o homem na história, por intermédio da vivência material. Poderá a história satisfazer-se com descobrir a dinâmica das relações sociais e desvendar as engrenagens econômicas? Parece igualmente legítimo tentar apreender a condição material dos homens envolvidos por essas relações e presos nessas engrenagens. Não entrava no projeto da história econômica e social esquecer o homem, muito pelo contrário; contudo, seja por culpa dos documentos, seja por se ter deixado absorver pelo jogo dos mecanismos, pela pesquisa de leis ou de estruturas, aconteceu-lhe ceder à tentação da abstração. A própria história rural muita vez negligenciou a aldeia e seus habitantes,

dedicando toda a sua atenção para o estudo dos domínios, dos lucros senhoriais, da produção dos cereais e do vinho.

À força de estudar o preço dos grãos, por vezes esqueceu-se os que os consumiam. Mesmo se admitirmos que a história é a história de uma longa exploração do homem pelo homem, será indiferente saber-se o que isso significou concretamente para o explorado? É o que a história da cultura material proporciona: as condições de trabalho, as condições de vida ou a margem entre as necessidades e sua satisfação. E já que ela é a história dos grandes números e da maioria dos homens, é em primeiro lugar o explorado que ela coloca em primeiro plano.

Jean-Marie Pesez

Notas

1. A. Carandini, *Archeologia e cultura materiale. Lavori senza gloria nell'antichità classica* (Bari, De Donato, 1975); D. Moreno e M. Quaini, “Per una storia della cultura materiale”, *Quaderni storici*, 31, 1976.
2. R. Bucaille e J.-M. Pesez, “Cultura materiale”, *Enciclopedia Einaudi*.
3. M. Serejski, “Les origines et le sort des mots ‘civilisation’ e ‘culture’ en Pologne”, *Annales E.S.C.*, nov.-dez. de 1962.
4. R. Quenedey, *L'habitation rouennaise, étude d'histoire, de géographie et d'archéologie urbaines* (Rouen, 1926). Lefebvre des Noettes: *L'attelage et le cheval de selle à travers les âges* (Paris, 1931).
5. M. Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (Oslo e Paris, 1931); “Avènement et conquête du moulin à eau” e “Les inventions médiévales”, *Annales d'histoire économique et sociale*, t. VII, 1935.
6. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris, A. Colin, 1949).
7. *Civilisation matérielle et capitalisme*, (Paris, A. Colin, 1967). Publicação reproduzida no tomo 1 de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e-XVIII^e siècles* (Paris, A. Colin, 1979).
8. F. Furet e J. Le Goff, “Histoire et ethnologie”, *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel* (Toulouse, Privat, 1973), t. II.
9. Edição francesa *La théorie économique du système féodal* (Paris-Haia, Mouton, 1970).
10. *La crise du féodalisme*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1976).
11. T. I, *L'homme et la matière*, 1943 e 1972; t. II, *Milieu et techniques* (Paris, Albin Michel, 1945 e 1973).
12. E. Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil* (Paris, Flammarion, 1967); J.-N. Biraben, *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, t. I (Paris-Haia, Mouton, 1975); J.-J. Hemardinquer, M. Keul, W. G. L. Randles, *Atlas des plantes vivrières*; J.-P. Aron, *Le mangeur du XIX^e siècle* (Paris, R. Laffont, 1973); S. Roux, *La maison dans l'histoire* (Paris, Albin Michel, 1976); Y. Deslandres, *Le costume, image de l'homme* (Paris, Albin Michel, 1976).
13. *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, Arthaud, 1964.

14. G. Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, 2 vol. (Paris, Aubier, 1962). G. Duby e A. Wallon, org., *Histoire de la France rurale*, 4 vol. (Paris, Le Seuil, 1975). R. Fossier, *Paysans d'Occident (XI^e-XIV^e siècles)* (Paris, PUF, 1984).
15. *La vie quotidienne pendant la guerre de Cent Ans. France et Angleterre* (Paris, Hachette, 1976).
16. P.-J. Helias, *Le cheval d'orgueil* (Paris, Plon, 1975); H. Vincennot, *La vie quotidienne des paysans bourguignons au temps de Lamartine* (Paris, Hachette, 1976).
17. E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan, de 1294 à 1324* (Paris, Gallimard, 1975).
18. *Pour une histoire de l'alimentation* (apresentado por J.-J. Hemardinquer) (Paris, A. Colin, 1970).
19. Devemos mencionar aqui as pesquisas do Institut für Mittelalterliche Realien Kunde Österreichs da Academia Austríaca de Ciências, e os colóquios que este instituto organiza, por exemplo, *Adelige Sach Kultur des Spätmittelalters*, Viena, 1982.
20. A. Rapoport, *Pour une anthropologie de la maison* (Paris-Bruxelas-Montreal, Dunod, 1972).
21. G. Bertrand, "Pour une histoire écologique de la France rurale" em Duby e Wallon, *Histoire de la France rurale*, t. I (Paris, Le Seuil, 1975).
22. M. D. Grmek, "Préliminaires d'une étude historique des maladies", *Annales E.S.C.*, nov.-dez. de 1969.
23. J.-P. Aron, P. Dumond e E. Le Roy Ladurie, *Anthropologie du conscrit français d'après les comptes numériques et sommaires du recrutement de l'armée, 1819-1826* (Paris-Haia, Mouton, 1972).
24. R. Dion, *Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e siècle* (Paris, 1959).
25. L. Stouff, *Ravitaillement et alimentation en Provence aux XIV^e et XV^e siècles* (Paris-Haia, Mouton, 1970).
26. *La construction au Moyen Âge, histoire et archéologie* (Paris, Les Belles-Lettres, 1973). *Architectures de terre et de bois. L'habitat privé des provinces occidentales du monde romain. Antécédents et prolongements: protohistoire, Moyen Âge, et quelques expériences contemporaines* (J. Lasfargues, org.), Paris, DAF, 1985. *Pierre et métal dans le bâtiment au Moyen Âge* (O. Chapelot e P. Benoît, org.), Paris, EHESS, 1985.
27. J.-P. Bardet, P. Chaunu, G. Deserti, P. Goubier e H. Neveux, *Le bâtiment, enquête d'histoire économique, XIV^e-XIX^e siècles* (Paris-Haia, Mouton, 1971).
28. F.-J. Himly, *Atlas des villes médiévales d'Alsace*, 1970.
29. Bliand: túnica usada por cima da cotte (espécie de camisa) [cota ou gibão] e das braies [bragas], que eram calções.
30. M. Daumas, *L'histoire des techniques, son objet, ses limites, ses méthodes*, 1969.
31. B. Gille, *Histoire générale des techniques* (Presses Universitaires de France, 1962); C. Singer, E. J. Holmyard, A. R. Hall e T. I. Williams, *A History of Technology*, 5 vol. (Oxford, 1954).
32. L. White, *Technologie médiévale et transformations sociales* (Paris-Haia, Mouton, 1969).
33. D. Furia e P.-C. Serre, *Techniques et sociétés* (Paris, Armand Colin, 1970).
34. Para F. Braudel, a história tradicional é atenta ao tempo curto, ao acontecimento; a história econômica e social, aos ciclos e à conjuntura; a história nova, à longa, e mesmo à longuíssima duração (as estruturas). F. Braudel, "La longue durée", in *Écrits sur l'histoire* (Paris, Flammarion, 1969).
35. Conjunto cultural que abrange toda uma região do globo, a "área cultural" é definida por determinado número de critérios técnicos, socioeconômicos, religiosos, lingüísticos...

36. T. Wasowicz, "L'histoire de la culture matérielle en Pologne", *Annales E.S.C.*, jan.-fev. de 1962.
37. J. Guilaïne, *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen* (Paris-Haia, Mouton, 1976).
38. A. Leroi-Gourhan e M. Brezillon, *Fouilles de Pincevent, essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien* (Paris, éd. du CNRS, 1972).
39. Sob a direção de P. Francastel, *Les origines des villes polonaises* (Paris, 1960).
40. W. Hensel, *Os eslavos da alta Idade Média. Sua cultura material* (Varsóvia, 1956) [em polonês].
41. "Archeologia e geografia del popolamento", *Quaderni storici*, 24, 1973.
42. M. Beresford e J. Hurst, *Deserted Medieval Villages* (Londres, 1972).
43. Note-se, porém, a publicação, a partir de 1971, da revista *Archéologie Médiévale*, e a partir de 1974 de *Archeologia Medievale*. Escavações em sítios de aldeias medievais foram publicadas recentemente: G. Démians d'Archimbaud, *Les fouilles de Rougiers*, Paris, CNRS, 1980; J.-P. Peséz (org.), *Brucato, histoire et archéologie d'un habitat médiéval en Sicile*, Roma, École Française de Rome, 1984.
44. R. A. Buchanan, *Industrial Archaeology in Britain*, 1972.
45. "Premiers éléments d'archéologie industrielle sur le territoire de la communauté urbaine Le Creusot-Monceau".

JEAN-MARIE PESEZ

Nasceu em 1929, *agrégé* de história, diretor de estudos na EHESS, diretor-adjunto do Centre d'Histoire et d'Archéologie Médiévale de Lyon II. Dirige, no Museu das Artes e Tradições Populares, a equipe de "Antropologia da aldeia medieval". Arqueólogo, dirigiu várias escavações em sítios de aldeias e castelos medievais na Borgonha, Grécia e Sicília, bem como a publicação dessas pesquisas.

JEAN LACOUTURE

A história imediata

Imediata mesmo? Isto é, instantânea em sua apreensão, simultânea em sua produção, virgem de qualquer mediador? Imaginar isso é praticamente negá-la — ou reservá-la para alguns casos limite. Fazer a história imediata é ser Georges-Jacques Danton levado ao cadafalso, falando ao povo de sua relação com a revolução e explicando-lhe o significado da sua morte. Imediato, sim, é o curso de história a que então assiste o garotinho sentado no colo de alguma mamãe *tricoteuse**.

Já menos imediata é a lição dada por Nikita Khruchev lendo o relatório de mesmo nome na tribuna do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Para que houvesse imediação, seria preciso que o próprio Stálin pronunciasse o mesmo texto, e dez anos antes. É do produtor de história que deveria emanar, diretamente “servida ao consumidor”, esse tipo de produção histórica. A hipótese pode ser considerada, mas se admitirá que não é muito generalizável. Afinal de contas, os reflexos de Clio, por mais rápidos que possam ser, não estão em condições de suplantar totalmente suas reflexões.

* Nome dado às mulheres do povo que, durante a Revolução Francesa, assistiam às assembléias populares, julgamentos, execuções, etc., fazendo tricô. (N.T.)

OS DOMÍNIOS DA HISTÓRIA IMEDIATA

Observemos de saída que a imagem da “história imediata” tal como a percebemos não pára de se mexer, recusando um verdadeiro enquadramento, bem como uma acomodação satisfatória. Do jornalismo bem pouco rigoroso, praticado por homens imersos no acontecimento a ponto de serem, ao mesmo tempo, participantes e reflexos dele, à pesquisa propriamente histórica que tem por objeto um período bastante recente e recorre aos métodos da *enquete-entrevista* — por exemplo, de uma enquete do jornal “Le Monde” sobre a crise do Saara ocidental a uma história de Maio de 1968 por um bom “contemporaneista” da Universidade de Paris VIII —, passa-se aquém e além de certa linha específica que seria a da história imediata, cujos componentes irredutíveis são, a um só tempo, proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada.

Próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada — tal seria a operação histórica que queremos considerar aqui. Um exemplo dela pode ser encontrado muito mais no “Thorez” de Philippe Robrieux¹ — pois muito embora os fatos estudados remontem há mais de quinze anos, a evolução descrita prossegue no *presente* e o autor esteve intimamente implicado nela —, do que numa descrição da campanha eleitoral de 1978 devida a um meticuloso observador. Mas como é difícil delimitar esse campo! Portanto, a exposição que se segue errará com frequência entre certo tipo de jornalismo e a defesa de certo tipo de enquete sócio-histórica, sem que o “corpo de delito” possa ser definido em nenhum momento.

Se a imediação em tal domínio é quase inacessível, isso vem do fato de que a operação histórica é verificação, delimitação, exclusão, coleção, e supõe a intervenção de um mínimo de meios técnicos de mediação, caneta, papel, cola, pastas, documentos.

Não é por acaso que o veículo e o lugar privilegiado da “história imediata” assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa. Estranha imediação, que se baseia no recurso aos meios...

Obras escritas na esteira do acontecimento por seus atores

O próprio momento em que essa história em fusão, em se fazendo, melhor se aproxima de uma imediação temporal — a repor-

tagem “ao vivo” do acontecimento absoluto: o tiroteio da rue d’Isly em Argel, em março de 1962, a edificação de uma barricada no boulevard Saint-Michel em Paris, em maio de 1968, em que a voz do repórter é mais do que o eco, de certa forma o tecido conjuntivo do ato em via de realização, se não for a chamada dos atores (como na ópera, então, involuntariamente, o jornalista Julien Besançon) — também é aquele em que a mídia técnica se impõe da maneira mais tirânica ou obsedante. Basta o som ser cortado por acidente, basta a direção parisiense necessitar de repente de um “comercial”, para que a operação de parto histórico cesse de repente.

Também é preciso lembrar que essa fórmula de “história imediata”, um pouco provocadora, vulgarizada no início dos anos sessenta e que se tornou usual na linguagem corrente, não tende apenas a encurtar os prazos entre a vida das sociedades e sua primeira tentativa de interpretação, mas também a dar a palavra aos que foram os atores dessa história. Ela não aspira apenas à rapidez dos reflexos. Ela quer se elaborar a partir desses arquivos vivos que são os homens. Não se trata de privilegiar o oral, de vilipendiar o documento escrito. Por que, porém, inversamente, dar mais crédito às anotações de Las Cases do que à voz de Davoust — supondo-se, é claro, que tenha sido possível entrevistar o vencedor de Auerstaedt na noite dos adeuses de Fontainebleau?

A imediação de certa história que se elabora hoje — a partir de exemplos ilustres a que tornaremos, mas com meios específicos que atenuam o que a empresa comporta de aventuroso — baseia-se tanto em sua instantaneidade (os americanos falam de “Instant History”, conceito muito mais limitativo) quanto na relação afetiva entre o autor e o objeto da sua pesquisa. Nesse sentido, pode-se ver um modelo desse tipo de história na “História da revolução russa”, de L. Trótski, que, por ter sido escrita vários anos depois da sequência de fatos estudados, apresenta o extraordinário interesse da coisa não apenas vista, mas vivida, criada. E que é a história da guerra do Peloponeso senão um modelo de imediação histórica, emanante de um estrategista que, condenado por suas falhas na manobra, nem por isso permaneceria menos diretamente envolvido no conflito; pelo menos até a paz de Nícias?

Evocar Tucídides² é recordar, a propósito de uma obra que foi não apenas escrita no calor do acontecimento, como por um responsável notório pelo curso que este seguiu, que a operação histórica visa antes de mais nada a busca de uma linha de inteligibilidade, de uma relação entre causas e efeitos, meios e fins, barulho e sentido. Ninguém jamais fez isso melhor do que esse líder ateniense, com um senso mais agudo da razão causal. A exemplo de Tucídides, qual-

quer historiador — quer trate da guerra gaulesa, da formação do terceiro estado, do ensino primário no Franche-Comté entre as duas guerras, da primeira explosão atômica, quer trate da juventude de Valéry Giscard d'Estaing — se afirmará antes de mais nada pela segurança das relações lógicas e dos móveis que revelará e tornará inteligíveis entre os diferentes dados da sua enquete.

Que outra coisa faz o “imediatista” (quando se forjará um neologismo, se não se o fizer a propósito de uma neodisciplina?), afora essa quádrupla operação de identificação, classificação, montagem e racionalização, que, a partir de um dado cultural, o seu, determinando tanto a orientação da sua pesquisa quanto o eixo de sua interpretação, o faz realizar sua obra numa duração particularmente breve (na qual o *tempo* em que atua um historiador como o de Montaillou³ define seu trabalho tanto quanto o *lugar* em que se situa).

A história e o jornalismo coincidem sem se confundirem

Não se trata, aqui, de confundir história com jornalismo, para a grande glória deste ou vergonha daquela. Ao qualificar o jornalista de “historiador do instante”, Albert Camus, que foi, ele próprio, um grande jornalista a que todo historiador do início da IV República deve se referir, esclarece apenas um aspecto do problema. A referência ao tempo não é vã. Mas o que faz a imperfeição do jornalista é menos a precipitação da sua pesquisa do que a modicidade de suas fontes e a raridade dos cruzamentos a que pode proceder. O jornalista é menos aquele que trabalha com pressa do que aquele que manipula poucos fatos, observações, casos. A diferença é menos qualitativa do que quantitativa. É preciso que o

do que pontos comuns, uma convergência entre os historiadores e a imprensa, enquanto não se verifica a convergência entre o jornalismo e o rigor histórico. Embora não fosse raro outrora ver jornalistas se improvisarem historiadores — e, no caso de Jacques Kayser, terem êxito —, provavelmente jamais se havia visto historiadores dignos desse nome, como François Furet e Jacques Julliard, praticarem o jornalismo com uma atenção tão constante e fervente.

Uma velha tradição

É um dogma de fresca data o de que a história seja a ciência do passado, que só encontre sua razão de ser, sua nobreza, sua justificação na laboriosa extração de seus recursos da montanha dos arquivos. É só no alvorecer do reinado positivista, por volta do fim do Segundo Império, que a Universidade, inspirada por Victor Duruy⁴ formula o princípio de tal dogma: a história só poderia tratar do abolido, do que passou. Se um estudante tivesse a audácia de escolher como tema de estudo “Victor Hugo em Guernesey” ou “A administração da Prússia na época de Bismarck”, seria mandado tratar dos jogos florais na época da Plêiade, ou de Wallenstein.

Será que era preciso reagir dogmaticamente contra o exemplo de uma pesquisa centrada no vivo, dada pelo autor da “História do Consulado e do Império”? Em seu prefácio, porém, Adolphe Thiers sugerira que o momento de certa forma ideal para escrever a história talvez fosse aquele em que os protagonistas, livres da ação e libertados das paixões que os animaram, guardam a lembrança dos acontecimentos sobre cujo curso exerceram sua influência. Pode-se de certo contestar o uso que Thiers fez desse princípio de pesquisa.

mantismo como moda e do positivismo como ciência remete, de repente, o operador histórico aos burgraves e à epigrafia⁵. Contudo, a historiografia da época de Lavissee permanece apreciadora de acontecimentos. Depois de ter sido tentativa de esclarecimento da complexidade viva e fugidia em seus meandros palpantes, a operação histórica torna-se coleção de instantes privilegiados, contanto que antigos. Saúdem os heróis, mas em latim...

É no início do século XX que, após ter anatematizado o presente, a historiografia condena o acontecimento. Tendo como padrinhos Marx e Lucien Febvre, a partir de então os historiadores só se dedicarão aos longos períodos e às evoluções globais. Só restará proscrever o estudo das culturas fervilhantes de atividades coletivas, privilegiando as “sociedades frias” caras a Claude Lévi-Strauss, para imobilizar a história num *in vitro* definitivo.

Sim, houve um tempo — o da criação, da consolidação, depois da socialização do Estado-Nação — em que a história devia manter um recuo, por ter se tornado o que se pôde chamar de “interiorização da consciência nacional”. Então, devia ser cuidadosa, lentamente efetuada a triagem dos bons e dos maus: Frédégonde ou Jeanne la Lorraine, Concini ou Mazarin, Sieyès ou Marat, cujo exemplo deveria ser proposto aos estudantes da França a fim de incitá-los ou dissuadi-los. Talvez não seja útil dizer que essas preocupações não são mais atuais, por estar a história desaparecendo de um ensino que, aparentemente, não achou em seus bolsos bastantes “heróis positivos” (ela perdera Danton pelo caminho, mas quem sabe iria ganhar Cauchon?) para fazer dos jovens cidadãos franceses engrenagens serenas da sociedade produtivista.

Enquanto aguarda os processos de canonização, talvez não seja indigno do historiador pesquisar o que perdura, em 1978, do movimento utópico e cabeludo desencadeado dez anos antes no mês de maio. Ou analisar por que o intenso desenvolvimento dos transportes — rodovias, turbo-trem, linhas aéreas domésticas — é acompanhado, na França, pelo crescimento dos autonomismos, ou é a causa destes, ou não lhes é obstáculo.

Vê-se bem despontar aqui a sociologia, a ciência política, o jornalismo. Acaso o historiador sempre toma o cuidado de exorcizar esses três monstros? Ainda que se devesse circunscrever o território do historiador mais avaramente do que Paul Veyne⁶ em sua aula inaugural no Collège de France e se acreditar ser o procedimento do historiador mais específico, pode-se também imaginá-lo sem fronteiras, ou em estado de união alfandegária com suas vizinhas nobres, como a etnologia, a sociologia ou a ciência política, um pouco canalha como o jornalismo.

O historiador encontrará precedentes ilustres, lições tranquilizadoras, para essa mistura de gêneros. Já citamos Tucídides. Como não voltar a ele, por mais linear e fatal que seja? Evocamos Ibn Khaldun⁷, o da “Autobiografia”, mais globalista e sociológico. Eis aí modelos surpreendentes de imediação histórica, tanto pelo vínculo que os liga às decisões tomadas e às suas conseqüências, como por sua preocupação com proporcionar-lhes um relato, uma tradução e uma interpretação próximas.

Claro, não se considerarão propriamente históricos, nem mesmo “imediatos”, nem os “Comentários” de César, nem as “Memórias de guerra” do general De Gaulle⁸, os primeiros porque se revelam de maneira demasiado rasteira um relatório justificativo, as segundas porque o desenvolvimento concomitante da pesquisa histórica “imediate”, precisamente, infirma muitos de seus dados. Como considerar histórico esse diário de bordo quando, de todas as partes, surgem trabalhos, quer sobre a história das relações entre os Aliados, da Resistência francesa ou quer sobre o nascimento dos nacionalismos na Ásia e na África, que situam esse monólogo majestoso muito mais na categoria das belas crônicas de cavalaria?

A crônica de guerra, um modelo de história imediata

Charles de Gaulle memorialista é, ao mesmo tempo, precioso e substituível, ou em busca de verificação, numa época em que essa operação é fácil. Já seus predecessores no exercício da crônica de guerra, Joinville ou Villehardouin, são insubstituíveis. Testemunhas e atores, combatentes e negociadores, sofrendores ou gloriosos, íntimos do Príncipe e em contato com seus inimigos, eles praticam apaixonadamente uma história no presente cujo subjetivismo não altera a riqueza.

Que historiador “sério” iria mais longe na evocação dos progressos do espírito crítico, na época e no círculo do mais cristão dos reis, do que Joinville⁹ contando sua captura pelos sarracenos, no Nilo? Citando um de seus tenentes — que incitava ele e seus camaradas a se deixarem antes massacrar pelos infiéis, “pois assim iremos todos para o Paraíso” — esse íntegro homem de ação nota simplesmente: “Não cremos assim.” Para um confidente de Luís IX, isso significa muito. Teria Michelet ousado anotar tal coisa, cinco séculos mais tarde? O fato de ter passado, de repente, da familiaridade do Temerário à de Luís IX e, mais tarde, dos mais altos cargos a uma cela de ferro de Plessis-lez-Tours não impede Philippe de Commines¹⁰ de praticar imediatamente, com uma lucidez impres-

sionante, a operação histórica. Pode-se contestar sua narrativa e sua interpretação do caso de Péronne. Tanto quanto as de Michelet ou o "Termidor" de Mathiez. E, por estar infinitamente mais distante das decisões políticas, ainda que não dos acontecimentos, a crônica de Froissart¹¹ também alimenta a sustentação do "imediatista" — ainda que este devesse rejeitar Fénelon, afirmando que o historiador mais precioso não é tanto o que alinha datas e fatos como aquele que evoca, com arte e cor, as particularidades do tempo e as singularidades de seus heróis.

Entre tantos precedentes ou modelos, porém, seríamos tentados a propor aos partidários desse tipo de história a de Lissagaray¹². Pela proximidade em que está do acontecimento, assim como pelo papel ativamente "médio" que assume, o que lhe evita pleitear *pro domo*, como a maioria dos atores-historiadores, pela diligência com que reuniu lembranças, depoimentos e documentos, assim como pela preocupação que teve de não propor ao povo uma "cantilena" falaciosa, enfim, pela sinceridade de seu engajamento, tanto menos incômodo quanto mais declarado, sua "História da Comuna" é uma espécie de clássico da história imediata. De Winock e Azéma a Rougerie, bons especialistas contemporâneos puderam descobrir muitos outros documentos, explorar arquivos, questionar esta ou aquela asserção de Lissagaray, que se situava de um só lado da barricada. Mas qual deles contesta ao velho militante da Comuna a qualidade de historiador? Lissagaray propõe o tipo de trabalho a que o "imediatista" aspira: o primeiro esboço, a primeira apresentação, a incomparável coleção de documentos perecíveis — os gestos dos vivos, a voz humana, as cores e os odores de uma multidão e de um povo no trabalho e no combate — a partir da qual as outras operações históricas se desenvolvem em profundidade.

As forças e as fraquezas da história imediata

O que faz ao mesmo tempo a especificidade e a fraqueza desse tipo de história, costuma-se sugerir, é o fato de que o pesquisador imediato, ao contrário do historiador, ignora o epílogo. Ele não sabe que César será assassinado, que os copistas das "Ricas Horas" do duque de Berry serão invalidados por Gutenberg, que as Índias se chamarão América. Ele não sabe o que será a velhice de Barre, nem a utilização na Europa da energia solar, nem o papel eleitoral da televisão na época dos programas por cabo.

Mas que historiador do cristianismo nascente, na época em que Puech se formava, podia levar em consideração os ensinamentos dos

manuscritos do mar Morto? E que medievalista seria bastante ingênuo para acreditar que a rota da seda revelou todos os seus segredos? O castelo de Mirabeau não soltou todos os seus documentos. Onde a busca do historiador se detém no definitivo, se paralisa no irremediável, se inscreve no mármore? Fim da história? Talvez. Mas fim da operação histórica... Sobre o cadáver embalsamado da história, os historiadores ainda pulularão, à busca de uma correspondência inédita, de uma folha de temperaturas, de um diagnóstico dissimulado pelo segredo médico, de uma declaração de imposto...

O "imediatista" não é tão solitário, tão desarmado em sua ignorância do "desenlace", já porque seu próprio trabalho é um dos atos do drama, considerando-se resolutamente isso e assumindo sua função de acompanhamento cego — o trabalho do "historiógrafo do rei", por exemplo —, já porque a matéria que ele escruta forma um bloco bastante delimitado para que as evoluções posteriores transformem radicalmente seja a sua natureza, seja o seu sentido.

Tomemos, para o primeiro caso, o exemplo de Edgar Morin publicando uma série de artigos no "Le Monde", no âmbito do acontecimento de maio de 1968, descrição já histórica do acontecimento, de uma profundidade não superada desde então. Quando não se contenta com transformar-se em historiador, o sociólogo-repórter se transforma em história, se confunde com ela, menos observador do que motor, talvez. O que também é o caso de L. Trótski, publicando sua "História da revolução russa" numa época em que ainda pode esperar modificar seu curso. Pouco lhe importa *saber* se Stálin morrerá poderoso, exilado ou assassinado. Importa-lhe fazer de seu relato e de sua interpretação uma defesa de outro curso revolucionário.

Um exemplo de fazedores de história: os repórteres do caso Watergate

Talvez seja o caso também dos dois jornalistas do "Washington Post", Bob Woodward e Carl Bernstein¹³, autores da formidável reportagem histórica intitulada "Os homens do presidente" que demonstra com uma minúcia implacável as engrenagens do caso Watergate. É claro que, tanto para esses dois repórteres, como para o redator-chefe que os ajudou a realizar a enquête antes que ela assumisse as proporções de um livro, Benjamin Bradlee, não se trata apenas de descrever uma ferida: trata-se de incisá-la para curá-la. O historiador-repórter entra, aqui, em seu tema não só para dele fazer

um acontecimento — o que é, em primeiro grau, seu ofício —, mas para fazer desse acontecimento o fim de certa história.

Um dos melhores comentaristas da atualidade internacional, ao observar recentemente a estupefação provocada na maioria dos “especialistas” por certos acontecimentos maiores de 1977 — da ruptura da União da Esquerda à visita de Sadat a Jerusalém — sugeria que a imprevisão, ou mais precisamente a antiprevisão (“nenhuma negociação direta entre Israel e os árabes é possível a curto prazo”) acarretava a invalidade de comentar. Que esperar de um analista que não soube ser profeta? Se excluo as possibilidades de o presidente egípcio visitar Israel, de que valem as explicações que darei em seguida?

É levar longe demais a humildade histórica. As duas funções, de previsão e de crítica, parecem de fato bastante distintas. No caso de Anwar el-Sadat, o psicólogo (“este homem é um jogador”) e o economista (“o Egito está arruinado...”) podiam de fato predizer que o líder do Cairo tentaria esse procedimento. O historiador mais sério, mais perspicaz deveria computar os empecilhos do passado, as inibições socioculturais, os vetos diplomáticos, regionais e planetários, para excluir essa hipótese. E, se necessário, transformar em seguida a sua surpresa histórica em motor da investigação crítica. O imprevisível também pode ter um sentido, uma racionalidade. Quem, no limiar do século VII, pode anunciar que em menos de um século os árabes estarão em Poitiers? Nem um Claude Cahen da corte merovíngia, nem um precursor de Ibn Khaldun. No entanto, as explicações mais judiciosas desse prodígio abundam.

A “autoridade” do historiador (“imediatista” ou não) não provém da aptidão a prever o prodígio — vitória de Davi ou pacto germano-soviético de agosto de 1939. Afinal, quem havia anunciado mais claramente, durante o verão de 1940, a derrota alemã, De Gaulle ou Marc Bloch? O vigor da sua certeza faz de Charles de Gaulle um estadista, mas é o autor de “A estranha derrota” que é historiador. O que garante, então, a autoridade crítica é a racionalização do fabuloso, é a operação que consiste em extrair do acontecimento que muda abruptamente os dados de um jogo os elementos da nova distribuição das cartas para o prosseguimento do jogo até o momento em que seu desenrolar, se não suas regras, for abalado pela apoplexia de um jogador ou pela invenção de novas cartas.

A história do presente ignora a conclusão do que ele estuda

Incapacidade de prever ou impossibilidade de saber, a ignorância em que costuma se encontrar o historiador “imediatista” quanto à con-

clusão do período que estuda pode ser uma força, ou uma virtude. Não seria mais profundo, mais significativo, o historiador que, estudando o início da Reforma na França, nada soubesse ainda da noite de São Bartolomeu? Que força está ligada à ingenuidade! Que adequação ao fluxo e ao refluxo da relação de forças ela assegura! Conhecer o desfecho de um combate talvez leve a subestimar o vigor, o dinamismo do vencido. Busca e aferição das mudanças, a história talvez o seja melhor quando considera o curso dessas transformações, independentemente do desenlace. E como isolar melhor esse curso de seu fim, especificá-lo, restituir-lhe sua “abertura”, do que mantendo-se aberto a todas as hipóteses?

Poderá um historiador da colonização dar hoje, com toda a sua ciência, sua honestidade, a segurança da sua documentação, uma idéia da candura das ilusões coloniais no início da década de 1880, até Langson e as unhadas de Clemenceau? Ele pode citar os textos da época, é claro. Mas poderá reencontrar certo tom? Não levaremos mais longe este frágil elogio da ignorância. A operação histórica consiste, evidentemente, em comparar as categorias, as seqüências a princípio classificadas. A queda do reino franco esclarece a primeira incursão, as negociações com o doge, a tomada de Jerusalém. Ainda assim, Villehardouin e Joinville...

Os homens da história imediata

Tentou-se opor comodamente o historiador clássico ao “imediatista” através da antítese horizontalidade-verticalidade. O primeiro se estende ao longo de um universo histórico e de uma “grande superfície” de lugar e tempo, por mais estreito que possa ser seu campo de pesquisas declarado. O estudo das operações monetárias da guilda dos mercadores da Antuérpia no século XVI se articula tanto sobre os trabalhos de Marc Bloch quanto sobre o dos historiadores da pintura flamenga, sobre os arquivos medievais de Gand e sobre o estudo dos bancos alemães, dos especialistas dos conflitos religiosos do Renascimento, dos cronistas marítimos e dos analistas do mundo renano, dos hispanistas. Tudo isso estendido numa longa seqüência de séculos. O segundo coloca seu estudo como uma escada ao longo de um muro, o muro do acontecimento. Ele precisa subir depressa nela, sondar de um só lance, descobrir rápido, exprimir-se numa espécie de arroubo, pressa e ardor. Aparentemente, pelo menos.

Porque a pequenez do prazo em que de ordinário opera o “imediatista” é com cada vez maior freqüência compensada pela diver-

sidade das fontes de informação que hoje se lhe oferecem. Tomemos o redator de um grande jornal japonês ou americano, ou da agência France-Presse. Ele dispõe de uma console eletrônica que, no exato momento em que se desenrola o acontecimento, responde a suas perguntas sobre tudo o que foi publicado sobre o tema desde há vários anos, enquanto seus correspondentes lhe telefonam de Pequim, do Cairo, de Moscou e do México.

Que historiador não sonhou ver projetar-se até ele, em tal borrasca, a totalidade do mundo falante? Borrasca a ser ordenada, é claro, dominada, delimitada e recuperada como energia criadora de conhecimento: problema técnico. Esse ciclone arrasta mil inverdades e idéias falsas, propaganda e influências negativas? Claro que sim. Muito mais, porém, do que os arquivos do papado de Avignon ou da Okhrana? O "imediatista" que o fosse plenamente — isto é, na noite da morte de Richard Nixon, Henry Kissinger escrevendo uma biografia de seu ex-chefe — disporia naquele instante de uma força historiográfica quase incomparável. Somar-se-ia subitamente a seu próprio conhecimento a reação de cinco continentes, dos professores alemães, dos sociólogos franceses, dos jornalistas ingleses, dos observadores árabes e israelenses, dos porta-vozes russos e chineses, dos pesquisadores japoneses, dos negociantes de Cingapura, de Gustav Husak, de Amin Dada e de Pinochet. De repente, numa simultaneidade a princípio asfixiante, depois embriagadora, depois florescente. É essa massa prodigiosa que lhe pedirá para ordenar como um demiurgo, no tempo devorado que é o da história imediata — quando o historiador dos haféssidas ou dos incas consagra tantos anos para reunir, explicar, fazer frutificar cem inscrições e doze narrativas de viajantes...

A eletrônica fez irrupção na história imediata

A irrupção da eletrônica na historiografia não permite apenas um formidável desenvolvimento do quantitativo e de todas as "metrias" imagináveis. Ela multiplica as possibilidades, os riscos e a ambigüidade da imediação cronológica, mais ainda do que o fizeram, de um século para cá, os meios de comunicação de massa, os quais, observemos, sucederam-se em três ciclos: o da grande imprensa, que se desenvolve após o caso Dreyfus, de que recebeu singular impulso; o do rádio, de que Hitler e Roosevelt foram os usuários mais eficazes antes da equipe da rádio de Londres; o da televisão, que assegurou a vitória eleitoral de Kennedy e o prestígio de De Gaulle.

Não se pode reduzir o desenvolvimento da história imediata a nenhuma dessas três expansões. Lissagaray escreve antes de a imprensa informativa se desenvolver na França; Trótski pouco recorre aos recursos radiofônicos, os microfones utilizados por Lênin só se dirigiam às massas operárias e a burocracia stalinista era cuidadosamente insonorizada; e a televisão desempenha apenas um papel secundário na enquete dos dois repórteres-historiadores do "Washington Post". Mas quem poderia escrever uma obra séria sobre o fenômeno nazista sem ter ouvido, e feito ouvir, a voz do fôhrer chanceler vomitada nos microfones do Sportpalast ou do estádio de Nuremberg, aquela rouca invocação das forças da floresta?

O disco, aqui, é insubstituível, bem como o filme. A história da V República é, antes de mais nada, talvez, uma história da sua televisão, imagens de três presidentes, lutas de tendências pelo controle permanente da tela, debates pelos tempos de vídeo, manobras pelo aparecimento nos grandes programas, que fazem e desfazem os índices de audiência.

O historiador do presente não pode utilizar todas as suas fontes

Jornais, rádio, televisão: em todas as situações em que os diversos usos da mídia o colocam, o jornalista-historiador — a menos que ele próprio seja o objeto de seu relato — tem de enfrentar um risco muito particular: o da ruína das suas fontes. Na medida em que é, ao mesmo tempo, o reflexo e o criador de acontecimentos, ainda que não de dinâmica social, o "imediatista" serra constantemente o galho em cima do qual trabalha. A utilização do diário íntimo de Alienor de Aquitânia não poderia comportar, para o historiador, outro risco além de perturbar o recato de seus leitores. No entanto, a revelação das confidências de certo chefe de governo do terceiro mundo, em 1978, começa por fechar as portas de um ou vários países para aquele que conduz a enquete. Quem quiser escrever uma história da Guiné a partir de 1958 terá de esquecer a metade do que aprendeu, senão ver-se-á privado do recurso a qualquer fonte local durante longos anos. Assim se opera uma arbitragem misteriosa entre o conhecido e o "a conhecer". Que orientalista contemporâneo, que africanista não conheceu esse tipo de debates internos?

Esses problemas não se colocam apenas além das fronteiras da Europa. A menos que lance as enquetes e os livros no mar, como garrafas isoladas umas das outras, ou que pratique a estratégia da terra queimada, todo "imediatista" é obrigado a um pesado dever

de reserva em relação a seus informantes e a seus temas. Não há grupo, personagem, instituição que não tenha seus segredos a preservar e que não responda à revelação intempestiva com a ocultação definitiva. Que historiador do 13 de maio de 1958, da “esquerda unida” ou das eleições de março de 1978 não precisará pôr na balança sua sede de contar tudo e o risco, para suas pesquisas futuras sobre temas conexos, de falar de maneira demasiado crua do papel do dono de bar Ortiz num caso e, no outro, de determinado “aceito” do patronato a uma ou outra das organizações de esquerda?

O historiador do presente é coletor de fatos e produtor de efeitos

Por mais imediatista que seja Charles Tillon¹⁴, ao escrever a história do seu processo de exclusão do PCF, ou Jacques Ozouf, ao esclarecer numa noite de maio de 1974 as implicações da eleição do terceiro presidente da V República, eles são ao mesmo tempo coletores de fatos e produtores de efeitos. De efeitos imediatos. Pouquíssimos especialistas podem medir o impacto produzido sobre a sociedade comunista pelas revelações e o requisitório do ex-dirigente das FTP. Muito mais numerosos são os que podem apreciar os efeitos das análises imediatas e reveladoras sobre as relações de forças no seio da esquerda francesa. Em todo caso, esses dois tipos de “imediatistas” não podem escrever no mesmo estado de espírito do autor de “A civilização da rena” ou de “Guerreiros e camponeses”.

Esse tipo de pesquisador deve, ao mesmo tempo, proteger suas fontes em vista de suas obras futuras — não basta criticar o sistema de fabricação da Peugeot para ser bem recebido pela direção da Citroën — e prognosticar o impacto que o espelho estendido por sua mão sobre determinado aspecto da sociedade contemporânea terá *hic et nunc*, isto é, tanto de imediato como no que concerne a seu território de pesquisas no futuro. Tal historiador iniciante vê se abrirem todos os campos de exploração para si? O mundo de 1978 é, talvez, menos permeável ao pesquisador do que o de 1878: quantos países, sem falar do caso limite do Camboja, são inacessíveis a quem quer mergulhar nos arquivos, ou interrogar governantes e governados? Um bilhão de asiáticos, a quase totalidade dos africanos, a maioria dos sul-americanos são verdadeiras “bibliotecas vivas” — mas proibidas aos pesquisadores. Era tecnicamente mais fácil escrever a história dos impérios africanos e das migrações malaias há um século do que hoje. E Charles-André Julien¹⁵ fez muito bem em preparar sua história do Marrocos antes que a cortina policial também baixasse sobre os arquivos em Rabat.

É verdade que a informação pluralista sobre o mundo tornou-se incomparavelmente mais rica. Um bom observador do mundo presente afirmava recentemente que o homem mais bem informado que já existiu é o pastor de ovelhas anglófono dotado de um bom transistor: pode-se imaginá-lo isolado nas montanhas, o ouvido colado a seu rádio do raiar do dia à meia-noite. O universo inteiro lhe é narrado pelas inúmeras vozes das emissões em inglês vindas de quase todas as capitais dos cinco continentes. Amin Dada lhe fala ao vivo e Teng Siao Ping pela voz de seus arautos. Talvez — talvez — esteja muito mais bem informado ao adormecer do que, dez séculos antes, um irmão converso de Jumièges.

Incomparável, em todo caso, é a provisão de que o “imediatista” pode se nutrir. A televisão francesa apresentou, nos últimos dias de 1977, um maravilhoso conjunto de documentos, que deve ter feito alguns historiadores, egiptólogos e medievalistas incluídos, sonharem: a coleção de filmes de Albert Kahn, esse banqueiro do início do século que levou sua câmara aos quatro cantos do mundo, mais particularmente e várias vezes, às calçadas dos bulevares de Paris. Imaginem um êmulo de Kahn sistematizando essa última enquete e rodando uma hora todos os anos, durante duas ou três décadas, no mesmo ponto da esquina da rue Richelieu com a Drouot. Que riqueza de indicações sobre a evolução dos transportes, do vestuário, do penteado, da morfologia feminina (ou masculina), sobre os níveis de vida, a publicidade, a imprensa, o amor, a natureza dos espetáculos, a duração da vida... Uma coleção de vasos gregos diz muito a um helenista. Mas que dizer então desse meio de enquete?

Objetarão, decerto, que quanto mais a técnica documentária é diferenciada, de alto nível e cara, mais a liberdade do historiador é frágil. Quando se coloca o problema do financiamento, do “produtor”, das despesas de viagem, também se coloca o da liberdade de manobra e de expressão. O historiador contemporâneo, é claro, pode utilizar aparelhos e um material que não requeiram um investimento que aliene a sua liberdade. No entanto, a evolução que vai no sentido do equipamento moderno do pesquisador pode levar bem longe e já impõe certa vigilância.

O problema da objetividade

Não menos do que esse perigo evidente, múltiplo e tantas vezes assinalado, que espreitaria o pesquisador contemporâneo muito mais do que qualquer outro e que podemos resumir com a palavra subjetividade. Que resta, na historiografia contemporânea, do “objeto”

carregado de uma verdade sacramental, na qual o positivismo se julgava irredutivelmente instalado? Ninguém mais acredita que uma pesquisa — e, com mais razão ainda, uma descoberta e uma relação mais ou menos causal — não seja guiada por algum pressuposto filosófico ou pelo ambiente sociocultural do historiador.

“Os ‘fatos históricos’”, escreve Michel de Certeau, “já são constituídos pela introdução de um sentido na ‘objetividade’”. [As aspas aí são significativas.] Eles enunciam, na linguagem da análise, ‘opções’ que lhes são anteriores, que não resultam portanto da observação — e que sequer são ‘verificáveis’, mas ‘falsificáveis’ graças a um exame crítico.”¹⁶ No entanto, essas opções, já tão evidentes em Mathiez, não serão exacerbadas, avivadas na prática do “imediatista”? Por mais passional que possa ser a relação entre Tucídides e Alcibíades, entre Camille Jullian e a hierarquia franca, entre Seignobos e os jesuítas, a relação que um pesquisador mantém hoje com Franco, com o partido comunista albanês ou com François Mitterrand pode vir a ser mais violentamente condicionada pelos engajamentos políticos ou filosóficos. Não obstante, será inevitável que o cidadão-pesquisador seja mais seguramente condenado à miopia partidária se se interrogar sobre a política fiscal de Raymond Barre do que se estudasse a política religiosa de Carlos IX? Ligado a seu tempo, à sua cultura, a seu meio criador, ele exprimirá com certeza esse feixe de condicionamentos na orientação da sua pesquisa e na interpretação que dará. Terá nisso um predecessor célebre, Jules Michelet, e as imagens contrastadas de Joana d’Arc e de Napoleão, que seu gênio violento impõe à ideologia popular da França.

O historiador do presente permanece honesto ao manifestar suas opções

Condenado aos afloramentos da subjetividade, o “imediatista” encontra a salvação no aclaramento de suas orientações. É se manifestando que ele se neutraliza, ou abre para si as portas da equidade. É assinalando os desvios da bússola que pode reconhecer-se imparcial. É progredindo mascarado que o pesquisador do imediato se afasta com mais segurança da operação histórica. O que constitui o valor de grandes obras “imediatas” como “O arquipélago de Gulag”¹⁷ é a clareza das afirmações preliminares e a transparência do propósito. Um homem conta uma experiência incomparável. Põe na mesa os documentos que obteve à custa de sua vida. Clama o que sabe e o que supõe. Por isso é plenamente inteligível.

História, tudo isso? Uma hagiografia, um requisito, isso proporciona no máximo uma matéria-prima histórica, resmungará o professor, se não falar de “jornalismo sensacionalista”. Contudo, acaso podemos sustentar que o jornalismo cessa quando o trabalho do pesquisador abole o acaso, ou quando restringe rigorosamente sua parte inalienável? Esse acaso, que marca de maneira tão profunda a atividade jornalística, está ligado não só ao que o próprio ofício, sua prática e suas realizações têm de improvisado, de descontínuo, de caprichoso, mas também às peripécias da vida social.

Estar presente no momento do incêndio do Bazar da Caridade, da passagem da fronteira austríaca pelos primeiros panzers, quando Castro desce da Sierra Maestra para entrar em Havana, quando De Gaulle profere o “Eu vos compreendi!”, eis uma reputação feita. Estar ausente do Cairo, de férias ou doente no momento em que eclode, em 1952, a revolta dos oficiais, no momento em que Sadat se diz pronto para ir “ao fim do mundo, ou até mesmo à Knesset”, e eis um homem perdido para a imprensa. O jornalismo, forma elementar e balbuciente da história imediata, é terrivelmente tributário do “furo”, da notícia inédita e, ao mesmo tempo, surpreendente, como a divulgação do acordo Laval-Hoare sobre a Etiópia, que fez a glória de Geneviève Tabouis. Mas acaso o historiador também não está em busca do “furo”? Os manuscritos do mar Morto ou o relatório de Fournier sobre sua enquête em Montailhou também são furos. No entanto, o jornalista assim sacudido pelo capricho do acontecimento continua sendo um candidato à operação histórica, na medida em que, testemunha, ator, mediador, motor ou observador, ele introduz em sua pesquisa uma vontade racional de situar, de ordenar essas seqüências e relacioná-las a um sentido pelo menos problemático.

Uma vontade de amealhar, também. Por mais curto que seja o prazo que lhe é dado para aclarar o conflito vietnamita-cambojano, ou uma greve na Michelin, o observador do imediato iniciará a operação histórica na medida em que a diversidade de suas fontes e a amplitude da sua documentação lhe permitirem cruzamentos e verificações. Vimos que, nesse domínio, o tempo não influi, ou, em todo caso, cada vez menos. O jornalista-camundongo rói gulosamente suas avelãs. O historiador-esquilo as acumula. O “imediatista” acumula roendo. A qualificação desse trabalho é menos função do tempo do que do espaço. Ela depende menos do ritmo — instantaneidade ou recuo — do que da abertura do “compasso” crítico.

A VOLTA DO ACONTECIMENTO

Embora o “acontecimento” tenha sido durante um século a matéria-prima da história positivista, “objetiva” e passadista, an-

tes de ser burilado pela escola dos *Annales* e enrolado numa enorme continuidade, a irrupção que ele faz de novo na cena da história é irresistivelmente ligada à tentativa de mediação histórica.

O acontecimento é duplamente definido pela ruptura e pelo conhecimento. Ele necessita da diferença e do barulho que faz. Afinal de contas, pode muito bem não ser mais do que um epifenômeno bastante secundário no processo de mudança social. Que acontecimentos o caso Boulanger, a bomba de Vaillant, o processo de Madame Caillaux! Mas se for preciso avaliar como uma sociedade se move, como uma mudança coletiva se dá, constataremos que o "acontecimento" não raro é apenas criador de emoções passageiras. O movimento que importa descrever situa-se com frequência fora da grande feira dos rumores: assim, costuma-se distinguir o historiador do jornalista pela diferença dos níveis de escuta. O primeiro, como o índio batedor, preocupa-se menos com o rodeio na superfície do que com os ecos vindos do solo, em que encosta o ouvido. Para ele, a história é uma sequência de sonoridades surdas que, nos últimos cinquenta anos, vão da invenção da penicilina à da pílula (a primeira só se tornou um acontecimento bem depois da descoberta de Fleming) e da mudança da relação de forças entre mencheviques e bolcheviques, em 1912, no discreto congresso de Praga, ao reconhecimento da supremacia dos ruralistas de Hunan sobre os leninistas xangaienses na conferência de Tsun-yi (1935) — depois do que os dados estavam lançados para o assalto do Palácio de Inverno e o Gulag, para a tomada de Pequim e a "revolução cultural".

Claro. Mas o acontecimento conserva seu valor específico, seu dinamismo próprio. Deve-se ver nele o ponto de convergência, ainda que não de reconciliação, entre o "imediatista" e o verdadeiro historiador? Tentar-se-á descobrir para o primeiro outro "território" que não esse, se bem que, por enquanto, sua contribuição diga mais respeito à guerra do Kippur do que ao crepúsculo do franciscanismo na Puglia depois do fim do fascismo. O que distingue o jornalista do "imediatista", porém, talvez seja a aptidão a relatar e circunscrever o acontecimento em sua realidade.

Onde se situa de fato o acontecimento? Na condenação do capitão Dreyfus? Na publicação pelo jornal "Le Figaro" do fac-símile da letra de Esterhazy? Na invenção por Barrès do "partido dos intelectuais" partidários de Dreyfus? Na revisão? No que tange ao episódio do relatório Khruchev, estará em seu enunciado misterioso, na forma que "L'Humanité"* deu à sua semidivulgação, no fato de que

* Jornal do Partido Comunista Francês. (N.T.)

esta foi garantida pela delegação polonesa, no eco que lhe fez a imprensa mundial? E, tratando-se do afastamento de Mao Tsé-tung em 1959, vê-se bem onde se abre a falha histórica. Mas e o acontecimento? A imprensa internacional comenta sua mudança de estatuto. Só que para afirmar sua ambigüidade. Ninguém, então, nem mesmo Edgar Snow¹⁸, dá à informação sua dimensão de acontecimento quase termodinâmico.

No acontecimento verdadeiro — Dien Bien Phu, Dallas, Bandung, volta de De Gaulle em 1958 — aliam-se as forças de mudança e as potências da informação. A história também segue outros caminhos, e a diminuição do índice de natalidade do povo chinês entre 1960 e 1970 pesará muito mais nos séculos vindouros do que as mudanças de titulares no Eliseu ou na Casa Branca. Mas o acontecimento verdadeiro acaso não é sem fronteiras? É na busca de seus harmônicos, de seus ecos que consiste sobretudo a operação histórica. O ano 2200 pouco se preocupará, talvez, com as tribulações e avatares de um general francês em meados do século XX. Todavia o que talvez ainda contará será o processo de decomposição, na França, da democracia representativa, inventada três séculos antes na Inglaterra, e a ascensão de um sistema sociopolítico baseado, ao mesmo tempo, na centralização, na industrialização e na tecnocracia.

Os meios de comunicação de massa restituíram a novidade ao acontecimento

O acontecimento não data evidentemente da emergência da grande imprensa, do rádio e do cinema-televisão. A redação dos *cahiers de doléances** e a volta da ilha de Elba foram acontecimentos, na medida em que a opinião pública foi direta e dramaticamente alertada. Entretanto, não é impossível que o avanço dos três grandes meios de comunicação de massa desde o fim do século XIX, deixando pressagiar um formidável desencadeamento do "acontecimento monstro", tenha contribuído para provocar a reação da escola dos *Annales* e seu posicionamento contrário à ditadura do fatual. O debate continua aberto. Todavia, como a proscrição da história instantânea em benefício do passado, reduzido pelos positivistas ao estado de objeto científico, não proscrevera o acontecimento, por estar ele embalsamado numa antiga mortalha, assim a história anti-

* Memorial com pedidos, propostas e queixas dirigidas ao rei pelos estados gerais. (N.T.)

fatal pode se harmonizar com o conceito de imediação. O diário de um encanador do XIX distrito de Paris e o estudo sistemático da vulgarização dos banheiros no mundo rural sob a V República são, ou seriam, história imediata, e não fatal.

No imediato, os “pequenos” se calam

É verdade que o “imediatista” tende a trabalhar com os “picos”. Primeiro, porque é lá que deflagram as mais belas tempestades e porque, na maior parte dos casos, ele é marcado por uma formação de jornalista. O mal que atinge Georges Pompidou retém sua atenção de preferência às afecções similares de que sofriam, na mesma época, algumas dezenas de pequenos funcionários. E sua documentação sobre a reação do povo egípcio à hipótese de uma paz com Israel se avoluma com declarações de estrelas do Parlamento e da imprensa antes que a elas se somem as dos cantoneiros do delta ou dos felás de Said. Por várias razões. Primeiro, porque embora a principal diferença entre um espião e um correspondente estrangeiro seja que o primeiro tem a obrigação de citar suas fontes a seus empregadores e não o segundo, uma enquête jornalística só é julgada crível se for recheada de citações mais ou menos prestigiosas. Em seguida, porque é infinitamente mais fácil colher a opinião de um “figurão”, cujo ofício não raro é este e que sai ganhando com isso em prestígio e influência. Um “pequeno” quase sempre tem tudo a perder exprimindo-se. Ninguém lhe vai ser grato pela verdade que ele tiver proferido. Só saberá que ele falou quem achar que há reparos a fazer no que ele disse. Daí a dificuldade da enquête a rés-do-chão, pelo menos para aquele que deve constituir rapidamente sua documentação. Para colher os elementos de seu admirável “Rumor de Orléans”¹⁹, foram necessários meses de enquête a Edgar Morin e sua equipe. E eles estavam na França, numa área de trabalho minúscula, numa sociedade em que, afinal de contas, a palavra é livre — mas não irresponsável. Os picos que na maior parte das vezes o historiador do imediato ronda — e o próprio Tillon, contando o processo por bruxaria que a direção do PCF partidária de Thorez moveu contra si, só fala dos hierarcas, ficando a “base” ausente do debate — não são povoados apenas pelos “grandes”. Eles também se erguem, com uma espécie de altura convulsiva, acima da paisagem da banalidade. São o excepcional, o surpreendente, o nunca visto. São o atípico por excelência. O jornalista mais sério, dotado da cultura histórica e sociológica mais completa, pode exercer seu ofício de tal maneira que o mundo seja feito exclusivamente para

ele de atos de violência, fome, conflitos e êxodos. Só lhe é proporcionada raramente a oportunidade de considerar uma sociedade em seu cotidiano monótono e verdadeiro. Para ele, os cabilas constituem um povo de guerrilheiros, os irlandeses uma nação de terroristas, os mineiros da Lorena uma sociedade de grevistas.

Quem dentre nós, jornalistas, repórteres, “imediatistas”, não se surpreendeu sonhando com um tipo de enquête que restituisse à vida coletiva sua banalidade, sua horizontalidade? Quem não teve vontade de descer dos picos para caminhar no vale médio e conhecer, enfim, uma humanidade libertada de seus espasmos, de seus paroxismos, uma humanidade refletida no simples espelho dos dias que passam?

A atualidade hoje é comandada pelo sensacional

Claro, a atividade do pesquisador do imediato, com frequência um jornalista, é comandada por uma concepção da atualidade baseada no sensacional. O diretor de um dos dois ou três jornais dignos desse nome na França, como o de uma coleção de história recente de uma grande editora, encomenda mais facilmente uma enquête sobre os sonoros palestinos do que sobre os silenciosos estonianos, sobre a Argentina agitada do que sobre o México modorrento. A regra dos duelistas de pouco tempo atrás, a do “primeiro sangue”, também é a da imprensa de hoje. Mostre-me sua mancha de sangue que lhe concederei a palavra...

Será necessário inverter, ou burilar essa regra. Será preciso que, melhor equipado intelectualmente do que há algum tempo e muito melhor tecnicamente, o pesquisador do presente possa enfim ser admitido a caminhar nas encostas moderadas dos países cuja história se escreve no singular, das províncias e dos bairros cuja vida é, a princípio, uma sequência de dias. Veremos então operar-se uma surpreendente junção entre esses “amadores” e os profissionais da enquête quantificada, racionalizada, duradoura. Constataremos que entre a história da revolta estudantil de Alain Touraine, a enquête de Josette Alia sobre os cristãos do Oriente, um livro da coleção “Terra humana”, dirigida por Jean Malaurie²⁰, uma reportagem de Jean-Claude Guillebaud sobre a Eritreia, “Japão, o terceiro grande”, de Robert Guillain, e os melhores êxitos da coleção “Testemunhas”²¹, há mais diferenças nos métodos de trabalho e na matéria-prima do que nas contribuições ao conhecimento de nosso tempo.

ALGUNS MODELOS

Na medida em que se opta pelo duplo imperativo de rapidez de execução e de cruzamentos dos documentos e de multiplicação das fontes, o trabalho solitário se torna cada vez mais problemático, se não inconcebível. Vivemos, talvez, a época dos últimos artesãos do solilóquio. Cada vez mais se criam coletivos, tanto visando a pesquisa do imediato como o que diz respeito à operação histórica. Um dos modelos, no plano do jornalismo, é o que propõe a equipe dos melhores repórteres e analistas do "Sunday Times" londrino.

Especialmente por ocasião da quarta guerra árabe-israelense de outubro de 1973, esse grupo de jornalistas britânicos realizou e publicou num prazo de algumas semanas uma enquête que pode ser considerada como um modelo do gênero. É preciso que os franceses sejam muito individualistas e considerem abusivamente a pesquisa e a descoberta como uma daquelas "proezas" — em que esse Pitts via, a justo título, uma das razões de ser do povo gaulês — para que esta ou aquela das melhores publicações francesas ainda não tenham agido dessa maneira — "Le Nouvel Observateur" limita esse tipo de trabalho a problemas ditos "de sociedade". A menos que o façam dando ao conjunto da pesquisa coletiva a assinatura única do "chefe", como ainda acontece com frequência no domínio feudal da pesquisa médica...

Antes de se organizar e se sistematizar esse tipo de pesquisa plural, a história imediata pode reivindicar um bom número de obras-primas. Claro, podemos nos interrogar sobre a natureza de uma evocação como a da revolução de 1848 por Tocqueville, maravilhoso exemplo de lucidez instantânea e de vivacidade criadora. Mas as "Memórias", com o que têm de resolutamente introvertido e a distância que seus autores se prometem entre redação e publicação, podem de fato ser acolhidas na categoria da história imediata? O mesmo se dá com as de um Victor Serge, indispensáveis, no entanto, para a história do século XX.

Dissemos até que ponto a história de Trótski pode ser considerada como uma referência. Claro, é preciso citar Marx, do jornalista londrino ao historiador do "18 brumário de Luís Bonaparte" ou da Comuna. Impressionantes também são os precedentes propostos pelo David Rousset de "O palhaço ri" e, mais ainda, pelo Marc Bloch de "A estranha derrota". Em ambos os casos, um espírito vigoroso, colocado ou se colocando diante do inimaginável, aplica-se a fazer funcionar lucidamente seu espírito analítico e seu equipamento cultural para compreender e dar a compreender, medir, prever, sugerir.

Mas quem quiser encontrar a qualquer preço um modelo, irá achá-lo antes na obra de um historiador do que na de um jornalista. Com todas as suas imperfeições, esse modelo parece-nos ser "A África do Norte em marcha", de Charles-André Julien²², escrito no fogo dos acontecimentos que abalaram o Magreb 25 anos atrás e publicado no momento mais confusamente dramático, se não foi o mais trágico da descolonização da África branca: o verão de 1952, aquele em que uma ameaça de deposição do beí de Túnis combinava-se com o aumento dos riscos na Argélia e a conjunção, no Marrocos, entre a camarilha do palácio e as forças populares.

Nessa torrente de tensões, de febres, de complôs, de operações de contra-informação, Charles-André Julien move-se com uma mestria implacável, iluminando com seu imenso conhecimento do passado os frutos de sua ativa enquête presente. Digo ativa, porque o historiador também era, naquele tempo, uma personagem do drama, não temendo intervir no debate com o artigo, o conselho, a admoestação. Para saber até onde pode ir a lúcida paixão de aclarar imediatamente a história em fusão é preciso ter visto Julien correr até sua editora, e mesmo até a gráfica, para corrigir as provas de seu livro em função dos últimos despachos chegados de Túnis, depois retocar de meses em meses e de edição em edição sua obra ardente.

Podem-se fazer muitas objeções a esse trabalho, marcado, ao mesmo tempo, pela precipitação da escrita, a pressa da enquête, os *partis-pris* do autor, os desmentidos ulteriores do acontecimento. Também se pode sustentar — é uma argumentação que corre, em filigrana ou não, de um parágrafo a outro deste artigo — que essa ingenuidade, precisamente, essa subjetividade e essa pressa criadora são os virtuosos atributos da "imedição". Poderão ser escritos livros melhores do que o de Charles-André Julien sobre a descolonização do Magreb; mas quem será capaz de reencontrar aquele fogo de entusiasmo ou de cólera, aquela febre de ilusões, de indignação, o extraordinário tom de fraternidade que unia, então, os militantes magrebins a seus amigos franceses mais corajosos, um Massignon, um Mauriac, um Julien?

A história imediata é uma projeção de nosso século convulsionado

É então que vemos afirmar-se a necessidade, o caráter de certa forma inevitável dessa história imediata. Não é por causa de sabese lá que capricho de editor ou de ministro, nem mesmo de uma moda que se viu nascer, mas pelo próprio fato do aparecimento de um

tipo de vida não apenas agitado, dramático — todos o foram, com exceção de algumas “sociedades frias” —, como também prodigiosamente condutor do calor social. A história imediata não é uma futilidade do nosso século. É um secreção e uma projeção.

O que caracteriza o mundo convulsionado e comunicante em que vivemos não é apenas o fato de que toda crise nos deixa em palpos de aranha, seja ela provocada pela criação de um “mochar” israelense no Golan, pelo desastre de automóvel de um emir na costa dos Piratas ou por uma greve em Cracóvia, e de que essa crise pode, a qualquer momento, subverter nossa vida, deter o processo de produção ou condenar ao frio nações inteiras — afinal, isso já acontecia na época de Sarajevo —, mas sim que esses acontecimentos sejam logo levados ao conhecimento da opinião pública, afligindo-a, projetando-a na angústia. É essa imediação da comunicação que impõe o desenvolvimento da história imediata, sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima.

O historiador e o jornalista se aproximam cada vez mais

O mundo inteiro é, a cada instante, a África do Norte de 1952. Excesso de informação ou não, todos nós recebemos a cada instante, todas as manhãs, ao despertar, uma pasta de arquivos. O mundo presente chama a todo instante seu Charles-André Julien, impetuosamente lançado no meio da confusão, armado de uma longa ciência e de uma rápida lucidez, para aclarar e ordenar essa biblioteca em marcha. Será com o fito de adquirir os meios de se ver morrer para proporcionar-se, enfim, as possibilidades de viver que a sociedade ocidental empreendeu a convergência da história escrita com a história falada? Entre Lavis e Rochefort, há um século, que havia de comum? E ainda entre Pierre Renouvin e Albert Londres, há meio século? Mas hoje, e independentemente da imensa voga da leitura histórica relativa ao “caso dos venenos”, assim como à transformação da relha da charrua no Languedoc, uma espécie de paixão unitária vinda da base forçou as duas correntes, se não a se juntarem, a trocarem informações e métodos. A imprensa e os pesquisadores “imediatistas” abriram para si a porta dos arquivos. Os historiadores sabem considerar o presente e aplicar às suas convulsões seu rigor profissional.

História, ciência da mudança, que descreve, pela ação da cultura sobre a natureza, as mutações das estruturas? Recordá-lo não é invalidar a pesquisa “imediatista”. Uma enquête rigorosa sobre

as relações entre Paris e a indústria automotora de 1970 a 1980 e de Pompidou a Giscard d'Estaing lançaria muitas luzes sobre as modificações da cultura e da sociedade francesas.

Em busca de uma tentativa de definição, o “imediatista” ver-se-ia tentado a sugerir que a disciplina que ele se esforça por praticar não tem precisamente por objeto essas mudanças, menos ainda o “mudado”; mas sim o “mudar”. Como Malraux abrindo caminho para o existencialismo trágico e literário, ao fazer o herói de “A estrada real” dizer que o que conta não é a morte, mas o “morrer”, assim o “imediatista” dirige prioritariamente sua atenção para essa passagem existencial.

Esse Sherpa da operação histórica que traça grosseiramente o caminho, carregando nas costas o fardo do acontecimento, não merece sequer que se lhe proponha fincar a bandeira no cimo da montanha. Mas, na encosta, ele escruta as paredes, fixa grampos, coloca marcos. Dar-lhe-ão um lugar na tenda, na hora de fazer alto?

Jean Lacouture

Notas

1. P. Robrieux, *Thorez, vie secrète et publique* (Paris, Fayard, 1975).
2. O ateniense Tucídides (c. de 465 a.C.) foi condenado ao exílio por não ter conseguido impedir o espartano Brásidas a apoderar-se de Anfípolis quando ele estava encarregado de vigiar a costa trácia.
3. E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324* (Paris, Gallimard, 1975).
4. O historiador V. Duruy (1811-1894) foi ministro da Educação Pública de 1863 a 1869 sob Napoleão III, que ele citara em suas pesquisas para *La vie de César* [A vida de César].
5. Ciência auxiliar da História, que estuda as inscrições nas matérias duradouras, como a pedra ou o metal.
6. Paul Veyne, *L'inventaire des différences* (Paris, Le Seuil, 1976).
7. Ibn Khaldun (Túnis, 1332 — Cairo, 1406) é o historiador árabe mais conhecido.
8. Charles de Gaulle, *Mémoires de guerre*, 4 vol. (Paris, Plon).
9. Jean, senhor de Joinville (1224-1317), acompanhou São Luís no Egito. Ele escreveu durante a velhice (1305-1309) uma história de São Luís, intitulada *Mémoire*.
10. Philippe de Comynes, senhor de Argenton (1447-1511), pôs-se primeiro a serviço de Filipe, o Bom, e de Carlos, o Temerário, mas em 1468 descobriu em Luís XI o senhor que convinha a seu espírito. Suas *Mémoires* (8 livros) foram redigidas de 1489 a 1498.
11. Jean Froissart (c. 1333 — c. 1400) é um clérigo culto que viveu entre os nobres. Tendo se tornado capelão de Chinay, dedicou-se à redação de suas *Mémoires*, inspirando-se nos pontos de vista inglês e depois francês sobre a guerra de Cem Anos.
12. Prosper Olivier Lissagaray (1839-1901) é um jornalista francês que escreveu uma *Histoire de la Commune* [História da Comuna] da qual participou. Refugiou-se em Londres.

13. Bob Woodward e Carl Bernstein, *Les fous du président* (Paris, Laffont, 1974). Autores também de *Watergate, les derniers jours de Nixon* (Paris, Fayard, 1976).
14. Charles Tillon, *Un procès de Moscou à Paris* (Paris, Le Seuil, 1971).
15. Charles-André Julien, *L'Afrique du Nord en marche*, 2 volumes (Paris, Julliard, 1972).
16. *Faire de l'histoire*, tomo I, p. 5 (Paris, Gallimard, 1974).
17. A. Soljenitsin, *L'archipel du Goulag* (Paris, Le Seuil, 1974).
18. Jornalista americano, especialista em China e amigo de Mao.
19. E. Morin, *La rumeur d'Orléans* (Paris, Le Seuil, 1972).
20. "Terre humaine", Plon.
21. "Témoins", Gallimard.
22. Dois tomos publicados por Julliard, 1972.

JEAN LACOUTURE

Nasceu em 1921. Formado em direito e letras, diplomado pela École des Sciences Politiques. Repórter especial do jornal *Le Monde*. Redator da revista *Le Nouvel Observateur*. Encarregado de cursos no Institut d'Études Politiques de Paris. "Fellow" da Universidade de Harvard. Criador da coleção "L'histoire immédiate" na editora Le Seuil. Autor de várias obras, entre as quais *François Mauriac* (Le Seuil, 1979), *Pierre Mendès France* (Le Seuil, 1981), *De Gaulle* (Le Seuil, 1984, 1985, 1986) e 1962, *Algérie, la guerre est finie* (Complexe, 1985).

GUY BOIS

Marxismo e história nova

Duas poderosas correntes atravessam a historiografia contemporânea. A primeira — o marxismo — se apresenta como uma teoria geral do movimento das sociedades, que pretende explicar pelo emprego de certo número de ferramentas específicas ou conceitos de base, na primeira linha dos quais figura o conceito de modo de produção. Ele aspira a uma visão global, coerente e dinâmica dos processos sociais. Sua influência se estende muito além dos historiadores ditos "marxistas" ou que assim se pretendem. Por múltiplas vias, ele impregnou a produção histórica, especialmente na França. A segunda é qualificada pelos que se identificam com a "história nova". Cobrindo de sarcasmos a velha história, empírica e positivista, a de Seignobos, os novos historiadores preconizam uma renovação dos métodos históricos que dará a essa disciplina um estatuto científico ("A história talvez espere seu Saussure", dizem-nos Jacques Le Goff e Pierre Nora) e possibilitará, enfim, "fazer a história".

Naturalmente, essas duas correntes não podem ignorar-se. Alimentadas, ambas, pela mesma rejeição de uma prática histórica antiquada, elas caminham lado a lado, por vezes misturam indistintamente suas águas, mas também rivalizam tanto em ardor como em desconfiança recíproca. Sua confluência ainda parcial, confusa e tumultuosa será, talvez, o grande acontecimento historiográfico desse fim de século; ela já é um fenômeno fascinante, quando mais não fosse pelo entrelaçamento das relações de alianças e de conflitos que

traz consigo. Pode-se afirmar também que, a curto prazo, o destino do materialismo histórico dependerá em larga medida do desenlace de seu confronto com a "história nova". Seus conceitos são submetidos à prova dessa renovação metodológica. Nos últimos vinte anos, a visão dos modos de produção pré-capitalistas modificou-se profundamente. Isso justifica um exame atento da confluência entre marxismo e "história nova".

QUE MARXISMO?

Porém, antes de mais nada, devemos nos precaver contra o esquematismo, ou até mesmo com relação às ambigüidades, dessas duas denominações. Tratando-se primeiro do marxismo, não podemos nos dissimular (ou dissimular) por mais tempo que essa etiqueta encobre práticas históricas bastante diferentes umas das outras e, por vezes, até estranhas umas às outras. As incidências do político foram determinantes a esse respeito. Seria inútil minimizar a extensão das deformações ou das escleroses imputáveis ao longo sono dogmático de que o stalinismo foi a expressão mais marcante. Também seria inútil imaginar que os países do Leste tenham tido o monopólio da esclerose ideológica ou, ainda, que os marxistas ocidentais dela se tenham libertado pela simples denúncia do culto da personalidade.

No plano historiográfico, o balanço provisório desse fenômeno já é uma catástrofe. Discurso estereotipado, congelamento da pesquisa (salvo em setores como a arqueologia, mais independentes da esfera ideológica), manipulação escolástica e artificial dos conceitos são seus principais sintomas. Quem quer que hoje encontre uma delegação oficial de historiadores soviéticos pode fazer essa cruel constatação. O pior é que tal paródia do marxismo alimente seu contrário, isto é, uma tendência ao abandono, mais ou menos confessada, do materialismo histórico, tendência cada vez mais perceptível em vários países do Leste e que abre caminho para a invasão ideológica das ciências sociais americanas. Naturalmente, tudo não está tão preto assim no quadro historiográfico desses países: pesquisadores de grande talento continuam ativos aí; manuais honorabilíssimos ainda são redigidos lá, como a "História da Idade Média", de N. Abramson, A. Gurevitch e N. Kolesnitski, de que as Éditions du Progrès nos forneceram uma tradução recente; as escolas históricas polonesa e húngara conservam sua brilhante vitalidade, e é de Varsóvia que nos vieram impulsos decisivos, com os trabalhos de W. Kula.

A prática histórica marxista está em crise

Tudo isso em nada altera o diagnóstico de crise da prática historiográfica marxista, cujos efeitos, atenuados é verdade, são igualmente perceptíveis no Oeste, onde delineiam dentro da pesquisa marxista linhas de demarcação reais. Entre uma prática compassada e timorata do marxismo, ainda prisioneira do que é dado como uma "conquista" historiográfica, e uma prática mais crítica em relação a essa "conquista", bem como dominada, antes de mais nada, pela exigência de um retorno às origens do marxismo, é grande a distância — ela, parece-me, não cessará de crescer. Atualmente, ninguém pode escapar dessa opção sem se enganar. E essa opção não é isenta de conseqüências sobre a atitude adotada por seu autor em face da "história nova". O racionalismo extremo dos que pretendem trabalhar em prol de uma renovação radical da pesquisa histórica marxista leva-os a integrar todas as contribuições metodológicas recentes capazes de serem fecundas; enquanto que, ao contrário, o arraigamento numa prática mais tradicional alimenta muito mais desconfiança em relação a essas contribuições, salvo no caso em que a abertura para a "história nova" é concebida como o biombo destinado a mascarar o apego a posições dogmáticas.

QUE HISTÓRIA NOVA?

Tampouco há uma "história nova". Claro, podemos defini-la sumariamente por algumas preocupações dominantes: ampliação do campo de observação do historiador pela descoberta de "novos objetos"; apelo a um conjunto de ciências humanas (antropologia, ciência econômica, sociologia, psicanálise...); aplicação de métodos quantitativos cada vez mais sofisticados, com base numa documentação serial. Mas será que isso bastaria para lhe proporcionar uma unidade? Para dizer a verdade, a "história nova" já possui sua própria história, marcada por ambigüidades e contradições.

Nascida nos anos 30, sustentada pelo prestígio de Lucien Febvre e de Marc Bloch, ela travou durante muito tempo um combate corajoso contra o positivismo que impregnava o conjunto da ideologia histórica e adquiriu, assim, uma legítima reputação pioneira. Depois, com os anos 60, veio a explosão triunfante, contemporânea das grandes mutações sociais e políticas de nosso país e do avanço do estruturalismo. Ela progride, então, em todas as direções, fazendo a "história tradicional" recuar para setores protegidos (a história da Antiguidade, sobretudo), ocupando posições estratégi-

cas na instituição universitária (*École Pratique des Hautes Études*, Collège de France). Pouco importa que os partidários dos métodos tradicionais ainda conservem na universidade um amplo poder institucional (apoiado num organismo anacrônico por sua concepção e sua composição: o comitê consultivo), a "história nova" exerce a partir de então uma influência dominante. E as ambigüidades vão nascer inevitavelmente desse próprio sucesso.

A "história nova" corre o risco de ser vítima da moda

Primeiro porque aquilo que fora, essencialmente, uma renovação fecunda dos métodos da história foi rapidamente alterado pelo fenômeno de moda consecutivo aos sucessos alcançados. Eis a "história nova" lançada como uma marca de sabão em pó! Quem permanece apegado a uma história historicista, unilinear e estreitamente fatual, irá proclamar-se da "nova escola" a fim de tornar seu produto mais vendável. Melhor, logo veremos historiadores dos mais empiristas se tornarem promotores entusiastas do refinamento estático: a elaboração das ferramentas conceituais é assim substituída pela aplicação de simples técnicas. O positivismo encontra aí uma oportunidade de sobreviver envergando um novo traje.

Enfim, como as preocupações ideológicas poderiam permanecer ausentes no momento em que a vaga de modernismo histórico rebenta? O papel dominante adquirido pela "história nova" dita-lhe responsabilidades nesse domínio. Não se trata apenas de derrubar velharias metodológicas; trata-se também de erguer uma nova linha de defesa na batalha de idéias do mundo contemporâneo. A introdução e a difusão da *New Economic History* americana são bastante significativas a esse respeito. Com uma ingenuidade divertida, Jean Heffer, na apresentação dos trabalhos dessa escola, multiplica as profissões de fé¹: a história é um "quarto de despejos" do qual convém sair (p. 82); quanto à "história total", "é preciso afirmar com vigor que, por ora, ela não é absolutamente científica por causa da sua pretensão humanista global", o que justifica a seus olhos ambições mais limitadas, certo "reduccionismo"; o adversário, naturalmente, é designado não sem condescendência: "os historiadores marxistas" (serão eles tão numerosos assim, aliás?)... que se deve "abandonar às suas quimeras" (p. 34).

Eis-nos longe das aspirações iniciais, distantiíssimos de L. Febvre e de M. Bloch, para citar apenas eles. E venham me dizer, depois disso, que existe uma história nova...! Nessas condições, seu confronto com a história marxista não pode ser simples. Em ambos

os lados, as demarcações internas são demasiado acentuadas para serem negligenciadas. Elas explicam o emaranhamento, não raro confuso e contraditório, dos dispositivos de ataque das duas correntes. Mas permanece o problema: entre o que pretende ser uma teoria geral da História e o que pretende ser uma renovação dos métodos históricos, existirão pontos de confluência?

A INFLUÊNCIA DO MARXISMO SOBRE A RENOVAÇÃO METODOLÓGICA

Notaremos antes de mais nada que o marxismo representou muito cedo um papel fecundo nessa renovação metodológica. Na medida em que ele tende a uma história "global" ou "total", que deve apreender simultaneamente os diferentes aspectos da vida social (o econômico e o mental, o social e o político), ele tem desde suas origens a vocação de se abrir sem restrições às diferentes ciências humanas. Conferindo às classes sociais e à sua luta um papel decisivo, ele volta seu interesse mais para as estruturas do que para o acontecimento superficial, mais para o coletivo do que para o individual, mais para o cotidiano do que para o acidental. Quanto aos métodos quantitativos, será preciso lembrar que Marx já fazia largo uso deles? Não é surpreendente, pois, observar a influência do marxismo no andamento da "história nova", inclusive no principal expoente da *New Economic History*, Robert Fogel, cuja formação deve muito ao materialismo histórico. A análise atenta dessa influência não seria desinteressante e sem dúvida possibilitaria perceber nela três níveis distintos.

Uma influência indireta

Há, primeiro, a influência indireta e difusa exercida pelo marxismo sobre o conjunto da historiografia francesa, mas em dois tempos bem distintos. Até os anos 50, "foi como método de análise unindo economia e história que o marxismo influenciou na França a ciência histórica", nos diz muito justamente Jean Bouvier em sua contribuição a "A história hoje"². "De certa forma, muitos fazem marxismo (ou um pouco de marxismo) sem saber, e em doses assaz variáveis." O homem que mais tem contribuído para essa penetração difusa é, como se sabe, Ernest Labrousse, cujas preocupações permaneceram centradas na questão das relações entre as classes sociais e da distribuição da renda entre elas. Não chegarei ao ponto

de seguir Jean Bouvier quando ele escreve no mesmo artigo que Ernest Labrousse efetuou “uma espécie de fusão de Marx e Simiand”, porque isso equivale a omitir que ele sempre rechaçou com obstinação o conceito central do materialismo histórico (o de modo de produção) e que, por esse motivo, sua obra histórica, por mais importante que seja, permanecerá marcada por uma tonalidade “economista”, meio conjunturalista, meio malthusiana.

Não obstante, ele continuará sendo o exemplo mais notável desses historiadores que, situados na orla do marxismo, dele extraíram com proveito certos instrumentos de análise e contribuíram para a difusão destes. As mesmas observações poderiam aplicar-se, devemos observar, à obra de Marc Bloch, em especial às “Características originais da história rural francesa”, que deu impulsos determinantes, por várias décadas, à história econômica medieval.

Esse processo de influência indireta do marxismo (e, ao mesmo tempo, de renovação metodológica) pela mediação de “homens da orla” (mas a expressão, como veremos, tornou-se fraca demais, tendo em conta os novos passos dados) prosseguiu, sob outras formas, nos vinte últimos anos. O elemento novo é que essa influência não se limita mais apenas ao domínio econômico-social: ela se estende ao conjunto das instâncias da vida social. Os que são seus agentes utilizam consciente, se bem que implicitamente, o conceito de modo de produção e, assim, atravessam a “orla”, ainda que de maneira específica, provisória ou prudente. É o caso de Jacques Le Goff em sua brilhante “Civilização do Ocidente medieval”, quando nos apresenta um sistema socioeconômico coerente, animado por uma *ideologia econômica original*³; também o de Georges Duby, quando ao qual já não vemos muito bem o que ainda poderia separá-lo do marxismo quando lemos as páginas admiráveis que consagrou à história das ideologias em “Fazer a história”⁴. Não só a definição rigorosa do conceito de ideologia é tomada explicitamente emprestada de Louis Althusser, como a ideologia é recolhida num conjunto social em que as estruturas materiais (produção, distribuição) e as relações de classes têm todo o seu lugar. Com certeza, sua visão da história é total, ao mesmo tempo materialista e dialética, como atesta o enunciado das cinco características das ideologias, definidas como “globalizantes, deformadoras, concorrentes, estabilizadoras e práticas” (pp. 149-150). Pouco importa se, em tal artigo, a terminologia habitual do materialismo histórico esteja ausente. O essencial é que aí se realiza de maneira exemplar a fusão entre marxismo e “história nova”. A ampliação dos horizontes da História e a elaboração de novas ferramentas conceituais, longe de serem concebidas como uma máquina de guerra contra o marxismo, apóiam-

se nele, melhor ainda, pelos problemas colocados e os elementos de resposta dados, participam do seu enriquecimento. Já estamos na confluência dessas duas grandes correntes.

Contribuições diretas

Segundo nível de influência e segunda forma de confluência: as contribuições diretas de historiadores marxistas para este ou aquele aspecto da renovação dos métodos históricos. Trata-se de pesquisadores que se referem explicitamente ao materialismo histórico, que conduzem suas pesquisas no âmbito de suas hipóteses gerais e cujo esforço principal tem por objeto um problema dado: a articulação entre a História e determinada ciência humana, ou a abertura de novos campos históricos. Eis dois exemplos entre vários outros.

Alguns marxistas praticam a história nova

Com “História e lingüística”, Régine Robin ilustra esse tipo de procedimento⁵. Trata-se de uma “interrogação sobre as confluências conceituais” das duas disciplinas, de “mostrar aos historiadores que a leitura de um texto e de um conjunto de textos é tão problemática quanto a produção do sentido, que algumas regiões da *lingüística* podem lhes ser de grande auxílio, contanto que não sejam superposição, aplicação impensada ou falsa interdisciplinaridade” (p. 7). Seu objetivo: chegar a uma teoria do discurso, sobretudo do discurso político, considerando-o como um processo e examinando os modos de articulação que ligam as práticas discursivas aos outros níveis da atividade social. Empresa ambiciosa e complexa que implica uma nítida distinção entre discurso e ideologia (embora o discurso seja parte integrante da esfera ideológica) e o recurso a um conjunto de ciências da significação (lingüística, psicanálise, semiótica...), mas empresa fecunda da qual já se adivinha a multiplicidade dos pontos de aplicação, desde Cícero até o discurso político contemporâneo.

Mais decisivos ainda são os avanços realizados por Michel Vovelle na história das *mentalidades*. Eis sem dúvida o mais sutil e o mais imaginativo dos historiadores marxistas contemporâneos, aquele que mais contribuiu para os progressos da “história nova”, não se limitando (como ainda acontece com demasiada frequência) a um discurso metodológico de caráter bastante geral, mas aperfeiçoando seus métodos no fogo das pesquisas concretas, numa união ínti-

ma e rara entre a teoria e a prática. Com Michel Vovelle, a “história nova” pode ser julgada por seus frutos.

São eles, antes de mais nada, a festa e a morte. Em lugar de uma análise aprofundada que não caberia aqui, sigamos um instante Michel Vovelle em face da interrogação que ele fez com tanta força: como os homens viveram sua morte? Em “Piedade barroca e descristianização: atitudes provençais diante da morte no século das Luzes a partir das cláusulas testamentárias”, ele efetua uma série de opções metodológicas significativas⁶. Primeiro, o projetor do pesquisador é apontado para *um* problema, por isso mesmo cuidadosamente delimitado e explorado: a atitude diante da morte. Depois, o estudo se inscreve na longa duração, indispensável à percepção das eventuais flexões e rupturas de uma sensibilidade coletiva. Enfim, a escolha das fontes traduz a vontade de agir sobre um material homogêneo, suscetível de quantificação: os elementos heterogêneos da documentação são deixados de lado em benefício de uma fonte única e serial, os testamentos. É da evolução do testamento, submetido a uma análise minuciosíssima, que o pesquisador espera uma resposta à pergunta feita. E “contra todas as aparências, longe de serem inertes, as fórmulas notariais revelam-se móveis, aptas a traduzir um movimento e, por isso mesmo, a refletir as mutações de sensibilidade coletiva da clientela notarial”. A enquête revela, assim, uma profunda mutação a partir dos anos 1760: o testamento se laiciza e se personaliza, “a imagem da morte mudou. A rede dos gestos, dos ritos em que essa passagem era assegurada... modificou-se profundamente. Não sabemos se o homem expira mais só, menos certo no além em 1780 do que em 1710, mas ele decidiu confidenciá-lo”. Com a análise dessa mutação, nós penetramos, assim, com pé firme, no vasto campo da descristianização. Procedimento exemplar.

Distinguirei, enfim, um terceiro nível de interferência entre marxismo e “história nova”, nível de interferência que apenas se esboça atualmente, mas cujas implicações podem se revelar de alta importância num futuro próximo. Ele é obra de historiadores marxistas, plenamente conquistados, aliás, à utilização dos novos métodos e cuja preocupação fundamental é apoiar-se nesses últimos para fazer a metodologia marxista progredir e livrá-la, de maneira decisiva, do torpor de que ainda sofre. Como no caso precedente, a combinação dos dois elementos é realizada, mas a hierarquia das preocupações não é a mesma: a renovação dos métodos históricos é menos considerada como um fim em si do que como a ferramenta necessária de uma reflexão teórica mais fundamental. Detenhamos de novo em duas ilustrações desse procedimento.

A primeira nos vem da Alemanha Federal na pessoa de um jovem pesquisador de qualidades brilhantes, Hans Medick, co-autor de um livro recente, “Industrialisierung vor der Industrialisierung” (A industrialização antes da industrialização), que já aparece como uma contribuição excepcional à teoria da transição do feudalismo ao capitalismo⁷. Ele nos descreve a emergência, o desenvolvimento e o declínio de uma estrutura (a proto-indústria) que seria característica do último estágio do feudalismo ou do primeiro estágio do capitalismo. Estrutura resultante da estreita combinação entre uma indústria rural moldada no âmbito familiar ou doméstico e uma organização capitalista do mercado que assegura a ventilação de seus produtos no novo mercado mundial.

Hans Medick volta radicalmente as costas ao empirismo que teria levado à descrição minuciosa de todas as formas de proto-industrialização na Europa e que o teria obrigado, em seguida, para passar do descritivo a um pseudo-explicativo, a inserir mais ou menos artificialmente esses dados num pouco de conjuntura, muita demografia, tudo isso na longa duração. Não, o que interessa nosso pesquisador é revelar o funcionamento da estrutura e suas determinações. Ele consegue isso graças à utilização dos novos métodos da história, em dois planos distintos. A macroanálise do fenômeno apóia-se num conjunto de pesquisas quantitativas (tanto demográficas quanto econômicas) que põe em evidência a relação entre a proto-industrialização e a “desestabilização e decomposição das sociedades camponesas tradicionais da Europa”. A microanálise, em seguida, repousa em vastos empréstimos tomados da antropologia: ela parte das regras econômicas de comportamento dos produtores, isto é, dos camponeses “proto-industriais”, cujo objetivo será equilibrar trabalho e consumo (só trabalhando quando esse trabalho é indispensável ao consumo); depois, ela desvenda os mecanismos originais de exploração (o “lucro diferencial” que supera, ao mesmo tempo, os lucros realizáveis no sistema corporativo ou no âmbito manufatureiro) para nos levar ao estudo do processo de reprodução. Trabalho forte por seus simples resultados.

Pesquisar a economia política própria de cada sistema

Mas precisamos nos deter em sua contribuição metodológica ao marxismo. Hans Medick rejeita a atitude escolástica, pseudomarxista, que teria consistido em recolocar de saída o objeto estudado num modo de produção, predefinido em suas características e que só seria preciso animar, manipulando forças produtivas e relações

de produção. A exigência de uma visão global a partir da compreensão do modo de produção continua sendo, para ele, a exigência primordial; ela é um ponto de partida metodológico, mas não o ponto de partida da pesquisa. Muito pelo contrário, H. Medick tem consciência do fato de que não é possível elaborar de saída um modelo global de um sistema socioeconômico sem cair no especulativo. A pesquisa passa necessariamente pela elaboração de modelos parciais ou intermediários e pela sua ulterior ampliação. Para sair do empirismo sem recorrer ao dogma, ele preconiza, assim, uma metodologia baseada na teorização progressiva, procedimento que não deixará de assustar alguns (ele leva, de fato, ao questionamento sistemático do que cremos saber sobre os modos de produção pré-capitalistas), mas que já pode ser julgado por seus resultados. Praticada por Witold Kula, Hans Medick ou outros, essa metodologia está na origem dos avanços e desobstruções mais significativos. Observemos, também, que ela traduz simplesmente uma volta às origens do marxismo. Reconstituir o funcionamento de um sistema socioeconômico privilegiando o processo central da “reprodução”, pesquisar a economia política própria de cada sistema, não era assim que Marx procedia no estudo do sistema capitalista? Não é também o que, depois dele, omitiu-se fazer em benefício de uma visão mais historicizante dos processos sociais? Por isso se anuncia (voltaremos adiante sobre esse ponto) a superação da história econômica e social dos trinta a quarenta últimos anos, tal como foi levada a seus píncaros por Ernest Labrousse, depois por Pierre Vilar. A principal característica dessa superação consiste em proporcionar um caráter efetivamente operacional ao conceito de modo de produção, única alternativa real em face do empirismo; mas vê-se também que em seu andamento ele se baseou amplamente na renovação dos métodos e contribuiu para esta.

Na confluência da antropologia com a história: a obra de Maurice Godelier

Encontramos preocupações teóricas da mesma ordem na obra, quão vasta e preciosa, de Maurice Godelier. Com ele, ainda estamos na confluência da antropologia com a história, mas, precisemos, de uma antropologia resolutamente marxista, “que visa realidades históricas” e que se pretende “desembaraçada de psicologismo, do funcionalismo sumário, do culturalismo anti-histórico, ciência que quer tornar inteligíveis estruturas, sem esquecer sua gênese ou sua evolução, e que busca, enfim, explicar estruturas e aconteci-

mentos concretos tomando o caminho das comparações necessárias à descoberta das leis”⁸.

O objeto da *antropologia econômica* é, portanto, para Maurice Godelier, a análise teórica comparada dos diferentes sistemas econômicos. Nos últimos dez anos, ele se esforçou por definir com a maior nitidez os conceitos básicos dessa ciência, as noções de “sistema”, de “estrutura”, de “regra”, de “lei”: “Todas as pesquisas antropológicas abordadas por intermédio da história, da economia ou da etnologia etc., conduzem à hipótese de que nenhuma sociedade existe sem organizar suas diferentes atividades de acordo com os princípios e a lógica de certa ordem desejada. A tarefa das ciências sociais é confrontar essas regras com os fatos a fim de evidenciar ‘leis’.”

Seu procedimento o levou a uma reflexão aprofundada e inovadora sobre os conceitos do materialismo histórico, reflexão de que encontramos a expressão mais recente em “Horizontes, trajetos marxistas em antropologia”⁹. Entre as grandes questões colocadas, retenhamos a relativa às relações de produção que, na teoria marxista, determinam o acesso aos meios de produção e aos produtos do trabalho social, mas que, observa Godelier, “não ocupam o mesmo lugar, não revestem as mesmas formas e não produzem os mesmos efeitos de acordo com as sociedades e as épocas”. Assim, o parentesco é, em numerosas sociedades primitivas, relação de produção. Adivinham-se, portanto, os prolongamentos possíveis dessas reflexões, seja para apreciar o papel da política na Grécia antiga, seja o da religião na Suméria, em Assur, ou até mesmo no seio das sociedades medievais.

Não há homenagem mais sincera que possamos prestar a Maurice Godelier do que sublinhar a influência que já exerceu sobre inúmeros trabalhos de história antiga e medieval e reconhecer nossas dívidas para com ele. Seguramente, foi ele quem, a partir da confluência da história com as ciências sociais, levou mais longe a reflexão sobre a aparelhagem conceitual do historiador. O fato de tal procedimento de múltiplas implicações ideológicas e políticas ter suscitado resistências e críticas não surpreenderá a ninguém, se forem levadas em conta as linhas de demarcação (evocadas acima) que atravessam o pensamento marxista. Acusado por Lucien Sève de “estruturalismo” com argumentos e procedimentos de outra era, Maurice Godelier respondeu em termos a que nada temos a acrescentar: trata-se de “um combate de retaguarda que toma seus procedimentos emprestados daquele dogmatismo que freou durante várias décadas o desenvolvimento do marxismo e o fez perder, em vários domínios, seu espírito e sua substância científica”.

O MARXISMO DIANTE DA RENOVAÇÃO METODOLÓGICA

O que acaba de ser dito sobre a participação de historiadores marxistas na renovação dos métodos históricos mostra que a influência não é um fato recente. A história marxista nunca deixou de servir de agulhão nesse domínio. Naturalmente, não se trata, dizendo isso, de reivindicar para ela um monopólio qualquer da inovação. Muitos outros pesquisadores, vindos dos horizontes filosóficos mais diversos, dela participaram. Daí a complexidade das relações iniciais entre marxismo e história nova. Embora seja inseparável da influência do marxismo, a gênese da história nova comporta contraditoriamente um aspecto de reação (que pode ir até o desafio) seja contra o próprio marxismo, seja contra algumas das suas deformações. Por isso, a adesão do historiador marxista às técnicas e métodos que ela preconiza, por mais indispensável que seja se se pretender preservar e desenvolver a substância científica do materialismo histórico, também implica uma atenção extrema às múltiplas ciladas que lhe são armadas.

Em face do quantitativo

Quer se trate da aplicação dos métodos quantitativos, quer da descoberta de novos objetos da história ou dos empréstimos tomados das metodologias das ciências humanas, cada um desses procedimentos pode abrir caminho tanto para uma progressão como para uma regressão da metodologia histórica.

Em *Faire de l'histoire*¹⁰, François Furet consagrou um artigo penetrante ao quantitativo em história. Ele sublinhou com vigor suas implicações epistemológicas, e concordaremos com ele quando escreve que o historiador de hoje se acha diante de uma nova paisagem de dados e diante de uma nova tomada de consciência dos pressupostos de seu ofício (p. 46), tanto mais que imensos setores "adormecidos" da documentação parecem suscetíveis de um tratamento quantitativo.

Convém mesmo ver nisso uma "revolução da consciência historiográfica" (p. 53)? A formulação talvez seja excessiva, mas o fato é que, de fato, a história serial "desfez o velho império cuidadosamente fechado da historiografia clássica por duas aspirações distintas e ligadas": a decomposição analítica da realidade em níveis de descrição e a iluminação dos diferentes ritmos de evolução desses níveis. E não deveria mais ser posto em dúvida por ninguém que essa dupla operação seja fecunda e, sobretudo, reveladora de pro-

blemas (por colocar em evidência correlações entre diversos fenômenos) não perceptíveis apenas pela análise qualitativa. Dito isso, a questão dos limites do método quantitativo tampouco poderia ser esquivada: de tanto lançar mão dela pode-se vir a deturpá-la. Não quero falar aqui das ciladas grosseiras (fontes não homogêneas, dificilmente quantificáveis...) invocadas com demasiada frequência pelos que são desviados desses métodos pela tradição ou pela preguiça intelectual; trata-se de dificuldades reais, mas progressivamente redutíveis por aperfeiçoamento dos métodos. Consideremos, antes, dois limites, um técnico, outro teórico.

Tecnicamente, a análise quantitativa acarreta fortes distorções no conhecimento que se pode ter de cada um dos diferentes aspectos de um processo dado: graças a fontes apropriadas, uns podem ser beneficiados por uma violenta luz, enquanto outros permanecem na penumbra ou mesmo na escuridão mais total por falta de fontes análogas. A tentação, por conseguinte, é explicar o processo apenas por intermédio dos aspectos iluminados, e é ainda mais forte pelo fato de a formalização dos métodos dar a ilusão de um verdadeiro caráter científico.

A difícil passagem do descritivo ao explicativo

Retomemos o próprio exemplo que François Furet escolheu para ilustrar a eficiência do quantitativo: "Os camponeses de Languedoc", de E. Le Roy Ladurie¹¹. Foi efetivamente um trabalho de ponta, quando mais não fosse pelo estabelecimento das diversas séries demográficas e econômicas que ele comporta e do qual emerge principalmente a dramática confrontação entre população e recursos. Prestada a homenagem legítima, a seguinte pergunta deve ser feita: com que direito o autor tira uma conclusão malthusiana (à qual, notemos, François Furet dá seu aval [p. 56])? Com que direito privilegiar assim, no processo do crescimento, o fator demográfico? Tratando-se de tal processo, nenhuma explicação é satisfatória enquanto não se perceber o mecanismo da "reprodução" (em seu duplo aspecto, econômico e demográfico) no seio da unidade de produção de base, isto é, a célula familiar.

Isso exige a apreensão de certos fenômenos (dificilmente apreensíveis pelas fontes): evolução da produtividade do trabalho, tendências que afetam as diferentes formas de taxaço, tanto senhoriais quanto públicas. Só essa exploração pode nos permitir compreender por quê, num período determinado, as explorações camponesas proliferam, enquanto, noutro, elas se tornam raras. Porque, afinal

de contas, a brusca imposição de uma sobretaxação pode ter consequências infinitamente mais pesadas sobre o equilíbrio das explorações camponesas do que uma distorção “malthusiana” (entre população e fontes) em escala macroeconômica. O problema, todos compreendem, é que não dispomos de contabilidades camponesas, enquanto que dízimas e sistema fiscal nos proporcionam informações em abundância sobre produção e população. Não obstante a passagem sub-reptícia de um nível descritivo (parcialmente iluminado) a um nível explicativo é metodologicamente inaceitável e o método quantitativo pode fazer que o historiador se deixe levar por suas fontes, com o risco de desequilibrar sua pesquisa.

O risco teórico é mais grave ainda. Trata-se de saber se a “decomposição analítica da realidade em níveis de descrição” compromete ou não a ambição de uma história global ou total, “atomizando a realidade histórica”. Se a resposta for “sim”, isso significa claramente que a aplicação dos métodos quantitativos se inscreve na perspectiva de um neopositivismo ou positivismo formalizado que, sob o verniz de um modernismo espalhafatoso, leva-nos de volta ao horizonte de 1900, sem falar da máquina de guerra que representa em relação ao marxismo. Ora, lendo-se as obras recentes de história econômica medieval e moderna sobretudo parece evidente que, para muitos autores, a conclusão é positiva. Quanto a François Furet, ele nos dá, sobre esse ponto capital, uma resposta quase satisfatória: “Responderei que, provavelmente, é preciso conservar [a pretensão ao global] como horizonte da história, mas que, para avançar, é necessário renunciar a tomá-la como ponto de partida da pesquisa, para não cair na ilusão teleológica descrita acima.” Ele tem razão de renunciar, assim, a tomá-la como *ponto de partida*, e é o próprio sentido da ruptura epistemológica que pode e deve libertar a prática histórica marxista do dogmatismo. Compreendo menos sua hesitação em conservá-la “como o horizonte da história”. Há algo de inquietante em seu “provavelmente”, tanto mais que ele não diz uma só palavra sobre o objeto histórico capaz de estruturar a totalidade histórica: o modo de produção.

Feitas essas reservas, o historiador marxista daria prova de uma miopia inquietante se renunciasse, por prevenção de princípio, a tirar o máximo partido do quantitativo. É desenvolvendo as observações quantitativas em todas as direções que ele reduzirá o risco técnico evocado acima. Ele não tem a menor razão de temer a desestruturação analítica da matéria histórica, na medida em que considere esta como um momento necessário da pesquisa, que preludia uma reestruturação progressiva, mantendo o rumo fixado irresistivelmente para a apreensão do modo de produção.

EM FACE DOS NOVOS CAMPOS HISTÓRICOS

A descoberta de novos campos históricos pede observações análogas. Detenhamo-nos no setor mais em voga, atualmente, o das mentalidades e das ideologias, que Jacques Le Goff nos diz situar-se “no ponto de junção do individual com o coletivo, do tempo longo com o cotidiano, do inconsciente com o intencional, do estrutural com o conjuntural, do marginal com o geral”. O fato de que, devido à sua inércia, as mentalidades mantêm “relações complexas com as estruturas sociais” não é de natureza a desviar os marxistas de seu estudo. E seria preciso referir-se a uma concepção verdadeiramente grosseira do materialismo para ver nelas apenas um reflexo das infra-estruturas socioeconômicas. No máximo, pode-se censurar a historiografia marxista por não ter prestado, em seu zelo de ressaltar a importância das estruturas materiais, uma atenção suficiente para os fenômenos mentais cuja intervenção muitas vezes pode-se revelar decisiva.

No entanto, mesmo essa crítica é considerada superada, se se levar em conta o debate teórico de grande amplitude já entabulado sobre o problema das relações entre as diferentes instâncias de uma sociedade. Ele se coloca nos seguintes termos: como conciliar o papel aparentemente dominante de determinado elemento da “superestrutura” (a religião, a política) em determinada sociedade, com a tese da causalidade em última instância do modo de produção e da prioridade das infra-estruturas?

Os historiadores marxistas não ignoram o papel das mentalidades

Sem entrar no fundo dos debates, lembremos que diversas respostas foram dadas. Para Louis Althusser, se a política ou a religião dominam a evolução de uma sociedade, é porque o modo de produção selecionou uma dessas instâncias e colocou-as em posição dominante. A outra resposta é a de Maurice Godelier: “Esta ou aquela atividade social e as relações sociais que a organizam explicitamente só dominam uma sociedade (e, portanto, a consciência, as representações de seus membros) se, e tão-somente se, essa atividade e essas relações sociais funcionam como relações de produção. Não é por dominar a consciência que essa atividade domina a sociedade e funciona como relação de produção. É por funcionar como relação de produção que ela ocupa um lugar dominante na sociedade e na consciência de seus membros.”¹² A lógica dessa posição leva inclusive Maurice Godelier a recusar a noção de “instância” ou

de “nível”: “Uma sociedade não tem alto nem baixo e não é um sistema de níveis ou de instâncias, mas um sistema de relações sociais hierarquizadas segundo a natureza de suas funções.” A recusar também os termos de “infra-estrutura” e de “superestrutura” e não mais ver na ideologia uma instância “de certa forma empoleirada no alto das superestruturas”, apenas a fim de legitimar as relações de produção.

O debate está longe de se ver encerrado, mas já atesta o novo interesse que os pesquisadores marxistas têm pelas categorias mentais, com a preocupação de descobrir os múltiplos vínculos que as unem ao conjunto das relações sociais. Porque seria cair numa cilada de um “espiritualismo superado” (para repetir uma expressão de Jacques Le Goff) desprezar esses vínculos. E assim como a atração pelo quantitativo comporta singulares ambigüidades, também a atração pelo mental é inseparável, em alguns historiadores, de uma rejeição ao plano secundário da análise das estruturas materiais. A grande dificuldade para o historiador (em particular para o historiador marxista) é enriquecer sua visão com a penetração incessante de novos campos, evitando ao mesmo tempo a fragmentação da matéria histórica. Só o consegue se, e tão-somente se, as relações sociais tornam-se, a seus olhos, o campo privilegiado do trabalho histórico.

Em face das ciências humanas

A questão das relações entre história e ciências humanas também se coloca em termos contraditórios. Seria tão insensato renunciar às contribuições dessas últimas, quanto acolhê-las cegamente no seio da história. O perigo de uma adoção sem crítica é duplo. Em primeiro lugar, ela leva a uma diluição da história em outras disciplinas, ao abandono de seus métodos próprios. Alguns teóricos das ciências humanas não se privam, aliás, de questionar seu estatuto e de anunciar a morte da história. É preciso tomar cuidado com isso e não ceder à tentação de um modernismo de pacotilha que pode até se tornar uma verdadeira escapatória para os que estão encerrados no empirismo ou numa prática dogmática do marxismo. A esse respeito, Pierre Vilar dá uma resposta forte, quando afirma: “Nunca cessei de pensar que a história deveria ser reconhecida como a única ciência ao mesmo tempo global e dinâmica das sociedades, logo como a única síntese possível das outras ciências humanas.”¹³ O segundo perigo é ainda mais preciso: o recurso a certas ciências humanas pode veicular o questionamento deliberado

dos conceitos do materialismo histórico. Foi o caso com a etnologia, quando as relações de parentesco eram apresentadas como conceito operacional fundamental oposto ao de relações de produção.

Inversamente, porém, o materialismo histórico perderia depressa sua substância científica, se tivesse de voltar as costas a essas novas disciplinas em pleno desenvolvimento e que são indispensáveis à ampliação de seus horizontes. Como mostrou Pierre Lévêque, a atual renovação metodológica da história antiga deve muito precisamente à introdução de técnicas aperfeiçoadas pelas ciências humanas¹⁴: empréstimos tomados da lingüística, para a análise do discurso antigo, e da etnologia, para o conhecimento dos meios materiais de trabalho e de produção (sobretudo sobre o problema da água na região mediterrânea); necessidade de um recurso aos métodos da economia política etc. No entanto, para lá da simples adoção de técnicas, a confrontação entre a história e as ciências humanas deve desembocar numa reflexão mais fundamental quanto aos conceitos e às ferramentas utilizados por ambas. Com os trabalhos de Emmanuel Terray, de Claude Meillassoux e de Maurice Godelier se desenvolve, em modos diferentes, tal reflexão. Ela visa purgar a antropologia de certas tentações ideológicas e recolocá-la no âmbito do materialismo histórico.

UM DESAFIO

A confluência entre marxismo e “história nova” não é nada simples, portanto. Ela se choca sem cessar com novos obstáculos, mas permanece mais necessária do que nunca. É um problema de união, mas também de combate. A união sem combate, bem como o combate sem união, são prejudiciais ao destino do materialismo histórico. Assim, para os marxistas, essa confrontação adquire o valor de um desafio. Eles não podem ignorar a amplitude do que está em jogo e não ver que, sob o aspecto de inovação técnica e de fascínio pelas ciências humanas, se desenvolve um questionamento parcial ou total do marxismo, uma rejeição da história global e das pretensões de um enfoque científico. Cabe-lhes, pois, dar uma resposta que esteja à altura do desafio.

Essa resposta deve ser buscada numa prática histórica que associe a maior abertura aos novos métodos (com a reserva das precauções acima indicadas) e a aplicação, real e não formal, dos conceitos básicos do materialismo histórico. “Nada é mais difícil e raro do que ser historiador, salvo ser historiador marxista”, afirma com vigor Pierre Vilar em “Histoire marxiste, histoire en construc-

tion”¹⁵. Em páginas penetrantes, ele examina as “dificuldades persistentes” e os “caminhos abertos”. Estou de acordo com ele em vários pontos. Primeiro, quando descreve o estreito caminho entre o empirismo e o idealismo especulativo (“o abismo do empirismo só é separado do abismo do idealismo por um fio”); somos estreitados, em todo momento, por uma passagem para um lado ou outro desse caminho, seja porque a contribuição teórica prevalece sobre a “penetração direta da matéria histórica”, seja porque nela se esgota; também quando afirma, após Marx, as exigências de uma ciência das sociedades que seja, ao mesmo tempo, *coerente*, graças a um esquema teórico sólido e comum, *total*, isto é, capaz de não deixar fora de sua jurisdição nenhum terreno de análise útil, enfim *dinâmica*, porque, como nenhuma estabilidade é eterna, “nada é mais útil de descobrir do que o princípio das mudanças”; quando, enfim, coincidindo com Althusser, ele afirma (em nível de princípio, pelo menos) que “o conceito central, o todo coerente, o objeto teórico de Marx é mesmo o modo de produção, como estrutura determinada e determinante”.

O modo de produção é o conceito-chave da abordagem marxista

Irei me deter neste último ponto porque é nele, parece-me, que os procedimentos metodológicos divergem. Pierre Vilar atribui *efetivamente* seu pleno valor operacional ao conceito de modo de produção? Admite que o conhecimento do funcionamento teórico dos modos de produção pré-capitalistas é tão indispensável à compreensão dos processos históricos quanto o modelo do capitalismo elaborado por Marx para a compreensão da história *contemporânea*? Vê no modo de produção (além da combinação forças produtivas/relações de produção) um sistema que funciona de acordo com regras (explícitas) e leis (não visíveis) que o historiador se dá como tarefa procurar, um sistema que oculta os mistérios de seu desenvolvimento, de suas mutações, de seu desaparecimento ulterior? Afirmar o papel unificador e determinante do modo de produção é responder positivamente a essas perguntas.

A obra histórica de Pierre Vilar é, decerto, imensa; porém, não vejo que, em determinado momento, ele tenha privilegiado em sua pesquisa a elaboração de uma teoria do sistema feudal, chave da teoria por ele estudada. Ao contrário do historiador polonês Witold Kula, que foi um dos primeiros a seguir esse caminho difícil, mas tão fundamental, Pierre Vilar conservou um procedimento “historicista”, como ele próprio reconhece. O que o interessa antes de

tudo é o estudo de determinada sociedade concreta, não a elaboração de um modelo abstrato, como se o primeiro procedimento pudesse ser concebido sem a preliminar da segunda; como se (para retomar o exemplo das sociedades capitalistas) fosse possível explicar as crises econômicas sem uma teoria desse sistema. Na realidade, tudo acontece como se o modo de produção não fosse, para ele, um verdadeiro objeto de pesquisa, mas sim um contexto geral pressuposto, contexto esse cujas determinações seriam, de resto, bastante fracas.

Naturalmente, quando, ao contrário de Pierre Vilar, consideramos que nosso desconhecimento do sistema feudal ainda é quase total e que isso nos impede de ter uma visão clara da transição para o capitalismo e das condições de sua gênese, não podemos mais partilhar seu “otimismo” quanto ao estado da historiografia marxista. Observamos, ao contrário, que ela tropeça num obstáculo preciso, ainda mais difícil de ser removido porque todas as sortes de inércias ideológicas, políticas e até mesmo profissionais tendem a mantê-lo.

Por exemplo, tornar a pôr em primeiro plano o conceito de modo de produção é relegar ao segundo plano o conceito de “formação econômica e social” cuja utilização cada vez mais freqüente traduz um fenômeno de substituição; também é questionar certas “conquistas” (começando pela própria definição dos modos de produção); é, ainda, revisar a visão da história econômica dos séculos XIV, XV, XVI, XVII e XVIII e, com isso, certos aspectos da “herança labroussiana”; é querer seguir um caminho mais novo, em vez de manter um olhar nostálgico sobre o longo caminho percorrido a partir de Simiand.

Materialismo histórico e história nova

“Impaciência teórica”, irá me responder sem dúvida Pierre Vilar. Basta ele pensar um instante nas múltiplas implicações das atuais fraquezas da historiografia marxista. Para ficarmos no exemplo da história econômica da Europa dos séculos XIV ao XVIII, na ausência de uma interpretação satisfatória da longa duração (ligando os *trends* aos mecanismos do modo de produção), o terreno, deixado livre, é hoje ocupado quase exclusivamente pela corrente neomalthusiana (representada pela escola de Cambridge e E. Le Roy Ladurie) que, conforme a expressão do historiador americano R. Brenner, assume o aspecto de verdadeira “ortodoxia”. Notaremos, de passagem, que, para lá de sua vocação ideológica, essa ortodoxia tira sua força do recurso sistemático à inovação técnica, tendo a cor-

rente neomalthusiana representado um grande papel na aplicação das técnicas quantitativas: outro exemplo das ambigüidades da "história nova". Como quer que seja, o que está em jogo é bastante considerável para justificar certas impaciências.

O destino do materialismo histórico tem em comum com todos os outros processos históricos o fato de não ser um movimento contínuo; mas, ao contrário, pontuado por saltos sucessivos. Ora, precisamente sua confrontação/confluência (somada a outros fatores) com a "história nova" é de natureza a suscitar tal salto. O severo desafio que lhe foi imposto faz dela uma obrigação. Contudo, ao mesmo tempo, a inovação técnica traz ao marxismo ferramentas preciosas para o desenvolvimento da sua capacidade científica. Cabe a ele utilizá-las, sem deixar de ser si mesmo. A renovação, nesse domínio, como em muitos outros, passa por certa volta às origens.

Guy Bois

Notas

1. J. Heffer, *La nouvelle histoire économique* (Paris, Gallimard, 1977).
2. J. Bouvier, in *Aujourd'hui l'histoire* (Paris, Éditions sociales, 1974), p. 133.
3. J. Le Goff, *La civilisation de l'Occident médiéval* (Paris, Artaud, 1964), pp. 278-279.
4. *Faire de l'histoire*, obra coletiva em três volumes dirigida por P. Nora e J. Le Goff (Paris, Gallimard, 1974).
5. R. Robin, *Histoire et linguistique* (Paris, A. Colin, 1973).
6. M. Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation: attitudes provençales devant la mort* (Paris, Plon, 1973).
7. H. Medick, *Industrialisierung vor der Industrialisierung* (Göttingen, 1977).
8. M. Godelier, *Rationalité et irrationalité en économie* (Paris, F. Maspéro, 1971), t. II, p. 127.
9. M. Godelier, *Horizons, trajets marxistes en anthropologie* (Paris, F. Maspéro, 1973).
10. Ver nota 4.
11. E. Le Roy Ladurie, *Paysans de Languedoc* (Paris, Flammarion, 1969).
12. M. Godelier, *Horizons, trajets marxistes en anthropologie* (op. cit.), I, p. 15.
13. P. Vilar, in *Aujourd'hui l'histoire* (Paris, Éditions Sociales, 1974), p. 122.
14. P. Lévêque, "Problèmes théoriques de l'histoire et sociétés antiques", in *Aujourd'hui l'histoire* (op. cit.), pp. 71-105.
15. P. Vilar, in *Faire de l'histoire* (op. cit.), pp. 169-209.

GUY BOIS

Nasceu em 1934. Agrégé de história. Diplomado pelo Institut d'Études Politiques de Paris. Doutor em letras. Professor de história medieval na Universidade de Franche-Comté. Autor de vários artigos e de um livro consagrado aos mecanismos da economia feudal.

JEAN-CLAUDE SCHMITT

A história dos marginais

A história era, antes de tudo, obra de justificação dos progressos da Fé ou da Razão, do poder monárquico ou do poder burguês. Por isso, durante muito tempo ela se escreveu a partir do "centro". Os papéis representados pelas elites do poder, da fortuna ou da cultura pareciam ser os únicos que contavam. A história dos povos se diluía na história dinástica, e a história religiosa na da Igreja e dos clérigos. Fora dos grandes autores e das letras eruditas não havia literatura. A partir do centro irradiava-se a verdade, à qual eram comparados todos os erros, desvios ou simples diferenças — por isso, o historiador podia legitimamente situar no centro sua ambição de escrever uma história "autêntica" e "total". O que escapava ao seu olhar era apenas "resto" supérfluo, "sobrevivência" anacrônica, "silêncio" cuidadosamente entretido ou simples "ruído" sobre o qual se evitava falar (Michel de Certeau)¹.

UMA NOVA FACE DA HISTÓRIA

Uma espécie de "revolução copernicana" afeta hoje a escrita da história. Ela é sensível há uns quinze anos, ainda que se tenha preparado de mais longa data. Sem ser necessariamente abandonada, a perspectiva tradicional parece insuficiente, limitada por sua própria posição: a partir do centro, é impossível abarcar com o olhar uma sociedade inteira e escrever sua história de outro modo que re-

rente neomalthusiana representado um grande papel na aplicação das técnicas quantitativas: outro exemplo das ambigüidades da "história nova". Como quer que seja, o que está em jogo é bastante considerável para justificar certas impaciências.

O destino do materialismo histórico tem em comum com todos os outros processos históricos o fato de não ser um movimento contínuo, mas, ao contrário, pontuado por saltos sucessivos. Ora, precisamente sua confrontação/confluência (somada a outros fatores) com a "história nova" é de natureza a suscitar tal salto. O severo desafio que lhe foi imposto faz dela uma obrigação. Contudo, ao mesmo tempo, a inovação técnica traz ao marxismo ferramentas preciosas para o desenvolvimento da sua capacidade científica. Cabe a ele utilizá-las, sem deixar de ser si mesmo. A renovação, nesse domínio, como em muitos outros, passa por certa volta às origens.

Guy Bois

Notas

1. J. Heffer, *La nouvelle histoire économique* (Paris, Gallimard, 1977).
2. J. Bouvier, in *Aujourd'hui l'histoire* (Paris, Éditions sociales, 1974), p. 133.
3. J. Le Goff, *La civilisation de l'Occident médiéval* (Paris, Artaud, 1964), pp. 278-279.
4. *Faire de l'histoire*, obra coletiva em três volumes dirigida por P. Nora e J. Le Goff (Paris, Gallimard, 1974).
5. R. Robin, *Histoire et linguistique* (Paris, A. Colin, 1973).
6. M. Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation: attitudes provençales devant la mort* (Paris, Plon, 1973).
7. H. Medick, *Industrialisierung vor der Industrialisierung* (Göttingen, 1977).
8. M. Godelier, *Rationalité et irrationalité en économie* (Paris, F. Maspéro, 1971), t. II, p. 127.
9. M. Godelier, *Horizons, trajets marxistes en anthropologie* (Paris, F. Maspéro, 1973).
10. Ver nota 4.
11. E. Le Roy Ladurie, *Paysans de Languedoc* (Paris, Flammarion, 1969).
12. M. Godelier, *Horizons, trajets marxistes en anthropologie* (op. cit.), I, p. 15.
13. P. Vilar, in *Aujourd'hui l'histoire* (Paris, Éditions Sociales, 1974), p. 122.
14. P. Lévêque, "Problèmes théoriques de l'histoire et sociétés antiques", in *Aujourd'hui l'histoire* (op. cit.), pp. 71-105.
15. P. Vilar, in *Faire de l'histoire* (op. cit.), pp. 169-209.

GUY BOIS

Nasceu em 1934. *Agrégé* de história. Diplomado pelo Institut d'Études Politiques de Paris. Doutor em letras. Professor de história medieval na Universidade de Franche-Comté. Autor de vários artigos e de um livro consagrado aos mecanismos da economia feudal.

JEAN-CLAUDE SCHMITT

A história dos marginais

A história era, antes de tudo, obra de justificação dos progressos da Fé ou da Razão, do poder monárquico ou do poder burguês. Por isso, durante muito tempo ela se escreveu a partir do "centro". Os papéis representados pelas elites do poder, da fortuna ou da cultura pareciam ser os únicos que contavam. A história dos povos se diluía na história dinástica, e a história religiosa na da Igreja e dos clérigos. Fora dos grandes autores e das letras eruditas não havia literatura. A partir do centro irradiava-se a verdade, à qual eram comparados todos os erros, desvios ou simples diferenças — por isso, o historiador podia legitimamente situar no centro sua ambição de escrever uma história "autêntica" e "total". O que escapava ao seu olhar era apenas "resto" supérfluo, "sobrevivência" anacrônica, "silêncio" cuidadosamente entretido ou simples "ruído" sobre o qual se evitava falar (Michel de Certeau)¹.

UMA NOVA FACE DA HISTÓRIA

Uma espécie de "revolução copernicana" afeta hoje a escrita da história. Ela é sensível há uns quinze anos, ainda que se tenha preparado de mais longa data. Sem ser necessariamente abandonada, a perspectiva tradicional parece insuficiente, limitada por sua própria posição: a partir do centro, é impossível abarcar com o olhar uma sociedade inteira e escrever sua história de outro modo que re-

produzindo os discursos unanimistas dos detentores do poder. A compreensão brota da diferença: é preciso, para tanto, que se cruzem múltiplos pontos de vista que revelam do objeto — considerado, dessa vez, a partir de suas margens ou do exterior — múltiplas faces diferentes, reciprocamente ocultas.

Essa tomada de consciência da relatividade das perspectivas científicas não é própria da história, já que também afeta — e em primeiro lugar — as ciências físicas e matemáticas pós-einsteinianas, ou a antropologia, preocupada em evitar a acusação de “etnocentrismo”; as ciências humanas conhecem, a seu modo, uma espécie de “descolonização” interna, que certamente tem a ver também com os esforços de emancipação do terceiro mundo.

Por trás dessa história invertida, e ao mesmo tempo fragmentada — já que, fazendo-se pelos indícios, ela multiplica os pontos de observação —, também surgem os problemas materiais e a crise de consciência da sociedade em que se escreve. Claro, essa nova história se explica largamente pelo desenvolvimento progressivo da própria disciplina, cada vez mais orientada, a partir do período entre as duas guerras, no sentido de uma “história social”, preocupada em analisar, não raro com ajuda de métodos quantitativos, as diferenças de comportamento das massas. A simples crítica dos documentos “seriais”, que ela utiliza, obriga a colocar o problema dos excluídos e dos mudos da história tradicional: como utilizar um registro fiscal para reconstituir a população de uma cidade, quando dele só constam os nomes dos que pagavam efetivamente o imposto? Qual era a proporção dos que nada tinham e qual era seu peso na vida da cidade? Todavia, o interesse dos historiadores pelas margens deve-se ainda mais, sem dúvida, à evolução de sua própria sociedade. Já no século XIX e no início do século XX alguns historiadores debruçaram-se sobre os vagabundos e os criminosos do passado: eles sofriam a dupla inspiração de uma tradição literária com viva inclinação pelo exotismo social — essa tradição remonta ao Renascimento, tendo os românticos lhe dado nova vida — e estudos jurídicos e estatísticos sobre a criminalidade contemporânea. Entretanto, pesava sobretudo o peso das massas desarraigadas pela revolução industrial, frescamente urbanizadas e facilmente desqualificadas. Aliás, colocava-se o problema de uma continuidade entre a arraia-miúda, o *popolo minuto*, das cidades do Antigo Regime e a classe operária do mundo capitalista.

É sensível uma mesma relação entre as dificuldades da economia ocidental entre as duas guerras, os efeitos políticos e sociais da crise de 1929 — basta pensar em “Vinhas da ira” ou no teatro de Brecht — e o desenvolvimento, sobretudo nos Estados Unidos, dos

estudos sociológicos sobre a “marginalidade social”. Sem dúvida, então era cedo demais para que a nova história social, ainda jovem, logo pudesse integrar as contribuições dessas pesquisas sociológicas: podemos notar, a título de referência cronológica, que a criação dos Annales, revista de história econômica e social que iria desempenhar um papel importantíssimo no desenvolvimento das novas problemáticas, também data de 1929. No entanto, depois da Segunda Guerra mundial, mais precisamente a partir de 1968, impõe-se nos estudos históricos a mudança de orientação de que falamos, ao mesmo tempo que uma nova palavra, os “marginais”, dada pela primeira vez e simultaneamente como substantivo na imprensa e nos trabalhos dos historiadores. Tal coincidência não é tão freqüente: ela merece ser explicada.

Que é um marginal?

O simples uso dessa palavra evoca o poderoso movimento de contestação que, primeiro nos Estados Unidos, depois na Europa, atingiu os valores mais bem estabelecidos da civilização judaico-cristã, do mundo capitalista e, mais geralmente, das sociedades industriais e burocráticas: sucessivamente, “beatniks” e “hippies”, “comunidades” e “ecologistas” atacaram, em suas declarações e seus comportamentos, a moral sexual tradicional e a instituição da família, a ética do trabalho e a ideologia do progresso, a lei do lucro, os desperdícios da sociedade de consumo e a poluição de uma indústria invasora. Essa marginalidade consciente e contestatária — cujas formas variam da simples impertinência ou da não-violência dos pacifistas aos “acontecimentos” de Maio de 1968 — apenas revela e denuncia, por vezes, tipos de marginalidade ou de exclusão menos abertamente provocadoras, cotidianamente suportadas e não voluntárias, porém muito mais importantes, tanto pela quantidade de pessoas a que concernem como pela amplitude da injustiça social, inerente ao funcionamento das sociedades, de que são o testemunho vivo: dos guetos negros da América do Norte e da África do Sul às favelas do Brasil e dos “trabalhadores imigrados” da Europa. Os dois fenômenos são distintos e de escala bem diferente, mas, em última análise, o sistema que está em questão é o mesmo. Aliás, “tomadas de consciência” e “tomadas de palavra” ganham novas categorias: “Black Power” americano, movimentos feministas e comitês de presos denunciam cada vez mais abertamente as di-

versas formas de exploração, de dominação e de exclusão, que estão na base da reprodução da ordem social.

Níveis diferentes são incluídos na noção de marginalidade

Expressas em bloco, essas poucas observações têm como único objetivo recordar, primeiro, que o historiador, conscientemente ou não, faz para o passado as perguntas que sua própria sociedade lhe dirige.

Elas também mostram a dificuldade de uma definição abstrata dos fenômenos de marginalidade. Contudo, *a priori*, várias noções podem ser distinguidas: a de marginalidade, que implica um estatuto mais ou menos formal *no seio* da sociedade e traduz uma situação que, pelo menos teoricamente, pode ser transitória; aquém da marginalidade, a noção de integração (ou reintegração) que indica a ausência (ou a perda) de um estatuto marginal no seio da sociedade; e, ao contrário, além, a noção de exclusão, que assinala uma ruptura — às vezes ritualizada — em relação ao corpo social.

O conteúdo dessas noções é difícil de ser apreendido. Contudo, podemos notar, com Bronislaw Geremek, que elas dizem respeito a dois planos de realidades sociais que não coincidem necessariamente: o dos valores socioculturais e o das relações socioeconômicas². Um indivíduo ou um grupo pode participar das relações de produção, recusando as normas éticas de sua sociedade, ou sendo excluído da hierarquia dos valores dessa sociedade.

Uma sociedade dada pode codificar as passagens da condição de marginal à de excluído e dar-lhes a forma de um ritual — procuraremos não esquecer a importância dada à noção de margem na análise dos “ritos de passagem” que, segundo A. van Gennep, compreendem sucessivamente três etapas: de separação, de margem e de agregação.

Será preciso refletir também sobre a maneira como essas condições são assumidas: serão elas apenas suportadas — nesse caso, com que grau de consciência — ou voluntariamente procuradas?

Não se deveria distinguir a possibilidade de uma marginalidade individual, ao lado da existência de grupos marginais?

Enfim, toda marginalidade será necessariamente considerada vil, rejeitada ao nível mais baixo da hierarquia de valores pelos que a determinam? Não haverá também formas de marginalidade “positivas”?

É evidente que essas interrogações carecem de significação se não forem postas à prova das realidades, numa sociedade histórica

dada. A escolha da Europa Ocidental do século XI ao XVIII se nos impõe ao mesmo tempo por razões de especialização pessoal e porque, nesses últimos anos, importantes estudos fizeram avançar de modo considerável, em particular nesse contexto, a história da marginalidade.

AS MARGENS DO MUNDO

Não é preciso discutir longamente aqui sobre a unidade histórica da sociedade europeia durante tão longo período. Contentar-nos-emos com notar a permanência e a evolução de certo número de traços *estruturais*: preponderância da agricultura sobre todas as demais atividades econômicas; permanência das relações de produção caracterizadas, sobretudo, pela perenidade dos vínculos de dependências entre os homens; lento desenvolvimento, a partir do século XI, das cidades e da economia artesanal e mercantil; importância considerável, em todos os pontos, da religião e do poder ideológico da Igreja; desenvolvimento do Estado desde o fim da Idade Média. Enfim, por uma série de “crises” sucessivas que representam sucessivas modificações de estruturas, novas relações de produção — capitalistas — nascem dessa sociedade e se afirmam nos séculos XVIII e XIX.

As terras desconhecidas, um alimento para a imaginação coletiva

É essencial notar que esse mundo, durante muito tempo, soube-se limitado em seu *espaço*. Para utilizar a palavra “margem” em seu sentido original, esse espaço é “limitado”. Ele é cercado de terras e de mares desconhecidos, cujo conhecimento se esfuma progressivamente à medida que se afasta do centro: vastas orlas incertas, reservatórios de “mirabilia”, de maravilhas e prodígios, como, a oeste, a Islândia, onde os autores do século XII situam uma das possíveis bocas do purgatório, e ainda a Irlanda, o País de Gales, em que os romanos cortesões situam o reino de Artur e a demanda do Graal. Porque esse vago que cerca as terras seguras, do mesmo modo que a margem — expressão dos copistas da Idade Média — cerca o texto e limita a página, alimenta uma imaginação coletiva cujos excessos o descobrimento progressivo da Terra não consegue exaurir: ela povoa as costas do oceano Índico (representado fechado, em vez de aberto), o país dos negros etíopes e, depois, as “Índias Ocidentais” — nossas Américas —, de monstros que desafiam

a razão (embora também sejam tidos como produtos da criação de Deus) ou de Bons Selvagens que parecem ignorar o Pecado. Na verdade, são suas fantasias que os europeus projetam nesse “horizonte onírico” (Jacques Le Goff), mundo ao revés em que reinam o ouro, a abundância e a liberdade sexual — nesse paraíso perdido, a nudez, o incesto e o erotismo são coisas “naturais”³. Todavia, esse jogo de espelhos não é inocente: desde as margens do mundo ele remete ao âmago dos conflitos religiosos e sociais das imagens que, viradas do lado correto, transformam-se em cenas de vilezas, nas acusações que visam os heréticos. Na penumbra de suas “cavernas” e no segredo das “seitas”, irmãos e irmãs, filhos e mães, acaso não misturam seus sexos? Sem chegar a esses confins imaginários, o espaço conhece outros limites mais: como outrora a “Romania” se definia opondo-se aos bárbaros, a cristandade ocidental, conforme as épocas, está cercada de “pagãos” (os escandinavos, os húngaros da alta Idade Média), de “cismáticos” (os bizantinos) e, sobretudo, de “infiéis” (os muçulmanos). Com esses últimos, não há contatos regulares, salvo, precisamente, nas margens geográficas e culturais que constituem a Espanha, a Sicília, a Terra Santa. Porém, a marginalidade logo se transforma em exclusão: a conquista da Reconquista espanhola a oeste, a perda dos Estados latinos do Oriente e o avanço turco a leste apagam, na época moderna, o vago das fronteiras medievais: com o “barbaresco”, corsário e saqueador do litoral, não há, a partir de então, outro diálogo possível senão o das armas.

Fronteiras internas

Margens, ou antes *marches* [marcas], zonas fronteiras, para empregarmos uma expressão da época, o Ocidente conta sobretudo um número infinito delas no próprio interior de seu espaço. Esse espaço é dos mais fragmentados: não há “economia de mercado” capaz de unificar todo o mundo conhecido, a despeito de um comércio distante mas que só envolverá produtos bem particulares, antes de mais nada as especiarias. Assim, a palavra “*marche*” (marca, fronteira) tem inúmeras acepções, que mostram vários espaços justapostos e imbricados: um reino tem suas marcas (na época carolíngia, são zonas intermediárias conquistadas dos pagãos e confiadas a um conde ou a um “marquês”), e um simples domínio senhorial tem as suas, como atesta essa cláusula de uma doação do século XVI: “*Item cent arpens de bois, que haies, que buissons, que frisches,*

que Marches, etc.”⁴. Avançando ou recuando sucessivamente ao sabor da extensão variável das culturas, essa fímbria de matos e bosques separa o mundo dos homens — aldeias e cidades — do mundo selvagem: a “inculta floresta” dos romanos cortesões, o espaço não domesticado, refúgio da caça, de seres demoníacos e de bandidos; mas a floresta é varada por clareiras onde trabalham os carvoeiros e rezam os eremitas retirados para o “deserto”, esses marginais por excelência da cristandade medieval: em sua descrição do País de Gales no fim do século XII, Giraud de Bari diz explicitamente que os que vivem nessas clareiras, à maneira dos eremitas solitários, vivem “à margem (*in margine*) das florestas”.

Alhures a floresta cede lugar à landa e às montanhas. No entanto, também aí se anima toda uma vida marginal: a dos pastores que levam os rebanhos dos aldeões, mas cujo isolamento prolongado, a companhia exclusiva de seus animais e o conhecimento de um saber de que os demais são excluídos envolvem de um halo de mistério e levam a comportamentos anormais⁴; no início do século XIV, entre a Catalunha, a alta Ariège e o Roussillon, os pastores divulgam, ao ritmo dos chocalhos e dos passos das ovelhas, a heresia dos cátaros. Em sua vida sexual, os homens também se adaptam à sua solidão: até a época de “Pai patrão”⁵ na Sardenha contemporânea, a “bestialidade” é seu maior pecado.

Mais perto dos locais habitados, nas margens das cidades e das aldeias, eis enfim os moinhos que rodam na corrente do rio ou no vento das colinas. O moleiro, dono de um saber técnico, proprietário ou, na maior parte dos casos, arrendatário da mais imponente e mais poderosa máquina da sociedade tradicional, também é um marginal⁶. Não é um acaso o fato de, às vezes, ele se achar associado à heresia. Carlo Ginzburg pôde reconstituir recentemente, a partir dos arquivos da Inquisição italiana do século XVI, a cosmologia que um deles havia forjado, com empréstimos tomados, ao mesmo tempo, das representações da cultura popular e das migalhas de cultura erudita que haviam chegado até ele⁷.

Recusa e rejeição dos marginais

Do século XI ao século XIII, a Europa Ocidental vive um conjunto de mutações econômicas, demográficas, sociais e intelectuais

* E também cem arpentes de bosques, sebes, matos, terras incultas, marcas, etc. (N.T.)

de primeira importância. Os reajustes mais ou menos violentos da estrutura social provocam novos fenômenos de marginalização, mas também permitem a integração de todas as espécies de marginalidades cujo papel é essencial na constituição dessa nova sociedade.

As cidades, focos de marginalidade na sociedade feudal

Num mundo em que, desde o fim da Antiguidade e as invasões bárbaras, o campo e as vastas extensões florestais haviam recuperado todos os seus direitos, o renascimento das cidades é um aspecto essencial dessas mutações. Por suas atividades, sua aparência, seus habitantes, seu direito, a cidade é, antes de tudo, na sociedade feudal, um corpo marginal. Claro, essa asserção precisaria ser temperada. É significativo, porém, que os historiadores tenham debatido longamente o papel que alguns marginais possam ter representado na criação das cidades: “pés poeirentos” — comerciantes sem vínculos que perambulavam ao sabor das estradas —, estrangeiros, servos, fugitivos que depositavam suas esperanças de emancipação no “ar da cidade”. Em todo caso, o desenvolvimento da cidade estimula e supõe a atividade de novos grupos sociais, a princípio vistos com grande suspeita, mas cuja pressão acaba subvertendo a hierarquia social e a escala de valores.

Na alta Idade Média já pesavam sobre diversas atividades “tabus” que subsistem após o ano mil, carregando-se ao mesmo tempo de novos conteúdos sociais. No leque amplamente aberto dos ofícios urbanos, certas atividades são julgadas desonestas (*mercimonia inhonesta*), ainda que, concretamente, elas representem um papel essencial na economia urbana. São as profissões de açougueiro, esartejador de animais, carrasco, que põem em contato com o sangue. Em certas cidades, é significativo que a casa do carrasco seja edificada contra a muralha, mas do lado de fora da cidade. Os ofícios relacionados à impureza também conhecem o mesmo descrédito: os limpadores de fossas e, também, os operários da indústria têxtil, pisoeiros e tintureiros, “unhas azuis”, parecem maculados por seu trabalho, e o próprio nome de tecelão torna-se sinônimo de herético. Ofícios suscitados pelo desenvolvimento das trocas, mas que supõem a manipulação corruptora do dinheiro, também inspiram desconfiança e reprovação: os comerciantes, sobretudo os prestamistas, todos eles chamados de “usurários”. Pesa contra eles mais outra acusação: eles especulam com o tempo, vendem-no de certa forma, enquanto o tempo pertence a Deus. A cidade desenvolve outros comércios: o da prostituta, que encarna, aos olhos da

Igreja, o vício da luxúria e vende os encantos de seu corpo, obra de Deus. Há, enfim, os que só vendem palavras e saber: primeiro, os homens de lei, os advogados, cujo comércio fraudulento já é denunciado por uma coletânea de adivinhas do século XV:

“Pergunta:

Quem é a gente que vende mais caro no mundo o que todos os dias lhes é dado?

Resposta:

São os advogados e procuradores, que vendem caro sua palavra.”

No entanto, a acusação diz respeito sobretudo aos “intelectuais” que, estranhos às escolas monásticas e desprovidos de prebendas canônicas, têm como únicos meios de subsistência as gratificações de seus alunos. Ora, a ciência a Deus pertence, não pode ser vendida. A marginalidade desses mestres se inscreve não apenas no conteúdo de seu pensamento — sabe-se o que custou a Abelardo —, mas também no espaço de seu ensino: em Paris, tendo saído da *île de la Cité* ou da escola do *Chapitre Notre-Dame*, mestres e discípulos se espalham em cima das pontes⁸, antes de conquistar a colina *Sainte-Geneviève*.

A grande integração pelo trabalho

Nascidas da cidade ou desenvolvidas por ela, a maioria dessas atividades não tarda, na verdade, a se integrar a seu sistema de valores. Antes de mais nada, graças à eclosão de uma ideologia do trabalho. Mas embora esta permita a “recuperação” de todo um conjunto de categorias sociais essenciais ao funcionamento da sociedade urbana, ela própria vai justificar, mais tarde, a marginalização e até a exclusão de outras categorias julgadas “inúteis” a partir de então.

O trabalho, como o entendemos hoje e desde aquela época, até então não tinha nome. As palavras que mais se aproximavam dele (*labor*, *opus*) acentuavam sobretudo a pena física e moral, consequência do Pecado original, ou na melhor das hipóteses a oferenda feita a Deus de todo esforço (o *opus Dei*, era a liturgia dos monges). Todavia, graças ao recrudescimento dos intercâmbios comerciais, a uma maior divisão do trabalho, sobretudo na cidade, à pressão de novas categorias profissionais, logo se revela ter o trabalho um valor material. Daí a possibilidade de vender seu trabalho e comprar o trabalho dos outros em troca de dinheiro. Daí também a necessidade de reler as Escrituras para encontrar em São Paulo a legi-

timação do trabalho e dos trabalhadores: “Quem não trabalha não comerá!”

Cabe justamente aos novos “intelectuais”, os professores das escolas urbanas e logo da Universidade, elaborar uma ideologia do trabalho que proporcione seu lugar na hierarquia dos valores e na sociedade àqueles que, devido a seu ofício, dela ainda estão privados: o comerciante e o próprio intelectual realizam um trabalho e, por conseguinte, merecem um salário⁹. A prostituta, segundo o dominicano Thomas de Chobham, pode ter a esperança de obter legitimamente o “justo preço” de seus encantos, pelo menos se não procurar enganar o cliente maquilhando-se para parecer mais moça do que é. Logo a prostituta fará plenamente parte da paisagem urbana: em meados do século XVI, o estudante Thomas Platter, natural da Basileia, nota em seu diário de viagem que “não se pode atravessar a ponte de Avignon sem encontrar dois monges, dois asnos e duas putas”. No século XV, como mostrou recentemente Jacques Rossiaud¹⁰, todas as cidades do sudeste da França contam uma “casa comum” pública, colocada sob a fiscalização das autoridades, vários bordéis e “estufas” (casas de banho) cujos proprietários com frequência são notáveis e até mesmo prelados, como o bispo de Lyon, e enfim uma multidão de “meninas” que trabalham no quarto. Na realidade, as proibições éticas e religiosas se limitam a pouca coisa: é preciso simplesmente abster-se de “ir estufar-se” durante a Sema-na Santa e no Natal...

Esse esforço de legitimação é mais difícil no caso dos usurários. No entanto, a evolução econômica contribui para isso dissociando vários tipos de empréstimo: de um lado, o crédito relacionado às trocas comerciais, facilmente camuflado no tráfico das letras de câmbio, e que faz, entre outras coisas, a fortuna de homens de negócio italianos, a quem o papa pede emprestado sem escrúpulos; de outro lado, os empréstimos para o consumo com juros elevadíssimos, mal tolerados e com frequência abandonados à atividade dos judeus. Ao mesmo tempo, alguns fatores religiosos também agem em benefício das profissões “desonestas”: o desenvolvimento da casuística, suscitado em parte por todos esses novos “casos” que é preciso regulamentar com urgência, permite que os confessores sejam mais indulgentes; e quando, no século XII, se precisa a crença no purgatório, abre-se para os próprios usurários um caminho sem dúvida indireto, mas bastante seguro, para a salvação.

No entanto, há belos “restos” mais dificilmente assimiláveis, como os goliardos, que pertencem ao mundo agitado dos pobres escolares errantes, leigos mistos de clérigos, de estatuto incerto. Eles cantam as alegrias da taberna e do amor, com risco de perder sua

alma: “Mais ávido de volúpia do que de salvação eterna, com a alma morta, só me preocupo com a carne.”

Nos séculos XI e XII, enquanto o desenvolvimento do Ocidente ainda não parece ter nenhum limite, a integração de todas as marginalidades prevalece — e de longe — sobre as recusas, as rejeições, a marginalização de uns e o fechamento de outros em si mesmos. É o tempo das cruzadas e da conquista da Terra Santa; o tempo em que os intelectuais, como Geoffroy de Monmouth, Gervais de Tilbury ou Giraud de Bari colhem os maravilhosos contos da cultura popular; o tempo em que o movimento eremítico e a fundação de novas ordens religiosas absorvem as tendências heterodoxas; o tempo em que a Igreja tenta muito mais convencer os judeus — cujo movimento intelectual da Cabala nada tem a invejar da filosofia cristã da época — do que procura convertê-los à força. A “persuasão” ainda prevalece sobre a “coercitio”.

A Igreja e o Estado coligados

No século XIII, essa expansão marca passo em todos os domínios: cruzados e peregrinos refluem da Terra Santa e, no mesmo momento, heréticos, leprosos e judeus são definitivamente rejeitados.

Inventa-se o anti-semitismo

Até então os judeus pouco se distinguem do resto da população. Eles falam a língua de todos, já que o hebreu é apenas uma língua erudita e litúrgica, não usam sinal particular, dedicam-se à agricultura, ao artesanato, ao comércio, à medicina e podem inclusive, até 1229 na França, assumir um ofício público¹¹. Claro, eles já são estatutariamente marginais, pois não são “de communione Ecclesie”, da comunidade cristã (e, por conseguinte, não podem ser excomungados). Só se tornam excluídos progressivamente.

Os primeiros signos dessa exclusão podem ser vistos nas acusações de assassinatos rituais de crianças cristãs, de que os judeus são falsamente objeto desde o fim do século XI na Renânia, por ocasião da primeira cruzada; no século XII, na Alemanha, mais discretamente no Norte da França e na Inglaterra, e no século XIII até no Languedoc¹², essa acusação, depois a de ter profanado a hóstia, se repete com frequência cada vez maior e acarretam massacres de judeus.

No mesmo momento, a Igreja — no IV Concílio Ecumênico de Latrão, em 1215 — impõe aos judeus um traje especial, que esses sem dúvida já usavam na Renânia. Nas iluminuras do “*Hortus deliciarum*” de Herrade de Landsberg (1195), os judeus aparecem com barba, cachos e chapéu pontudo. Em 1269, São Luís obriga-os a usar a *rouelle*¹³ — pequeno círculo de pano vermelho costurado na manga — que Filipe, o Belo, em 1285, obriga-os a comprar: os judeus tornam-se matéria fiscal.

Ao mesmo tempo, eles tendem a ser agrupados à força num bairro preciso, o ancestral do gueto. É o que acontece em Perpignan desde 1243 e no reino da França em 1294. Nesses bairros, os judeus têm seus açougues, suas casas de banho, sua sinagoga, enquanto se especializam em certas atividades, como o empréstimo a juros. Para pedir emprestado, ninguém hesita em recorrer a eles, porém os contatos mais íntimos são evitados com medo de uma espécie de contágio: se, na feira, um judeu toca numa mercadoria, sobretudo comida, é obrigado a comprá-la.

Na verdade, o dinheiro que ganham — o rei ou o príncipe, zelosos de “seus judeus” para melhor explorá-los — pegam de volta como preço de sua proteção. Se na França do século XIV a exclusão toma a forma concreta da expulsão, uma das razões é sem dúvida que os judeus, arruinados por todas essas mordidas fiscais, não apresentavam mais nenhum interesse material aos olhos do rei. Contudo, as “chamadas” periódicas dos judeus garantem novos ingressos de dinheiro fresco: expulsos do reino em 1306 por Filipe, o Belo, os judeus são de novo tolerados de 1315 a 1322. Nessa última data, acusados com os leprosos de terem envenenado os poços, são massacrados pelos *pastoureaux**, sendo os sobreviventes expulsos. De novo tolerados a partir de 1358, são definitivamente expulsos do reino em 1394 e se refugiam nos países limítrofes: a Lorena, o Dauphiné, o Comtat, a Savóia, onde, no fim do século XV, são objeto de novas perseguições. Na época moderna, a anexação dessas províncias os faz voltar aos limites do reino, mas terão de aguardar a Revolução e o Império para se tornarem cidadãos de pleno direito. Sem embargo, sob a aparência de emancipação e de igualdade, o Estado centralizador nega sua diferença: se renuncia à exclusão dos judeus, quer sua assimilação.

Perseguidos ao mesmo tempo que os judeus em 1321, os leprosos não se acham exatamente na mesma situação¹⁴. Sendo cristãos,

* Camponeses insurretos do século XIII. (N. T.)

não são excluídos da comunhão da Igreja. Mas o são do convívio com os homens antes dos judeus e de forma mais radical do que estes. Nos séculos XII e XIII, multiplicam-se leprosários nas confluências de estradas e nos confins das regiões, onde os leprosos são confinados longe do mundo. Nenhum tratamento é dispensado a esses doentes: o medo do contágio, a caridade dos doadores, sua esperança de serem recompensados por suas mercês no outro mundo inspiram essas fundações. O leproso é o “pobre de Cristo” por excelência e cuidar de suas feridas ou lhe dar um beijo, como fez Luís IX, é ato digno de um santo. No entanto, a lepra também é a prova corporal do pecado: a corrupção da carne manifesta a da alma. Por isso o encerramento dos leprosos também é uma maneira de condená-los por seus supostos erros, ou pelos pecados que todos cometeram e que só eles vão expiar. O vocabulário de sua exclusão é de natureza judiciária: um “suspeito” de lepra é submetido a uma verdadeira investigação, o “*esward des ladres*” em Pas-de-Calais, e se for declarado “leproso e condenável” é apartado do mundo por um ritual de “separatio”, que se aparenta à liturgia dos defuntos. Uma “dispensa” intima-lhe sua expulsão e ele é levado para um leprosário, onde uma nova cerimônia integra-o à comunidade dos leprosos. Na verdade, todos os leprosos não estão encerrados em leprosários e inclusive os que lá se encontram podem vir mendigar na cidade em certas festas. Entretanto, seu traje particular (capuz, gola de pano branco), seu saco e, sobretudo, suas “castanholas” os anunciam de longe e permitem distingui-los. Na baixa Idade Média, os leprosários parecem mais ricos pelo fato da regressão da lepra esvaziá-los pouco a pouco. Essa riqueza excita as cobiças: em 1231-1322, os leprosos são acusados de ter envenenado os poços e o rei da França apreende os bens dos leprosários. Nos séculos XVI e XVII, a lepra desaparece progressivamente na Europa, porém às margens das cidades permanecem a lembrança e o espaço da reclusão deixado livre...

Saindo da marginalidade, a heresia ganhará

Os heréticos também ficam “de fora”: “*Compelle intrare!*”, dissera Santo Agostinho, forcem-nos a entrar. Contudo, na primeira metade do século XI, depois no século XII (patarinos milaneses, valdenses lioneses, cátaros italianos e do Languedoc) e até o século XV (irmãos do Livre Espírito na Renânia, hussitas na Boêmia), as heresias ressurgem. Fato novo, são heresias “populares”: elas con-

cernem antes de tudo aos laicos e, não raro, inclusive às camadas inferiores da sociedade. No século XIII, a Igreja instaura o tribunal da Inquisição, que, com o apoio das forças seculares, manda os heréticos para a fogueira. Pelo menos é a sorte que espera os relapsos e os obstinados “pertinax”, porque dos outros a Igreja exige antes uma longa expiação: seja na “parede”, a prisão perpétua, seja sob o hábito de penitente, cujas duas cruzes amarelas, costuradas uma no peito, a outra nas costas, identificam o ex-herético.

Nenhuma heresia medieval pôde resistir por muito tempo à coligação da Igreja com o Estado — é preciso esperar a Reforma protestante para assistir a uma vitória da heresia. Entretanto, esta mudou de natureza: saindo da sua marginalidade, ela só vence com o auxílio de forças seculares opostas ao papa. A própria heresia transformou-se em Igreja, segregando por sua vez seus próprios heréticos, como Miguel Servet¹⁵, condenado por Calvino. Para dizer a verdade, o tempo da heresia passou; abre-se o das seitas. Esses grupos de convertidos (quakers, mórmons...) não procuram, como os heréticos da Idade Média, reformar a Igreja, mas pretendem fundar novas Igrejas. Portanto, permanecem marginais, já que seguem um ideal religioso num mundo que o é cada vez menos.

A delinquência, o crime e a pobreza

Nos séculos XIV e XV, a exclusão torna-se maciça. A “crise” do século XIV e, em primeiro lugar, a tragédia da Peste Negra suscitam e revelam novas formas de marginalidade que, até o fim da época moderna, têm um peso considerável sobre a evolução social: mendigos, vagabundos, criminosos atormentam os espíritos e provocam atitudes de defesa e rejeição.

A pobreza não é coisa nova no Ocidente. Porém, melhor dominada e sem dúvida menos gritante, ela aparece na alta Idade Média como um dom de Deus, uma possibilidade de salvação oferecida tanto aos fracos, em sua provação, quanto aos poderosos, graças a uma caridade ritual que supõe justamente que o número de pobres não aumente: na instituição das “matrículas” monásticas, um número fixo de mendigos tem direito às esmolas dos monges em certas festas.

A vagabundagem tampouco é um fenômeno novo. Desde as “Grandes Invasões” e as migrações da alta Idade Média, a mobilidade dos homens é extrema, crescendo ainda mais do século XI ao século XIII, graças ao desenvolvimento econômico dos campos e

das cidades. Todavia, os deslocamentos com frequência são organizados em instituições que de alguma forma os controlam: peregrinações no plano religioso, formação itinerante de “*valets*” (lacaio) e “*compagnons*” (operários) que percorriam a França.

Há pobres de verdade e falsos pobres

No entanto, as dificuldades materiais da baixa Idade Média fazem da miséria um fenômeno maciço sem precedentes. Primeiro no campo, mas logo também nas cidades, que o êxodo rural enche de turbas de mendigos. As instituições caridosas tradicionais não conseguem dar conta do recado: impõe-se uma distinção entre os “pobres de verdade” (doentes, cegos...), os únicos que devem ser socorridos e que, para tanto, recebem um distintivo, marca de seu privilégio, e os “mendigos válidos”, que poderiam trabalhar e que roubam as esmolas devidas aos primeiros.

A assistência aos primeiros — de que cuidavam cada vez mais as autoridades seculares — caminha em paralelo com a perseguição aos segundos. Logo após a Peste Negra, na maioria dos países da Europa, decretos — como o de João, o Bom, em 1351 na França, ou o “Statute of Labourers”, na Inglaterra — prescrevem a expulsão das cidades de mendigos válidos e vagabundos. Essas medidas são destinadas a pesar no mercado da mão-de-obra, sobretudo no campo, onde a alta estrutural dos salários é amplificada pela crise demográfica. Não tardará para que as autoridades tentem pôr os ociosos a trabalhar, obrigando-os, por exemplo, a limpar as fossas das cidades por um salário reduzido¹⁶. Sobretudo, o mundo da miséria é assimilado — com ou sem razão objetiva — ao mundo do crime: aos olhos de uma justiça cada vez mais centralizada (as justiças senhoriais retraem-se diante da justiça real), para a qual a tortura se torna o meio normal de obter confissões (principalmente das pessoas de “pouco renome”), o pobre é um ladrão em potencial. Essas medidas concretas são orquestradas por toda uma literatura de ficção sobre os pobres: Eustache Deschamps, na França, o autor anônimo do “*Liber vagatorum*”, na Alemanha por volta de 1500, Teseo Pini e seu “*Speculum Cerretanorum*”, na Itália, fazem o inventário de todas as categorias de falsos mendigos que, por diversos artifícios, tentam inspirar a compaixão dos fiéis na saída das igrejas. Com a atração do exotismo mesclando-se ao medo dos possuidores, os autores também redigem glossários da língua dos vagabundos, do jargão dos profissionais da mendicância e do crime. Des-

de essa época, para as classes dirigentes e seus porta-vozes, “os bárbaros estão na cidade”.

Também estão do lado de fora: bandos de indigentes e de bandidos que assaltam os viajantes, heróis dos romances picarescos espanhóis, aventureiros esguios com grandes capas e chapéus de feltro empenachados das gravuras de Jacques Callot (1622). A guerra faz a fortuna desses homens de armas familiarizados com a violência, mas cada trégua lança-os de volta nas estradas. A existência desses mercenários temporários ilustra bem a evolução da arte militar: não é mais a época do *ost* feudal¹⁷, ainda não é a do exército regular.

O ideal da pobreza voluntária

Os decretos das autoridades e a literatura sobre os mendigos e os vagabundos procuram impor o valor ético do trabalho. Desse ponto de vista, é esclarecedor seguir a evolução das atitudes em relação às pequenas comunidades renanas ou flamengas de beguinas e beguinos. No século XIII, esses pequenos grupos de leigos participam do vasto movimento social e religioso baseado no ideal da pobreza voluntária e que também dá nascimento às ordens mendicantes. No entanto, os habitantes das comunidades de beguinos são leigos cujo modo de vida para-religioso não é oficialmente aprovado pelo papa. Nem verdadeiramente clérigos, nem verdadeiramente leigos, são “marginais intermediários”. No século XIV, são frequentemente acusados de heresia, em geral sem razão. No século XV, os próprios clérigos censuram-nos essencialmente por mendigarem quando poderiam trabalhar. Por volta de 1500, Thomas Murner acusa-os de não serem “úteis nem a Deus, nem ao mundo”, como para melhor assimilá-los aos indigentes que, na mesma época, em Paris, são igualmente chamados de “inúteis para o mundo”. Num poema satírico, o mesmo autor também quer banir as beguinas “para Portugal”. Mas é pura ficção literária: em pleno declínio desde o início do século XV — antes de mais nada porque esse modo de vida marginal não corresponde mais aos valores éticos dessa época —, o movimento desaparece quase por completo no início do século XVI.

Contudo, outros marginais aparecem então: os ciganos. Quando os primeiros grupos de “boêmios” ou “egípcios” — na verdade, oriundos do Peloponeso, ou “Pequeno Egito”, e da Romênia

— chegam à Europa Ocidental no início do século XV (sua presença é notada perto de Lyon pela primeira vez em 1419), a atração do exotismo e a caridade para com aqueles que são considerados como peregrinos prevalecem sobre a desconfiança. Em 1427, o burguês de Paris nota com interesse em seu diário que suas mulheres têm “cabelos negros como o rabo de um cavalo” e grandes anéis nas orelhas. Todavia, embora lhes ofereçam víveres, as prefeituras proibem-nos de entrar nos limites das cidades e logo adquirem o costume de pagar para que eles fossem embora¹⁸.

A partir do século XVI, as autoridades os assimilam explicitamente aos “indigentes e vagabundos”, não tendo “nem profissão, nem domicílio”, e o intendente do Béarn declara: “O nascimento não é rigorosamente o que faz o boêmio, mas sim a profissão vagabunda.” De acordo com o decreto de 1682, os homens devem ser mandados às galés, as mulheres devem ter seus cabelos raspados e ser banidas, e as crianças devem ser internadas no Hospital.

A época do “internamento”

Mais do que nunca, na época moderna, a ordem se afirma opondo-se. Desde o fim do século XV até o início do século XVII, a perseguição à bruxaria se generaliza. Caso limite, se quiserem, porque as bruxas só têm realidade no imaginário coletivo; mas todo o procedimento dos inquisidores, depois dos magistrados, visa isolar, moldar a personagem da bruxa, a fim de queimá-la em nome da ortodoxia (a bruxaria é considerada, primeiramente, como uma heresia) para a defesa da ordem social (o mundo da bruxa aparece como uma contra-sociedade) e em virtude de uma racionalidade urbana cada vez menos apta a entender a cultura camponesa. No curso do século XVII, a bruxaria cede seu lugar, nos temores das elites, à posseção pelo Demônio. Desta vez, porém, o desatino está na cidade e, além do mais, não é maciço, mas concerne a pequenos grupos, como as ursulinas de Loudon¹⁹. Entre juízes e acusados, reduz-se a distância social e cultural, o que autoriza também uma mudança de atitude dos primeiros: a posseção é um espetáculo fechado em si mesmo e um objeto de discurso. A guerra aberta, sem rodeios, contra multidões de bruxas, pode terminar²⁰.

O hospital-prisão não cura, isola

A idade clássica é, de fato, a do “internamento”. A expulsão dos mendigos não basta para exorcizar o medo do crime, nem para

satisfazer o desejo de higiene social — a partir de então, eles são internados²¹. Em 1657, é criado em Paris o Hôpital Général [hospital geral], logo reproduzido em todo o reino. A recuperação dos bens dos leprosários e a sistematização desse velho modelo de reclusão pelo poder real estão no fundo dessa reforma. Nesses hospitais-prisões não há medicina, mas sim coerção. O desempregado é alimentado, mas perde a sua liberdade. Só em Paris, em algumas semanas, cinco a seis mil pessoas são internadas. A evolução é a mesma em toda a Europa: “Zuchthäuser” (casas de correção) na Alemanha e “workhouses” na Inglaterra são expressão de uma mesma política. Essa reclusão não tem por objeto apenas garantir a paz social. Ela também quer, pelo trabalho forçado, reformar moralmente os pobres. Sobretudo, o espaço fechado do internamento delimita o campo diversificado do desatino e da inutilidade social: no Hôpital Général encontram-se os indigentes, os mendigos, os estropiados e os loucos. Na Idade Média, os loucos — com exceção dos frenéticos perigosos, que eram “amarrados” — estavam sem dúvida melhor integrados à sociedade, embora também fossem “marcados” como tantos outros marginais²²; como sugere, por exemplo, a “Folie Tristan” no século XII, os loucos eram tonsurados. Entretanto, sua loucura e sua própria marca eram ambíguas: a “loucura de Cristo” — tema fundamental que incomoda a Igreja institucional ao longo de toda a sua história — e o tipo do santo “louco de Deus” que progride bem ou mal nos séculos XII e XIII na literatura religiosa vão no sentido de uma valorização bastante positiva da loucura. Ainda no Renascimento, a personagem do “louco do rei” é a única acreditada para dizer as verdades que os outros devem calar — devido precisamente a seu estatuto particular —, e Erasmo escreve o “Elogio da loucura”. Todavia, no mesmo momento, a “nau dos insensatos”²³, de Sebastian Brant, traduz a seu modo um procedimento de exclusão: como o corpo maldito dos suicidas, encerrado num tonel que o rio leva, a nau dos insensatos é confiada à corrente d’água, a cidade se desembaraça deles. No século XVII, o louco é, enfim, internado, o que é um fato novo. Na Idade Média, os loucos não suscitavam a vergonha de seus próximos e não eram escondidos. Na época moderna, enquanto a punição dos criminosos é pública (porque deve ser exemplar, servindo também de espetáculo político em que o poder faz exibição da sua força), o louco, testemunha de uma desumanidade tornada insustentável e desprovido de qualquer valor exemplar, deve ser escondido. Com isso, ele já não é reconhecido como sujeito, mas reduzido ao estado de objeto oferecido ao exercício de um poder, ainda que médico. Nesse sentido, o hospital psiquiátrico é bem o herdeiro do Hôpital Général.

Os fatores de integração

Do século XI ao século XVIII, que tendência global se desprende da complexidade das atitudes observadas e da variedade das categorias marginais consideradas? Duas hipóteses, necessariamente esquemáticas e simplistas, parecem impor-se. À hipótese de uma sociedade cada vez mais “exclusiva”, em que, após uma primeira fase de integração sistemática, correspondente ao estabelecimento da nova sociedade dos séculos XI e XIII, seguem-se uma longa fase de exclusão cada vez mais severa e, enfim, uma fase de “internamento” generalizado. E a hipótese de uma acumulação progressiva de tipos marginais cada vez mais numerosos e diversos, já que, grossoiramente, observa-se uma multiplicação no curso do tempo de novas marginalidades, fracamente compensada pelo desaparecimento de grupos marginais mais antigos (é tão-somente o caso das beguinhas e beguinos no século XV, depois das bruxas e dos leprosos no século XVII). Contudo, evitemos guardar dessa evolução apenas as recusas e as rejeições: dela não se podem dissociar as forças de integração que atuam no mesmo momento e se desenvolvem paralelamente aos fatores de exclusão. É o caso, antes de tudo, da família, cujas funções múltiplas e cuja enorme importância os historiadores da marginalidade contribuíram nestes últimos anos para pôr em evidência. Nas biografias de marginais, a ruptura dos vínculos familiares assinala com frequência o início de uma carreira de vagabundo ou de criminoso. O distanciamento da família também caracteriza a marginalidade em princípio provisória: a dos “vagi escolares” e “povres escoliers”, a dos clérigos errantes carentes de benefício, a dos jovens operários que percorriam a França oferecendo seus ofícios. Porém, nesse caso também, a família se impõe: o aprendiz e o operário são integrados à família do mestre, moram sob seu teto e são submetidos à sua autoridade. Além da família, outras estruturas de integração previnem a marginalidade e, por vezes, a desviam. Na aldeia ou nos bairros das cidades, os grupos de jovens, as “abadias de juventude”, limitam a violência e os excessos juvenis; por exemplo, nos “charivaris” [algazaras] — manifestações barulhentas, coletivas e rituais de reprimenda e zombaria —, os jovens, que com frequência são seus principais atores, fazem o aprendizado das regras sociais, exercendo uma forma de justiça contra os que infringiram as normas da comunidade. Cumpre, enfim, citar as estruturas de integração mais institucionais que foram conscientemente elaboradas pelas autoridades, não raro com base no modelo da família: formas de “pseudoparentesco”, que paliam à falta dos vínculos familiares, ou então fortalecem seus efeitos num mesmo projeto

de enquadramento social. Assim, as ordens terceiras franciscanas ou dominicanas apresentam garantias de ortodoxia que as comunidades não-oficiais de beguinos e beguinhas parecem não proporcionar. Ao longo de todo esse período, a rede das confrarias de paróquia, de bairro ou de ofício reteve em suas malhas uma parte cada vez maior da população. Devemos mencionar, enfim — paralelamente ao desenvolvimento das associações de operários já mencionadas —, o papel dos colégios universitários como meio de controle da população turbulenta dos “escolares”. Os marginais são justamente os que escapam a todas essas estruturas de integração numerosas e complementares. Eles são a-sociais em relação à sociedade dominante. Acaso isso significa que não possuem, em seu “meio”, regras sociais próprias? Ou, inversamente, deve-se pensar que formam uma “contra-sociedade”?

UM MUNDO PARALELO

Para a sociedade dominante, os marginais se definem negativamente: não têm “domicílio fixo”, “moram em qualquer lugar”, “gente sem senhor”, “inúteis ao mundo”.

Contudo, um simples exame do espaço da marginalidade já revela a existência de um tecido “paralelo” de relações impenetráveis aos demais: na baixa Idade Média, em Estrasburgo, as casinhas das beguinhas se agrupavam em torno dos conventos das ordens mendicantes. Outro caso, muito mais nítido ainda, é o dos guetos judeus. Mais disseminado na cidade é o espaço da mendicância, da prostituição e do roubo. Todavia, essa nebulosa de pátios internos e ruelas mal-afamadas — em que, a partir do século XVII, os eruditos imaginam o célebre “Pátio dos milagres” — surpreende antes de mais nada por sua grande estabilidade: do século XIV ao século XVIII, ou mesmo depois, os marginais parisienses rondam as mesmas ruas, sobretudo na margem direita do Sena. Nesse espaço de contornos incertos, existem pontos fortes: em primeiro lugar, a taberna, onde se dão os encontros, onde se fazem os “contatos”, onde se contam as façanhas e se tramam novos “golpes”. Nem sempre o bordel dela se distingue. Enfim, a prisão do Châtelet não fica longe: outra “escola do crime”, em que os veteranos iniciam os novatos e onde se travam novos conhecimentos, de que os que escapam à força podem em seguida tirar proveito.

Uma cultura dos marginais?

No espaço da marginalidade, movem-se grupos marginais bastante diferentes, uns informais, outros mais organizados. Nas co-

munidades de heréticos, os mais velhos, chamados de “perfeitos” entre os cátaros, distinguem-se da massa, os “crentes”. As pequenas associações de ladrões — cuja “divisão do trabalho” entre homens de ação e receptadores não deixa de assemelhar-se à das associações de comerciantes ou “companhias” — se fazem e se desfazem ao sabor das ocasiões. Mais estáveis, mais imponentes também, são os grandes bandos de bandidos que assaltam nas planícies e enfrentam, armas na mão, a força pública. É o caso dos *coquillards* no século XV entre a Borgonha e Paris, ou do bando de Mandrin, no século XVIII, na Savóia.

Nesses lugares e nesses grupos, floresce uma verdadeira cultura que tem seus signos próprios (as tatuagens, ou a tonsura dos falsos clérigos que pretendem aproveitar-se da justiça eclesiástica, reputada mais benevolente), suas regras de honra (importância do sermão, do segredo), suas técnicas (a arte de viciar os dados, ou confeccionar “ganchos” para arrombar as portas) e seu modo de falar, que utiliza todo um vocabulário hermético para os que não pertencem àquele mundo: não é a gíria das classes populares parisienses dos séculos XIX e XX, mas antes um jargão de profissionais do roubo, da mendicância e do crime. Assim, “bellander” significa “pedir esmola”, “canton” ou “cartuche” significam “prisão”, “coësre” significa “chefe dos vagabundos”, “harper le taillis” significa “fugir habilmente”, etc.²⁴.

Na verdade, as regras de emprego dessas palavras e expressões (transmitidas por obras eruditas) e os limites sociais de seu uso não são bem conhecidos. Vivas polêmicas opõem os eruditos, sobretudo acerca do “jargão de Villon”: para uns, o célebre poeta ter-se-ia exprimido à moda dos *coquillards*, com quem esteve incontestavelmente em relação, antes de ser levado à força; para outros, François Villon é oriundo da “*basoche*”, do mundo dos juristas de baixo nível, que formigam no Parlamento e nos tribunais parisienses, e que têm seu “folclore” e também sua linguagem “codificada”, de que extraem parte da sua identidade coletiva²⁵. Sem minimizar a importância desse debate, podemos admitir também que a distância entre o condenado à força e as “forças da ordem” às vezes é mínima.

Resta saber se, no linguajar dos marginais — quando chegou até nós — ou nos princípios de organização de seus grupos, aparece uma cultura (ou, como diz B. Geremek, uma “subcultura”) marginal específica, e em que consistem sua especificidade e sua eventual força de contestação. O “anarquismo” dos goliardos²⁶ foi sublinhado com frequência. No entanto, os goliardos também provocam para

serem ouvidos, porque sonham com prebendas e proteção: de fato, alguns, como o Arquipoeta de Colônia, as obtêm dos reis e bispos.

A contestação herética

A contestação herética vai mais longe ainda. Ela recusa a divisão da Igreja entre leigos e clérigos, reivindicando o direito de pregar para os primeiros, inclusive às vezes para as mulheres (sobretudo entre os valdenses); ela nega o sacramento do casamento, seja porque o ato carnal é ruim (entre os cátaros), seja porque ele funda a distinção entre o "ordo" dos leigos e o dos clérigos (alguns, como os heréticos do século XI, chegam ao ponto de impor a continência a todos, inclusive aos leigos, e a condenar a procriação; outros, como os irmãos do Livre Espírito, no século XIV, reivindicam, ao contrário, a liberdade sexual mais completa e pretendem até legitimar o incesto). Contudo, embora faça escândalo, a seita não desemboca num "projeto de sociedade", como observa justamente Huguet-Taviani²⁷. Mesmo na Boêmia, na baixa Idade Média, em que a heresia hussita²⁸ junta-se ao milenarismo popular para estabelecer a comunidade dos bens, à espera do Anticristo e do reino do Espírito, o protesto religioso é impotente para se transformar em revolução social.

Em todo caso, o fato é que nenhum grupo marginal foi mais longe do que certos heréticos na crítica provocadora à ordem estabelecida. Quando, nos séculos XIV e XV, os irmãos do Livre Espírito, os "turlupins" e os "adamitas" cometem os piores pecados para provar que a inspiração do Espírito coloca-os acima das leis morais promulgadas pela Igreja — pelo menos é o que afirmam os inquisidores —, talvez atestem com isso a permanência, através da história ocidental, de um desejo de transgressão e de "enselvajamento da vida" (Serge Moscovici), de uma tradição de naturalismo sempre sufocada, mas que ainda hoje ressurgiu para denunciar a ordem da "cultura".

O bandido bem-amado, um herói popular

Que dizer, enfim, da "marginalidade social", em primeiro lugar do "bandido social", do "bandido de grande coração", cujo protótipo, segundo E. J. Hobsbawm, seria Robin Hood, nosso Robin des Bois, vingador dos fracos e dos oprimidos, que só ataca os ricos e poupa a colheita dos camponeses? Esse tipo de banditismo caracteriza, sobretudo, o fim de nosso período, que vê as estruturas

da sociedade feudal cederem cada vez mais diante da penetração, sobretudo no campo, de relações sociais já capitalistas. No sul da Itália, na Sicília, na Sardenha, por exemplo, o açambarcamento das terras e a extensão dos poderes do Estado arruinam o sistema agropastoril tradicional e ameaçam as solidariedades locais. Então, saindo da massa camponesa, erguem-se alguns "ferrabrases de aldeia", que sabem "se fazer respeitar"; logo uma aura de lenda rodeia essa marginalidade nas "baladas de bandidos" que os camponeses captam. Contudo, esses rebeldes são os únicos de todos os camponeses a possuir dinheiro e poder, o que os leva necessariamente a pactuar com os negociantes, os grandes proprietários, as classes possuidoras, cujas próprias organizações clandestinas logo os "recuperaram". O vingador dos pobres torna-se o homem de ação dos "maffiosi": como Salvatore Giuliano, há apenas trinta anos, ele tem um dia de atirar nos camponeses, antes de ser, por sua vez, abatido por aqueles que o utilizam.

Nas descrições das revoltas urbanas que estouraram periodicamente do século XIV à Revolução Francesa, os representantes da autoridade e das classes dominantes repetem incansavelmente que a malta provém do submundo da cidade, que o amotinado e o criminoso são a mesma coisa²⁹. Em tempos de revolta, a liberdade de matar e de saquear atrai sem dúvida muitos marginais, que talvez ignorem tudo acerca dos motivos da insurreição. As revoltas parisienses do início do século XV consagram inclusive figuras de líderes insurrecionais, fascinantes e aterrorizantes ao mesmo tempo, oriundos das margens da violência e dos "ofícios ilícitos": Simon Caboche, "esfolador de vacas" e, mais tarde, o carrasco Coqueluche são bons exemplos. Contudo, essas revoltas não são obra dos marginais, mesmo que estes participem e se aproveitem delas: as dissensões políticas no seio das classes dirigentes (entre nobreza e patriciado, entre patriciado e burguesia...), os conflitos trabalhistas entre mestres dos ofícios e operários, a oposição das classes possuidoras ao fortalecimento dos impostos reais são as causas imediatas da maioria dessas revoltas. Essas não são as preocupações dos pobres, dos mendigos, dos ladrões e das prostitutas. No decorrer dessas revoltas, novas classes sociais manifestam uma tomada de consciência política de seus interesses. É o caso, sobretudo, dos pequenos artesãos, desde os "ciompi" florentinos do século XIV até os "sans-culottes" parisienses de 1789, que jamais são assimiláveis aos marginais. O mesmo é válido no século XIX para os operários insurretos da Comuna: no momento em que toma consciência de si mesmo, o proletariado nascente também deve distinguir-se do "lumpemproletariado", a que seus adversários querem assimilá-lo. Até uma data recente, a rejei-

ção dos marginais não se limita à sua exclusão pelas classes dirigentes. Sobre esse ponto e a despeito da desconfiança das forças de oposição políticas ou sindicais tradicionais, uma mudança recente talvez seja perceptível. Pode-se pensar também que essa mudança não é estranha ao aparecimento de uma “história das marginalidades”.

VALOR E PAPEL DOS MARGINAIS

Os historiadores da marginalidade começaram preenchendo as lacunas da história tradicional, trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas³⁰. De saída, coloca-se aqui o problema dos documentos utilizáveis ou privilegiados. Cada vez que a história se orienta para novos “territórios”, ressurge a mesma questão: existem documentos específicos que permitam responder às novas problemáticas? No caso presente, a pergunta é mais árdua ainda: como ouvir a voz dos marginais do passado, quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar. Chegar diretamente ao que os marginais diziam, sem passar de uma maneira ou de outra pela mediação de um discurso oficial ou erudito, é uma empresa quase desesperada. Não obstante, Philippe Joutard acaba de mostrar que uma renovação dos métodos de investigação às vezes permite os melhores resultados: recolhendo nas Cévennes as tradições orais relativas à revolta dos *camisards* no início do século XVIII, ele pôde dar desses camponeses convulsionários uma imagem bastante diferente da que as Igrejas, protestante ou católica, e os eruditos haviam propagado³¹.

O problema das fontes

O historiador dos marginais utiliza, na maior parte dos casos, os arquivos e os documentos diversos que emanam do “centro”, não das margens: registros de inquisição, arquivos dos tribunais de justiça ou das prisões, obras polêmicas dirigidas contra marginais de todos os tipos, etc. Foi inclusive a problemática da marginalidade que suscitou um novo interesse por esses tipos de documentos e possibilitou submetê-los a tratamentos inéditos: o historiador dos marginais foi um dos primeiros — depois do historiador economista e do historiador demógrafo, porém essas especializações tendem felizmente a perder suas compartimentações — a reconhecer o inte-

resse das “séries” documentárias. Foi a partir do estudo de milhares de processos que apareceram, por exemplo, toda a amplitude da violência na vida cotidiana do Antigo Regime, a esmagadora maioria dos roubos em relação aos outros delitos e, também, a extrema dureza das punições que atingiam os ladrões.

É nos mesmos arquivos que o historiador também pode ouvir melhor a voz dos marginais. Por mais paradoxal que possa parecer, a razão disso é que esses arquivos nasceram da repressão. Aqui, um inquisidor registrou escrupulosamente, às vezes inclusive em língua vulgar, as palavras de um herético, seja por respeito às formas do processo, seja para poder representar declarações comprometedoras; ali, um escrivão do Châtelet anotou os protestos de inocência de um suspeito ou, ao contrário, a denúncia de seus cúmplices por um criminoso notório. Trata-se de vestígios discretos, mas quão vivos! Tomemos cuidado, porém: essas palavras escapadas do silêncio e que vêm dos lugares da repressão (sala de tortura ou tribunal) atestam antes de mais nada o funcionamento bem ordenado da instituição judiciária, ainda que permitam ao historiador reconstituir o retrato e a própria linguagem dos marginais de outrora.

Esses documentos, e outros mais (tratados polêmicos, obras literárias, iconografia...), são considerados pelo historiador dos marginais como depoimentos sobre o próprio “centro”, sobre o lugar em que foram prestados. Porque é uma contribuição essencial da história da marginalidade ter não somente preenchido as margens da história, como ter possibilitado também uma releitura da história do centro.

O critério da “utilidade” social

De fato, a hipótese básica é a de que uma sociedade se revela por inteiro no tratamento de suas margens. Duas possibilidades se oferecem em teoria: a de uma integração dos marginais, ou a de sua exclusão. Concretamente, observamos categorias marginais que sofrem, seja o primeiro deslocamento, como os comerciantes considerados a princípio com grande suspeita, mas cuja reputação se equipara pouco a pouco à sua importância econômica e social e cujos porta-vozes logo representam um papel essencial na definição das normas de toda a sociedade; seja o deslocamento inverso, como o dos loucos, pouco a pouco isolados, rejeitados, escondidos, internados enfim; seja deslocamentos mais complexos, como o dos judeus, a princípio cada vez mais excluídos, depois progressivamente

reintegrados, ou mesmo assimilados no século XIX na França, até que o caso Dreyfus e o desencadeamento do anti-semitismo tornam atual a pior das exclusões.

Portanto, existe em todas as épocas uma linha divisória, que decide seja a integração, seja a exclusão dos marginais, e onde se estabelece o critério de "utilidade" social (para escolhermos um termo da época, que nos parece convir aos casos considerados).

Entendamos essa palavra em seus diversos sentidos: ela indica, em primeiro lugar, que benefício material a coletividade espera dos agentes sociais e, nesse sentido, sua "utilidade" favorece a integração dos comerciantes, dos usurários, dos tecelões, no mesmo momento em que permite a rejeição dos ociosos fisicamente aptos para trabalharem com as próprias mãos. Essa palavra também fixa o limite além do qual a segurança dos bens, das pessoas e da ordem estabelecida parece, com ou sem razão, ameaçada.

A "utilidade" social indica, enfim, um limite do pensável, em que se encontram os que põem em xeque as taxinomias sociais, os que são privados de "estatuto". Vê-se isso claramente com a chegada dos ciganos à Europa. Nas representações dos contemporâneos, não há lugar então para esses nômades de pele morena. Assim, são apresentados primeiro como peregrinos, e eles próprios exibem salvo-condutos do imperador, do rei, ou mesmo do papa, e pretendem que estão indo para Roma, visitar o túmulo de São Pedro. No entanto, a consciência sedentária já então bem estabelecida das populações européias alia-se ao medo dos vagabundos para fazer fracassar essa tentativa de integração: eles são rejeitados do outro lado da linha divisória e juntam-se aos indigentes nas galés ou no Hôpital Général. Ora, em ambos os casos, quer sejam assimilados a peregrinos, quer o sejam a bandidos, nenhum lugar específico lhes é reconhecido, nem pode ser, nas representações tradicionais da sociedade.

Tanto na sociedade como no livro, a margem é vazia e a figura imprevista do marginal que nela vem inscrever-se, na maior parte dos casos, é fugidia, prestes a dissolver-se em um lado ou a cair no outro, porque desafia os marcos preestabelecidos da "razão" social.

Contudo, o essencial é que esse limite se desloque no curso da história. Na Idade Média, ele parece passar, na maior parte dos casos, bem pelo âmago da sociedade, e aqui o caso particular das beguinhas e beguinos, que chamei de "marginais intermediários", parece-me característico de quase toda a marginalidade dessa época³².

Uma margem de incerteza separa os clérigos dos leigos. Nela encontramos as beguinhas e os beguinos, bem com os "escolares",

que têm o privilégio eclesiástico, mas com frequência só procuram nas ordens menores um meio de ascensão social. Mesmo limite vago entre Deus e o diabo: aqui são os comerciantes, cuja fortuna acumulada acaba na maior parte dos casos em pio legado na hora da morte; do mesmo modo, os leprosos são instrumentos vivos da caridade e da salvação dos outros, mas suas chagas que sempre tornam a se abrir são a ilustração de seus pecados; os judeus são as testemunhas do Antigo Testamento e do povo eleito, entretanto são os carrascos de Cristo; o pobre é o único a viver em conformidade com o Evangelho, mas sua simples presença parece desafiar a Igreja estabelecida...

Não é por acaso que multiplico aqui as referências à *ideologia* cristã. Por afirmar como vocação última seu desejo de salvação para todos os homens, o cristianismo medieval "recupera" de uma maneira ou de outra todos os marginais e investe, de todas as partes, a margem interna da sociedade num prodigioso esforço de legitimação: a tarefa é relativamente fácil no caso dos comerciantes ou dos intelectuais. Ela é mais difícil para os judeus, porém jamais é desesperada. Mesmo no caso do herético, o inquisidor sempre espera, pelo menos no além, "recuperar" uma alma; e embora o suplício pareça inevitável, a Igreja, pelo menos, dele não participa: o braço secular se encarrega.

A nosso ver, é apenas no fim da Idade Média, sobretudo na época moderna, que a margem é verdadeiramente rejeitada para a periferia. Não há mais lugar no meio do corpo social para aquela faixa de incerteza que a Idade Média conheceu. No âmago da sociedade, pontifica, agora, o monarca de direito divino. Dele irradia a "Razão de Estado", que é não apenas uma política, mas também uma mística. Ela se apóia num "aparelho estatal", de que a Igreja já não é senão uma das engrenagens, ao lado de outras instituições (a justiça, a polícia...) cujo funcionamento se aperfeiçoa e cujo poder se fortalece. A sociedade medieval construiu-se integrando. Esta se define opondo-se: tendo marcado na sua carne "V" ou "GAL", o vagabundo e o criminoso são banidos e mandados para as galés.

Um indicador das transformações de uma sociedade

História inédita das margens, história renovada do centro, esse procedimento traz enfim uma contribuição essencial para uma história total em construção. Por remeter sem cessar o historiador do centro à periferia e da periferia ao âmago de seu objeto, mas tam-

bém — e sobretudo — porque, através dos discursos e das práticas da marginalidade e da exclusão, se manifestam as transformações mais fundamentais das estruturas econômicas, sociais e ideológicas. O grande mérito de Bronislaw Geremek foi ter sido o primeiro a relacionar a multiplicação dos grupos marginais na Europa Ocidental no fim da Idade Média com uma “crise do feudalismo”, que afeta ao mesmo tempo a economia rural, o mercado de trabalho urbano e o ideal evangélico da pobreza voluntária. E, também, ter visto na resposta dos detentores do poder os primeiros indícios da “acumulação primitiva do capital”: a repressão, depois o internamento dos mendigos válidos, visam pressionar os salários em período de rarefação da mão-de-obra, a fim de manter os lucros dos mestres e a limpar a rua de todos os ociosos em período de salários baixos, a fim de salvaguardar a ordem social. Para as mesmas causas, os mesmos efeitos: quando a Europa do Leste sai, no século XVIII, da “segunda servidão” e conhece, por sua vez, o desenvolvimento de relações de produção capitalistas, as medidas tomadas são idênticas às que a Europa do Oeste já conhecia desde há muito. A sociedade ocidental, que vemos, na época moderna, mais exclusiva do que nunca, se acha, de fato, em profunda transformação: o valor do trabalho torna-se o critério essencial da “inutilidade” social, num mundo em que as “workhouses” são o correspondente das primeiras manufaturas. A época contemporânea terá seus próprios rejeitos, mas nem todos serão novos: talvez a característica mais importante da história da marginalidade e da exclusão seja também ser uma “arqueologia do nosso Saber”, dos valores e das recusas de nossa própria sociedade.

Jean-Claude Schmitt

Foram publicadas depois da redação deste artigo: *Cahiers Jus-sieu. Les marginaux et les exclus dans l'histoire*, Paris, 10/18, 1978.

A. FARGE, art. “Marginaux”, in A. BURGUIÈRE (org.), *Dictionnaire des sciences historiques*, Paris, PUF, 1986, pp. 436-438.

Notas

1. Michel de Certeau, *L'absent de l'histoire* (Paris, Mame, 1973); *L'écriture de l'histoire* (Paris, Gallimard, 1975).
2. Bronislaw Geremek, *Les marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles* (Paris, Flammarion, 1976).
3. J. Le Goff, *Pour un autre Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1977).

4. Kayser-Guyot, *Le berger en France aux XIV^e et XV^e siècles* (Paris, Klincksieck).
5. “Pai patrão” é o título de um filme italiano recente.
6. C. Rivals, *Le moulin à vent et le meunier dans la société française traditionnelle* (Ivry, Serg, 1976).
7. C. Ginzburg, *Il formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del 1500* (Turim, Einaudi, 1976).
8. O nome de um deles, Adam du Petit-Pont, merece ser notado.
9. J. Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge* (Paris, Le Seuil, 1957).
10. J. Rossiaud, “Prostitution, jeunesse et société dans les villes du Sud-Est au XV^e siècle”, in *Annales E.S.C.* (1976).
11. B. Blumenkranz, *Histoire des juifs de France* (Toulouse, Privat, 1972).
12. B. Blumenkranz, “Juifs et judaïsme en Languedoc”, in *Cahiers de Faujeux* (Toulouse, Privat, 1977).
13. V. Robert, *Les signes d'infamie au Moyen Âge*, Mémoires de la Société Nationale des Antiquaires de France (1888).
14. A. Bourgeois, *Psychologie collective et institutions charitables. Lépreux et maladreries du Pas-de-Calais* (Arras, 1972).
15. M. Servet (1511-1553), médico e teólogo espanhol, escandalizou os protestantes com suas obras, *De trinitatis erroribus* (1531) e, sobretudo, *Christianitatis restitutio* (1553), em que atacava violentamente a Instituição de Calvino. Este acusou-o diante do Grande Conselho, quando estava de passagem por Genebra, e Servet foi condenado à fogueira.
16. J. P. Gutton, *La société et les pauvres, Lyon XVIII^e siècle* (Paris, Éditions Les Belles Lettres, 1970).
17. *Ost* é o termo que designa o exército na época feudal: é o serviço militar devido a um suserano.
18. F. Vaux de Foletier, “Les tsiganes dans l'ancienne France”, in *Connaissance du monde* (1961).
19. Michel de Certeau, *La possession de Loudun* (Paris, Julliard, 1970).
20. R. Mandrou, *Magistrats et sorciers en France au XVII^e siècle. Une analyse de psychologie historique* (Paris, Plon, 1968).
21. M. Foucault, *Surveiller et punir. Naissance de la prison* (Paris, Gallimard, 1975).
22. M. Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique* (Paris, Plon, 1961).
23. A “nau dos insensatos” é um poema satírico (1494) em que o autor, o al-saciano S. Brant, ridiculariza as aberrações dos cinco sentidos. Um quadro de Hieronymus Bosch que tem o mesmo título é inspirado nessa obra (no museu do Louvre).
24. P. Guiraud, *Le jargon de Villon et le gai savoir de la coquille* (Paris, Gallimard, 1968).
25. P. Guiraud, *Le testament de Villon ou le gai savoir de la basoche* (Paris, Gallimard, 1970).
26. Os “goliardos” são clérigos indisciplinados que, na Idade Média, vivem com mulheres e escrevem poesias satíricas, antipapais e eróticas.
27. H. Taviani, “Le mariage dans l'hérésie de l'An Mil”, in *Annales E. S. C.* (1977).
28. A heresia hussita, do nome de Jan Huss, propagou-se no século XV na Boêmia. Reivindicando a liberdade de sermão, a comunhão sob as duas espécies, a pobreza dos eclesiásticos e a punição dos pecados mortais pelas autoridades civis, eles assinaram acordos, os “compactata” (1433) com a Igreja católica na Basiléia e em Praga. Os mais radicais foram vencidos na batalha de Lipany (1434).

29. E. J. Hobsbawm, *Les primitifs de la révolte dans l'Europe moderne* (Paris, Fayard, 1966).

30. "Marginalité et criminalité à l'époque moderne", in *Revue d'histoire moderne et contemporaine* (Paris, A. Colin, 1976).

31. P. Joutard, *La légende des camisards. Une sensibilité au passé* (Paris, Galimard, 1977).

32. J.-C. Schmitt, *Mort d'une hérésie; l'Église et les clercs face aux béguines et aux béghards du Rhin supérieur des XIV^e et XV^e siècles* (Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978).

JEAN-CLAUDE SCHMITT

Nascido em 1946. Diplomado pela École des Chartes e *agrégé* de história. Diretor de estudos na EHESS. Autor de vários artigos e obras, suas pesquisas em antropologia histórica têm por objeto as relações entre cultura popular e cultura erudita na Idade Média, o estatuto e as práticas das imagens, e a gestualidade na sociedade feudal.

EVELYNE PATLAGEAN

A história do imaginário

O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal: a curiosidade dos horizontes demasiado distantes do espaço e do tempo, terras desconhecíveis, origens dos homens e das nações; a angústia inspirada pelas incógnitas inquietantes do futuro e do presente; a consciência do corpo vivido, a atenção dada aos movimentos involuntários da alma, aos sonhos, por exemplo; a interrogação sobre a morte; os harmônicos do desejo e de sua repressão; a imposição social, geradora de encenações de evasão ou de recusa, tanto pela narrativa utópica ouvida ou lida e pela imagem, quanto pelo jogo, pelas artes da festa e do espetáculo. Resulta daí que, se quisermos conhecer, através de todos esses temas, o imaginário das sociedades afastadas de nós no tempo, ou aliás no espaço, não evitaremos traçar o limite que o separa do real exatamente onde esse limite passa por nós mesmos, em nossa própria cultura.

O imaginário como objeto de história

Contradição insolúvel, mas da qual devemos pelo menos tomar consciência. O imaginário passado das sociedades européias só recentemente constituiu objeto de história. As épocas medieval e moderna o encararam como um prologamento sempre vivo no seio de sua própria cultura, cru e censurado ao mesmo tempo, de acordo com os temas e os meios. O distanciamento histórico se aprofundou com as Luzes que espoliam a velha herança, com o romantismo que se reapropria dela por gosto estético e por piedade nacional, com a ciência que termina o século XIX e começa o século XX, positivista na maioria das vezes, ou pelo menos fundada explicitamente numa hierarquia das culturas ligada à idéia de progresso. Porém, já se esboça a revolução copernicana, que deveria estimular nas décadas seguintes um desenvolvimento espetacular e conjunto das ciências humanas e da história. Todas aceitam desde então alinhar as culturas passadas e presentes numa classificação que se tornou sistemática, e não mais hierárquica, e fixam-se como meta a apreensão total do homem, ser social e indivíduo. Assim, abriu-se sobretudo ao estudo histórico esse domínio do imaginário passado, em que a história escuta ciências humanas como a antropologia ou a psicanálise, mas sem deixar de colocar suas questões específicas: como utilizar seus enfoques para um material situado num ponto distante do tempo? como explicar que determinada sociedade tenha constituído determinado repertório? como explicar em seguida as mudanças sobrevindas neste último? Questão vasta demais, de fato, para ser tratada aqui, pois concerne tanto a esses domínios tradicionalmente vizinhos da história pura e simples que são a “história das religiões”, a “história da literatura”, a “história da arte”. Não evitaremos passar de seus limites, que aliás talvez estejam sendo revistos, mas o faremos sem nos aventurarmos demais nas suas pesquisas mais específicas.

AS PRIMEIRAS PESQUISAS

A obra de Michelet abriu o caminho, nesse domínio como em outros, e com uma eloquência particular. Atento aos movimentos que agitaram as profundezas do “velho povo de França”, herói da sua obra¹, ele sente mais do que compreende, talvez, os elãs que lançam os humildes nos caminhos da cruzada, ou as esperanças milenaristas. Sobretudo, ele impregna de sua poderosa visão da natureza, da feminilidade e da vida a personagem da bruxa, à qual con-

sagra um livro (1862)². Depois dele, assinala-se a convergência que a obra de sir James Frazer estabelece, na virada do século, entre os mitos e os ritos da Antiguidade clássica e os dos povos ditos selvagens. “O ramo de ouro”³ não contém história no sentido diacrônico do termo, o que é uma das suas fraquezas, mas um esforço de análise comparativa sistemático, que faz do livro um trabalho pioneiro e lhe proporciona, aliás, grande eco. São os bons tempos da “história das religiões”, e citaremos, por exemplo, os estudos magistrais do belga Franz Cumont sobre a maneira como, sob a influência das sabedorias e dos rituais vindos do Oriente, os homens do Império romano imaginavam a imortalidade feliz e os caminhos que a ela conduziam⁴.

O período fecundo de entre as duas guerras assinala o verdadeiro início das pesquisas hoje em curso. O imaginário nele encontra seu lugar na jovem história das mentalidades e instrui-se com os trabalhos dessa última: o além do homem medieval em Marc Bloch⁵, a representação do mundo dos contemporâneos de Rabelais em Lucien Febvre⁶. E, sobretudo, o imaginário de uma época, em todo o seu contexto mental, cultural e social, torna-se objeto essencial de uma história da arte em que se destacam os trabalhos, citados adiante, de Émile Mâle e do maior, Henri Focillon.

Várias testemunhas do imaginário das sociedades passadas

A iconografia aparece de fato como a testemunha mais evidente do imaginário das sociedades passadas. No entanto, este tem muitas outras mais: o escrito, diretamente produzido como tal, ou seja, a obra composta por um autor, e também o escrito como monumento de um discurso defunto, interrogatório de um inquisidor, cláusulas de um testamento feito diante de um tabelião, coleta mais ou menos recente e mais ou menos elaborada das tradições de um povo, de uma região, de um meio social; em última instância, o discurso ainda vivo da tradição oral e das práticas atuais. Semelhantes materiais sugeriram vários partidos aos historiadores: escolher um campo documentário e inventariar seus temas ou alguns deles, como o bestiário fantástico da escultura medieval, a morte e o além nas igrejas barrocas de Provença; deter-se num tema e segui-lo em toda a documentação de um período, como a morte no fim da Idade Média; ou ainda estabelecer o inventário temático de um período, como “o outono da Idade Média”; enfim, abrir para o imaginário de uma sociedade um lugar num estudo global, como o mundo em que os habitantes de uma aldeia da alta Ariège situam este

último e a si mesmos por volta do fim do século XIV. Em todos os casos, surge o problema da periodização: é preciso verificar que as cesuras habituais enquadram bem o assunto, ou propor cesuras sob medida para a enquete e seus resultados.

Essa escolha dos cortes inicial e final impostos à evolução histórica que se trata de explicar é essencial e servirá de fio condutor para nossa apresentação. Veremos, assim, que as pesquisas de história do imaginário foram, até aqui, desiguais e, sobretudo, diferentes para os quatro períodos que supliciam, com sua divisão escolar, a história do velho continente. Isso se deve, decerto, à diferença das documentações, aos hábitos de espírito e de escola, e às próprias personalidades. Entretanto, mais profundamente, nossa posição em favor de uma ordem ela própria histórica também porá em evidência, de um lado, a longa duração de temas europeus, como a bruxa ou a humanidade exótica, de outro, uma sucessão de domínios na temática e nos veículos do imaginário ao longo dos tempos e dos lugares, enfim a importância decisiva nesse domínio de um limiar único, que é o aparecimento do cristianismo nas sociedades européias.

A ANTIGÜIDADE GREGA E ROMANA

Nossa Antiguidade clássica é dupla: rosto grego, rosto romano. A Grécia apresenta uma expressão mítica de grande riqueza, explicativa da sociedade e de seus rituais, e isso no seio de uma história cujo momento maior é o nascimento da cidade, de sua organização, de sua cultura, de sua disseminação em colônias. Estudiosos como H. Hubert já haviam sentido as clarezas que o estudo desse conjunto cultural podia tirar dos trabalhos da antropologia contemporânea, que partira então da sociologia e cujo mestre era Marcel Mauss⁷. Contudo, caberia a Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet e Marcel Detienne tirar de fato as conseqüências de uma aproximação metodológica com uma disciplina em que a obra de Claude Lévi-Strauss propunha, ao mesmo tempo, um modelo de análise conjunta dos mitos e dos rituais⁸, análise dita estrutural porque assinala, numa tentativa de apreensão total, as correspondências entre os papéis e os momentos dos rituais, as posições e relações entre si das personagens míticas e os dados culturais ou sociais que, na realidade, são a base inicial de qualquer construção.

Marcel Detienne entrou radicalmente no caminho de uma análise desse tipo⁹, à luz da qual dados míticos e rituais se organizam, “como se houvesse sido através das histórias fantásticas, das narra-

tivas maravilhosas, que os gregos tivessem comunicado da maneira mais clara o alfabeto de que se serviram para soletrar o mundo” — este o procedimento que lhe comunica, por exemplo, a significação dos “jardins de Adônias”¹⁰. Eram assim chamadas as frágeis plantações em vasos que as mulheres de vida algo livre expunham em seu telhado aos ardores de pleno verão, para comemorar a morte do belo caçador amado de Afrodite. Ora, Adônias é associado por seu nascimento à mirra, a qual tem seu lugar num código vegetal simbólico em que as plantas aromáticas cheirosas e secas, os cereais e, enfim, a crueza úmida das ervas se situam numa escala de valores correspondente à do código social (abstinência/casamento/promiscuidade) e religioso (abstenção de carne/sacrifício/consumo selvagem). A leitura dessas três codificações do mesmo sistema de valores permite a Detienne expor, em termos de história, a resposta da Grécia antiga ao problema de toda sociedade, que é pensar sua própria situação entre a natureza e a sobrenatureza.

Jean-Pierre Vernant, de sua parte, contribuiu para uma história do pensamento grego, mostrando que, embora ela passe efetivamente por volta do século VI do mito a uma razão raciocinante, esta última é, a princípio, na física jônica por exemplo, um procedimento historicamente localizado, laicização do pensamento mítico anterior, e não aparecimento de uma pretensa razão atemporal, benefício irreversível de um pretenso “milagre grego”; no mesmo momento, que é o do início da cidade, o filósofo substitui o sábio iniciado, que tinha a faculdade de explorar o além invisível¹¹. Tanto Vernant como Vidal-Naquet dedicaram-se, de fato, ao nascimento e ao funcionamento da cidade grega e à riqueza sem igual do caso ateniense. Suas análises de mitos revelam os elementos de uma história política: condição atribuída às mulheres¹², ou ritos de passagem dos jovens à idade adulta¹³; a criação da tragédia e o aparecimento do autor trágico, que utiliza as antigas lendas para apresentar ao público da cidade um debate jurídico ou moral cujos heróis permanecem externos ou anteriores à comunidade cívica, enquanto esta se exprime pela voz do coro¹⁴; e mesmo a expressão soberba do pensamento platônico¹⁵.

A obra de Georges Dumézil e os mitos indo-europeus

Quanto a Roma, faz anos — desde bem antes do sucesso dos trabalhos de Lévi-Strauss — que a obra monumental de Georges Dumézil gira em torno das lendas das origens¹⁶. Mais exatamente, e mais amplamente, ele explorou o enorme tesouro mítico que é a

herança comum dos povos ditos indo-europeus, da Escandinávia à Índia, da Irlanda a Roma, da Germânia à Grécia. Sua proposta inicial foi a de que os mitos das sociedades indo-européias remetiam a uma estrutura segundo a qual essas mesmas sociedades se imaginavam constituídas pela hierarquia de três funções — mediação sagrada, ímpeto guerreiro e fecundidade laboriosa —; e que os deuses e os heróis dos indo-europeus, e suas aventuras, apenas ilustravam essa tripartição fundamental. Contudo, essas ilustrações, apesar de idênticas quanto ao fundo, teriam revestido formas diferentes segundo as sociedades e as épocas: epopéia, na Índia (Mahabharata); história das origens, na Roma antiga, de que resta a versão de Tito Lívio; e na Escandinávia medieval, em que Saxo Grammaticus assim compõe a história dos primeiros reis¹⁷; romance, enfim, em certo ramo do *Mabinogion** galês, já que a narração tornou-se um fim em si; talvez também folclore¹⁸.

A cristianização abre uma nova época

A cristianização da cultura européia abre um domínio diferente na história do imaginário, mesmo que a preocupação de encontrar sob esse limite uma continuidade profunda esteja presente nos ensaios de De Martino, Caro Baroja, Bakhtin ou Le Goff, que citarei adiante. A necessidade de tal pesquisa, difícilíssima pela múltipla erudição que requer, nem sempre é sentida. No entanto, a história das religiões¹⁹ e a do folclore²⁰ preocupavam-se com ela, desde o início do século, nas perspectivas críticas e polêmicas da época. Ela permanece hoje, é o mínimo que se pode dizer, uma direção aberta, e das mais promissoras.

Também é verdade que, embora de temas como o da feiticeira ou do calendário e de suas festas surgiram continuidades evidentes, o cristianismo inaugura uma nova época no sistema europeu das representações sociais maiores, para lá dos defuntos e do invisível dos vivos, entre os quais instituíram-se vínculos específicos, e nas relações do homem com seu corpo. As culturas cristãs apresentam, além disso, uma continuidade interna evidente através das épocas em que, no domínio do imaginário como em outros, a massa documentária

* O *Mabinogion* (*Disciplina*), principal obra da literatura galesa antiga, é a versão poética do ciclo de lendas sobre a história dos brítones, do qual faz parte a história do rei Artur e seus cavaleiros da Távola Redonda. Os manuscritos do *Mabinogion* datam do século XIV, porém a origem de seus relatos é bem mais antiga. (N. T.)

é, afinal, de uma riqueza incomparável. Enfim, e isso é essencial, os historiadores se acham portanto envolvidos, confrontados com as fontes ocultas da sua própria cultura.

O ESTUDO DA IDADE MÉDIA

Tratando-se do conteúdo das representações ou de seus veículos e, também, de assuntos particulares, de tempos fortes ou períodos longos, os melhores trabalhos das últimas décadas assinalaram a que ponto o desenvolvimento histórico do sistema do imaginário manifesta em plena luz a história social *tout court*, cujos modelos e representações tornam-se por sua vez fatores. A Idade Média continua sendo a matriz, antes de mais nada no que ela exhibe. Três historiadores quiseram abraçar toda a sua trajetória: Émile Mâle e Henri Focillon, que partiam das formas visíveis, e Georges Duby, que partiu dos textos.

Henri Focillon estabeleceu, há quarenta anos, princípios que são hoje os da análise estrutural, consagrando à arte medieval do Ocidente “um livro de história, isto é, um estudo das relações que, diferentes de acordo com os tempos e os lugares, se estabeleciam entre os fatos, as idéias e as formas”²¹. Ele contestava, assim, a hierarquia tradicional dos elementos da história, sublinhando que as formas “não poderiam ser consideradas como simples cenário”, e que “a arte da Idade Média não é nem uma concreção natural, nem a expressão passiva de uma sociedade: em grande medida, ela fez a própria Idade Média”; ademais, no sistema das formas, ele discernia a “forma dominante” preferida de uma época e decisiva então, no fato de que todas as outras, e todas as imagens, são obrigadas a se inscrever em seu espaço. Do espaço monumental das arquiteturas romana e gótica ao espaço pictórico dos séculos XIV e XV, formas e imagens juntas constituem, pois, um discurso visual dos períodos sucessivos da sociedade medieval. Um procedimento igualmente estrutural conduziu Georges Duby no sentido inverso em seu estudo sobre “A arte e a sociedade do século X ao século XV”²². Ele o desenvolve em três níveis: mundo social das formas políticas inspiradoras das formas culturais; mundo imaginado, em que a sociedade projeta suas realidades e suas insatisfações; e, entre os dois, a mediação das formas e dos temas da arte.

Cultura erudita e cultura popular

Dentro desse domínio medieval, certos pólos prenderam a atenção, em primeiro lugar o próprio processo de cristianização. Jac-

ques Le Goff prendeu-se, em toda a sua obra, à alternativa entre cultura erudita e cultura popular, à dialética cultural entre os clérigos e o povo durante a altíssima Idade Média, como filtro de uma herança imemorial²³. Georges Duby também mostrou-a atuante por volta do ano mil²⁴, nos contatos que os homens daquela época estabeleciam entre o visível e o invisível: “presença dos mortos”, proximidade dos santos e do diabo, poder taumatúrgico dos reis, eficácia das relíquias, mas também a projeção clerical da sociedade terrestre nas três ordens da Jerusalém celeste, o sombrio fascínio do Apocalipse e do Juízo Final. A mesma troca se encontra nos relatos relativos aos santos, imenso campo de trabalho atualmente aberto a múltiplas pesquisas, imensa literatura em que se transformam, em todas as partes do mundo então cristão no decorrer de seu primeiro milênio, ao mesmo tempo uma soma de depoimentos sobre a vida das sociedades e dos níveis sociais, e um tesouro de seu imaginário, em que antiquíssimos contos convivem com episódios milagrosos, maravilhosos ou exemplares, destinados a estimular a fé e a acalmar a angústia dos homens²⁵.

Enfim, cultura popular e cultura erudita também ordenam, de outra maneira, na virada dos séculos XIV-XV, as crenças dos habitantes da aldeia de Montaillou, na alta Ariège, estudadas por Emmanuel Le Roy Ladurie com base numa documentação da Inquisição excepcionalmente rica²⁶. A presença do diabo, de que a bruxa ainda não é comparsa, bem como dos demônios, e a proximidade dos mortos, a que se atribuem mensagens, seu contínuo errar sem Inferno nem Purgatório em torno dos vivos, até seu derradeiro repouso, eis o que atesta um estado deveras arcaico da crença popular, destinado a ser superado no futuro; enquanto as idéias dos habitantes de Montaillou sobre a metempsicose e os mitos difundidos sobre animais como o cavalo ou o lagarto exprimem um avatar tardio e rústico do catarismo.

As múltiplas evasões do imaginário medieval

Portanto, a cristianização das margens invisíveis do mundo, empreendida desde as origens até o limiar da modernidade e de cima a baixo da escala sociocultural foi, em suma, uma direção fundamental na história do imaginário medieval. No entanto, este ofereceu muitas outras continuidades e outros enriquecimentos.

A começar pelos longes exóticos de um Ocidente que não se deve crer fechado em si mesmo e que prolongou suas verdadeiras viagens com as fábulas que se lhe referiam: bestiário fantástico da escultura

medieval, cujas fontes orientais foram deslindadas por Jurgis Baltrušaitis²⁷; horizonte onírico do oceano Índico, em cujas “maravilhas” Jacques Le Goff decifrou os desejos, as fantasias e as leituras das gerações²⁸; horizonte próximo, mas igualmente imaginado, da selvageria²⁹; horizonte escatológico, ao contrário, o do Grande Juízo³⁰, da Terra Santa e Prometida³¹, do Paraíso Perdido ou reencontrado³², o das amplas construções míticas das heresias medievais³³.

Também há evasão interior pela literatura no sentido do que é desejado, no sentido do que falta, o testemunho em termos de imaginário sobre a verdade das situações históricas e sobre sua evolução. Erich Köhler escreveu nessa perspectiva um livro exemplar, consagrado aos romances do rei Artur. Ele mostra nesse livro como os de Chrétien de Troyes situam, na história política, a cavalaria francesa, cujas insatisfações expressam e sublimam: a realeza de Artur submete-se a um ideal feudal que dela faz a antítese da monarquia francesa, que transcende a profunda diversificação social da nobreza e que terminará em missão escatológica; a “aventura” transmuta a sorte da pequena nobreza, na verdade incerta, em valor cavaleiroso por excelência, que os grandes feudais subscrevem diante da ameaça comum da realeza e da burguesia; enfim, o amor cortês assinala uma das “rupturas” que definem o século XII aos olhos de Köhler como o limiar da modernidade, porque tiram o indivíduo da estabilidade hierárquica antiga³⁴.

Extravasamento do imaginário no fim da Idade Média

Ao cabo do período, enfim, observaram-se as múltiplas avenidas abertas pela modernidade expressiva e complexa do fim da Idade Média para um imaginário que se torna, então, de uma riqueza surpreendente. Fiel à sua linha de estudo, Focillon considerou antes de mais nada o espaço que a pintura propõe então e que maneja com uma nova liberdade, inconcebível para o espaço monumental das épocas precedentes. E mostrou que os pintores podem colocar, assim, o imaginário no segundo plano do cotidiano: espaço ilusionista e teatral dos fundos dos quadros; “paisagens visionárias” das “Horas do duque de Berry”, que, “ao lado da paisagem feudal e da paisagem camponesa, proporcionam um corpo aos prodígios da imaginação cristã”; “apocalipse alegre” de Hieronymus Bosch, em que os velhos monstros romanos reaparecem, mas livres das imposições da integração arquitetônica de outrora.

Outros propuseram-se uma exposição mais global. O holandês Johannes Huizinga consagrava, desde 1919, ao “outono da Idade Média” um livro cuja importância duradoura foi sublinhada pela recente reedição, em cuja introdução Jacques Le Goff definiu como sua contribuição precursora o fato de ter mostrado “que é preciso ir buscar o sentido de uma sociedade em seu sistema de representações e no lugar que esse sistema ocupa nas estruturas sociais e na ‘realidade’”³⁵. Huizinga limitou-se ao domínio francês, borgonhês e flamengo, mas tirou partido de toda a informação disponível: romances de cavalaria e poesia mundana ou pastoral, iconografia da pintura destinada à clientela nobre ou gravuras populares em madeira e, sobretudo, descrição de tudo o que não podemos mais ver, como as chegadas reais, as festas, a pompa das núpcias e dos funerais. Enfim, sem reencetar a exploração documentária, Georges Duby³⁶ projetou uma luz profunda sobre os móveis psicológicos.

Todos esses trabalhos revelam os temas fundamentais que constituem o imaginário dos séculos XIV e XV: o fervilhar dos demônios tentadores e a horrível alegria do sabá, mas a humanização de Cristo supliciado e de sua Mãe, cuja aflição é mostrada sem cessar pela pintura, pelo teatro e pelas confrarias, repetida pela pregação, encontrada pelos místicos; a afirmação do Purgatório, do anjo da guarda; a obsessão da morte individual, a iconografia fúnebre do cadáver que se dissolve, confrontado às alegrias do vivo, a dança macabra; mas também uma suntuosidade sensual que a censura da Igreja não mais atinge; enfim, segundo a fórmula de Huizinga, esse “espetáculo de um sonho” que a aristocracia da época proporciona quando representa nesses discursos e nesses gestos o romanesco da cavalaria e da pastoral.

Tudo isso é reunido no curso de uma transição histórica em que se dissipa o velho feudalismo, em que nascem as atitudes sensuais e religiosas do homem moderno. Semelhante documentação, bem explorada e talvez exemplar, coloca de maneira nítida esse problema da relação entre realidade social e sistema de representações, sobre o qual é preciso construir a história do imaginário.

A EXPLORAÇÃO DA MODERNIDADE

A visão do além-túmulo que a modernidade se proporcionou relaciona-se diretamente aos antecedentes das consciências contemporâneas. Vimos nos trabalhos de Huizinga e de Duby como a tônica se deslocava do além propriamente dito para a morte da carne.

Alberto Tenenti consagrou a essa passagem um livro em que a iconografia do Triunfo da Morte na Itália e da Dança Macabra em toda parte é esclarecida pelos textos, em que vemos também a imprensa em seus inícios difundir uma renovação curta mas vigorosa das representações medievais, com esses manuais do bem morrer, em cujas vinhetas o moribundo jaz entre as forças celestes e os demônios, sendo toda a imaginação dos gravadores reservada a estes últimos³⁷.

Outros trabalhos propuseram-se proporcionar ao além-túmulo moderno seu lugar no seio da história social, num projeto estrutural comparável ao que inspirava as pesquisas similares no domínio do fim da Idade Média. Seu grande precursor foi, há cinquenta anos, Bernard Groethuysen³⁸, com sua enquête tão promissora e que, infelizmente, ficou inacabada, sobre o nascimento do espírito burguês na França do século XVIII. A burguesia, ele explicava, emancipou-se da Igreja porque a necessidade burguesa de prever engendrava a idéia de uma ordem do mundo a que o homem de bem se conformava por si mesmo, em que Deus não era mais que um motor abstrato, o Evangelho um livro de oral e o Inferno uma “ficção literária” que não metia mais medo.

Decerto, hoje sabemos muito mais do que esse livro, não desprovido de malícia polêmica, sobre a mudança intelectual e cultural esboçada no horizonte de pesquisas que já citarei: as de Foucault, Mandrou ou Certeau. No entanto, o retrato do burguês que se tornou incrédulo não perdeu a fineza conferida por uma vasta e curiosa leitura dos textos da época, sobretudo dos sermões, enquanto a divisão total das atitudes culturais diante da morte e do além é aquela que Mandrou apresentará: os burgueses de um lado, o povo do outro, sempre crente e que assim deve continuar para a boa ordem da sociedade, e junto dele a Igreja, que se exprime nas pinturas horríveis que os pregadores fazem dos tormentos do Inferno. E ainda é a mesma emergência da razão burguesa que substitui pela Utopia moderna a escatologia medieval na necessária imaginação de uma sociedade ideal³⁹.

Atitudes diante da morte em Anjou e na Provença

Duas versões provinciais da moderna evolução das crenças relativas ao além-túmulo foram apresentadas por trabalhos recentes: a Provença, de Gabrielle e Michel Vovelle⁴⁰, e o Anjou, de François Lebrun⁴¹.

Lebrun estuda as atitudes diante da doença e da morte a partir das condições demográficas desta. Sua brutalidade explica o pedido

feito aos santos curadores, a atenção inquieta dada aos sortilégos ou aos sinais que revelam a hora secreta do fim e, sobretudo, a eficácia das representações apavorantes do além, inculcadas desde a infância pelos catecismos e abecedários, difundidas pela iconografia popular, como o *Calendrier des Bergers* [calendário dos pastores], cuja circulação, do século XV ao século XIX, é seguida por Lebrun, e pintadas, enfim, nos sermões. Lebrun nota a esse respeito a predominância das descrições do Inferno sobre as do Paraíso, que distingue a eloquência católica da protestante. Por fim, o culto dos mortos do paraíso e do purgatório os mantém ligados à comunidade dos vivos.

O estudo exemplar que Gabrielle e Michel Vovelle consagram aos altares das almas do Purgatório erigidos nas igrejas da Provença entre os séculos XV e XIX baseia-se numa documentação iconográfica apresentada com ajuda da cartografia e da estatística. A iconografia do Purgatório se afirma a partir dos séculos XIV-XV, mas permanece, então e ainda no século XVI, em concorrência com a do Inferno e do Juízo — a primeira difusão assinalada da devoção às almas do Purgatório se dá no período de 1600 a 1670. Os autores não têm dificuldade em demonstrar que essa mudança corresponde à idéia moderna de um julgamento individual e também encontram, em seguida, a divisão sociocultural do século XVIII entre uma devoção popular que se amplifica e a polêmica aberta pelos meios mais elevados.

Uma diversificação social do imaginário

Os estudos consagrados à época moderna — do século XV ao fim do Antigo Regime — põem em evidência, antes de mais nada, a continuidade da velha alternativa entre cultura erudita e cultura popular, muito mais longa e mais forte do que quis confessar a burguesia das Luzes e a do século XIX. Acabamos de vê-lo no que concerne às representações do além-túmulo. Porém, o mesmo é válido para todo o campo cultural em que a ascensão da burguesia, no decorrer da época moderna, se traduz por diversas novas dicotomias. A diversificação social do imaginário se mostra diretamente marcada por elas. A prova disso é encontrada na *Bibliothèque Bleue* explorada por Robert Mandrou⁴² e por Geneviève Bollême⁴³, aqueles livrinhos de vendedores ambulantes, produzidos sobretudo em Troyes, mas difundidos em toda a metade setentrional da França e, sem dúvida, lidos em voz alta nos serões do campo pelos que sabiam ler. De fato, em plena época das Luzes, vidas de santos e romances de

cavalaria oriundos da longa Idade Média terminam nesses humildes livrinhos anônimos a carreira literária que haviam começado em outra altitude social.

Revelação, também, a esse respeito a admirável leitura de Rabelais por Mikhail Bakhtin⁴⁴, redigida, parece, no início dos anos 1960, um estudo bem russo de um riso popular que mescla o corpo vivo e suas aberturas, o encadeamento dos nascimentos e das estações, o mundo inteiro, num carnaval vencedor da morte, do medo e do poder, em seguida ocultado e pouco a pouco extinto: o ventre que dá à luz e que excreta, e a festa em que o novo sucede ao velho, a terra das delícias e a navegação rumo ao outro mundo são as representações-chave, em que se exprime uma cultura popular sem idade, de que a obra de Rabelais talvez seria, nessa passagem de uma época a outra, a última expressão literária. Depois dele, o corpo permaneceria dissimulado como inconfessável, relegado ou desvendado apenas na categoria obscena criada pela modernidade burguesa.

A loucura, obsessão do imaginário

A época moderna assinala-se, entre outras coisas, por um campo documentário ampliado por todo o material impresso e, sobretudo, portador de outra problemática, pois se trata, numa palavra, de explicar como o limite dito objetivo entre o real e o imaginário veio pouco a pouco colocar-se onde nós o traçamos hoje em dia. Michel Foucault mostrou como o sistema cultural ocidental colocou esse limite dentro de si mesmo, precisando, do século XV ao século XIX, os contornos atribuídos à loucura⁴⁵.

A imaginação pictórica dos séculos XV-XVI, com Bosch e Breughel sobretudo, proclama a importância maior que esta última assume, então, na “imaginação do homem ocidental”: a nau cheia de loucos, que fixa na tela uma prática histórica; a turba das criaturas monstruosas, derradeiro avatar da fantasia gótica, que significam as angústias, os abismos e, também, as intuições da condição humana; e personagens como a Dulle Griet de Breughel, que segue seu caminho em meio aos desastres. Toda uma iconografia, em suma, apresenta a loucura como o horizonte de toda consciência e a experiência “trágica”, imediata e total da vida.

A razão clássica se apresenta, ao contrário, como uma linha divisória, pela definição de normas, portanto de “anormalidades” religiosas, sociais, morais ou sexuais, que ela interna juntas detrás de uma mesma parede, até o momento em que apenas o asilo e seus loucos se tornam vínculo e objetos dessa prática social. Além disso,

o leitor de Foucault verá que múltiplos vaivéns o imaginário continua a tecer durante esse período entre a razão e suas injunções, desde a observação das mulheres de Montélimar vítimas de “melancolia” em consequência de uma pintura demasiado viva do Inferno até a obra reclusa de Sade, até Goya, Nietzsche, Artaud.

Um objeto de estudo significativo: a bruxa

A crença nas bruxas foi vista por muitos como um ponto significativo da evolução histórica que constituiu, pouco a pouco, o limite presente entre o real e o imaginário. Julio Caro Baroja esforçou-se para reconstituir a mais longa história européia delas, desde a Antiguidade greco-romana ou germânica até os *Caprichos* de Goya, ao romantismo e às sobrevivências obscuras de seu País Basco, em pleno século XX⁴⁶. Robert Mandrou limitou-se à França clássica, mas também ao capítulo crucial, o paroxismo e o fim dos processos de bruxaria no século XVII⁴⁷.

A bruxa moderna é associada ao Diabo e ao sabá que este lidera e que une as transgressões sexuais às adorações sacrílegas. É um conjunto que se precisa e se enriquece a partir do meado do século XIV, se desenvolve até a vaga européia de grandes processos, avolumada e encerrada com a primeira metade do século XVII — um epílogo americano eclode em Massachusetts, em 1663 — e se desfaz em seguida em atitudes culturais socialmente diferenciadas, que Mandrou pôs em evidência: a continuidade cabe aos meios antigos, campos, eruditos clericais, teólogos e pregadores, enquanto a burguesia esclarecida dos magistrados e dos médicos descobre a possível redução à vigarice ou ao patológico. Passa-se, assim, de um “sistema transgressivo” a outro, segundo a expressão de Michel Foucault, da posse demoníaca ainda reconhecida pelo século XVI à nossa oposição entre normal e patológico, constituída desde o século XVIII. No fim das contas, essa passagem se joga na apreciação que é feita do imaginário.

Michel Foucault apreendeu o momento transitório em que a “anormalidade” já é explicada pela imaginação do “anormal”, mas de tal maneira que as fantasias dessa “anormalidade” são, elas próprias, uma transgressão, porque a redução médica ainda está inacabada⁴⁸.

Os possesores de Loudun

Michel de Certeau esclareceu a mesma transição com seu notável estudo da “possessão de Loudun”, cujo procedimento aproxi-

ma-o mais de Foucault que de Mandrou, mas que se situa numa perspectiva bem diferente: a história da espiritualidade⁴⁹. Interrogada a esse respeito, a documentação de Loudun (depoimentos dos possesores, relatos oculares sobre os exorcismos públicos, relatórios oficiais, dentre os quais os dos exorcistas e dos médicos) é por ele interpretada como uma manifestação da “ruptura” que fende uma “civilização religiosa” próxima do seu fim e que está perdendo suas certezas.

De um lado, a relação dos indivíduos com o além, deixando então de ser imediata, faz-se seja diabólica, seja mística: possesores ou “espirituais”, como a madre Joana dos Anjos o foi ao mesmo tempo nas duas partes da sua vida. De outro, a sociedade expulsa sua inquietude para o “teatro” dos possesores e de seus exorcistas; queimando Urbain Grandier, julgado bruxo e responsável pela desordem das religiosas, ela “criou um ‘anormal’ e sacrificou-o. Ela se reconstitui excluindo-o”, e sua execução é uma festa e um restabelecimento da ordem para a qual o poder real colabora. Este intervém, de fato, em alto grau, pois o momento de Loudun reúne, bastante logicamente, “a passagem de critérios religiosos a critérios políticos” e a redução médica em via de se realizar, no centro da qual se situa precisamente o debate sobre a “imaginação”.

De fato, Certeau não se limitou ao exame e ao comentário cultural das fantasias a que davam forma os possesores e seus exorcistas no decorrer de uma colaboração pública e espetacular. Ele ressaltou a nova importância e a minúcia das observações médicas, bem como a discordância significativa entre suas conclusões: quem crê na possessão demoníaca nega que a imaginação possa produzir tais efeitos; quem não crê nisso imputa-lhes o contrário. Assim, lentamente, o conceito de “natureza” muda e se procura, e o imaginário, por conseguinte, vem ocupar o lugar que lhe atribuiremos no que será, para nós, a ordem natural.

Os séculos XIX e XX

Que se torna a história do imaginário quando são abordados os séculos XIX e XX? Entra-se, então, no período que chega até nossa experiência histórica vivida e que é caracterizada, de um lado, pela aurora, o zênite e as crises das sociedades industriais, com todas as privações culturais resultantes; de outro lado, pela produção de uma literatura e de uma arte de qualquer forma mais íntima e claramente familiares à nossa consciência e à nossa sensibilidade. A dificuldade de acomodação explica, sem dúvida, a princípio, que

a empresa do historiador às vezes parece absorvida na perspectiva de ciências sociais vizinhas, que a história dota, por sua vez, da indispensável profundidade de campo. Assim, ela é útil à “antropologia religiosa” de um Alphonse Dupront⁵⁰, que elege como seu objeto não apenas as práticas, mas também as crenças.

Porém, é sobretudo uma convergência da história com uma sociologia e uma etnologia, e com um estudo renovado do folclore, que abre uma das direções de pesquisa atualmente mais promissora e mais necessária, em particular no estudo das sociedades européias, a da *etno-história*, em que o imaginário social tem seu lugar ao mesmo título que as estruturas familiares ou comunitárias. A etno-história da Europa, tal como se constitui hoje em dia, nasceu afinal de contas das cinzas do triunfalismo que estabelecera, na virada dos séculos XIX-XX, a hierarquia cultural das sociedades defuntas ou vivas de que falamos ao começar.

Permanência e evolução dos temas antigos

Levando essa renúncia para dentro da própria cultura européia, história e ciências sociais tomaram progressivamente consciência de profundas permanências, que as mudanças evidentes dos séculos XIX-XX não seccionaram. Sua principal corrente atravessa os campeonatos e os campos, como no século XVIII ou mesmo antes. Em outras palavras, a problemática secular das relações de divisão ou de recepção entre cultura erudita e cultura popular, evocada acima para os períodos medievais e modernos, prolonga-se além de 1800 com um enunciado quase inalterado desde Gutenberg. Alguns dos trabalhos já citados mostram isso claramente: G. e M. Vovelle estenderam até o século XX seu levantamento das representações do Purgatório nas igrejas da Provença e, portanto, suas conclusões históricas sobre o empobrecimento do tema. A Bibliothèque Bleue deixa de aparecer em 1880; contudo, G. Bollême sublinha a evolução dos temas dominantes, em que a devoção e o romanesco ainda medieval do Antigo Regime cedem progressivamente lugar a todo gênero de “receitas”, desde os remédios caseiros até os segredos do sucesso no mundo.

Outros autores, ao contrário, tomaram como ponto de partida uma documentação contemporânea, que trataram pelo procedimento regressivo caro ao historiador Marc Bloch. Das monografias assim produzidas há quinze ou vinte anos, a mais acabada é, sem dúvida, a que o sociólogo Louis Dumont consagrou à festa anual que comemorou até nossos dias, em Tarascon, a derrota infligida à *Taras-*

que, o monstro que aterroriza a cidade num passado fabuloso⁵¹. Mencionaremos, também, por sua concepção, ainda que a regressão histórica não satisfaça inteiramente, o livro escrito por Ernesto De Martino, então professor de história das religiões da Universidade de Nápoles, ao cabo de uma enquête interdisciplinar na Puglia, na região de Salento⁵². O tema é a crença local relativa à tarântula, cuja mordida, uma vez dada, faz sentir no dia do aniversário desta seus efeitos, combatidos por uma cura ritual que comporta uma peregrinação estival e, sobretudo, a dança ao som de uma bandinha contratada pelos pacientes, em sua maioria, hoje, mulheres pobres. A mesma alternativa cultural ainda se abre nesses fatos italianos, e nos mesmos momentos: antecedentes antigos prováveis, mas obscuros, origem medieval clara de um conjunto que permite a comparação com outras festas européias do verão, São João e São Guido; uma distribuição social que não cessou de concentrar-se nos mais pobres; uma dupla desativação na época das Luzes, pelas tentativas de medicação, que a Igreja vê com bons olhos, e pelo vínculo solidamente estabelecido no século XVIII com o culto de São Paulo. Longe da Europa, mas igualmente baseados na história do Antigo, depois do Novo Mundo, leiam-se os trabalhos do sociólogo Roger Bastide⁵³ sobre as religiões afro-brasileiras e do etnólogo Alfred Métraux sobre o vodu haitiano⁵⁴.

Contos e lendas: um novo campo para a história

O encontro entre a história do imaginário coletivo e os estudos de folclore, festas e rituais, de um lado, contos e lendas de outro, coloca um problema particular, na medida em que esses estudos sofrem precisamente, desde há algumas décadas sobretudo, profundas transformações em seu método e em sua própria concepção. Não que a atenção a ser dada às relações entre o folclore e a história de um povo seja uma descoberta recente. O início do século interrogara-se sobre uma “mitologia francesa” cujo velho fundo indígena transpareceria através da cristianização, sobretudo através das lendas imemoriais cristianizadas em hagiografia⁵⁵. O mestre dos estudos folclóricos franceses, Arnold van Gennep (1873-1957), manteve-se, apesar de tudo, em relação à história, numa reserva que contrastava com sua atitude em face das jovens ciências humanas, sobretudo etnografia e linguística, e que se dirige, de fato, como mostrou Nicole Belmont, à “história historicista” contemporânea de seus anos de formação⁵⁶. No entanto, as posições estão se modificando. Agora são colocados na perspectiva da história e em seu campo documen-

tário os rituais e crenças que se chamam populares, sua fronteira social, seu sentimento original, sua evolução, até mesmo seu fim. O livrinho já citado de Nicole Belmont⁵⁷ mostra muito bem, ao mesmo tempo, as promessas da empresa, os frutos que já dá e, não obstante, a dificuldade talvez insuperável encontrada para remontar além da época moderna e dominar a longa duração. Seria desejável, a esse respeito, a tradução do riquíssimo ensaio de V. I. Propp (1895-1970) sobre as festas agrícolas russas. Conduzido de acordo com o método regressivo e numa óptica semelhante à de Bakhtin, o livro parte de observações contemporâneas ou, pelo menos, recentes, para distinguir no ciclo calendário do campo russo a permanência popular, a obra da Igreja e o produto cultural que daí resultou.

Irá a história voltar-se para o imaginário das cidades?

Por outro lado, a imensa e atraente floresta dos contos populares parece, à primeira vista, desanimar a história e depender, antes, de uma análise imóvel de que o mesmo V. I. Propp propôs um código⁵⁸ e em torno da qual a discussão permanece aberta⁵⁹. Claro, é possível reconhecer, para diferentes épocas, os modos e as funções da transmissão oral, estudar suas relações com a coisa impressa, como fez Marc Soriano a propósito dos "Contos" de Perrault⁶⁰ e até mesmo identificar a cronologia mais densa possível das versões de uma narrativa. Porém, será possível descobrir de fato a história de um conto, as mudanças internas que corresponderiam às do contexto histórico? Uma tentativa nesse sentido pode ser encontrada no duplo estudo, medieval e moderno, que Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie consagraram juntos à lenda de Melusina⁶¹. O problema permanece em pauta.

A história contemporânea do imaginário coletivo ainda se situa, portanto, em sua maior parte, na permanência, cuja abertura é mais fácil e evidente: a das sociedades ou dos níveis sociais ainda tradicionais, isto é, do campo. Sem dúvida essa limitação vive seus derradeiros momentos e podemos esperar um esclarecimento enriquecedor da problemática voltada para as novas sociedades nascidas da urbanização industrial e para o desenvolvimento da mídia. Desde já, na verdade, os estudos culturais que dela foram feitos por um Edgar Morin ou um Roland Barthes assumem o valor de uma história para o futuro⁶².

A história do imaginário também é a história imaginada hoje em dia, como foi no passado. Calmamente, pela literatura e seus

romances⁶³. Perigosamente, pela política contemporânea em que permanece, ao mesmo tempo, incitação e projeção, como sempre se dá nas sociedades européias, tão profundamente históricas. O nacional-socialismo alemão constitui, nesse ponto e em muitos outros, mais que em outros talvez, um tema quase inesgotável e de uma dificuldade decisiva, por ser sem dúvida o mais importante e, ao mesmo tempo, o menos inocente que possa atingir a consciência de historiadores europeus hoje vivos. É ainda mais exemplar, por isso, o trabalho que o lingüista Jean-Pierre Faye consagrou à gênese da sua ideologia e, em particular, às fantasias germânicas e medievais veiculadas pelas leituras de juventude de Hitler: o problema motor do livro é precisamente a passagem dessa história, ela própria imaginária, do passado alemão e europeu ao ato terrivelmente eficaz e real do extermínio⁶⁴.

Quanto ao que se chama comumente de história da literatura e história da arte, elas escapam com frequência a nosso objetivo, a despeito dos pontos comuns e, às vezes, do contencioso, que existem entre essas histórias de produções particulares e a história *tout court*. As primeiras nem sempre possuem a totalidade estrutural de um Henri Focillon ou de um Pierre Francastel. A obra medievalista de um foi saudada acima. O outro nos ensinou que o espaço tridimensional que domina a pintura européia, do Quatrocentos ao cubismo, não é absolutamente uma representação objetiva enfim dominada, mas a opção plástica adequada de uma civilização particular, que apareceu e desapareceu com esta⁶⁵. Contudo, muitos trabalhos se apresentam, em contrapartida, como uma espécie de conversa pessoal do crítico com criações igualmente pessoais, ainda que sejam consideradas entre outras e no seio de um conjunto cultural historicamente datado, "o romantismo", por exemplo. Uma conversa assim motivada, por mais penetrante que seja, não é necessariamente histórica.

CONCLUSÃO: TRÊS QUESTÕES

Ao cabo desta exposição que seguiu um fio cronológico, permanecem três questões, que dizem respeito a todos os períodos percorridos.

Primeiro, o método. O imaginário com objeto histórico é menos auto-suficiente do que qualquer outro; as representações de uma sociedade e de uma época formam um sistema, por sua vez articulado com todos os outros, classificação social e religião inclusive, é óbvio, mas também modos de comunicação. Trata-se de reconhecer

a importância do imaginário no deslizamento contínuo desses sistemas uns sobre os outros, o qual poderia ser a definição estrutural da história. O estudo da cultura europeia desde a alta Idade Média revela, na verdade, que a resposta não é simples, na medida em que o imaginário sempre foi socialmente diversificado. A cultura popular se caracteriza, com respeito a ele, por um curso tão lento, que parece imóvel; ela se mostra lentamente acolhedora para com temas oriundos das camadas sociais dominantes, às vezes conservando-os, mais tarde, mesmo que sozinha mas, por outro lado, também cria e conserva em função de suas exigências próprias.

Eros e Tântatos, temas difíceis para o historiador

Depois, os campos do imaginário. Não voltaremos a insistir sobre a necessidade de estender a investigação, sem dúvida transformando-a, para fora dos níveis e das sociedades tradicionais. Recordaremos, em compensação, que certos temas apresentam a dificuldade de comprometer os próprios historiadores, tanto mais quanto mais eles os considerarem num tempo mais próximo de si. Entre esses temas, em primeiríssimo lugar, Eros e sua associação pelo menos moderna com Tântatos, a morte. Michel Foucault abre o enfoque desse tema a propósito de Sade, em sua "História da loucura": o sadismo, escreve, não é uma "prática velha como o Eros", mas o rebrotar do "desatino" definido pela razão clássica e por ela internado, a ressurreição protestatória do imaginário ocultado. Assim, segundo Foucault, o fim do século XVIII assinala uma verdadeira conversão da imaginação ocidental; o "desatino" reprimido e estrangido se manifesta então de maneira positiva como discurso e desejo. Cesura bastante convincente, ainda que seja necessário integrá-la de maneira mais completa do que faz Foucault na totalidade histórica da época.

No entanto, antes como depois dela, a história dos harmônicos imaginários de Eros ainda continua sendo decepcionante. Claro, o código simbólico das culturas passadas não é, em nenhum domínio, mais difícil de ser decifrado, se bem que presente em toda parte em sua literatura e em sua iconografia; as pesquisas ocidentais sobre a Idade Média, inspiradas desde há alguns anos por Georges Duby, levarão sem dúvida, sobre esse ponto, a propostas metodológicas. Contudo, trata-se apenas de um obstáculo liminar. O mais grave é que nenhuma experiência humana passada implica mais intimamente o historiador vivo e que nenhuma também explicou-se menos quanto ao fundo⁶⁶. Assim, os historiadores quase não conseguem supe-

rar a letra dos códigos de símbolos, de comportamentos e de justificações, nos melhores casos, como o livro consagrado por Robert van Gulik à China antiga⁶⁷. Objetar-se-á talvez que este último situa-se num domínio geocultural em que o historiador ocidental se acha privado de qualquer referência pessoal, como o é, aliás, nessa matéria, no campo da Antiguidade clássica. Todavia, por exemplo, o livro recentemente traduzido de Mario Praz⁶⁸ sobre o erotismo sadiano do século XIX, romântico e decadente, é tão indigente em sua leitura histórica quanto notavelmente rico no inventário e na análise dos textos.

As tentações de uma história psicanalítica

Essa constatação de fracasso pelo menos provisório introduz a última das questões com as quais convém concluir, a de uma abordagem psicanalítica do imaginário passado, em que os historiadores se acham, mais uma vez, vizinhos de "histórias da literatura", cujos trabalhos permanecerão, porém, fora de nosso objetivo presente. A empresa historiadora foi tentada outrora pelo próprio Freud. Seu "Moisés" (1939), entretanto, é menos obra de história do que um ensaio analítico do homem judeu, que o próprio Freud era, a partir de uma expressão mítica primordial e, em todo caso, das mais antigas do judaísmo ainda vivo; ensaio cujas propostas psicanalíticas são feitas, é verdade, com base em certa bagagem de etnologia e de "história das religiões", contemporânea da redação do livro. Citarei como mais oportunas suas observações sobre uma neurose demoníaca no século XVII. Michel de Certeau comentou recentemente esses dois estudos⁶⁹. Dito isso, desde Freud o projeto de uma história psicanalítica levanta duas questões na questão.

Primeiro, como pesquisar? Deve o historiador limitar-se a estudos de casos individuais, por conseguinte necessariamente pouco numerosos e dispersos, onde o escrito parece suficientemente substancial para tomar em certa medida o lugar da entrevista direta? Ou pode-se admitir que é possível e proveitoso formular, sempre a partir do escrito, conclusões concernentes a uma coletividade historicamente delimitada, na medida em que o inconsciente dos indivíduos que a compunha passava necessariamente através das formas culturais características? Depois ou, talvez, sobretudo, o que pesquisar, que esperar? A perplexidade dos historiadores — e de seus colegas literatos — coincide aqui com o atual debate da própria psicanálise entre uma leitura mais literal de Freud e sua interpretação mais amplamente simbólica pela escola de Lacan, e em torno da uni-

versalidade tanto do triângulo edipiano clássico, quanto da dissimetria das infâncias masculina e feminina. As duas questões, da documentação e de seu conteúdo, interferem aliás, como mostra a áspera crítica feita por Jean-Pierre Vernant às leituras obrigatoriamente edipianas que a psicanálise impõe à mitologia grega, a começar da própria história de Édipo, sem um levantamento completo dos dados míticos e sem levar em conta o contexto histórico das obras⁷⁰.

Uma história dos sonhos

Na verdade, a preocupação de um método psicanalítico aplicado ao imaginário enquanto objeto de história parece se situar, até o presente, com mais frequência no ponto de afloramento cultural do inconsciente, o que é um acento útil de colocar. Assim procederam alguns estudos sobre o sonho, a propósito do qual o procedimento é ainda mais necessário, porque os dois níveis, de seu desenrolar e de sua narrativa, se confundem na informação do historiador, como aliás no depoimento do sujeito vivo. E. R. Dodds apresentou excelentes observações sobre os elementos culturais do sonho antigo⁷¹. Na verdade, ele se detém em seguida, antes de qualquer intento de psicanálise, porque aceita o limite ultrapassado da "racionalidade". J. Le Goff esboçou um amplo programa de trabalho sobre o sonho medieval⁷². Enfim, a história participa de um volume coletivo em que o sonho humano é abordado por diferentes disciplinas⁷³. Outro objeto é oferecido ao estudo histórico das relações entre o inconsciente e as culturas pelas narrativas fundadoras ou recorrentes de umas destas últimas — e encontramos aqui a direção esboçada por Freud em "Moisés". Alain Besançon identifica, assim, na Rússia, o tema do filho morto pelo pai, desde a hagiografia real dos primórdios cristãos até as manifestações mortíferas de Ivã IV e Pedro, o Grande, dele fazendo uma chave para a interpretação do cristianismo russo⁷⁴.

Em suma, os estudos históricos sobre o imaginário são um exemplo hastante bom da atual redistribuição das cartas entre a história e as ciências sociais, de um lado, e entre a história e as histórias de... literatos e estetas do outro. Terrorismo do historiador hodierno? Sem dúvida não, antes exigência contemporânea do tempo como dimensão mestra de qualquer pesquisa sobre o homem e sobre as sociedades humanas.

Evelyn Patlagean

Notas

1. J. Michelet, *Histoire de France* (éd. P. Viallaneix, t. I, 1974), cf. *L'arc*, n.º 52, 1973, "Michelet".
2. Referir-se ao ensaio psicanalítico de A. Besançon, "Le premier livre de la sorcière" (*Annales E.S.C.*, 1971, pp. 186-204).
3. J. Frazer, *Le rameau d'or* (*The Golden Bough*), estudo sobre a magia e a religião (Londres, Macmillan, 1911-1915), ed. resumida, em francês (Paris, P. Geuthner, 1923).
4. F. Cumont, *Les religions orientales dans le paganisme romain* (Paris, éd. Leroux, 1906, 4ª ed., Paris, P. Geuthner, 1929); *Recherches sur le symbolisme funéraire des romains* (Paris, P. Geuthner, 1942); *Lux Perpetua* (Paris, P. Geuthner, 1949).
5. M. Bloch, *La société féodale* (Paris, Albin Michel, 1939, reed., 1968); "La vie d'outre-tombe du roi Salomon" (1925), in *Mélanges historiques* (Paris, 1903, t. II, pp. 920-938).
6. L. Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais* (Paris, Albin Michel, 1942).
7. Ver, por exemplo, H. Hubert, M. Mauss, *Mélanges d'histoire des religions*, sobretudo o "Essai sur la nature et les fonctions du sacrifice" (Paris, F. Alcan, 1909).
8. C. Lévi-Strauss, "La structure des mythes", in *Anthropologie structurale* (Paris, Plon, 1958, pp. 227-255) e a série das *Mythologiques*, iniciada com *Le cru et le cuit* (Paris, Plon, 1964).
9. Ver sua declaração metodológica conclusiva em M. Detienne, *Dyonisos mis à mort* (Paris, Gallimard, Les essais, 1977), pp. 17-47 ("Les grecs ne sont pas comme les autres").
10. M. Detienne, *Les jardins d'Adonis*, introd. J.-P. Vernant (Paris, Gallimard, 1972).
11. J.-P. Vernant, *Mythe et pensée chez les grecs. Études de psychologie historique* (Paris, F. Maspero, 1965).
12. J.-P. Vernant, *Mythe et pensée...*, "Hestia-Hermès: sur l'expression religieuse de l'espace et du mouvement chez les grecs"; P. Vidal-Naquet, "Esclavage et gynécocratie dans la tradition, le myth, l'utopie", in *Recherches sur les structures sociales de l'Antiquité classique* (Paris, 1970).
13. P. Vidal-Naquet, "Le chasseur noir et l'origine de l'éphébie athénienne" (*Annales E.S.C.*, 1968, pp. 947-964).
14. J.-P. Vernant, P. Vidal-Naquet, *Mythe et tragédie en Grèce ancienne*, notadamente Vernant, "Le moment historique de la tragédie en Grèce: quelques conditions sociales et psychologiques", pp. 11-17 (Paris, F. Maspero, 1972).
15. P. Vidal-Naquet, "Athènes et l'Atlantide. Structure et signification d'un mythe platonicien" (*Rev. ét. grecques*, t. 77, 1964, pp. 420-444).
16. Sobre as relações entre os dois procedimentos, ver P. Smith e D. Sperber, "Mythologiques de Georges Dumézil" (*Annales E.S.C.*, 1971, pp. 559-586).
17. Entre suas formulações mais recentes, citemos G. Dumézil, *Mythe et épopée* (Paris, Gallimard, 1968), 1) *L'idéologie des trois fonctions dans les épopées des peuples indo-européens*; 2) *Types épiques indo-européens: un héros, un sorcier, un roi*; 3) *Histoires romaines. La religion romaine archaïque* (Paris, Payot, 1974).
18. Acrescentar G. Dumézil, *Du mythe au roman. La saga de Hadingus* (Saxo Grammaticus, I, V-VIII) e outros ensaios (Paris, PUF, 1970).
19. Ver, por exemplo, A. Graf, *Miti, leggende e superstizioni del Medioevo* (2 vol., Turim, 1892-1893, reimpr. Bolonha, Faini, 1964, Nova York, B. Franklin, 1971). Em torno do culto dos santos, P. Saintyves, *Les saints, successeurs des dieux* (Paris, E. Naurry, 1907); e, sobretudo, E. Lucius, *Les origines du culte des saints*

dans l'Église chrétienne (publ. P. G. Anrich, Tübingen, 1904, trad. franc. H. Jeanmaire, Paris, Librairie Fischbacher, 1908).

20. Cf. N. Belmont, *Mythes et croyances dans l'ancienne France* ("Questions d'histoire" 35, Paris, Flammarion, 1973).

21. H. Focillon, *Art d'Occident. Le Moyen Âge roman et gothique* (Paris, A. Colin, 1938).

22. G. Duby, *Le temps des cathédrales. L'art et la société, 980-1420* (Paris, Gallimard, 1976).

23. J. Le Goff, "Culture cléricale et traditions folkloriques dans la civilisation mérovingienne", in *Annales E.S.C.* (1967); "Culture ecclésiastique et culture folklorique au Moyen Âge", in *Pour un autre Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1977, pp. 223-235 e 236-279); *La civilisation de l'Occident médiéval* (Paris, Arthaud, 1964).

24. *L'an mil*, apresentado por G. Duby (col. "Archives" 30, Paris, Julliard, 1967).

25. Cf. Le Goff, *op. cit.*; E. Patlagean, "À Byzance: ancienne hagiographie et histoire sociale" (*Annales E.S.C.*, 1968, pp. 106-126); e a utilíssima introdução de S. Boesch Gajano à sua coletânea, *Agioграфия altomedievalē* (Bolonha, 1976, pp. 7-48).

26. E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324* (Paris, Gallimard, 1975).

27. J. Baltruzaitis, *Le Moyen Âge fantastique. Antiquités et exotismes dans l'art gothique* (Paris, A. Colin, 1955).

28. J. Le Goff, "L'Occident médiéval et l'océan Indien: un horizon onirique" (1970), in *Pour un autre Moyen Âge* (*op. cit.*), pp. 280-298.

29. J. Le Goff, P. Vidal-Naquet, "Lévi-Strauss en Brocéliande", *Critique*, n° 325 (junho de 1974, pp. 541-571).

30. Cf. H. Focillon, "Le problème des terreurs", in *L'an mil* (Paris, A. Colin, 1952, pp. 39-64).

31. P. Alphonse, *La chrétienté et l'idée de croisade*, texto estabelecido por A. Dupront; t. I, *Les premières croisades* (Paris, Albin Michel, 1954).

32. Cf. A. Graf, "Il mito del Paradiso terrestre", in *Miti, leggende e superstizioni* (Bolonha, Faini, 1964, Nova York, B. Franklin, 1971), pp. 1-238.

33. Cf. *Hérésies et sociétés dans l'Europe préindustrielle, XVII^e-XVIII^e siècles*, apres. por J. Le Goff (Paris, Haia, Mouton, 1968), com uma vasta bibliografia elaborada por H. Grundmann.

34. E. Köhler, *L'aventure chevaleresque. Idéal et réalité dans le roman courtois*. Études sur la forme des plus anciens poèmes d'Arthur et du Graal (1^a ed. 1956, 2^a ed. 1970, trad. franc. pref. de J. Le Goff, Paris, Gallimard, 1974). Ver também J. Le Goff, "Naissance du roman historique au XII^e siècle?", in *Le roman historique* (NRF n° 238, out. 1972).

35. J. Huizinga, *L'automne du Moyen Âge*, com uma entrevista de Jacques Le Goff (Paris, Payot, 1975).

36. G. Duby, *Le temps des cathédrales. L'art et la société, 980-1420* (Paris, Gallimard, 1976).

37. A. Tenenti, "La vie et la mort à travers l'art du XVI^e siècle", in *Cahiers des Annales*, n° 8 (Paris, 1952).

38. B. Groethuysen, *Origines de l'esprit bourgeois en France*. T. I, *L'Église et la bourgeoisie* (Paris, Gallimard, 1927, reed. 1977).

39. Cf. P. Francastel, org., *Utopie et institutions au XVIII^e siècle* (Paris, 1963); F. E. Manuel, org., *Utopias and Utopian Thought* (Boston, Houghton Mifflin, 1966).

40. G. e M. Vovelle, "Vision de la mort et de l'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du Purgatoire, XV^e-XX^e siècles", in *Cahiers des Annales*, n° 29 (Paris, 1970).

41. P. Lebrun, *Les hommes et la mort en Anjou aux XVII^e et XVIII^e siècles. Essai de démographie et de psychologie historiques* (Paris, Mouton, 1971).

42. R. Mandrou, *La Bibliothèque Bleue de Troyes* (2^a ed., Paris, Stock, 1975).

43. G. Bollême, *La Bibliothèque Bleue. Littérature populaire en France du XVII^e au XIX^e siècle* (col. "Archives", n° 44, Paris, Julliard, 1971); *La Bibliothèque Bleue. Anthologie d'une littérature "populaire"* (Paris, Flammarion, 1975).

44. M. Bakhtin, *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance* (trad. franc., Paris, Gallimard, 1970). Acrescentem-se a essa obra duas contribuições ao número de *L'Arc* consagradas a Le Roy Ladurie (*L'Arc*, n° 65, 1976), R. Chartier e D. Julia, "Le monde à l'envers" (pp. 43-53) e a precisão de D. Fabre, "La fête éclatée" (pp. 68-75). E remonte-se a J. Huizinga, *Homo ludens* (1939, trad. franc., Paris, Gallimard, 1951).

45. M. Foucault, *Folie et déraison. Histoire de la folie à l'âge classique* (Paris, Plon, 1961).

46. J. Caro Baroja, *Les sorcières et leur monde* (1961, trad. franc., Paris, Gallimard, 1972).

47. R. Mandrou, *Magistrats et sorciers en France au XVII^e siècle*. Une analyse de psychologie historique (Paris, Plon, 1968).

48. M. Foucault, "Les déviations religieuses et le savoir médical", in *Hérésies et sociétés dans l'Europe préindustrielle, XI^e-XVIII^e siècles*, apres. por J. Le Goff, com uma vasta bibliografia elaborada por H. Grundmann (Paris-Haia, Mouton, 1968).

49. M. de Certeau, *La possession de Loudun* (col. "Archives", n° 37, Paris, Julliard, 1970).

50. Ver, por exemplo, A. Dupront, "Pèlerinages et lieux sacrés", *Mélanges F. Braudel* (Toulouse, Privat, 173, t. 2, pp. 189-206).

51. L. Dumont, *La Tarasque* (Paris, Gallimard, 1951).

52. E. De Martino, *La terre du remords (La terra del rimorso)*, Milão, 1961; trad. franc., Paris, Gallimard, 1966).

53. R. Bastide, *Les religions africaines du Brésil* (Paris, PUF, 1960).

54. A. Métraux, *Le vaudou haïtien* (Paris, Gallimard, 1958).

55. Ver, por exemplo, A. Graf, *Miti, leggende e superstizioni del Medioevo* (2 vol., Turim, 1892-1893, reimpr. Nova York, B. Franklin, 1971). Em torno do culto dos santos, P. Saintyves, *Les saints successeurs des dieux* (Paris, E. Naurry, 1907) e, sobretudo, E. Lucius, *Les origines du culte des saints dans l'Église chrétienne* (publ. por G. Anrich, Tübingen, 1904, trad. franc. H. Jeanmaire, Paris, Librairie Fischbacher, 1908).

56. N. Belmont, *Arnold van Gennep, le créateur de l'ethnographie française* (Paris, Payot, 1974).

57. N. Belmont, ver nota 20.

58. V. I. Propp, *Morphologie du conte* (trad. franc. da 2^a ed. russa, 1969, 1^a ed. 1928), seguido de *Les transformations du conte merveilleux* (1928) e de E. Mélétski, *L'étude structurale et typologique du conte* (Paris, Le Seuil, 1970).

59. Cf. o ensaio de Mélétski, em parte resposta a C. Lévi-Strauss, "La structure et la forme. Réflexions sur un ouvrage de Vladimir Propp" (1960), in *Anthropologie structurale deux* (Paris, Plon, 1973, pp. 139-173).

60. M. Soriano, *Les "Contes" de Perrault. Culture savante et tradition populaire* (Paris, Gallimard, 1968).

61. J. Le Goff e E. Le Roy Ladurie, "Mélusine maternelle et défricheuse", in *Annales E.S.C.* (1971, pp. 587-622).

62. E. Morin, *Le cinéma, ou l'homme imaginaire. Essai d'anthropologie sociologique* (Paris, éd. de Minuit, 1956); R. Barthes, *Mythologies* (Paris, Le Seuil, 1957).

63. *Naissance du roman historique* (*op. cit.*)

64. J.-P. Faye, *Langages totalitaires* (Paris, Le Seuil, 1972). Entre os estudos desiguais consagrados ao anti-semitismo contemporâneo e à sua invenção histórica, podemos citar N. Cohn, *Histoire d'un mythe. La "conspiration" juive et les protocoles des Sages de Sion* (trad. franc., L. Poliakov, Paris, Gallimard, 1967).

65. P. Francastel, *Peinture et société. Naissance et destruction d'un espace plastique* (Paris, 1951, reed., Paris, Gallimard, 1977). Ver também, do mesmo autor, *La figure et le lieu. L'ordre visuel du Quattrocento. Psychologie de la représentation picturale* (Paris, Gallimard, 1967).

66. Cf. as observações de J. Revel e J.-P. Peter, "Le corps. L'homme malade et son histoire", in *Faire de l'histoire*, org. J. Le Goff e P. Nora, t. III, *Nouveaux objets* (Paris, Gallimard, 1974, pp. 169-191).

67. R. van Gulik, *La vie sexuelle dans la Chine ancienne* (trad. franc., Paris, Gallimard, 1971).

68. M. Praz, *La chair, la mort et le diable. Le romantisme noir* (1930 e 1942, trad. franc., Paris, Denoël, 1977).

69. M. de Certeau, "Ce que Freud fait de l'histoire. Une névrose démoniaque au XVII^e siècle", pp. 291-311; "La fiction de l'histoire. L'écriture de Moïse et le monothéisme", pp. 312-358, in *L'écriture de l'histoire* (op. cit.).

70. "Oedipe sans complexe", in J.-P. Vernant e P. Vidal-Naquet, *Mythe et tragédie en Grèce ancienne* (Paris, F. Maspero, 1972, pp. 77-98).

71. E. R. Dodds, "Structure onírica et structure culturelle", cap. 2, in *Les grecs et l'irrationnel* (1959, trad. franc., Paris, Montaigne, 1965).

72. J. Le Goff, "Les rêves dans la culture et la psychologie collective de l'Occident médiéval" (Scolies 1, 1971, pp. 123-130).

73. *Le rêve et les sociétés humaines*, org. R. Caillois e G. von Grunebaum (Paris, Gallimard, 1967).

74. A. Besançon, *Le tsarévitch immolé. La symbolique de la loi dans la culture russe* (Paris, Plon, 1967).

* O *Mabinogion* (*Disciplina*), principal obra da literatura galesa antiga, é a versão poética do ciclo de lendas sobre a história dos britones, do qual faz parte a história do rei Artur e seus cavaleiros da Távola Redonda. Os manuscritos do *Mabinogion* datam do século XIV, porém a origem de seus relatos é bem mais antiga. (N. T.)

Complemento bibliográfico

J. Le Goff fez o balanço dessa história do imaginário, que tanto lhe deve, no prefácio à coletânea de artigos em que ele próprio desenvolve os temas (*L'imaginaire médiéval*, Paris, Gallimard, 1985). Problemáticas passadas são analisadas por M. Detienne, *L'invention de la mythologie*, Paris, Gallimard, 1981, e G. de Liguori, *I baratri della ragione. Arturo Graf e la cultura del secondo Ottocento*, Manduria, Lacaita, 1986.

O dossiê dos sonhos, apenas aberto há dez anos, chega à maturidade, cf. T. Gregory, org., *I sogni nel Medioevo*, Roma, Ed. dell'Ateneo, 1985. O do politeísmo se renova, cf. p. ex. Ch. Malamoud e J.-P. Vernant, orgs., *Le corps des dieux em Le temps de la réflexion*, t. 7, Paris, Gallimard, 1986. Continuou-se a explorar a crença e as representações da cristandade histórica no Ocidente, seus antecedentes, suas profundezas, o campo medieval e a passagem à modernidade. Citemos J. Le Goff, *La naissance du purgatoire*, Paris, Gallimard, 1981; *Faire croire. Modalités de la diffusion et de la réception des messages religieux du XII^e au XV^e siècle*, École Française de Rome, 1981; C. Ginzburg, org., *Religioni delle classi popolari*, em *Quaderni storici*, n^o 41, Ancona, 1979; M. de Certeau, *La fable mystique*, Paris, Gallimard, 1982. J. Delumeau, *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles). Une cité assiégée*, situa-se no limite da história das mentalidades.

L. Cracco Ruggini, "Il miracolo nella cultura del tardo impero: concetto e funzione", faz um estudo de transição cultural (E. Patlagean e P. Riché, orgs., *Hagiographie, cultures et sociétés*, IV^e-XII^e siècles, Paris, Études Augustiniennes, 1981, pp. 161-204). C. Ginzburg traz à luz os níveis arcaicos da Europa agrícola: *Les batailles nocturnes: sorcellerie et rituels agraires en Frioul, XVI^e-XVII^e siècles*, Lagrasse, Verdier, 1980, edição francesa, acrescida de uma entrevista com o autor de *I benandanti* (1966); "Présomptions sur le Sabbat", em *Annales E.S.C.*, t. 39, 1984, pp. 341-354 (ver G. Klaniczay, "Shamanistic elements in Central European witchcraft", em M. Hoppál, org., *Shamanism in Eurasia*, Göttingen, 1984, pp. 404-422). Na mesma profundidade, R. Zapperi estuda *L'homme enceint. L'homme, la femme et le pouvoir*, Paris, PUF, 1983, pref. de J. Le Goff. O imaginário do corpo também é o tema de *Les miracles, miroirs des corps*, Paris, PUF, 1983; E. Patlagean, "L'histoire de la femme déguisée en moine et l'évolution de la sainteté féminine à Byzance", em *Studi Medievali* t. 17/2, 1976, pp. 597-623. Ele encontra lugar em A. Vauchez, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge*, École Française de Rome, 1981. Está em pleno desenvolvimento nos trabalhos em curso de história da medicina e da higiene nos séculos XIX e XX. Enfim, o discurso iconográfico é objeto das pesquisas de Ch. Frugoni (p. ex., "La mistica femminile nell'iconografia delle visioni", em *Temi e problemi della mistica femminile trecentesca*, Todi, 1983, pp. 137-180) e de D. Arasse ("Entre dévotion et culture: fonctions de l'image religieuse au XV^e siècle", em *Faire croire*, cit., pp. 131-146).

A atenção agora se volta para os jogos do imaginário com a memória histórica e para o imaginário político: G. Duby, *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, Paris, Gallimard, 1978, ilustra a segunda perspectiva; C. Beaune, *Naissance de la nation France*, Paris, Gallimard, 1985, ilustra a primeira. A nova edição de M. Bloch, *Les rois thaumaturges*, Paris, Gallimard, 1983, com uma importante introdução de J. Le Goff, coloca-se evidentemente nessa conjuntura. Bizâncio figura com G. Dagron, *Constantinople imaginaire. Études sur le recueil des "Patria"*, Paris, PUF, 1984, e com o belíssimo livro de A. Argyriou, *Les exégèses grecques de l'Apocalypse à l'époque turque (1453-1821). Esquisse d'une histoire des courants idéologiques au sein du peuple grec asservi*, Tessalônica, 1982.

EVELYNE PATLAGEAN

Nasceu em 1932. Professora da Universidade de Paris X — Nanterre. Publicou especialmente *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance, IV^e-VII^e siècles*, Paris, EHESS-Haia, Mouton & Co, 1977; *Structure sociale, famille, chrétienté à Byzance, IV^e-XI^e siècles*, Londres, Valorum Reprints, 1981 (coletânea de artigos). Colaborou com frequência para os *Annales*. Suas pesquisas atuais têm por objeto a história social, política e religiosa de Bizâncio nos séculos X a XII, numa perspectiva de integração à história geral do mundo cristão nessa época.

PARMA

Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Telefone: (011) 912-7822
Av. Antonio Bardella, 280
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo editor